

Longeviver, Políticas e Mercado

Subsídios para profissionais, educadores e
pesquisadores



Beltrina Côrte e Ruth Gelehrter da Costa Lopes
(Organizadoras)

Beltrina Côrte e Ruth Gelehrter da Costa Lopes
(Organizadoras)

Longeviver, Políticas e Mercado

Subsídios para profissionais, educadores e
pesquisadores

1ª Edição



Apoio:



São Paulo
2019

Direção Editorial: Beltrina Côrte

Edição, Coordenação de Produção e Preparação: Mário Luiz M. Lucena

Revisão: Flamínia Manzano Moreira Lodovici

Capa, projeto gráfico e editoração eletrônica: Ronaldo Monfredo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Longeviver, políticas e mercado : subsídios para
profissionais, educadores e pesquisadores /
Ruth Gelehrter da Costa Lopes e Beltrina Côrte,
(organizadoras). -- São Paulo : Portal Edições, 2019.

Vários colaboradores.

Bibliografia.

ISBN 978-85-69350-26-2

1. Artigos - Coletâneas
 2. Envelhecimento
 3. Envelhecimento - Aspectos sociais
 4. Gerontologia
 5. Idosos - Cuidados
 6. Idosos - Saúde
 7. Longevidade
 8. Políticas públicas
 9. Qualidade de vida
 10. Terceira idade
- I. Lopes, Ruth Gelehrter da Costa.
II. Côrte, Beltrina.

19-30942

CDD-362.6

Índices para catálogo sistemático:

1. Envelhecimento : Gerontologia social : Bem-estar
social 362.6

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

São Paulo

2019

Impresso no Brasil

Beltrina Côrte e Ruth Gelehrter da Costa Lopes
(Organizadoras)

Longeviver, Políticas e Mercado

Subsídios para profissionais, educadores e
pesquisadores

COLABORADORES

Ana Gabriela Sturzenegger Michelin	Luiz Alberto David Araujo
Beltrina Côrte	Maria Helena Villas Bôas Concone
Carola C. Arregui	Mirella de Medeiros
Celina Dias Azevedo	Myrt Thânia de Souza Cruz
Cintia Bincoletto Fazion	Natália Carolina Verdi
Claudia Soares Silvana Tótora	Paola São Thiago da Cunha
Fátima de Jesus Teixeira	Pierre Rinco
Flamínia Manzano Moreira Lodovici	Rita de Cássia M. de Lima Siqueira
Flávio Morgado	Ronaldo Frederico
Gastão de Freitas Neto	Suzana Cavenaghi
Jorge Felix	Vera Brandão
José Eustáquio Diniz Alves	Viviane Canecchio Ferreirinho

1ª Edição

Apoio:



São Paulo
2019

AGRADECIMENTOS

À Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em especial à Pró-Reitoria de Pós-Graduação que, por meio do Plano de Incentivo à Pesquisa (PIPEq), tornou possível a produção deste livro.

Plano de Incentivo à Pesquisa



Nos últimos 70 anos praticamente duplicou-se a esperança média de vida no mundo. O fenómeno mundial ocorre também no Brasil onde a expectativa média já ultrapassou os 75 anos. Surge assim um novo fenómeno social, neste livro chamado de *Longeviver, Políticas e Mercado*. Este é certamente um fenómeno novo – no sentido de recente – e que também é novo no sentido de que não tem precedentes na história. Assim, precisa ser estudado.

Trata-se também de fenómeno complexo, pois é constituído de um fenómeno individual, que é o envelhecimento de pessoas individuais, o qual é dependente de características e estruturas sociais, tais como as condições de ambientais, sociais e económicas a que cada indivíduo está exposto, e é também um fenómeno social, uma vez que a reprodução dos indivíduos idosos produz nova demografia, nova estrutura etária na população e com isso novas demandas sociais, políticas e económicas.

O *longeviver* torna-se assim um tema que envolve a compreensão dos aspectos individuais do envelhecimento tratados pela gerontologia e pelo conhecimento do desenvolvimento biológico e psicológico do ser humano e de seus importantes desdobramentos na sociabilidade, na vida psicológica e na vida social e económica daqueles que envelhecem.

Mas o *longeviver* é também, neste livro, termo que abarca os impactos e as necessidades sociais que foram criadas pelo envelhecimento de centenas de milhões de pessoas no mundo e dezenas de milhões de brasileiros. Quando a vida se alarga e tal alargamento atinge parcelas cada vez maiores da população, alteram-se as formas de produzir e distribuir a riqueza acumulada, mudam-se as demandas por serviços, modificam-se as exigências arquitetónicas e urbanísticas, transformam-se as formas de relacionamento social e - também importante - constroem-se novas formas de sociabilidade e novas expectativas quanto às maneiras de existência. As mudanças na expectativa de vida de cada um de nós afetam todas as esferas da vida individual e da vida social.

A gerontologia, que se instala como parcela de conhecimento que investiga e desenvolve alternativas tecnológicas e de amparo ao fenômeno do envelhecimento de pessoas, de início se ocupa principalmente de descrever o fenômeno e de tratar de seus aspectos individuais com foco nas questões biológicas e psicológicas e nas maneiras de promover qualidade de vida aos idosos.

Neste livro opera-se com outra lente: o foco passa a ser como tratar do fenômeno social do envelhecimento, das demandas geradas por tal fenômeno e, talvez principalmente, da avaliação das respostas sociais que vêm sendo produzidas face a tais exigências.

Tal como exige a complexidade do fenômeno, diversas facetas do *longeviver* são abordadas. Para tanto, muitos saberes e especialidades são mobilizadas, permitindo ao leitor obter uma perspectiva ampla e multidisciplinar do fenômeno e de como a sociedade brasileira vem respondendo a ele. Essa perspectiva é possível pela experiência acumulada por vários dos autores, que há muitos anos vêm tomando como seu prioritário tema de pesquisa, de prestação de serviços e de formação acadêmica o tema do envelhecimento. O livro é resultado de esforço sistemático de um grupo de docentes da PUC-SP que assumiu um programa de trabalho sobre gerontologia que contribuiu de maneira importante para a formação de profissionais, para o conhecimento geral sobre o tema e para a proposição de programas de intervenção.

A mera leitura do sumário indica amplitude do olhar sobre o *longeviver*. Essa amplitude revela maturidade e profundo conhecimento de tema tão complexo e, simultaneamente, aponta caminhos e perspectivas, promove informação e desfaz mitos. A amplitude dos temas trabalhados indica também que a compreensão do fenômeno do *longeviver* necessita de abordagem multi e transdisciplinar para ser compreendido e para o desenvolvimento de políticas sociais que respondam adequadamente às exigências criadas pelo *longeviver*.

O livro *Longeviver, Políticas e Mercado* é produto de trabalho acadêmico que, como tal, deve ser louvado e também de um produto de relevância social que merece ser destacado. Mas, principalmente, trata-se de um texto

que deve servir a todos aqueles que possam já ter interesse sobre o tema que certamente estará – se já não está - no centro de muitas das políticas de saúde, cultura, economia, ambiente e éticas, no Brasil e no mundo.

Maria Amalia Pie Abib Andery

Reitora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Esta coletânea "Longeviver, Políticas e Mercado: subsídios para profissionais, educadores e pesquisadores", visa a auxiliar profissionais, pesquisadores, docentes e educadores, de diferentes setores e áreas, a atuarem criticamente ante os desafios do longeviver.

Além de apresentar resultados de pesquisas de filiados à Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, da PUC-SP, traz temas ainda não suficientemente aprofundados no âmbito da universidade, que abordam questões como mercado, startups, inovação, negócios para o público idoso, comunicação e marketing, políticas e indicadores sociais, gestão e outros assuntos geralmente subestimados nas agendas de debates sobre o envelhecimento humano e populacional.

Também entendemos que o envelhecimento humano depende do meio social, dado que a genética é responsável por apenas 30% do envelhecimento saudável, com o ambiente determinando os outros 70%.

Os artigos aqui reunidos procuram subsidiar a formação para atuar profissionalmente, com competência e consciência crítica, nos mais diversos campos de trabalho, podendo-se, assim, elevar a qualidade da gestão, dos produtos, serviços e processos, conseqüentemente, o gerenciamento do longeviver.

A coletânea é composta de XIV capítulos, a saber:

O primeiro capítulo, "Gestão do Longeviver", de Beltrina Côrte e Vera Brandão, inicialmente descreve como o último termo é entendido. Longeviver traduz, de modo mais fiel, o ciclo natural da vida contemporânea, quando surge, para muitos, a possibilidade do prolongamento do "tempo de vida", exigindo de cada um de nós, do Estado e do mercado, a superação de possíveis dificuldades que se apresentem. A Gestão do Longeviver, por sua vez, leva em conta a esperança de vida ao nascer, aliada ao tempo de sobrevivência após os 60 anos, o da longevidade, além de mais dois conceitos, que são: "anos de vida saudável", o que indica o

tempo que uma pessoa pode esperar viver sem sofrer de incapacidades; e o "carga de doenças", importante conceito para se pensar em políticas, produtos e serviços.

O segundo capítulo, "Longevidade e mercado: considerações sobre o velho empreendedor de si", de Celina Dias Azevedo e Maria Helena Villas Bôas Concone, a partir da problematização do longevidade sob a égide do neoliberalismo, propõe refletir sobre como a economia e o mercado orientam atividades e comportamentos, engendrando formas de subjetivação na velhice. A configuração da unidade-base da sociedade do indivíduo para o indivíduo-empresa - o Empreendedor de si - é a mais perfeita tradução da governamentalidade neoliberal. Prenunciando a relevância de tal termo, remetemo-nos ao prestígio que assumiu na contemporaneidade a propagação de propostas ao empreendedorismo do velho, por exemplo, como elemento crucial a contemplar orientações do envelhecimento ativo. Nesse contexto é que as autoras refletem como, a partir de demandas do neoliberalismo e respaldada pela criação de um mercado de projetos educativos e culturais voltados aos velhos, estabeleceu-se a figura do velho Empreendedor de si como modelo de envelhecer. O capítulo discute e apresenta considerações sobre essa subjetivação, ancorada em documentos norteadores, em pesquisas e estudos que valorizam as performances, o consumo, a qualidade de vida, a concorrência etc. O marketing pessoal passa a produzir, por meio de práticas e discursos, uma velhice submetida ao especialista, à juventude, à saúde, ao mercado, à concorrência, a códigos de comportamento, a um envelhecimento ativo, enfim!

O terceiro capítulo, "Cultura, envelhecimento e longevidade: diálogos críticos", de Flaminia Manzano Moreira Lodovici e Maria Helena Villas Bôas Concone, parte do princípio de que o envelhecimento e a velhice, no mundo atual, se impõem à reflexão e às atuações tanto da sociedade civil, quanto das políticas públicas e entidades privadas. Do mesmo modo, a Longevidade, segundo destaca Guillemard (2015, p. 203), "impõe às sociedades repensar o conjunto de sua organização social, sua relação com o tempo e os laços que unem as gerações entre elas". As autoras salientam

a urgência de repensar tais questões a partir das formas socioculturais e biológicas. Uma coorte de disciplinas e de visões devem trazer o diálogo e a complementação mútua, pois o corpo humano nunca é “neutro”; mas prenhe de significados. Aos idosos se atribuía o conservadorismo, o saudosismo e as perdas, contrariamente a um idoso contemporâneo, ativo, articulado, empreendedor. Os “lugares” ou “não lugares” sociais atribuídos às pessoas acima de 60 anos, através dos discursos dominantes, demonstram a complexidade e os eventuais problemas a serem pensados.

Por sua vez, o quarto capítulo, “Dimensões Socioeconômicas do Longevidar”, de Jorge Félix, traz o conceito de Economia da Longevidade, cada vez mais usado pelos organismos internacionais no debate sobre o envelhecimento populacional. Expõe o conceito, sua evolução, as aplicações nas políticas públicas e na iniciativa privada e estabelece as conexões com a economia social, a economia criativa, a economia do cuidado (care), oferecendo um panorama de um novo ecossistema econômico a partir da dinâmica demográfica do século XXI. A adoção de políticas econômicas fomentadoras da industrialização de produtos e oferta de serviços, para atender às necessidades da nova estrutura de consumo das famílias, exige estratégias públicas e privadas.

Em “Autonomia e envelhecimento: uma questão interdisciplinar”, quinto capítulo, de Luiz Alberto David Araujo e Natália Carolina Verdi, compreende-se a forma como a autonomia do idoso está amparada no sistema legislativo brasileiro. Os autores consideram importante abordar e refletir sobre como as leis vigentes no país que asseguram a efetivação das vontades da pessoa que envelhece. No ordenamento jurídico brasileiro, aquele que possui 60 anos ou mais é visto como a parte vulnerável de qualquer demanda jurídica, razão pela qual a legislação, ao prever e ao descrever seus direitos e garantias, visa a protegê-lo em sua integralidade, procurando amparar, extensivamente, a dignidade do grupo de pessoas nessa condição etária. Inúmeros são os aparatos legais destinados a proteger os idosos, ainda que sejam mais popularmente conhecidos, a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso. Todos eles visam a defender

aquele que é visto como a parte mais frágil numa relação jurídica e que merece ser amplamente respeitado e protegido.

O sexto capítulo, “Avaliação de políticas públicas para a pessoa idosa: Dimensões, sociopolítica e socioterritorial”, de Carola Carbajal Arregui, assinala que o processo de envelhecimento brasileiro requer analisar a efetivação dos parâmetros e princípios normativos e a adequação dos desenhos das políticas públicas, bem como a necessidade de serem consideradas novas questões em termos de necessidades e demandas da pessoa idosa. Para tal, há que se realizem estudos, e pesquisas voltadas para esse segmento populacional, iluminando a correlação entre demandas e oferta de serviços, exigindo-se a construção de grades analíticas capazes de desvendar o chão onde vivem concretamente os idosos. Territórios e políticas sociais são elementos mediativos essenciais à regulação e garantia de proteção e cidadania da pessoa idosa. Ao compreender territorialmente as demandas, pode-se orientar com nitidez o planejamento e a execução das políticas sociais, à medida que se apreendem as particularidades de cada lugar.

“Envelhecimento e políticas sociais: oportunidades e acessos”, de Cíntia Fazon, Fátima de Jesus Teixeira e Rita de Cássia M. de Lima Siqueira, consiste no sétimo capítulo, o qual reconhece estruturas etárias mais envelhecidas em determinadas regiões que se encontram em estágios mais avançados do envelhecimento, diferentemente de outras regiões do país, indicando que o envelhecimento e a longevidade estão relacionados a fatores socioeconômicos e sociais e ao investimento em ações de promoção à saúde, à prevenção de doenças, e à educação para uma vida saudável e ativa. As condições diferenciadas de oportunidades e acessos aos bens e serviços disponibilizados pelas políticas públicas, especialmente, assistência social, saúde, educação, habitação, saneamento básico, segurança, trabalho, dentre outros, se aprofundam nas regiões mais empobrecidas do país. Realidade que está presente nos diferentes territórios da cidade de São Paulo, cuja oferta de serviços públicos escasseia ou inexistente em suas regiões periféricas, necessitando-se de políticas sociais públicas que respeitem e atendam com equidade o cidadão idoso.

O oitavo capítulo, “Indicadores sociais e envelhecimento”, de Pierre Rinco e Viviane Canecchio Ferreirinho, traz à discussão os indicadores sociais que refletem a construção histórica do campo da gestão pública e as mudanças de princípios e modelos de administração e governança. Está diretamente relacionado com a perspectiva do cidadão como um sujeito participativo no governo, por meio do controle social, e com a perspectiva do accountability como norteador do aprimoramento do fazer política e o prestar contas à sociedade. O envelhecimento da população e o aumento da expectativa de vida trazem, para o centro das atenções das políticas públicas, o planejamento de ações para os idosos, lugar que sempre esteve ocupado, sobretudo com as ações voltadas para a infância. Indicadores que apresentam essa realidade – do envelhecimento e da longevidade – e outros tantos que são de extrema importância para a compreensão das novas necessidades urbanas, de assistência social, saúde, cultura, lazer, acessibilidade, que começam a se apresentar e que deverão ser equacionadas em um futuro cada vez mais próximo. Este capítulo discute a importância da utilização de indicadores sociais para a análise, monitoramento e avaliação de políticas destinadas à população idosa, no contexto da gestão pública e do controle social, trazendo os fundamentos sobre o que é e como se constroem indicadores, bem como sobre sua utilização em ações de planejamento, avaliação e estudo da oferta e demanda socioassistencial para este público.

O nono capítulo, “As tecnologias digitais e a gestão do ‘longevidar’”, de Flaminia M. M. Lodovici e Gastão de Freitas Neto, indaga por que interessariam as tecnologias para a gestão do longevidar. Justamente por se atestar que elas estão irremediavelmente ligadas às práticas ordinárias das pessoas em qualquer idade. Crendo-se no “destino tecnológico” humano, tal pode possibilitar que dispositivos móveis-portáteis, atuais e futuros, incorporados ao cotidiano, tragam a chance de produções significativas à vida, cumprindo a proposta de liberação do “artífice em cada um de nós”, em especial no caso de idosos com alguma dificuldade (visual, auditiva, de mobilidade...), muitos dos quais já vêm fazendo uso de tais

recursos de modo providencial. A par de serem evidenciados os benefícios trazidos pelas tecnologias digitais aos longevos, e refletir como se pode dar tal aproximação entre ambos, objetiva-se, neste estudo, verificar em que sentido tais tecnologias de tanta complexidade, ao serem utilizadas, reclamam interpretação, independentemente do segmento populacional etário. Assim como, por outro lado, ao se criarem, fazem sentido e demandam que as disciplinas busquem refletir sobre suas causas e consequências. A esperança está no sentido de que uma gestão diferenciada do componente tecnológico possa trazer efeitos benéficos também àqueles menos favorecidos da sociedade, ou aos mais resistentes às mudanças, para que todos tenham a chance de fazer revelar seus estruturantes psíquicos a um “longeviver” produtivo.

O décimo capítulo, “Análise de sentimentos sobre longevidade, no Twitter”, de Flávio Morgado, Mirella de Medeiros e Paola São Thiago da Cunha, apresenta uma ferramenta que visa a analisar uma grande quantidade de dados, estruturados ou não, e que, até então, por limitações técnicas, não era possível. O uso de todos os dados possibilita ver detalhes não percebidos para quantidades menores. Busca-se identificar como os algoritmos classificam os idosos quanto ao crédito, consumo de produtos e serviços, interesses etc. Analisar dados públicos (governamentais ou de redes sociais) por meio de ferramentas de Big Data, e mostrar possíveis influências em políticas públicas. ou a criação de perfis de consumo para a longevidade como prioridade nas ações educativas atuais. A aplicação das ferramentas de Big Data na gestão da longevidade identifica padrões de comportamento, consumo, cultura, emprego, TICs etc.

O décimo-primeiro capítulo, “Startups e longevidade: perspectivas para o trabalho e consumo”, de Myrt Thânia de Souza Cruz, assinala que as startups têm sido comumente associadas aos jovens millennials, lócus de trabalho onde exercem sua criatividade e potencializam embriões de negócios inovadores, escaláveis, replicáveis, em um ambiente carregado de incertezas e riscos. Imagens como jovens descendo de tobogãs, subindo paredes de escalada, jogando pebolim e comendo guloseimas têm sido

amplamente difundidas na mídia, gerando imaginário de local específico para esse nicho etário. Com o passar do tempo, porém, percebeu-se a gama de dificuldades na gestão de pessoas das startups especialmente no que tange aos processos de liderança, trabalho em equipe, sucessão e relação com o cliente. A aquisição das chamadas soft skills necessárias à gestão de pessoas não é fácil, exigindo tempo, ativo essencial que as startups não possuem, devido à urgência com que o ciclo de negócios é feito.

O décimo-segundo capítulo, “Ateliê do Longevidade: Inovação de projetos para 60+”, de Ana Gabriela Sturzenegger Michelin e Ronaldo Frederico, assinala que a busca de um produto ou serviço inovador tem como objetivo causar impacto na vida das pessoas e transformar, positivamente, a forma de viverem, trabalharem, se relacionarem. Há que se desenvolver um método estruturado e profissionais experientes e habilitados. Tem-se um grupo de consumidores de 60+ com novos hábitos e atitudes para serem descobertos e atendidos, e em outra, uma ferramenta com soluções para atender melhor este target. A metodologia apresentada é basicamente constituída por cinco fases: imersão; geração de insights; geração de ideias; peneira; e prototipagem. A imersão nos novos hábitos e atitudes dos consumidores de 60+ pode gerar novas soluções que promovam uma vida de consumo satisfatória, adequada às necessidades, promovendo prazer, conforto, bem-estar e autonomia.

O décimo-terceiro capítulo, “Apontamentos acerca da relação saúde-doença e a morte para um pensamento da velhice e do envelhecimento”, de Claudia Soares e Silvana Tótoro, traz a seguinte reflexão: que relação existiria entre o viver e o prolongamento da vida? O aumento da expectativa de vida da população colocou a velhice e o envelhecimento no centro do debate há algumas décadas. Uma gama de especialistas, em sua maioria, ligados às ciências médicas, colocam seus saberes a serviço de uma expectativa de vida “longa e saudável”. Proliferam os receituários de como se livrar dos aborrecimentos do corpo que envelhece, das doenças e da morte. As autoras propõem seguir uma trilha que difere dos valores defendidos para a velhice bem-sucedida e longa, escapando, assim, do

círculo repetitivo do debate atual, nas suas mais diversas expressões, discursivas e não discursivas, provocando fissuras que se abrem para outros possíveis de serem vividos.

O décimo-quarto capítulo, “O rápido e intenso processo de envelhecimento populacional no Brasil”, de José Eustáquio Diniz Alves e Suzana Cavenaghi, apresenta um panorama geral, atualizado, do processo de envelhecimento no Brasil. Aborda a transição demográfica e como ela gera uma mudança na estrutura etária e no aumento do percentual de idosos na população. O envelhecimento global tem suas raízes iniciais no século XIX, quando começaram a cair as taxas brutas de mortalidade, em decorrência dos avanços sociais possibilitados pelo progresso material das condições de vida. Mas a mudança na estrutura etária tomou impulso na segunda metade do século XX, quando se difundiu e se generalizou a queda da taxa de natalidade. Somente no século XXI, o envelhecimento se torna um fenômeno amplo, geral e irrestrito. A origem e a matriz do envelhecimento populacional é, portanto, a transição demográfica (passagem de altas para baixas taxas de mortalidade e natalidade). A intensidade e a velocidade da transição demográfica determinam a intensidade e a velocidade da transição da estrutura etária. Os autores, depois, comparam o envelhecimento populacional no mundo e no Brasil (dados da ONU), apontando que o nosso envelhecimento será mais intenso e rápido, fazendo comparação entre os estados e regiões do Brasil, por meio dos do IBGE. Os desafios e as oportunidades do processo de envelhecimento vão se apresentando ao longo do capítulo.

Esperamos que todos tenham uma ótima leitura!

Beltrina Côrte e Ruth Gelehrter da Costa Lopes

SUMÁRIO

PREFÁCIO	6
APRESENTAÇÃO	9
I - Gestão do Longevidar	19
<i>Beltrina Côrte; Vera Brandão</i>	
II - Longevidar e mercado: considerações sobre o velho empreendedor de si	45
<i>Celina Dias Azevedo; Maria Helena Villas Bôas Concone</i>	
III - Cultura, Envelhecimento e Longevidar: diálogos críticos	64
<i>Flamínia Manzano Moreira Lodovici; Maria Helena Villas Bôas Concone</i>	
IV - Dimensões socioeconômicas do longevidar: notas sobre um itinerário de estudo em face da transição demográfica global	108
<i>Jorge Felix</i>	
V - Autonomia e Envelhecimento: uma questão interdisciplinar	129
<i>Luiz Alberto David Araujo; Natália Carolina Verdi</i>	
VI - Avaliação de políticas públicas para a pessoa idosa: dimensões, sociopolítica e socioterritorial	150
<i>Carola C. Arregui</i>	
VII - Envelhecimento e Políticas Sociais: oportunidades e acessos	164
<i>Cintia Bincoletto Fazon; Fátima de Jesus Teixeira; Rita de Cássia M. de Lima Siqueira</i>	
VIII - Indicadores sociais e políticas públicas para pessoas idosas: conceitos e instrumentos	209
<i>Pierre Rinco; Viviane Canecchio Ferreirinho</i>	
IX - As tecnologias digitais e a gestão do “longevidar”	255
<i>Flamínia Manzano Moreira Lodovici; Gastão de Freitas Neto</i>	
X - Análise de sentimentos sobre longevidade, no Twitter	300
<i>Flávio Morgado; Mirella de Medeiros; Paola São Thiago da Cunha</i>	
XI - Startups e longevidade: perspectivas para o trabalho e consumo	313
<i>Myrt Thânia de Souza Cruz</i>	

XII - Ateliê do Lonveviver-Inovação em projetos para os idosos.....	327
<i>Ana Gabriela Sturzenegger Michelin; Ronaldo Frederico</i>	
XIII - Apontamentos acerca da relação saúde-doença e a morte para um pensamento da velhice e do envelhecimento.....	347
<i>Claudia Soares; Silvana Tótoro</i>	
XIV - O rápido e intenso processo de envelhecimento populacional no Brasil.....	367
<i>José Eustáquio; Diniz Alves; Suzana Cavenaghi</i>	



I

Gestão do Longevidade

Beltrina Côrte
Vera Brandão

Introdução

A expressão ‘Gestão do Longeviver’ pode ser considerada chave na reflexão sobre o processo de envelhecimento que se projeta devido aos muitos progressos nas áreas tecnocientíficas e sociais, de modo a manter a dignidade e autonomia nas etapas mais avançadas da vida atual. Esta ‘gestão’ deve articular as atitudes e escolhas pessoais - parte do projeto de vida - com os deveres do Estado. Viver bem, para longeviver melhor!

Mas as escolhas pessoais se fazem em contextos sociopolíticos e econômicos diversos, que podem oferecer mais e melhores oportunidades ou seu inverso. Assim, o universo de escolhas individuais deve ser acompanhado e apoiado por políticas sociais e de saúde públicas que levem em conta a esperança de vida ao nascer, a esperança de vida ao novo patamar de 75,8 anos - tempo médio de sobrevivência no país - e a longevidade avançada - considerada após os 85 anos.

O termo ‘longeviver’ é aqui entendido como o maior número de anos que se vive hoje na perspectiva do ciclo vital, e traduz de modo mais fiel o tempo de vida contemporânea - processo com interfaces biológicas, socioculturais, econômicas e existenciais - quando surge, para muitos, a possibilidade dinâmica do prolongamento do “tempo de vida”, como já indicam as estatísticas. Esses desafios, com os quais se deparam os indivíduos na sociedade contemporânea, exigem conhecimento, comprometimento, criatividade e solidariedade, na perspectiva das estratégias em políticas públicas e de saúde nos diferentes grupos sociais, para avançar no caminho da longevidade avançada.

Na cultura do longeviver, o enfoque deve ser a ressignificação da experiência vivida, tendo em conta tanto a voz do ser humano que envelhece, como seu contexto político, econômico e social. Seu interesse central é a interpretação da experiência humana, a distribuição social da riqueza,

a justiça social, com o objetivo de desenvolver uma teoria social interdisciplinar que sirva como instrumento de transformação social.

De modo geral, cada um é responsável, até certo ponto, pelas escolhas norteadoras dos caminhos da vida, que têm impactos no seu longeiver, mas sabemos que para muitos as opções são restritas, ou nem existem. Assim, o Estado tem a responsabilidade legal de fornecer infraestrutura e serviços para que as possibilidades de viver muito e bem se tornem realidade – educação, saúde, habitação, saneamento, oportunidades de trabalho, entre outros -, e o mercado deve estar atento às reais necessidades dos indivíduos, em diferentes idades e condições sociais, especialmente com as crescentes possibilidades do prolongamento da vida.

Na gestão da longevidade avançada que se anuncia, dois indicadores são importantes: os “anos de vida saudável”, ou seja, o número de anos que uma pessoa pode esperar viver sem sofrer de incapacidades; e a “carga de doenças”, para se pensar em políticas, produtos e serviços.

O indicador “anos de vida saudável” (HLY – Healthy Life Years)¹ vem sendo utilizado para:

a) analisar a saúde como fator econômico e de produtividade; b) introduzir o conceito de qualidade de vida; c) avaliar a empregabilidade dos trabalhadores mais idosos; e d) acompanhar os progressos realizados em termos de acesso, qualidade e sustentabilidade dos cuidados de saúde.

O indicador “carga de doenças”, por sua vez, é importante na formulação de políticas públicas que priorizem a promoção da saúde para as próximas décadas, hoje pauta de agenda prioritária, uma vez que a saúde articula política social com política econômica. Nesse sentido, a análise de prospecção da “carga de doenças” tem caráter estratégico para se pensar o futuro da saúde mundial e o contexto das relações políticas internacionais, além de ajudar a compreender melhor

1 https://ec.europa.eu/health/indicators/healthy_life_years/hly_en#fragment3.

os problemas e, assim, enfrentar a realidade sociosanitária brasileira e, principalmente, as desigualdades.

Assim, a sigla DALY (*Disability Adjusted Life Years*)² representa a soma dos anos de vida saudável vividos sem limitações ou incapacidades, um marco na aplicação de políticas no mundo, visando à adaptação da rede de serviços a um novo perfil de longevos.

Tanto os anos vividos com incapacidades, como os anos de vida saudáveis fazem parte dos quatro cenários da longevidade, os quais exigem gestão e alocação de recursos, em nível individual, familiar, empresarial, estatal e jurídico.

Os cenários que se desdobram a partir destes estudos são: 1) prolongamento de comorbidades; 2) velhice como extensão da meia-idade; 3) prolongevidade - envelhecimento visto como uma doença que deve ser conquistada e curada; 4) cenário denominado recuperação da vida-mundo, com aceitação da finitude humana natural, na perspectiva da sucessão geracional, e na promoção adequada de cuidados paliativos.

Nesta perspectiva, a ‘gestão do longeviver’ se anuncia como um projeto pessoal, sociopolítico e econômico, o que envolve uma reflexão ampla, interdisciplinar e integradora, sobre o sentido da vida e os significados do que vem a ser qualidade de vida, ao longo do seu curso, o envelhecimento ativo, a solidariedade intergeracional, dentre outros, e as questões socioculturais e filosóficas sobre o propósito da vida humana, especialmente na fase mais avançada, a fim de se evitar o idadismo ou etarismo (*ageism*), preconceito etário especialmente insidioso e maléfico em relação à pessoa idosa. O aumento da população idosa é uma realidade no Brasil e demanda conscientização individual e social, por meio da educação continuada presencial e compromisso das mídias, ajustes nas políticas públicas e no mercado de consumo, visando a uma sociedade mais solidária em todas as idades da vida.

2 http://www.who.int/healthinfo/global_burden_disease/metrics_daly/en/.

A Construção da Cultura do Longeiver

Vivemos o cotidiano, um dia após o outro, com seus desafios e oportunidades e de acordo com os ‘espaços de vida’, no aspecto físico e cultural. Se vivemos em um país tropical construímos ‘modos de viver’ diferentes daqueles que vivem em zonas temperadas ou frias do planeta. Estes ‘modos de viver’ também são influenciados pela infraestrutura do país/cidades e, neles, o nível de escolaridade, a classe social, o gênero e o tipo de família e/ou comunidade na qual os indivíduos estão inseridos, por destino ou escolha - determinantes iniciais, mas não imutáveis.

Mas, seja por destino ou escolha, se vive ‘mergulhado’ nos ‘espaços de vida’ - uma cultura - que, de certo modo, influencia as escolhas, as oportunidades, ou sua falta, e os muitos modos de viver e envelhecer. Segundo documento da OMS sobre envelhecimento (2015, p.8)³:

Embora parte da diversidade observada em idade mais avançada reflita a nossa herança genética⁴, a maior parte dela surge dos ambientes físicos e sociais que habitamos. Esses ambientes incluem o nosso lar, a nossa vizinhança e a nossa comunidade, que podem afetar diretamente a nossa saúde ou impor barreiras ou incentivos que influenciam as nossas oportunidades, decisões e comportamentos.

Neste contexto explicitamos que o termo cultura, em sua definição clássica, se refere ao repertório de normas, crenças, hábitos, modos de ver, viver e se relacionar, ou seja, um sistema de valores que marca a identidade do indivíduo e do grupo, em determinado tempo e lugar geográfico.

3 Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde – OMS, 2015. https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/186468/WHO_FWC_ALC_15.01_por.pdf;jsessionid=0E643A0A2D7E5BC7B9DA20182E158D13?sequence=6.

4 Steves, C. J.; Spector T. D.; Jackson S. H. Ageing, genes, environment and epigenetics: what twin studies tell us now, and in the future. *Age Ageing*. 2012 Sep;41(5): 581–6. doi: <http://dx.doi.org/10.1093/ageing/afs097> PMID: 22826292.

Importante destacar que todo o grupo social, e a cultura que o rege, influenciam e são influenciados por seus membros e, assim, sujeitos a instabilidades, ambiguidades e mudanças - *movimento mais incerteza* - pois na estrutura de todos os grupos sociais, mesmo nos mais tradicionais, pulsa a força das mudanças inevitáveis:

A atual temporalidade está tão composta quanto estilhaçada [...] o tempo natural não é mais matéria principal a partir da qual os homens constroem e geram suas temporalidades, fundando, assim, naturalmente, sua ordem social [ele] não reconhece mais em seu percurso de vida e na sua condição biológica os indicadores necessários à sua percepção do tempo (BALANDIER, 1997, p. 171).

Desse modo, a cultura também deve ser considerada na perspectiva filosófica de busca de sentidos - um devir -, a ser permanentemente questionada, contestada, transformada, recomposta, respondendo aos imperativos dos lugares, tempos, saberes, do prolongamento da vida e das inquietações próprias ao humano. Nesta perspectiva, a construção da cultura, com a respectiva gestão do longeviver, é demanda prioritária da sociedade contemporânea, sempre em processo de mudanças sociais, políticas, econômicas, e das possibilidades da longevidade avançada.

A busca é a de compreender os sistemas de significação e sentido desse processo de envelhecimento acelerado - uma conquista vivida pela primeira vez pela humanidade - longeviver em meio a mudanças, incertezas e provisoriedade -, na qual o indivíduo se depara também com a própria fragilidade, vulnerabilidade, ignorância, impotência, e o que “repentinamente escapa ao nosso saber, ao nosso poder e à nossa vontade” (LARROSA, 2015, p. 42).

Agora vivemos o sempre novo! E antes que possamos assimilar a novidade, ela já passou - um tempo acelerado, no qual a incerteza é predominante. Como viver e longevidade neste sempre 'novo' tempo impulsionado pelo desenvolvimento social, científico e tecnológico que anuncia, a cada pesquisa ou relatório, o prolongamento da vida?

Devemos lembrar que, só a partir do século XIX, a divisão da população em categorias etárias se torna prevalente nos estudos populacionais, sendo interessante destacar que a expectativa de vida na Europa, à época, girava em torno dos 40 anos, e era decorrente principalmente da baixa sobrevivência dos recém-nascidos, a morte precoce devido a doenças sem diagnósticos e tratamentos, e às epidemias. No Brasil, por volta dos anos 1900 a expectativa de vida era de 33,7 anos⁵, e os que avançavam, por sorte ou características pessoais favoráveis para idades um pouco mais avançadas sofriam da mesma desconsideração social que se observa hoje - a velhice associada à decadência física e social. Este panorama foi verificado em diferentes países ao longo do tempo, e no Brasil surge de forma mais evidente na década de 1960-70 quando o aumento da população de 60+ se impõe como problema social, e sempre associado às doenças e perdas (DEBERT, 1999).

A esperança de vida ao nascer, no quinquênio 1950-55, era de 49,1 anos para os homens e 52,6 anos para as mulheres; já no quinquênio 2015-20, a esperança de vida passou para 72,2 anos para os homens e 79,4 anos para as mulheres. Para o quinquênio 2095-2100, a projeção é que a esperança de vida ao nascer dos homens brasileiros chegue aos 86,4 anos e das mulheres 90,8 anos, dados que se referem à "longevidade" média de esperança ao nascer. Muitos, porém, vivem bem mais do que a média e, particularmente, em 2015 havia 431 mil idosos com "90 anos e mais",

5 <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-08/ibge-expectativa-de-vida-dos-brasileiros-aumentou-mais-de-75-anos-em-11>.

número que vai dar um ‘salto’ ao longo do século e deverá chegar a 10,8 milhões em 2100.

Já a longevidade como expectativa de vida – *lifespan* - é mais difícil de medir. Por exemplo, a pessoa mais longeva do país (comprovada por dados verificáveis) foi a mineira da cidade de Carangola, Maria Gomes Valentin (09/07/1896 – 21/06/2011), que viveu 114 anos e 347 dias (41.984 dias no total). Conhecida como Vó Quita, viveu em uma família de alta longevidade, e morreu poucos dias antes do aniversário de 115 anos.⁶

No entanto, os números citados em diferentes estudos, se bem que importantes como guias para a criação de políticas públicas, formação profissional e apoio social, não podem desconsiderar o caráter único e pessoal do processo de longeviver. Como já observado, a cultura é construída, entre outros, como “modos de ver, viver e se relacionar” e, assim, envelhecemos como vivemos – escolhas, modos, manias, erros e acertos – acrescido das fragilidades, maiores ou menores, que vão surgindo, próprias ao decorrer do tempo, de acordo com a cultura, o lugar social no meio ambiente e a genética.

Lalive d´Epinay e Spini (2007), em seus estudos sobre a longevidade avançada, indicam que a simples classificação em faixas etárias não dá conta de explicar a diversidade entre os mais idosos, pois constataram a coexistência, na mesma idade, de diferentes graus de comprometimento na saúde, o que realmente condiciona ‘modos de vida’ distintos uns dos outros.

Podemos considerar que na ‘construção’ de uma cultura do longeviver se destacam aspectos como precariedade, instabilidade e mu-

6 Dados fornecidos por José Eustáquio Diniz Alves, doutor em demografia e professor titular do mestrado e doutorado em População, Território e Estatísticas Públicas da Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE/IBGE, em consulta por e-mail em 23 de abril de 2018.

dança dos ‘esquemas’, à luz dos quais, usualmente, consideramos a vida em sociedade. A cultura, constituída por regras, costumes, hábitos de vida, vai sendo reconstruída, moldada com o passar do tempo, seja pela própria dinâmica da sociedade, seja pelo que regem os diferentes ciclos de vida e as subjetividades dos sujeitos, até a longevidade avançada... e até o fim.

Temos mais desafios que respostas, mais incertezas, mais desconhecimentos... Como se constrói a cultura e se faz a gestão do longeviver? Uma operação de risco... Uma aventura de reconhecimento. Como afirmam Almeida et al. (1998):

Não existem regras fixas, estradas sinalizadas, nem uma bússola, para nos indicar o caminho. Haveremos de abrir a picada ao caminhar. Sabemos fazer uso de nossas singularidades, de nossos sentidos, de nossa razão e de nossas paixões, para colocá-las à disposição de um projeto de uma sociedade mais justa. Um tal projeto é, ao mesmo tempo, solitário e coletivo, estético, científico e político.

Cenários do Longeviver

São múltiplos os cenários do longeviver nos tempos atuais, o que torna desafiador pensar na gestão do fenômeno de um tempo nunca vivido e, desse modo, considerar que essa gestão deva ser caracterizada como ação estratégica - resolução de problemas - nos processos administrativos de planejamento, organização, liderança e controle, aplicados ao longeviver em perspectiva pública e privada (MAXIMIANO, 2017).

Como já antevia e preconizava Harry Moody (1995), o que torna seu trabalho muito atual, tanto os anos vividos com incapacidades, como os anos de vida saudáveis, podem ser considerados de acordo com quatro cenários da longevidade, que indicam o sentido e a qualidade da vida como dado social, na medida em que requerem previsão de recursos específicos relativos a cada um dos cenários propostos sobre a etapa final da vida.

O primeiro cenário - prolongamento de comorbidades - parte do princípio de que a expectativa de vida tem crescido entre as pessoas mais velhas, graças aos avanços das ciências e da tecnologia, resultando em períodos mais longos com doenças, elevando, assim, os custos, tanto individuais como do Estado. Ante este cenário se impõe uma questão importante: como avaliar o que seja ‘qualidade de vida’ tanto na perspectiva das políticas sociais e de saúde públicas, como na dos direitos individuais? Qual o significado atribuído à vida? Assim como não se pode afirmar que existe uma velhice, devido às singularidades e subjetividades de cada indivíduo, então como definir o que pode ser (in)desejável?

O segundo cenário investe na redução das doenças, em uma velhice entendida como extensão da meia-idade, incentivada por políticas de prevenção, como, por exemplo, a política do Envelhecimento Ativo.⁷ Ambos os cenários partem das possibilidades de investimento na manutenção de indivíduos com comprometimentos graves na saúde, ou em dispositivos de promoção, manutenção e prevenção, aceitando os limites máximos do ciclo humano de vida, ou seja, cerca de 120 anos.

Fica em aberto uma reflexão sobre as ambiguidades relativas às possibilidades da manutenção desta previsão, considerando-se: os recursos financeiros necessários para estender o tempo de vida ao limite; que as fra-

7 http://ilcbrazil.org/portugues/wp-content/uploads/sites/4/2015/12/Envelhecimento-Ativo-Um-Marco-Pol%C3%ADtico-ILC-Brasil_web.pdf.

gilidades maiores serão inevitáveis, pois decorrentes do ‘desgaste’ natural do corpo; a vontade dos sujeitos. Será que todos gostariam de viver longamente a qualquer preço? Se sim, quais os custos? Quem arcaria com eles?

O terceiro cenário – prolongevidade - ou seja, a extensão da vida que parte do pressuposto de que o ser humano pode ultrapassar o limite do ciclo vital até agora reconhecido e, portanto, o envelhecimento é visto como uma doença que deve ser conquistada e curada, como vem pregando o biogerontologista inglês, Aubrey de Grey.⁸ Nesse cenário, os investimentos recaem em terapias genéticas, exigindo, assim, a transferência de recursos das “tecnologias da doença” em favor da investigação biomédica, a fim de curar doenças como artrite ou demência, para que não se retorne ao primeiro cenário.

A longevidade é uma questão discutida em centros de estudos avançados nos países mais desenvolvidos e patrocinados, em muitos casos, por empresas e alta tecnologia com interesses mais comerciais. Mas, quais seriam os custos individuais, familiares e da sociedade, visando à realização deste sonho humano, registrado ao longo da história? As mesmas perguntas relativas ao segundo cenário se repetiriam aqui.

Já o quarto cenário - recuperação da vida-mundo - supõe que o significado da vida esteja na aceitação da natural finitude humana e sucessão geracional, atitude oposta à biomedicalização da velhice e extensão tecnológica do tempo de vida. Nesta perspectiva, o Estado deveria promover e apoiar os cuidados paliativos domiciliares ao invés de estimular o prolongamento da vida com doenças, com altos custos coletivos e prejuízos para as futuras gerações em formação.

Todos esses cenários exigem gestão e alocação de recursos, seja em nível individual, familiar, empresarial, estatal e jurídico, perspectivas diferentes sobre a premissa de que o longeviver é possível, ou desejável, a uma

8 Aubrey de Grey, biogerontologista britânico, explica como a ciência pode desfazer o envelhecimento no livro *Ending Aging: The Rejuvenation Breakthroughs That Could Reverse Human Aging in Our Life time* (2008).

sociedade que envelhece. A qualidade de vida, o envelhecimento ativo, a sobrevivência indefinida e a aceitação coletiva dos limites podem trazer consequências muito diferentes para a alocação de recursos escassos. Este é o desafio que a Gestão do Longevidade terá que enfrentar, deixando claro que as diferentes eleições na alocação de recursos pressupõem ideias muito claras e específicas sobre o significado da última etapa da vida, e o que se considera como tempo ‘natural’ do curso de vida.

Esses temas fundamentais precisam ser colocados como prioritários à discussão sobre o futuro que queremos para cada um e para a sociedade. São muitos os ‘tabus’, e a negação das situações que se impõem à reflexão com a perspectiva do longevidade, e que prejudicam o real esclarecimento das questões e a necessária elaboração de políticas socioeconômicas e de saúde. Esta é uma prioridade que se destaca no contexto da gestão do longevidade – superar barreiras e avançar – uma responsabilidade social, da educação continuada e dos meios de comunicação.

Os cenários, como expostos por Moody (1995), têm como base as possibilidades do envelhecimento avançado em um país desenvolvido, como os Estados Unidos, o que se verifica também em estudos atuais realizados na Europa. Deixamos uma interrogação: qual destes cenários se aplica ao Brasil? Retornaremos a esta questão.

O envelhecimento - que se caracteriza como triunfo e ao mesmo tempo desafio para a sociedade - é um direito humano fundamental, como observado na 1ª Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento (1982, em Viena), quando os governos adotaram um plano de ação internacional em que um dos aspectos, dentre os reconhecidos como essenciais, é o papel da comunicação na elaboração de imagens positivas do envelhecimento. A velhice e o velho passaram a compor as narrativas midiáticas, a partir dos discursos meramente numéricos, muitos deles demográficos, que nos ditam jeitos redutores de olhar a questão.

Essa compreensão modula nossa visão, tanto em relação ao envelhecimento populacional, como também sua experimentação individual, direcionando-nos sobre o que iremos enxergar - muitas vezes a doença como único destino, e não risco, que se tem ao longo da vida. Os meios de comunicação, responsáveis pela instituição de ideários de velhice ou pela consolidação da discriminação etária sobre as mais diversas etapas da vida desempenham um papel fundamental. No entanto, as imagens da velhice que vêm sendo disseminadas são, no mais das vezes, reducionistas, e em grande maioria, escondem pressupostos e preconceitos culturalmente arraigados em relação aos mais velhos, o que deve ser enfrentado como proposto na campanha global da Organização Mundial de Saúde (2016), para combater a discriminação por idade e programar uma estratégia global e um plano sobre envelhecimento e saúde.

No quadro brasileiro, especialmente no estado de São Paulo, os territórios privilegiados dentro das narrativas numéricas têm sido o das investigações geriátricas, por um lado, que não se cansam de anunciar uma velhice frágil e praticamente só de perdas, e o dos discursos econômicos, que enxergam os idosos como ônus financeiro - esquecendo-se, no entanto, de que eles já foram produtores e agora são também consumidores dentro da dinâmica econômica atual. Nesse sentido, a mídia vem anunciando o envelhecimento como problema e, recentemente, como uma etapa da velhice ativa e produtiva. Nessas narrativas os meios de comunicação, responsáveis pela instituição de ideários de velhice ou discriminação etária sobre as mais diversas etapas da vida têm um papel fundamental. Afinal, que ambiente a mídia está construindo para o nosso longeviver? Quais são os estudos, programas (federais, estaduais, municipais), projetos e prestações de serviços concretos que contemplem o envelhecimento humano? Como a sociedade está reagindo com relação aos problemas nacionais que envolvem o longeviver?

Entendemos como fundamental o concurso das Ciências Sociais e Humanidades nesta reflexão, tendo em vista sua noção abrangente do conjunto da sociedade e das suas carências principais em relação ao envelhecimento humano, o qual depende do meio social como indicam estimativas recentes⁹, ao revelarem que a genética é responsável por apenas 30% do envelhecimento saudável, dado que o ambiente determina os outros 70%.

Neste contexto, afirma Marcovitch (2002), o desafio de desvendar a sociedade, que envelhece no Brasil, “não pode prescindir daqueles que o interpretam” na perspectiva humanisticamente mobilizadora e capaz de sensibilizar os formadores de opinião.

A Gestão do Longevidade no Brasil – uma visão estratégica

Ante o quadro complexo com o qual nos deparamos ao analisar o envelhecimento individual e populacional, mundial e nacionalmente, surge importante questão: todas as previsões que apontam para a longevidade avançada, e os programas para manter a qualidade de vida, nesta fase, têm necessidade de recursos financeiros e de profissionais especializados.

Na área da gerontologia social, a educação continuada contempla o exercício de reaprender e refazer, individual e coletivo, que se concretiza no movimento da escuta sensível nos grupos - descobrir, construir, aprender e ensinar com a, e a partir da, intersubjetividade que se estabelece pela reflexão, trocas de experiências, análises de casos, entre outras possibilidades que surgem de encontros integrativos. Os projetos de trocas de “saberes-fazer” são caminhos de descobertas para profissionais e formadores, e as perguntas geradoras de reflexões devem ser lançadas a

⁹ Ver entrevista da geneticista Mayana Zatz, professora do Departamento de Genética e Biologia Evolutiva do Instituto de Biociências (IB) da USP, à Radio USP, em 18/04/2018. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/relacao-entre-genetica-e-meio-ambiente-revela-segredos-do-envelhecimento/>.

todos, perspectiva que implica diálogo, parceria e interação de intersubjetividades, desafio que exige clareza dos objetivos, tempo de encontro e reflexão na busca de ações integrativas, significativas e humanizadas (BRANDÃO; CÔRTE; FAZENDA, 2015).

Destacamos que devemos capacitar pessoas em formação aplicável à atuação profissional, com competência e consciência crítica, nos diversos campos de trabalho, elevando-se, assim, a qualidade da gestão, dos produtos, serviços e processos e, conseqüentemente, o gerenciamento do longevidade. A forma de endereçar essas múltiplas questões interdisciplinares será por meio da gestão do fenômeno da longevidade, caracterizada como ação estratégica (resolução de problemas) dos processos administrativos de planejamento, organização, liderança e controle, aplicados ao longevidade.

Neste panorama, a gestão do longevidade é prioritária, tanto em termos individuais como no aperfeiçoamento das políticas públicas e de saúde, e envolve formação continuada de profissionais e distribuição adequada de recursos, de modo a atender, segundo a necessidade de cada grupo, a população como um todo sensível nos grupos - descobrir, construir, aprender e ensinar com a, e a partir da, intersubjetividade que se estabelece pela reflexão, trocas de experiências, análises de casos, entre outras possibilidades que surgem de encontros integrativos.

Os projetos de trocas de “saberes-fazer” são caminhos de descobertas para profissionais e formadores, e as perguntas geradoras de reflexões devem ser lançadas a todos, perspectiva que implica diálogo, parceria e interação de intersubjetividades, desafio que exige clareza dos objetivos, tempo de encontro e reflexão na busca de ações integrativas, significativas e humanizadas (BRANDÃO; CÔRTE; FAZENDA, 2015).

Segundo Batista e Batista (2004, p. 36), planejar refere-se a um conjunto de ações intencionais, com vista a metas e resultados desejados - ‘o

exercício de uma racionalidade na busca de maior eficiência/eficácia'. A partir do planejamento se definem as estratégias - planos e métodos -, a serem utilizados para alcançar um objetivo ou resultado específico.

Alertamos que a formação continuada e o apoio de idosos e familiares são igualmente necessários, mas são uma estratégia ainda pouco desenvolvida nos serviços sociais e de saúde pública. A adesão ao tratamento e os cuidados preventivos passam pela atenção própria à relação solidária entre os envolvidos na ação cuidar/ser cuidado. O apoio ao autocuidado é importante ao longo da vida, especialmente na fase do envelhecimento avançado, visando à manutenção da independência e autonomia, com impacto relevante também na saúde familiar.

A ser destacado o apoio estratégico às famílias com idosos fragilizados, para que estes sejam bem cuidados em suas casas, uma das possibilidades no Brasil, como proposta no Relatório sobre Envelhecimento e Saúde (OMS, 2015), aliando-se aos investimentos em educação continuada de familiares e profissionais e em políticas públicas, ampliadas com a implantação de maior número de Centros-dia ou ILPIs destinados àqueles mais fragilizados, sem grupos de apoio e/ou recursos financeiros.

O relatório da OMS (2015)¹⁰ indica ainda que não existe um idoso 'típico', pois cada indivíduo é impactado, de diferentes maneiras, por eventos que ocorrem ao longo da vida, e que o documento 'busca avançar o debate sobre a resposta de saúde pública mais apropriada ao envelhecimento das populações e que tem [como principal objetivo] guiar a implantação de medidas concretas de saúde pública que podem ser adaptadas para países em diferentes graus de desenvolvimento econômico'. Deste modo, a visão estratégica, que enfatizamos neste tópico, apoia-se em diferentes estudos e documentos internacionais que bali-

10 Disponível em: <https://sbgg.org.br/wp-content/uploads/2015/10/OMS-ENVELHECIMENTO-2015-port.pdf>.

zam as diretrizes de apoio, cuidado e atendimento na área de saúde e social, visando à realidade brasileira, nosso ‘chão’ de atuação e responsabilidade social.

Ao refletir sobre o envelhecimento hoje, devemos repensar e superar a dicotomia entre saúde-doença, e o papel das políticas públicas sociais e de saúde, dirigidas àqueles que alcançaram esta etapa, vista apenas no sentido assistencial protetivo. A partir das reflexões apoiadas nos documentos das Nações Unidas¹¹ e da ILC (2015),¹² consideramos que o conceito de Envelhecimento Ativo deve ser empregado e entendido em seu amplo espectro, pois no Brasil ele foi ‘interpretado’ como um ‘ativismo’ esperado dos indivíduos mais idosos, quase uma obrigação, desconsiderando as variáveis múltiplas que se impõem nessa fase da vida.

O mercado utiliza este viés para impulsionar a venda de produtos e ‘modos de vida’ nos quais o consumo é o foco principal - remédios, suplementos alimentares, produtos tecnológicos, viagens, entre outros, sempre com imagens de idosos saudáveis, bem nutridos, sorridentes e ‘de bem com a vida’. Os que não se encaixam neste perfil são penalizados com rótulos, também vendidos subliminarmente, de ‘outros velhos’, aqueles que não seguem o ‘modelo’ por preguiça, falta de vontade, os depressivos, entre outros julgamentos que desconsideram os diferentes modos e possibilidades – financeiros, sociais, culturais, de saúde, ou modos de ser, viver e longeviver.

Devemos destacar que o documento da OMS (2005, p. 13) já esclarecia que o termo “ativo” significa “participação contínua nas questões sociais, econômicas, culturais, espirituais e civis”, deixando expresso que o termo

11 Disponível em: Active Ageing Index 2014 - Analytical Report. https://ec.europa.eu/eip/ageing/library/2014-active-ageing-index-aaai-analytical-report_en.

12 Disponível em: http://ilcbrazil.org/portugues/wp-content/uploads/sites/4/2015/12/Envelhecimento-Ativo-Um-Marco-Pol%C3%ADtico-ILC-Brasil_web.pdf.

13 Organização Mundial da Saúde – OMS. Envelhecimento ativo: uma política de saúde/World Health Organizations. Tradução: Suzana Gontijo. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_ativo.pdf.

não se refere “somente à capacidade de estar fisicamente ativo ou de fazer parte da força de trabalho”. Em 2015, a Política do Envelhecimento Ativo foi revisada e, para além dos pilares saúde, participação e segurança, foi acrescentada a aprendizagem ao longo da vida, produzindo-se, assim, um novo documento, intitulado Marco Político do Envelhecimento Ativo,¹⁴ que pressupõe um conjunto de princípios para nortear a ação política. Na atual versão, o Envelhecimento Ativo é considerado um processo contínuo, um investimento que se estende por toda a vida, e pode ser definido como “ter acesso às reservas necessárias a se adaptar, suportar, e aprender com os desafios enfrentados ao longo da vida” (ILC, 2015, pp. 42-43).

O que os documentos internacionais têm enfatizado são as possibilidades do investimento social, visando à maior participação no mercado de trabalho, se desejado ou necessário, e a capacidade de viver de forma independente na velhice, perspectiva na qual haveria a valorização dos importantes conhecimentos e da sabedoria dos idosos, reforçando os laços geracionais, e a capacidade de resistência humana e estrutural da sociedade, para lidar com os desafios econômicos e sociais em longo prazo.

São muitas as questões que envolvem a longevidade avançada, em panorama de avanço nos estudos e pesquisas no tema; muitos são os diagnósticos e prognósticos como observados nos documentos internacionais. Mas, neste ponto indagamos: em qual dos cenários, apontados por Moody, podemos ver a realidade brasileira?

Acreditamos que o primeiro cenário – o prolongamento de comorbidades, e o segundo – que busca a redução das doenças e a velhice como extensão da meia-idade, decorrente dos preceitos difundidas nas políticas de prevenção, ambos já podem ser considerados como realidade. O terceiro cenário – prolongevidade / envelhecimento, visto como doença a ser

14 Disponível em: http://ilcbrazil.org/portugues/wp-content/uploads/sites/4/2015/12/Envelhecimento-Ativo-Um-Marco-Pol%C3%ADtico-ILC-Brasil_web.pdf.

conquistada e curada, por meio de terapias genéticas, avança nos centros de estudos de hospitais de referência, especialmente nas regiões sul e sudeste, mais desenvolvidas, mas de forma ainda restrita a algumas doenças e acessíveis a grupos com maior poder aquisitivo.

Alguns desses procedimentos e medicamentos são anunciados como disponibilizados nos serviços públicos de saúde, mas o que se constata, cotidianamente, é a falta dos medicamentos, já disponíveis, para tratamento de doenças com graus de complexidade variáveis, e que atingem todas as faixas etárias.

Quanto ao quarto cenário, no qual se o significado da vida estiver na aceitação da natural finitude humana e da sucessão geracional, atitude oposta à biomedicalização da velhice e à extensão tecnológica do tempo de vida, consideramos que existe ainda um longo caminho a ser percorrido.

A morte ainda parece antinatural e são muitas as barreiras para abordar o tema e organizar, de forma adequada, a previsão de cuidados paliativos hospitalares ou domiciliares. Vale observar que esta dificuldade de aceitação não fica restrita ao idoso e/ou familiares, mas se verifica ainda entre alguns profissionais de saúde, mesmo ante ao documento das Diretivas Antecipadas de Vontade, e o cuidado paliativo é visto, por muitos, como uma ‘sentença de morte’. Sobre este tema, afirma Gawande (2015, p. 16):

A capacidade científica moderna alterou de forma profunda o curso da vida humana. As pessoas vivem mais e melhor do que em qualquer outra época da história. Porém os avanços científicos transformaram os processos de envelhecimento e da morte em experiências médicas, em questões a serem gerenciadas por profissionais de saúde. E nós, no mundo médico, demonstramos estar alarmantemente despreparados para isso.

Considerando o cenário brasileiro, vemos que as pesquisas na área de saúde estão muito avançadas e, em alguns hospitais ou centros médicos, o atendimento para prevenção e tratamento se equipara aos melhores do mundo. Mas, o que dizer do serviço público de saúde dirigido à população mais carente? Este é um dos pontos mais evidentes da desigualdade social em nosso país. Quem tem acesso à prevenção, fundamental, desde a infância? Postos e hospitais sem médicos, sem vagas, leitos nos corredores, falta de medicamentos, a dificuldade de se marcar consulta com especialistas, exames, mais ou menos complexos, de conseguir vaga para uma cirurgia? Sem falar da falta de serviços de apoio domiciliares, centros-dia, e ILPIs para idosos em grau avançado de dependência, muitos sem família cuidadora.

Importante destacar, neste cenário, que o número de pessoas vivendo com demência duplicou entre 1990 até 2016, principalmente devido ao crescimento da população que vive a longevidade avançada. Apesar dos progressos nos estudos, na prevenção e tratamentos, a demência constitui ainda um desafio crescente para os sistemas de saúde em todo o mundo.¹⁵ No Brasil o crescimento da população idosa com demência é considerado um problema de saúde pública, sendo que o risco do surgimento da Doença de Alzheimer dobra a cada cinco anos, a partir dos 65 anos.

Segundo estudos, acima dos 80 anos, um em cada três idosos tem chance de desenvolver uma demência, observando-se que o número de mulheres é prevalente, tendo como causa provável a maior longevidade do gênero feminino. Os custos associados a essa doença são extremamente altos, incluindo os custos médicos e não médicos diretos, como o gasto com cuidadores, aliado à perda da produtividade tanto do paciente como do cuidador.

15 Global, regional, and national burden of Alzheimer's disease and other dementias, 1990–2016: a systematic analysis for the Global Burden of Disease Study 2016. Disponível em: www.thelancet.com/neurology Vol. 18 January, 2019.

Assim, tendo como referência os diferentes estudos nacionais e internacionais e o horizonte da realidade socioeconômica e política do nosso país, devemos destacar como prioridade a gestão do longeviver, o que implica em planejamento estratégico, tendo como realidade um país desigual, não só em termos econômicos e sociais, mas também considerando suas diferenças regionais e nelas as especificidades de cada grupo humano.

Essa reconcepção da vida cotidiana como a realidade por excelência se opõe aos modelos biomédicos do envelhecimento, que consideram a velhice como tendo uma única direção e destino: o adoecimento e o tratamento médico. Devemos reforçar a diversidade presente no processo do envelhecer e a singularidade de quem o vivencia, afastando-se tanto da visão biomédica pessimista, como do ‘falso’ otimismo da velhice saudável como responsabilidade e vontade pessoal.

Considerações

O que é longeviver na sociedade brasileira? Uma pergunta com muitas respostas, tantas quantas são os indivíduos nas cidades, vilas, povoados deste imenso, diverso e desigual país. A gestão estratégica na distribuição de bens – recursos financeiros e pessoais, e a formação permanente – podem ser a base para uma mudança substantiva no projeto social de viver muito e bem.

Segundo Côrte e Brandão (2018), os dados publicados no relatório *Global Age Watch* (2014)¹⁶ indicam que, no item qualidade de vida para o idoso, a Noruega ocupa o primeiro lugar, seguida da Suécia, Suíça, Canadá e Alemanha. O Brasil aparece no 58º lugar no *ranking*, bem abaixo da média global. Os dados do relatório, baseados em vários documentos de

16 Estudo organizado pela instituição britânica Help Age International. Recuperado em 01 outubro, 2014, de: <http://www.helpage.org/global-agewatch/>.

instituições internacionais, levaram em consideração fatores como: renda; saúde - expectativa de vida e bem-estar psicológico; transportes - possibilidade de trabalho ou educação; e segurança.

É nesse sentido que o planejamento estratégico deve ter como base os dados de pesquisas internacionais – que balizam os grandes temas e fornecem indicativos relevantes -, mas sem desconsiderar as diferenças que temos em relação aos países mais desenvolvidos.

Devemos, assim, articular estes estudos com os nacionais, em todos os Estados e cidades do país – muitos até já existentes, mas não aproveitados -, destacando o potencial e as necessidades mais urgentes de cada um, buscando elaborar projetos e políticas sociais e de saúde que sustentem e incentivem o envelhecimento ativo e participativo em sentido alargado: como possibilidade da manutenção no mercado de trabalho, quando desejado; pensões adequadas após o término no ciclo de produção material, acesso à saúde de qualidade e assistência social voltada para necessidades e desejos - dos que querem ter acesso a novos conhecimentos – educação continuada; daqueles que precisam de apoio para continuar independentes; dos que precisam de suporte efetivo/ afetivo visando à manutenção da dignidade pessoal e o aumento dos índices de qualidade de vida.

Os programas/projetos dirigidos à população mais idosa devem incentivar o contínuo desenvolvimento do seu potencial visando, não só ao bem-estar pessoal, mas ao do conjunto dos cidadãos. Os estudos regionais e comparativos, entre diferentes regiões, seja do país, dos estados e cidades, poderiam fornecer informações precisas sobre as reais necessidades de diferentes grupos e indivíduos norteando, assim, a elaboração e monitoramento das políticas públicas de assistência e saúde. Os recursos devem ser considerados como investimento e benefícios futuros, com manutenção da vida longa e digna, e não como ‘despesas’, como é habitu-

almente ressaltada. O conjunto de investimentos, e seu monitoramento, contribuirá também no sentido de promover e sensibilizar para os desafios e oportunidades que as pessoas idosas enfrentam no longeviver, bem como incentivar a busca de melhores maneiras de desenvolver seu pleno potencial, visando a aumentar seu próprio bem-estar e contribuir para melhorar a sustentabilidade futura dos sistemas de bem-estar público em perspectiva geracional.

A importância das pesquisas científicas avançadas no Brasil, assim como o provimento de novos recursos devem também ser objeto de investimentos constantes, visando ao benefício de todos. No entanto, devemos destacar que, devido às desigualdades sociais existentes no Brasil, devemos reforçar os investimentos e ações dirigidas à atenção básica social e de saúde, que não atinge a população de forma igualitária, além de investir e gerenciar a aplicação de recursos financeiros e tecnológicos que possam servir ao desenvolvimento das necessidades fundamentais como educação, moradia, preservação do meio ambiente, saneamento básico – cuja falta é geradora de fragilidades sociais, doenças e mortalidade em diferentes faixas etárias. Ao refletir sobre envelhecimento hoje, devemos repensar e superar a dicotomia entre saúde-doença e o papel das políticas públicas sociais e de saúde dirigidas àqueles que alcançaram esta etapa, e ir além do sentido assistencial protetivo.

Tomando como referência os muitos estudos e programas internacionais, consideramos que a gestão do longeviver poderia ter, como base de dados, projetos de análises, em todos os Estados e cidades do país – muitos até já existentes, mas não aproveitados -, destacando o potencial e as necessidades mais urgentes de cada um, buscando elaborar políticas que sustentem projetos que incentivem o envelhecimento ativo e participativo em sentido alargado: como possibilidade da manutenção no mer-

cado de trabalho, quando desejado; pensões adequadas após o término no ciclo de produção material, acesso à saúde de qualidade e assistência social voltada ao fortalecimento de vínculos e participação social e para necessidades e desejos - dos que querem ter acesso a novos conhecimentos - educação continuada; daqueles que precisam de apoio para continuar independentes; dos que precisam de suporte efetivo/afetivo, visando à manutenção da dignidade pessoal.

Como reflete Moody (1995), o importante, no contexto da longevidade avançada, é deixar clara a necessidade de alocação de recursos, segundo os significados que adquire a última fase da vida para cada indivíduo, família ou grupo social, e que envolvem questões existenciais, filosóficas, financeiras e jurídicas.

Como já observado por Morin (2001), não existem respostas simples frente a problemas complexos, e estamos diante da complexidade dos significados básicos da vida humana - o sentido da vida - de seu início até seu fim. Esta complexidade pode ser observada no 'avesso' deste tecido, que (se) trama entre indivíduos e culturas e se materializa no direito - a vida em sociedades. O desafio é este de (con)viver entre iguais, como humanos, diferentes, por características e escolhas pessoais, na desigualdade imposta pelo 'lugar' em que se vive, por escolha ou destino. Mas, mais difícil é longe-viver nos cenários diversos/desiguais que a contemporaneidade nos apresenta. Fica a questão - como realizar a gestão estratégica da vida e sua possibilidade de avançar no tempo, além do tempo? Questões filosóficas que exigem respostas práticas passíveis de serem equacionadas, com resultados eficientes e eficazes - grande desafio no mundo instável, incerto, desordenado, desigual, que anuncia, a cada dia, simultaneamente todas as possibilidades, ou... mas vamos tentar?

Referências

ALMEIDA, M. C. et al. (1998). **Ética, Solidariedade e Complexidade**. São Paulo: Palas Athena.

BALANDIER, G. (1997). **A Desordem – Elogio do Movimento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BATISTA, N.; BATISTA, S. H. (Orgs.). (2004). **Docência em Saúde – temas e experiências**. São Paulo: Editora SENAC.

BRANDÃO, V.; CÔRTE, B.; FAZENDA, I. (2015). A Interdisciplinaridade na Gerontologia Social. **Revista Interdisciplinaridade**, n. 7. pp. 61-70. ISSN 2179- 0094. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/interdisciplinaridade/article/view/25067>.

CÔRTE, B.; BRANDÃO, V. (2018). Longevidade Avançada - A reinvenção do tempo. **Revista Kairós-Gerontologia**, 21(1), 213-241. ISSN 2176-901X. São Paulo (SP), Brasil: FACHS/NEPE/PEPGG/PUC-SP. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/download/39523/26782>.

DEBERT, G. G. **A reinvenção da velhice**. São Paulo: SP: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 1999.

GAWANDE, A. (2015). **Mortais – nós, a medicina e o que realmente importa no final**. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva, 2015.

LALIVE d'ÉPINAY, C.; SPINI, D. Le grand âge: un domaine de recherche recent. Fond. Nationale de Gérontologie | **Gérontologie et société**, v. 4, n. 123, pp. 31-54, 2007. Disponível em: <http://www.cairn.info/revue-gerontologie-et-societe-2007-4-page-31.htm>.

LARROSA, J. **Tremores. Escritos sobre a experiência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

MARCOVITCH, J. Os desafios da área de Humanidades no Brasil e no mundo. **Revista Estud. Avanc.**, vol.16 n. 46. São Paulo Sept./Dec, 2002.

MAXIMIANO, A. C. A. **Teoria Geral da Administração: da Revolução Urbana à Revolução Digital**. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MOODY, H. Ageing, Meaning and the Allocation of Resources. **Ageing and Society**, 15(2), pp. 163-184, 1995. Disponível em: doi:10.1017/S0144686X0000235X.

MORIN, E. **A Religação dos Saberes: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2001.

Beltrina Côrte – Doutorado e pós.doc em Ciências da Comunicação pela USP. Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento Regional e formação em Jornalismo. Docente da PUC-SP desde 2001. Coordenadora do grupo de pesquisa certificado pelo CNPq “Longevidade, Envelhecimento e Comunicação”. Editora do *site* Portal do Envelhecimento e Portal Edições. Gestora do Espaço Longeviver de Educação Continuada sobre o envelhecimento humano. E-mail: beltrina@pucsp.br

Vera Brandão – Mestrado e Doutorado em Ciências Sociais/Antropologia e pós.doc em Gerontologia Social pela PUC-SP. Formada em Pedagogia pela USP. Pesquisadora do Núcleo de Estudo e Pesquisa do Envelhecimento e do grupo de pesquisa Longevidade, Envelhecimento e Comunicação. Editora da Revista Longeviver. E-mail: veratordinobrandao@hotmail.com



II

Longeviver e mercado: considerações sobre o velho empreendedor de si



Celina Dias Azevedo
Maria Helena Villas Bôas Concione

Introdução

A partir de uma problematização do longeiver sob a égide do neoliberalismo, propomos refletir sobre como a economia e o mercado orientam atividades e comportamentos, engendrando formas de subjetivação na velhice.

A configuração da unidade-base da sociedade do indivíduo para o indivíduo-empresa - o Empreendedor de si – é a mais perfeita tradução da governamentalidade neoliberal. Prenunciando a relevância de tal termo, remetemo-nos ao prestígio que assumiu na contemporaneidade a propagação de propostas ao empreendedorismo do velho, por exemplo, como elemento crucial a contemplar orientações do envelhecimento ativo.

Nesse contexto é que refletiremos como, a partir de demandas do neoliberalismo e respaldada pela criação de um mercado de projetos educativos e culturais voltados aos velhos, estabeleceu-se a figura do velho Empreendedor de si como modelo de envelhecer.

Queremos aqui discorrer, e apresentar considerações sobre essa subjetivação que, ancorada em documentos norteadores, em pesquisas e estudos que valorizam as *performances*, o consumo, a qualidade de vida, a concorrência e o marketing pessoal, passa a produzir, por meio de práticas e discursos, uma velhice submetida ao especialista, à juventude, à saúde, ao mercado, à concorrência, a códigos de comportamento, a um envelhecimento ativo, enfim!

Aproximando o tema

O conceito do “Envelhecimento Ativo” permeia quase que a totalidade das ações voltadas aos velhos na contemporaneidade. Funciona como um dispositivo de poder e produção de subjetividade que sobrecarrega a velhice de controles, interferindo e combinando ações de organismos da sociedade civil e da esfera públicas, documentos regulatórios, leis, mídia e consumo.

Recorrendo a Foucault,¹⁷ entendemos, nesta reflexão, esse dispositivo como a rede que se estabelece entre os discursos, entre as instituições, nos enunciados científicos, nas leis e regulamentações que, em certo momento histórico, assumem uma função estratégica, inscrito em um jogo de poder, que passam a condicionar certos tipos de saber e são por eles condicionados. Sabemos que perceber e refletir sobre a complexidade e a tessitura dessa trama de relações que constroem ideações para uma boa velhice podem fundamentar escolhas e criar maneiras de confrontar, resistir e refutar essa submissão.

A partir de discursos produzidos, impõem-se estereótipos para a velhice povoada de velhos frágeis a precisar de cuidados; velhos consumidores, sedentos de produtos e, também, prontos a oferecer, por meio do voluntariado e da continuidade no mercado de trabalho, sua energia e sua força de trabalho. Contaminado pelo Neoliberalismo, em que vigora a ideia do empreendedor de si, detectam-se valores do campo econômico que migram para o campo social, direcionando questões e criando subjetivações, determinando modelos do viver e taxando aqueles que não os seguem de indolentes, estranhos e incapazes, “sem méritos”.

Seres velhos, velhices?

A velhice como construção social, aponta para a aparência como elemento central na identificação do velho, segundo características difundidas e reconhecidas como próprias da velhice, principalmente aquelas inscritas no corpo. Por meio do marcador etário, ou idade cronológica determinada legalmente pelo Estado¹⁸ - dado arbitrário e manipulável,

17 FOUCAULT, M., apud AGAMBEN, G. O que é um dispositivo? In O que é contemporâneo? e outros ensaios. Chapecó, Argos, 2009, p.28.

18 No Brasil, o Estatuto do Idoso (Lei 10741. 1º out. 2003) indica os 60 anos como marco para categorizar o idoso - Art. 1º É instituído o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, em consonância à Resolução 39/125 da Organização das Nações Unidas – ONU, que determina os 60 anos, para os países em desenvolvimento e os 65 anos, nos países desenvolvidos, como as idades que demarcam a classificação do indivíduo na categoria idoso.

que tem por objetivo produzir um modelo hegemônico e universal de ser velho – também se reconhece o sujeito inserido na velhice.

Maria Helena Villas Boas¹⁹ discorre, no artigo *Medo de envelhecer ou de parecer*, a respeito da identidade do velho sobre qual o medo existente: envelhecer ou parecer velho? A autora cita em seu texto a percepção de um grupo de idosos inquiridos sobre a velhice e registra:

As considerações dos depoentes, na sua maioria, assinalam de fato características presentes no corpo como demarcadoras de idade (perda de beleza, rugas, doenças, dificuldade de movimentos etc.). Nessas marcas, a perda da beleza (“do frescor” e “do viço”) aparece como elemento primordial. É de se notar, também, que o padrão de beleza implícito é o da juventude – beleza “perde-se”, não se admite a possibilidade de outros padrões ou de padrões alternativos [...]

Villas Bôas aponta, ainda, para um modelo social de velho - construído em oposição ao do jovem -, medicalizado, sem atrativos físicos, que encerra um estigma do qual os indivíduos categorizados nesse lugar procuram fugir. Ironicamente, para escapar, reproduzem o discurso que prega o controle sobre o corpo e os modelos para um bem-viver, que tem como base ações para “manter o corpo ativo e a mente alerta”, manutenção da saúde e a interferência direta sobre as marcas corporais com cosméticos e plásticas estéticas, além da atividade física.

Outro ponto importante apontado pela autora, nesse estudo, diz respeito ao medo manifestado pela perda de autonomia, da independência

19 VILLAS BÔAS, M.H. “Medo de envelhecer ou de parecer?” In Revista Kairós-Gerontologia, São Paulo, v. 10, n.2, dez. 2007.

como algo que não se pode escapar na velhice, geralmente associada mais à “natureza biológica intrínseca à humanidade” e menos a uma construção sociocultural da velhice. Nas palavras de entrevistados “ser velho é ficar doente e solitário”, “velho não é uma pessoa alegre, velho é recalcado”.

Segundo Tótorá,²⁰ “O que singulariza a época atual é a articulação de uma cultura de desvalorização da velhice e tecnologias de poder de intervenção e controle sobre o corpo dos velhos”.

Diante desse cenário, não é difícil perceber porque, diariamente, somos confrontados com produtos, terapias e saberes voltados para o “bom envelhecer”, além de receitas prontas para uma velhice saudável e feliz, que misturam referências e indicações tal qual mercadorias que podem ser escolhidas em uma vitrine.

O “Envelhecimento Ativo” - proposto pela Organização Mundial da Saúde - ocupa a centralidade nos discursos em torno do tema do envelhecimento, sob as mais diversas perspectivas. “Ativo” tornou-se palavra-chave que contaminou sobremaneira as discussões, políticas e ações para os velhos e, na mesma toada, os discursos, orientações e reflexões sobre o processo de envelhecimento. “Ativo” passou a ser uma adjetivação para a vida que segue um curso normal e linear do nascimento até a morte. Tem-se à disposição os modelos da “velhice de pijamas”, da “velhice frágil” ou, cada vez mais insistentemente, o “Envelhecimento Ativo” a nortear a vida.

Deparamo-nos com uma associação direta entre velhice e doença; velhice e morte; velhice e perdas; velhice e limitações, pontos comuns encontrados nos discursos, de uma forma geral, que corrobora o olhar cultural que associa quase que de imediato: velhice = fragilidade. Para fugir desse “destino” os velhos devem seguir prescrições para uma alimentação saudável, praticar atividades físicas. O discurso de controle sobre o corpo e

20 TÓTORA, S. “Apontamentos para uma ética do envelhecimento”. Revista Kairós-Gerontologia, São Paulo, vol.11, n.º 1, pp. 21-38, jun.2008. p.22.

os modelos para um bem-viver estão presentes. Essa percepção molda as relações com os velhos e, provavelmente, de seu próprio envelhecer. Afinal, quem deseja envelhecer e tornar-se frágil, doente, cheio de limitações?

Está posta - implícita e explicitamente - a responsabilidade individual pela manutenção da própria saúde e por um autocontrole que auxilia no distanciamento dos maus hábitos: o fumo, a bebida, a comida não saudável, o sedentarismo. Diante disso, facilmente passamos da “responsabilização” para a “culpabilização”, porque, afinal, está nas mãos de cada um uma vida com qualidade, normal, sem sobressaltos. Ideia distante do cuidado de si proposto por Foucault²¹ “[...] aquilo que nos constitui como sujeito verdadeiro de nossos atos”, que pede uma atitude ativa ao invés da submissão a um modo de viver prescrito por um saber, fruto de uma relação de poder, que pede um fortalecimento para a vida.

O “empreendedor de si” surge como figura de comportamento responsável e ativo, atualizado, instrumentalizado e qualificado, apresenta-se como alternativa para o “reaproveitamento” dos velhos para o mercado. Modelos são criados e repetidamente apontados – por especialistas, acadêmicos - para que os velhos tenham, em alguma medida, seus corpos, suas forças e potências controladas. As formações discursivas normatizam, regulam, para uma suposta positivação do envelhecer imposta, construídas e replicadas.

Deterministas, tais modelos ainda apontam acusadoramente para aqueles que não seguem suas orientações, resultando na responsabilização e culpabilização dos indivíduos. Àqueles que não optaram por boas escolhas, resta toda a sorte de infelicidades na velhice. O poder exercido por essa conotação positiva conquista a todos, velhos, profissionais, instituições, todos aderem de forma espontânea, de sujeitos passam a sujeitados. A articulação entre fundamentos teóricos, experiências empíricas, a análise dos discursos

21 FOUCAULT, M. A hermenêutica do sujeito. Tradução Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. São Paulo, Martins Fonte, 2004. p. 651.

que envolvem o envelhecimento podem desvelar um olhar sobre a vida como possibilidades de experimentação e criação que permita bons encontros, em uma dimensão da vida na qual é possível se reinventar e se expressar.

O envelhecimento ativo apresenta os velhos como consumidores, abordando os temas da educação permanente; a saúde permeando os discursos sobre o envelhecer; o controle por meio do medo; a tutela; a imposição de modelos; o conhecimento como *commodity* tornando-se mera ilustração para preservação do empreendedor.

Agamben²² nos lembra de que “contemporâneo é aquele que recebe em pleno rosto o facho de trevas que provém do seu tempo”, no entanto, perceber o escuro não basta, é preciso interrogá-lo! Faz-se necessário dar visibilidade, lançar luz para o que está para além do que podemos enxergar, procurando entender porque, justamente, o que traz orgulho “à nossa época” nos incomoda.

Para isso, um afastamento, perceber outras perspectivas que permitam perguntar, por exemplo, como proposições que têm por objetivo o cuidado, a positivação e, ao mesmo tempo, a “valorização” do velho continuam, ao contrário, construindo e reproduzindo preconceitos e modelos que aprisionam a vida, determinando comportamentos, estabelecendo assujeitamentos e desvalorizando a potência de vida ao invés de afirmá-la?

Empreendedor de si: o indivíduo visto como empresa

As bases do neoliberalismo americano e da Teoria do Capital Humano serviram de mote para Michel Foucault referir-se, ainda na década de 70, ao Empreendedor de si, produto da governamentalidade neoliberal que permitiu e estimulou a constituição do indivíduo-empresa, substituindo o indivíduo como unidade-base da sociedade.

22 AGAMBEN, G. O que é contemporâneo?, p. 64.

As reflexões de Foucault sobre o neoliberalismo da Escola de Chicago, particularmente, a partir da teoria do Capital Humano aponta para as práticas discursivas sobre o Estado Mínimo e a livre concorrência no mercado, que propiciaram sua emergência. Sob a égide do neoliberalismo, compõe-se uma governamentalidade, que busca programar estrategicamente o comportamento dos indivíduos.

O pensamento neoliberal desenvolvido pelos membros da Escola de Chicago, acabou por predominar e se disseminar mundialmente.

Outro aspecto desse neoliberalismo é a organização de toda a sociedade como empresa, que redefine as regras do direito para facilitar as transações e os contratos, promove um sistema de arbitragens entre os consumidores, cria um sistema de reciprocidade entre economia e direito, **propõe um capitalismo como relação social e modo de vida,** introduz o Estado de Direito na economia, em que o Estado deve prestar regras para a geração de renda e para regular danos e conflitos, através de mediações jurídicas, forjando intensa judicialização das relações sociais.²³ (Grifos nosso)

Uma das consequências da transformação do indivíduo para indivíduo-empresa foi o incentivo ao investimento na educação e no aprendizado. Antes considerado despesa, tal investimento impulsionou as relações de concorrência entre os indivíduos; além disso, outra consequência foi a ampliação e desenvolvimento das capacidades

23 LEMOS, F. et al. Governamentalidades neoliberais e dispositivos de segurança, p. 331. In Psicologia & Sociedade, v. 27, n.2, pp.331-339, 2015.

e habilidades para incremento do capital humano, como forma de atingir o sucesso. Nesse cenário, a economia e o mercado passaram a programar atividades e comportamentos, passaram a engendrar novas formas de subjetivação.

Problematizar de outra maneira todos os campos da educação, da cultura, da formação [...] a reprodução das relações de produção - a cultura como solidificação social das diferenças econômicas [...] na análise neoliberal todos esses elementos estão diretamente integrados à economia e ao seu crescimento na forma da constituição de capital produtivo. Todos os problemas de [...] educação - formação - [...] centrados [...] numa economia do capital. É o indivíduo visto como empresa, isto é, como um investimento/investidor [...]. Suas condições de vida são a renda de um capital.²⁴

A teoria do capital humano é o foco de nosso interesse e na qual nos respaldamos para tentar decifrar e entender como essas formas se disseminaram e criaram fluxos de produção e consumo de subjetividades.

Do que se compõe o capital humano? De elementos inatos e outros adquiridos, refere-se Foucault. Sylvio Gadelha²⁵ resume da seguinte forma, citando Oswaldo Lopez-Ruiz, ao defini-lo e apontá-lo como esse elemento essencial à instituição de um novo espírito do capitalismo:

24 Notas de Foucault em seu manuscrito para sua Aula de 14 de março de 1979, no College de France In FOUCAULT, M. Nascimento da biopolítica. p. 320. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo, Martins Fontes, 2008. Disponível em <https://ayrtonbecalle.files.wordpress.com/2015/07/foucault-m-nascimento-da-biopolc3adtica.pdf>. 02.jan.2018.

25 LOPES-RUIZ, O., apud GADELHA, S. C. Governamentalidade neoliberal, Teoria do Capital Humano e Empreendedorismo p. 175 In Educação & Realidade, v.34, n. 2, p. 171-186, mai/ago, 2009.

[...] em função do avanço do capitalismo, deve se tornar valor de troca. Para isso acontecer; esses atributos humanos precisam, de certa maneira, ser abstraídos das pessoas concretas que os detêm, das pessoas concretas nas quais existem, e se articular (alinhar) em função de um fim externo a elas. Argumentaremos, portanto, que o **“humano”, um conjunto de capacidades, destrezas e aptidões próprias dos homens, adquire valor de mercado e se apresenta como forma de capital – entendido como uma soma de valores de troca que serve de base real a uma empresa capitalista.** (Grifo nosso)

Assim, percebemos que as ações de investimento no capital humano para aprimorar habilidades e capacidades, a educação, o treinamento, a atualização de conhecimentos, estão nas ações educativas e, diante do quadro que apresentamos em relação à velhice, nas discussões consagradas a ensinar uma natureza de dever, de prescrição, de determinação de modelo.

Modelo para um bom envelhecer e a ótica neoliberal

Facilmente conseguimos identificar, na contemporaneidade, programas, ações, a propagação de propostas para o *empreendedorismo do velho*, como elemento vital para um envelhecimento ativo. A partir de demandas do neoliberalismo e respaldada pela criação de um mercado de projetos educativos e culturais voltados aos velhos, estabeleceu-se a figura do velho Empreendedor de si como modelo de envelhecer.

A constituição do empreendedor de si incorpora discursos e práticas que se utilizam de jargões como “ousadia”, “pró-atividade”, por meio do

incentivo, da autopromoção, marketing pessoal, agora não por meio da exclusão e repressão, mas por estímulos que visam a criar formas de conduta arrojadas.

Seguindo uma agenda neoliberal, o texto *Envelhecimento Ativo: um marco político em resposta à revolução da longevidade*²⁶ ao considerar a questão da aprendizagem como um dos pilares do Envelhecimento Ativo, vaticina:

A globalização e as rápidas mudanças na expansão da **economia de conhecimento fazem com que a informação seja, hoje, o commodity mais valioso**. O acesso à informação é, portanto, chave para o Envelhecimento Ativo. **A aprendizagem ao longo da vida é importante não somente para a empregabilidade**, mas também para favorecer o bem-estar. É um pilar que sustenta todos os outros pilares do Envelhecimento Ativo. Nos instrumentaliza para permanecer saudáveis, relevantes e engajados na sociedade. Confere, portanto, poder de decisão e maior certeza de segurança pessoal. **No nível social, pessoas bem informadas e capacitadas de qualquer camada social e de todas as idades contribuem para a competitividade econômica, o emprego**, a proteção social sustentável e a participação dos cidadãos. (Grifo nosso)

26 Centro Internacional de Longevidade Brasil – ILC Brasil. Envelhecimento ativo: um marco político em resposta à revolução da longevidade. 1a edição – Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Trata-se de uma proposta de revisão do documento original da OMS, elaborado pelo “Centro Internacional de Longevidade Brasil” que exclui do subtítulo a menção à saúde “uma política de saúde” alterando-a para “um marco político”. Disponível em http://ilcbrazil.org/portugues/wp-content/uploads/sites/4/2015/12/Envelhecimento-Ativo-Um-Marco-Pol%C3%ADtico-ILC-Brasil_web.pdf. Acesso em 10.abr.2019.

Termos que não deixam dúvida quanto às finalidades: *commodity* – termo resgatado do mercado financeiro –, competitividade econômica, a produção, a empregabilidade – como objetivo – a necessidade de treinamento a todos que desejam integrar o mercado. A proteção social sustentável nos remete à tendência da desaposentadoria, estimula-se a continuidade no mercado de trabalho, o autoinvestimento no desenvolvimento pessoal. Aprendizagem para empregabilidade. Como argumento norteador, além da importância dada ao mundo do trabalho, a crise do sistema previdenciário mundial.

Aqui vale, certamente, a observação de Ivan Illich,²⁷ em sua obra *Sociedade sem escolas*, quando nos alerta para o fato que se não passarmos a questionar a suposição de que o conhecimento é uma mercadoria, que sob certas circunstâncias pode ser imposta ao consumidor, estaremos reforçando a ideia de que tudo pode ser transformado em produto e termos, cada vez mais, sujeitos moldáveis e submetidos a ensinamentos e saberes inventados por grupos e especialistas que dominam e criam produtos para o mercado.

Nesse sentido, entendemos que conforme estão articuladas essas proposições de educação, de aprendizado, paradoxalmente, elas querem refrear, desestimular qualquer disposição para afirmação da vida, para a criação de novos modos de existência. O que comanda é o mercado e os valores do neoliberalismo.

Uniformização e/ou padronizações do conhecimento dos velhos revelam exigências de um mercado controlador, que tem interesse em sujeitos dóceis, consumidores e produtivos até que todas as suas forças estejam esgotadas, valores morais criam anteparos que impedem o surgimento do novo, tolhendo a força plástica do indivíduo, sua capacidade de transformação.

27 ILLICH, I. *Sociedade sem escolas*. p. 61. Tradução: Lúcia Mathilde Endlich Orth. 7a ed., Petrópolis: Vozes, 1985.

O que há é a marca da devoção a um corpo consumido e consumidor, corpo como produto. Ao invés da busca pela liberação do corpo, persegue-se seu aprisionamento em músculos, em modelos definidos a partir do modelo do corpo jovem, rígido, na agilidade, predicado tão caro nos tempos de velocidade da contemporaneidade. Assim, o que está presente é o trabalho repetitivo, mecânico, alienado, pautado em uma tendência tecnicista, que parte da preconização da saúde, desconhecendo a possibilidade dos idosos gerirem suas próprias práticas. Um saber/poder monopolizado por especialistas.

A partir de uma estética dominante, pautada pela publicidade, por modelos, pelas promessas de associação à saúde, as práticas corporais sugeridas submetem, geralmente, o corpo velho a uma domesticação, com objetivo de estar à altura do julgamento e do olhar do outro. É a partir do músculo rígido a ser exibido, da flexibilidade e agilidade a ser demonstrada, da coragem e ousadia a ser elogiada que as práticas são sugeridas, referenciando uma maneira servil de encontrar o reconhecimento do outro.

Sylvio Gadelha, em texto já mencionado, *Governamentalidade neoliberal, Teoria do Capital Humano e Empreendedorismo*, discute a propagação e os desdobramentos no campo educacional do que denomina de “cultura do empreendedorismo”. Pois bem, dessa forma associamos nossa reflexão acerca da construção da subjetivação do velho Empreendedor de si. Essa associação nos inspira, uma vez que entendemos estar presente e contribuindo para a subjetivação do velho empreendedor o mesmo processo como parte de um circuito que afirma a tal cultura do empreendedorismo.

Como exemplo recente aponto o documentário *Envelhescência*²⁸ - que procura expor modelos para um bom envelhecer - apropria-se magistralmente dessa técnica e intenção, particularmente, na associação de práticas corporais e a formação acadêmica, que submetem o envelheci-

28 Envelhescência. Direção Gabriel Martinez. Documentário. Brasil. 84 min. 2015.

mento a uma análise da sociedade sob a perspectiva da educação e da ação sobre o corpo como empreendimento de si.

O documentário acompanha seis velhos que mostram “*que os costumes e a rotina após os 60 anos podem ser repletos de atividades e bom humor*”.²⁹ Entremeado por comentários de especialistas, os depoimentos e imagens, basicamente, ajustam-se perfeitamente como ilustração e, ao mesmo tempo, reforçam o discurso posto no documento *Envelhecimento Ativo: Um Marco Político em Resposta à Revolução da Longevidade*.³⁰

É uma geração que se sente confortável em se fazer ouvir e está reinventando a forma como se vive e se percebe a velhice. **Envelhecer** é cada vez mais visto como um processo individual com **múltiplas oportunidades de desenvolvimento pessoal e de prolongamento da jovialidade**; por exemplo, **por meio do auto-cuidado e de produtos e serviços de tratamento estético**. Os **gerontolescentes estão à frente da tendência de “desapoesentadoria”** que está mudando a forma como entendemos o trabalho e a aposentadoria. (Grifo nosso)

O corredor de maratonas, o paraquedista, o praticante de Aikidô, os surfistas, a motoqueira, o médico. Em um primeiro momento, o que se distingue de forma significativa é o discurso que trai o receio da velhice e que se coloca em oposição a ela. Não poucas vezes, ouve-se das personagens: “sou jovem”, no entanto, questiona-se como reinventar-se quando se nega a velhice?

Certamente, valores impostos à velhice podem ser negados como forma de resistência e afirmação da vida, no entanto, nossa leitura en-

29 Assim o documentário é apresentado, no sítio de divulgação.

30 Centro Internacional de Longevidade Brasil - ILC-Brasil. Op. cit. p.40.

caminha-se no entendimento de que nessa obra os velhos incorporaram e reproduzem o discurso do envelhecimento ativo. Além disso, percebemos no documentário que todos os discursos convergem para “as escolhas” como fator decisivo nas trajetórias de cada um, ou seja, as escolhas feitas ao longo da vida é que lhes proporcionam a realização pessoal naquele momento.

Ratifica-se aqui a ideia da responsabilização para um “bom envelhecer” em complementação à “culpabilização” daquele envelhecer visto como descuido, que recai sobre os indivíduos, seus estilos de vida e... suas escolhas.

Por meio de práticas daqueles que conseguiram “evitar a velhice”, assistindo a personagens que não querem considerá-la, pergunta-se: por que desejamos viver mais? Ao situarmos a velhice na dimensão de vida, propomos fugir da polarização do envelhecer como uma conquista ou o envelhecer como castigo.

A constituição do empreendedor de si incorpora discursos e práticas que se utilizam de jargões como “ousadia”, “pró-atividade”, por meio do incentivo, da autopromoção, marketing pessoal, agora não por meio da exclusão e repressão, mas por estímulos que visam a criar formas de conduta arrojadas. Assim, estamos diante, novamente, de representações que procuram reforçar os modelos de envelhecimento, como cases de sucesso.

Envelhescência não deixa de representar e ser exemplo das formas de estratégias construídas que pretendem evidenciar e tornar alguns modelos de envelhecer atraentes para os consumidores - ilustra sobremaneira o Envelhecimento Ativo: Um Marco Político em Resposta à Revolução da Longevidade - ao reforçar conceitos que, não à toa, são apresentados por especialistas que vêm qualificar e justificar os depoimentos daqueles *gerontolescentes*, entremeando as falas dos seis personagens que, por seu lado, os corporificam, materializam e, assim, reverberam o conceito do envelhecimento ativo.

A propaganda ainda é a alma do negócio e, neste caso, por meio de imagens realistas e positivas do envelhecimento. Sob o risco constante de ser excluído, descartado e marginalizado, investir no marketing pessoal parece ser uma saída e ainda ser prestigiado ao servir como modelo de sucesso a ser copiado.

Apoiando-nos em Foucault³¹

[...] **A sociedade regulada com base no mercado em que pensam os neoliberais é uma sociedade** na qual o que deve constituir o princípio regulador não é tanto a troca das mercadorias quanto os mecanismos **da concorrência**. São esses mecanismos que devem ter o máximo de superfície e de espessura possível, que também devem ocupar o maior volume possível na sociedade. Vale dizer que o que se procura obter não é uma sociedade submetida ao efeito-mercadoria, é **uma sociedade submetida à dinâmica concorrencial**. Não uma sociedade de supermercado - uma sociedade empresarial. O *homo economicus* que se quer reconstituir não é o homem da troca, não é o homem consumidor, **é o homem da empresa e da produção**. (Grifo nosso)

Considerações

No âmbito do envelhecimento ativo, ao invés de modos potentes de agir, a velhice é vista e colocada como espaço para efetivação do empreendedorismo de si. Da mesma forma que o acesso à informação é apresen-

31 FOUCAULT, M. Nascimento da biopolítica. p. 311. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo, Martins Fontes, 2008.

tado como uma *commodity*, como determinante na sociedade globalizada a favorecer a empregabilidade, é possível perceber que o que está em jogo neste momento é a criação de formas de racionalidade que funcionem tal como uma economia, onde a mercadoria, a produtividade e o empreendedorismo ditam os modelos.

No entanto, a fuga da domesticação, ou seja, a recusa a modelos implícitos e/ou explícitos é o que torna possível nos inventarmos a nós mesmos.

Essencial nesta reflexão é a percepção de como os dispositivos de poder colonizam nosso modo de ver, falar e agir sem nos darmos conta, e de como a liberdade - no sentido de responsabilizar-se por si, da gestão de si mesmo -, pode ser inventada em pequenos atos de resistência, que nos permitem escapar da programação e ir ao encontro de um modo singular de produzir nossa existência como existência ética.

Referências

AGAMBEN, G. **O que é contemporâneo? e outros ensaios**. Chapecó, SC: Argos, 2009.

BRASIL. Leis e Decretos. Presidência da República. **Estatuto do Idoso**. Lei 10741. 1º out. 2003. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estatuto_idoso_3edicao.pdf. Acesso em 11.abril.2019.

Centro Internacional de Longevidade Brasil - ILC Brasil. **Envelhecimento ativo: um marco político em resposta à revolução da longevidade**. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Disponível em http://ilcbrazil.org/portugues/wp-content/uploads/sites/4/2015/12/Envelhecimento-Ativo-Um-MarcoPol%C3%ADtico-ILC-Brasil_web.pdf. Acesso em 10 abril, 2019.

FOUCAULT, M. **A hermenêutica do sujeito**. Tradução: Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. São Paulo, Martins Fonte, 2004.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo, Martins Fontes, 2008.

GADELHA, S. C. Governamentalidade neoliberal, Teoria do Capital Humano e Empreendedorismo In **Educação & Realidade**, v. 34, n. 2, pp. 171-186, 2009.

ILLICH, I. **Sociedade sem escolas**. p. 61. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. 7a ed., Petrópolis, Vozes, 1985.

LE MOS, F. et al. Governamentalidades neoliberais e dispositivos de segurança In **Psicologia & Sociedade**, v. 27, n.2, p.331-339, 2015.

ORGANIZAÇÃO Pan-Americana de Saúde - OPAS. Envelhecimento ativo: uma política de saúde. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_ativo.pdf a partir do texto original de 2002, Active ageing policy framework. World Health Organization- WHO, disponível em: http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/67215/1/WHO_NMH_NPH_02.8.pdf.

TÓTORA, S. Apontamentos para uma ética do envelhecimento. In **Revista Kairós-Gerontologia**, São Paulo, vol.11, n. 1, jun.2008, pp.21-38.

VILLAS BÔAS, M. H. Medo de envelhecer ou de parecer? In **Revista Kairós-Gerontologia**, São Paulo, v. 10, n. 2, dez. 2007, pp. 19-44.

Celina Dias Azevedo - Doutora em Ciências Sociais e Mestre em Gerontologia, pela PUC SP refletindo em suas pesquisas sobre o envelhecer na contemporaneidade, acredita que a vida como fluxo contínuo e incontrollável encontra frestas e outras formas possíveis de existir, criando suas resistências. E- mail: celinazevedo@gmail.com

Maria Helena Villas Bôas Concione - Antropóloga. PhD em Antropologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP, Brasil). É Professora Titular do Departamento de Antropologia da PUC-SP. Docente, pesquisadora, filiada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Gerontologia e ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, ambos da PUC-SP. E-mail: mhconcone@yahoo.com.br



III

Cultura, Envelhecimento e Longeviver: diálogos críticos



Flamínia Manzano Moreira Lodovici
Maria Helena Villas Bôas Concione

Introdução

O envelhecimento e a velhice se impõem à reflexão e às atuações tanto da sociedade civil, quanto das políticas públicas e entidades privadas. Do mesmo modo, a longevidade, segundo destaca Guillemard (2015, p. 203), “impõe às sociedades repensar o conjunto de sua organização social, sua relação com o tempo e os laços que unem as gerações entre elas”.³² São urgentes as exigências de repensar tais questões a partir das variadas dimensões socioculturais e biogenéticas.

O envelhecimento é um dado universal para todas as formas de vida; o que entendemos como velho é um construto humano, portanto, sociocultural e histórico. A velhice não se define apenas cronologicamente; de fato, os membros de uma sociedade são classificados de modo variado: idades, faixas de idade,³³ classes de idade, gerações,³⁴ hierarquias, gênero - estes são alguns dos marcadores que se pode tomar como exemplos de dados usados, variavelmente, para classificações socioculturais (ABOIM et al., 2010; FALEIROS, 2014).

O que se considera velho ou idoso depende, então, dos modos de classificar, e tais imputações variam no tempo, numa mesma sociedade, e no espaço de sociedade para sociedade. Não apenas a imputação de idoso ou velho

32 “La longévité impose aux sociétés de repenser l’ensemble de leur organisation sociale, leur rapport au temps et les liens qui unissent les générations entre elles.” (GUILLEMARD, 2015, p. 203). (De nossa tradução).

33 O critério demográfico tem, como um dos parâmetros, a faixa de idade que consiste em separar o “velho-jovem” que vai dos 60 aos 79 anos, a chamada ‘terceira idade’, o “velho-velho”, de 80 ou mais anos, a ‘quarta idade’, a que mais cresce e que se prevê ser a mais acometida por perda de autonomia física, mental/emocional e social” (MINAYO; FIRMO, 2019, p. 4). Mas ainda se considera a chamada “quinta idade”...

34 Dentre os critérios para delimitar as gerações, o demográfico tem como parâmetro individual aquele que “distingue as pessoas com base na herança genética, personalidade e forma de levar a vida”. (MINAYO; FIRMO, 2019, p. 4).

varia, como variável é seu lugar em cada sociedade: o idoso pode ser visto como uma baliza do grupo, a memória do grupo, o conhecimento acumulado do grupo ou, ao contrário, como ultrapassado, prisioneiro do passado, fechado às inovações, inativo e por conseguinte inútil, um peso para o grupo social e familiar (CONCONE, 2007). Não é preciso destacar o óbvio: o lugar e o valor atribuído aos mais idosos têm consequência sobre sua autoestima e saúde e sobre suas relações dentro e fora do grupo familiar.

A despeito, porém, de uma insistente classificação etária e da previsão da incidência com mais agudez de doenças pelo avanço da idade, “encontram-se indivíduos relativamente jovens com dependências mais comuns aos mais idosos e pessoas de 80, 90, até 100 anos que permanecem saudáveis e autônomas” (MINAYO; FIRMO, 2019, p. 4).

Ainda que os riscos de saúde constituam hoje um marcador do ciclo de vida - velhice autônoma, velhice dependente -, traduzindo essa diferença, tal categorização não pode deixar de ser questionada (QUARESMA; RIBEIRINHO, 2016). Segundo as autoras, a dependência não deve ser vista como algo inevitável na velhice, assim como não é necessariamente irreversível, dado que há perfis de situações de saúde que, ao longo da vida, conduzem às de incapacidade, acarretando ou não dependência, além de ambas poderem ser prevenidas.

A respeito da perda de autonomia e dependência, Concone (2007) mostra, a partir do depoimento de entrevistados em sua pesquisa, que há aí uma certa ambiguidade, dado que, embora tacitamente se tenha uma concepção de que a dependência seja fato inescapável – “já que é própria ou ‘natural’ da velhice” – os sujeitos procuram afastá-la de seu destino pessoal. Retorna a biografia familiar, servindo de anteparo a um dos entrevistados: “Meu pai morreu com mais de 80, lúcido e ativo”. Desse modo, a questão da “inescapabilidade” a essa condição (antes associada mais à “natureza biológica intrínseca à humanidade” do que a uma

construção sociocultural da velhice) pode, entretanto, admitir exceções, caso da resposta de outra entrevistada por Concone (2007): “*Eu e minha família somos um exemplo*”.

Aliado, ao temor da dependência, o medo da solidão que se expressa como decorrente de “um fato natural”, e não social e cultural, como realmente o é: ser velho é estar à margem, não ser querido por perto (o que seria “natural”). Como dizem alguns entrevistados da pesquisa citada, “*ser velho é ficar doente e solitário*”, “*velho não é uma pessoa alegre, velho é recalcado*”. Assim sendo, pensar a velhice fundamentada na variação do corpo, do organismo biológico, é uma primeira aproximação para a compreensão da velhice, porém, simplista porque unilateral. O envelhecimento é diverso de acordo com as condições de vida, de trabalho: viver ou trabalhar em ambiente urbano ou rural, por exemplo, pode levar a ritmos e qualidades de envelhecimento variados.

Não é novidade que o fator Aposentadoria é, entre nós, o marcador por excelência de entrada na velhice. Basta ver nos meios de comunicação como pessoas mais velhas e não notórias são, com frequência, reduzidas a um adjetivo: aposentado/a. É como se uma vida inteira coubesse nesse termo. Por outro lado, alguns direitos são introduzidos após os 60 anos: filas preferenciais, gratuidade e assentos “reservados” em transportes públicos, meia entrada em cinema ou teatro e, o mais importante, a introdução do Estatuto do Idoso.³⁵

O debate atual sobre Previdência e Aposentadoria (que tem se estendido por décadas - pelo menos desde o final dos anos 90), mudança essa

35 O Estatuto do Idoso, instituído pela Lei n.º 10.741, de 1º de outubro de 2003, com várias leis posteriores foram adequando-o à nossa sociedade: n.º 11.765, de 2008, n.º 13.466, de 2017, dentre outras. “Agora tem a “prioridade da prioridade”, diz a demógrafa Ana Amélia Camarano, quando cita a faixa de idosos a partir de 80 anos, que podem merecer um outro estatuto, o dos “super-idosos” [ou como dirão outros, da quinta idade]: “A velhice ficou velha, mas não morreu. Você tem as fragilidades que são típicas da idade, mas cada vez mais tarde” (matéria “Longevidade: viver bem e cada vez mais”, na Retratos 16, Revista do IBGE. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/d4581e6bc87ad8768073f974c0a1102b.pdf. Acesso em 01 abril, 2019.

cuja necessidade deve se transformar em exigência, será possível se, na esfera da política global e no nível de participação e de conscientização, os problemas sociais forem compreendidos *in toto*, juntamente com a busca de transformação da realidade.

Tal fato escancara, ou na verdade reforça, algumas das questões etárias: qual deveria ser a idade mínima para aposentadoria? A idade mínima para o benefício deve ser a mesma para homens e mulheres? O tempo de contribuição deverá ser considerado, somando-se ou não à idade mínima? Qual o valor a ser considerado para o chamado benefício? Por que as diferenças de remuneração pós-aposentadoria para trabalhadores públicos e privados que desempenhem o mesmo tipo de trabalho, ou exerçam o mesmo ofício?

Essas são, apenas, algumas das questões polêmicas. Do ponto de vista prático, o temor de perder a aposentadoria correspondente ao salário ativo levou muitos professores de Universidades Públicas, no final dos anos 90, a pedir aposentadoria antecipada (antes dos 70 anos), preferindo reduzir uma porcentagem a perder o direito estabelecido. No outro polo, professores universitários das redes privadas, não submetidos a uma idade-limite para aposentadoria, postergam-na por temor da drástica mudança de proventos e da perda do Plano de Saúde institucional.

O que fica implícito nos debates de ontem e de hoje é que a aposentadoria e o número crescente de aposentados são o real problema da Previdência social; são estes que, segundo alguns economistas, podem levar à quebra econômico-financeira do país.

Se por um lado louvamos o aumento da expectativa de vida, e a longevidade, por outro, confrontados com a queda da renovação geracional, vê-se a mesma realidade como um problema (GUILLEMARD, 2007). Não vamos entrar aqui em mais um ponto polêmico, apenas lembrar que a

grande massa de aposentados pagou a Previdência, foi responsável pela aposentadoria das gerações anteriores e pela formação (material e educacional) das gerações futuras. Estamos diante de um dilema que não é apenas econômico-financeiro, é um verdadeiro dilema ético.

Esta quase digressão sobre a previdência e aposentadoria mostra a complexidade do tema proposto, inclusive a de nos aproximarmos sobre o encaminhamento, há mais tempo, dessa problemática dada por outros países: o modelo finlandês, seguindo o escandinavo, aponta que é possível sair do círculo vicioso da saída antecipada do mercado de trabalho e da inatividade precoce ao se remobilizarem os sêniores em seu emprego, requalificando em geral a mão de obra, em uma reconfiguração do regime de proteção social que pode garantir as capacidades e a empregabilidade (GUILLEMARD, 2007; ABRAHAMSON, 2012; MARQUES, 2012).

Assim, podemos reafirmar que a necessidade, acima referida, de repensar as questões do envelhecimento, da velhice e da longevidade, são de fato pertinentes, oportunas e complexas, pois embutem fatores de ordem diversa – socioculturais, identitários, psicológicos, políticos, econômicos, jurídicos, biogenéticos, médicos, assistenciais, profissionais, ambientais, entre muitos outros. As tarefas vão desde o amparo às velhices frágeis, a desconstrução de discursos de circulação social sobre os velhos, até encontrar os modos de usufruir socialmente do “longeviver”.

Claro está que qualquer proposta disciplinar de reflexão não poderia dar conta de todos os ângulos acima nomeados; uma coorte de disciplinas e de visões diversas devem trazer o diálogo e a complementação mútua. Privilegiamos aqui alguns ângulos, que certamente serão complementados ou relativizados por outras perspectivas. O primeiro ângulo já esboçado acima pode ser resumido como corpo e cultura, seguido de identidade e subjetividade, envelhecimento populacional, “longeviver” e epílogo.

Corpo e Cultura

Não se pode falar em infância, juventude, envelhecimento, beleza ou feiura, magreza ou obesidade, aptidão ou destreza, sem falar em corpo. É conhecida a afirmação de Marcel Mauss, na primeira metade do século passado, de que o corpo é nosso primeiro instrumento (MAUSS, 2017/1950). No processo evolutivo são destacados, por exemplo, a oponibilidade do polegar ou o andar ereto (mesmo o semi-ereto), liberando as mãos da atividade de locomoção. As nossas avaliações atuais de todas aquelas características acima lembradas, entre muitas outras, passam pelo corpo. Dizem respeito a ele.

Para estudiosos das ciências sociais (especialmente da antropologia), é difícil não estabelecer a relação entre corpo biológico e cultural, ou natureza e cultura. Pensando cultura como a estratégia por excelência da continuidade da espécie humana em seus diversos nichos sociais, pode-se afirmar sem medo, que houve e há no nosso processo específico um diálogo permanente entre o polo da cultura e o polo da natureza, inclusive biológica (CONCONE, 2005).

Não se pode ignorar, entretanto, que o corpo tal como o conhecemos e avaliamos em cada nicho sociocultural, é um produto da relação entre natureza e cultura, mas sua natureza, contudo, é sempre objeto da “domesticação” exercida pela cultura. Ele é por ela apropriado e modulado; um bom exemplo é a universalidade do sorriso (alguns estudiosos de outras áreas prefeririam falar em movimento involuntário) de um recém-nascido: os bebês já nascem com um padrão comportamental evolutivamente selecionado porque dotado do valor de sobrevivência da espécie. Todavia, embora seja inato, o sorriso (ou o “movimento involuntário”) passa por um aprendizado ao longo da vida que o faz diferir de cultura a cultura: aprendemos como, quando, onde e para quem sorrir. O “in-

voluntário” passa a “voluntário” e sujeito a regras sociais. Passa-se a um comportamento adquirido.

Como dissemos acima, as culturas classificam, dão significados, criam um mundo propriamente humano. É nesse mundo que vivemos tão profundamente incorporados que consideramos como “naturais” comportamentos (escolhas, preferências etc.) que são, de fato, aprendidos.

O corpo se presta a inúmeras classificações e, nesse processo, as idades e o dimorfismo sexual desempenham papel importante.

Quanto ao envelhecimento, sabe-se que ele se expressa no corpo com marcas que são identificadas e lidas socialmente: flacidez, rugas, cabelos brancos, dificuldades de mobilidade; características estas que são avaliadas cultural e socialmente de modo negativo ou positivo, de acordo com a valorização social positiva ou negativa do ser velho. Em sociedades tradicionais geralmente os chamados velhos gozam de posição e respeito do grupo social ao qual pertencem; em sociedades indígenas brasileiras, diz-se que os velhos são “donos da História” enquanto as crianças são “donas do futuro” (Orlando Villas Bôas, em comunicação pessoal).

Nas sociedades modernas industriais e tecnológicas, os mais velhos em geral não têm uma posição social de destaque, salvo se são muito ricos, poderosos, ou famosos de alguma forma. Numa sociedade onde se descarta com facilidade objetos (especialmente tecnológicos, mas não apenas) considerados obsoletos ou superados por novos modelos, tanto quanto se acumula que, em situações extremas (ARAUJO; SANTOS, 2015), são consideradas como capazes de afetar a saúde e o bem-estar), as pessoas são igualmente descartáveis, especialmente quando idosas (OLIVEIRA; CONCONE; LODOVICI; LOPES, 2014). O “descarte” dos idosos pode ser o isolamento, o abandono, a quase invisibilidade, a violência física ou a humilhação por parte de familiares ou cuidadores e a violência material pela apropriação dos magros recursos de aposentadoria ou pensão (MINAYO, 2015).

Há ainda a separação em espaços especialmente criados com esse fim, que podem ser Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI) ou Casas de Repouso (GIACOMIN, 2015). É preciso considerar as mudanças sociais: diminuição das famílias, dispersão espacial dos membros de grupos familiares, a vida urbana na maioria dos casos em apartamentos pequenos sem espaço para acolhimento de novo ou novos moradores, impossibilidade de prestar ajuda diária em virtude de exigências de trabalho, restrições financeiras para contratar cuidadores, e assim por diante (MARKARIAN; SILVEIRA; MERCADANTE; LODOVICI, 2015).

Repetindo o óbvio já destacado na Introdução, a situação de isolamento, de invisibilidade, de abandono ou exploração, são responsáveis por perda de autoestima, diminuição da memória, adoecimento, depressão e outros males. O corpo físico é também lugar de manifestações negativas, tanto quanto a psique do indivíduo (SOUSA-GUIDES; LODOVICI, 2018). Com frequência se diz que os mais idosos são repetitivos e apegados às lembranças do passado mais ou menos remoto. Não é difícil imaginar que as lembranças recobertas de afetividade e dos tempos mais plenos, sejam melhor relembradas, diante da pobreza afetiva atual. Aquelas lembranças resgatam a biografia e a identidade. De fato, frequentemente no envelhecimento e na aposentadoria (seja na terceira, na quarta ou quinta idade) há uma perda de identidade que é um mal em si mesma.

Como já dissemos, o corpo na sua dimensão biológica e sociocultural não pode ser dividido como se uma dimensão não afetasse a outra. Cecil Helman (2009, p. 17), antropólogo e médico (antropologia médica), explicitando o interesse da área pelo estudo do ciclo vital humano, aponta que: “A expressão classe etária (*age-grade*) é usada em antropologia para a categoria de pessoas que se enquadram dentro de uma faixa etária em particular, culturalmente definida (como crianças, adultos ou idosos)”.

O autor continua dizendo que cada classe etária “não é somente um estágio de vida biológico e universal; seu início e fim também são definidos pela cultura, bem como eventos esperados dentro dela”. Helman comenta ainda que, especialmente nas sociedades ocidentais, muitas das etapas “normais do ciclo vital (como puberdade, menstruação, gravidez, parto, menopausa e mesmo morte) parecem ter gradualmente se tornado medicalizadas e transformadas em estados patológicos em vez de naturais” (p. 17). Infância e velhice (de grande interesse na antropologia médica), mesmo que mergulhadas num único espaço cultural podem ser descritas como “tendo cultura própria, ou melhor, subculturas”, isto é, têm perspectivas próprias e particulares. Como se vê, Helman (2009) dá grande importância às diferenças (individuais, culturais, etárias), mesmo admitindo as referências gerais.

Só para finalizar este item, vamos fazer uma rápida passagem pela questão do adoecimento de idosos; nos estender neste particular fugiria do escopo deste artigo. Costuma-se dizer que o envelhecimento populacional brasileiro tem algumas características que o diferem do ocorrido em países europeus: nestes, a marcha do envelhecimento da população teria sido mais lenta e teria acompanhado o desenvolvimento econômico, científico, médico e assistencial; por outras palavras, esses países estariam mais preparados para atender os mais velhos.³⁶

No Brasil essa mudança no perfil da população se deu de modo mais rápido e sem contar com os mesmos aparatos, o que deixaria nossa população com maiores problemas de assistência pública. Outra diferença brasileira diz respeito ao chamado processo epidemiológico: enquanto em países economicamente mais desenvolvidos as doenças infectocontagiosas e parasitárias tenderam a desaparecer, sendo substituídas pelas

36 A transição demográfica/epidemiológica de países ditos desenvolvidos foi descrita por Omran (2005/1971).

doenças crônico-degenerativas; no Brasil haveria uma superposição dos dois processos; somaríamos às infectocontagiosas e parasitárias, as crônico-degenerativas. Ora, é evidente que esta é uma situação que tende a sobrecarregar o sistema assistencial nacional.

Identidade e Subjetividade

Toda essa problemática envolve espaço e tempo, envolve mudanças e permanências e, no mundo atual, assistimos ao fortalecimento de identidades sociais antes ignoradas ou quase invisíveis (o conceito de gênero substituindo-se à dualidade sexual fixa, é um exemplo significativo); assistimos também a novos modos de identificação do ser velho, a novos estilos de vida na velhice.

Assim, a reflexão que propomos pede o reconhecimento de que envelhecimento e velhice são, antes de tudo, fenômenos complexos. Edgar Morin (2015) alerta para o fato de que estamos frequentemente confrontados com o desafio da complexidade pelas explicações insuficientes dadas pelas ideias simples. A velhice apresenta situações pessoais, sociais, culturais muito diversas, vividas nas várias sociedades e também em uma mesma sociedade (MORIN, 2015).

Desse modo, as atuações da sociedade civil, a construção de políticas públicas ou privadas, diante da emergência de um novo movimento identitário, que reivindica direitos e deveres aos longevos, não podem desdenhar a diversidade dos envelhecimentos, nem sua complexidade. Ou seja, deve-se entender a identidade na perspectiva da sua fluidez (construções, reconstruções, adaptações – pessoais e sociais); por conseguinte, não ligada a essências fixas nem a determinações materiais. De fato, segundo Rajagopalan (2002), estudos como os culturais sobre identidade mostram-na em duas vias: uma fundada em caracteres biológicos; outra, em

elementos históricos (consequentemente, sociais e culturais). Enquanto, por um lado, ambos os modos explicitem a tendência a conceber a identidade em termos essencialistas (um produto pronto e acabado, como o requer a tradição racionalista), de outro, a identidade é vista como construção, “algo a ser afirmado e reivindicado constantemente” (RAJAGOPALAN, 2002, p. 86).

Assim sendo, pensar a velhice apenas fundamentada na variação do corpo, do organismo biológico, é uma primeira aproximação para o entendimento da velhice, porém, simplista porque unilateral.

O envelhecimento é diverso de acordo com as condições de vida, de trabalho; como já dissemos, viver ou trabalhar em ambiente urbano ou rural, por exemplo, pode levar a ritmos e qualidades de envelhecimentos variados. A capacidade econômica do senescente é, sem dúvida, um grande fator de diversidade no ritmo, qualidade e aparência corporal de uns e de outros. Em suma, a velhice se mostra como um fenômeno de múltiplas faces. A diversidade sociocultural indica a existência de uma pluralidade de formas de viver a vida, e, portanto, uma pluralidade na qualidade do “longeiver”. Mais que velhice deveríamos falar em velhices.

No pequeno e precioso livro de Brandão e Mercadante, **Envelhecimento ou Longevidade?** (2009), as autoras discutem vários ângulos do tema e buscam, na fala de pessoas mais velhas, um vocabulário definidor da velhice, que “faz eco à sociedade e às identidades e subjetividades múltiplas que a constituem (...)”. Desse conjunto amplo, referido pelas autoras, destacamos: melhor idade, boa idade, terceira idade, idade da sabedoria, maior idade, idade ideal, idade da farmácia, jovem há muito tempo...

Pode-se perceber que há expressões ou termos que apelam para a leveza e para uma certa jocosidade – “jovem há muito tempo”. Mas não nos deixemos enganar pelo explícito: a frase não deveria ser interpretada apenas como uma brincadeira do tipo “fui jovem há muito tempo”, escamo-

teando a idade, mas como uma dupla afirmação: “fui jovem e continuo a ser jovem há muito tempo”. Esta leitura, a nosso ver plausível, revelaria que o modelo valorizado socialmente é o da juventude e aproximar-se dela mesmo figurativamente é um modo de autovalorização.

Há outras frases do mesmo naipe, não incluídas no rol apresentado por Brandão e Mercadante (2009), mas ouvidas pelas autoras deste artigo: “*Idade é uma questão de DNA, isto é, data de nascimento antiga*”; ou ainda, “*idade do condor*”; claro está que esta expressão não é o contraponto de “*idade da loba*”, mas é traduzida como “*idade do com dor*”. Há expressões que embora aparentem ser “realistas”, também apresentam a face jocosa: “a idade da farmácia”.

Outras expressões reunidas por Brandão e Mercadante (2009), são claramente eco de estereótipos sociais como a conhecida expressão (ou crença?): “idade da sabedoria”. Algumas outras definições parecem propor um resgate positivo de idosos (sem dúvida entranhadas de eufemismo): “melhor idade”, “boa idade”, “idade do aproveitamento”, entre outras. Estas definições parecem indicar uma necessidade pessoal e social de encontrar na velhice pontos positivos, escapar do simples reconhecimento e aceitação dos termos velho ou idoso.

É preciso reforçar que este conjunto de expressões foi coletada entre idosos, e há preferências claras das quais a mais aceita pelos entrevistados é “terceira idade”. Mercadante (1997, *apud* BRANDÃO; MERCADANTE, 2009) dá exemplos desse uso preferencial. Escolhemos dois deles:

“Hoje eu vivo muito bem...meu corpo é mais flexível ... minha imaginação e criatividade se desenvolveram muito. Ser da terceira idade é poder fazer tudo isso mas, principalmente ampliar o número de amigos e desenvolver a criatividade.” (Mulher, 73 anos, usuária do SESC)

“Terceira idade é a idade do amadurecimento, da criatividade, é muito diferente de velhice ... não acredito em velhice... acredito que a gente vive sempre novas etapas e situações na vida em que a gente tem que se adaptar, aprender coisas novas e fazer amigos.” (Homem, 68 anos, usuário do SESC).

Todo o conjunto acima referido mostra a variedade das autodefinições, a versatilidade das atribuições e a incorporação de novas visões sobre o envelhecimento. Não se pode imputar a frequência a uma instituição, que desenvolve atividades visando a idosos, toda a responsabilidade por essas leituras otimistas do envelhecimento; afinal, por alguma razão (que valeria a pena explorar) esses usuários escolheram participar dessas atividades; sem dúvida, a necessidade de sociabilidade é um poderoso fator: fazer amigos é destaque nas duas falas acima.

Em uma academia paulistana que oferecia atividade de hidroginástica cujas aulas eram frequentadas majoritariamente por mulheres idosas, fizemos algumas observações interessantes: esta era a única turma da academia (havia muitas outras, de ginástica, pilates, dança...) que se cotizava para festejar o aniversário da instrutora com um grande bolo e refrigerantes. Instrutores de outras áreas iam se aproximando para participar, mas nem um aluno apenas de outras atividades. Por outro lado, durante as aulas formavam-se grupos de alunas em um lado da piscina mais distante da instrutora para conversar animadamente, apesar dos frequentes apelos daquela. Via-se claramente que a atividade era muito mais um pretexto para encontros que para a prática da hidroginástica. Sendo academia, as aulas eram pagas; mesmo assim o encontro era o que valia a pena. Sociabilidade, fazer amigos, conhecer novas pessoas, parece ser o grande apelo para a participação em atividades de grupo. E por que não destacar talentos?, como em

serestas, grupos musicais de que os idosos vêm participando?³⁷ Novas nuances para o retrato da velhice brasileira...

O que vale a pena destacar neste item é o diálogo constante entre as mudanças societárias nos modos de definir o idoso (mesmo ficando no nível da idealização e não necessariamente da realidade) e os modos de redefinir-se como idoso. Há um processo de ressignificação das eventuais marcas do envelhecimento. Como se costuma afirmar, velho é sempre o outro. *“Velho é aquele que é dependente, que está preso a uma cama... Eu sou ativo/a, independente, autossuficiente, socialmente participante, portanto, não sou um/a velho/a”*. Mesmo as chamadas doenças crônicas podem ser ressignificadas e enriquecerem, darem sentido e continuidade à biografia pessoal: *“Minha mãe também sofria de pressão alta e morreu bem velhinha. É coisa de família. Não é doença”*. O corpo, como tentamos mostrar, não é apenas “apropriado” pela cultura. Ele carrega significações e ressignificações, permitidas pelo seu espaço e tempo.

Envelhecimento Populacional

Dois temas têm se mostrado recorrentes nos dias atuais: o envelhecimento populacional (portanto, estreitamento da base da pirâmide populacional por conta da queda significativa da natalidade a partir dos anos 70) e o aumento da longevidade (esta tributária à redução da mortalidade).

37 Verifica-se que idosos, da terceira, quarta, inclusive da quinta idade, com muita felicidade, revelam suas novas e recônditas possibilidades artísticas instrumentais, ou vocais, em encontros intergeracionais, todas as manhãs de sábado, na Contemporânea Musical, no centro da capital paulistana (cf. ates- tou a pesquisa de doutorado, em 2019, de Pedro Lodovici Neto). Tal como a matéria “Longevidade viver bem e cada vez mais”, na Retratos 16, Revista do IBGE, que mostra, como reportagem de capa, na matéria “Caminhos para uma melhor idade”, atividades sociais organizadas, como as serestas que, além de ser uma forma de sociabilidade, é uma oportunidade de revelar talentos. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/d4581e6bc87ad8768073f974c0a1102b.pdf. Acesso em 01 abril, 2019.

de, beneficiando sobremaneira as pessoas de idade mais avançada; por conseguinte alargamento do topo da pirâmide), levando, de fato, a um redesenho da distribuição etária de modo praticamente global. O Brasil se alinha fortemente a esse movimento (CAMARANO, 2013) e hoje a definição de “pirâmide” etária brasileira não encontra correspondência real ao modelo da distribuição etária da nossa população. O redesenho está longe de ser piramidal.³⁸

Novamente devemos insistir na complexidade do tema do envelhecimento de vez que imbrica numerosas e variadas questões. A diminuição da base da antiga pirâmide tem relação com a diminuição da natalidade. Esta diminuição também está ligada a fatores sociais e econômicos: a entrada cada vez maior das mulheres no mercado de trabalho (em termos globais, a Segunda Guerra teve um papel importante nesse movimento), seja motivada por mudanças socioculturais (busca de carreira, de independência, tendo o casamento e a maternidade deixado de serem a única expectativa de grande parte da população feminina) seja motivada pela pressão econômica (o sustento da família necessitando do trabalho dos dois membros de um casal, sem falar das numerosas famílias sustentadas apenas por mulheres) (IBGE, 2018).³⁹

38 O processo das mudanças no formato da pirâmide etária ao longo dos anos, seguindo a tendência mundial de estreitamento da base (menos crianças e jovens) e alargamento do corpo (adultos) e topo (idosos) pode ser observado graficamente na “Projeção da População, do IBGE”, atualizada em 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/24036-idosos-indicam-caminhos-para-uma-melhor-idade>. Acesso em 01 fevereiro, 2019.

39 Dados recentes, atualizados em 28/03/2018, atestam que as mulheres, sozinhas ou com o cônjuge, na preocupação com seu sustento e o da família, trabalham em multitarefas, combinando ocupações remuneradas flexíveis se possível, afazeres domésticos e cuidados de pessoas, atuando, em média, três horas por semana a mais do que os homens. Mas mesmo assim, e ainda contando, muitas vezes, com um nível educacional mais alto, a bem da verdade elas ganham, em média, 76,5% do rendimento dos homens. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20234-mulher-estuda-mais-trabalha-mais-e-ganha-menos-do-que-o-homem>. Acesso em 01 março, 2019.

Quanto à queda da natalidade, não seria ocioso lembrar da intensa campanha de controle de natalidade levada a efeito na segunda metade do século passado prioritariamente nos segmentos mais carentes da população nacional; o número de filhos nascidos recebeu o impacto de todos esses fatores. A mortalidade infantil foi de modo geral controlada; entretanto em 2017 e 2018, segundo algumas fontes, voltou a crescer com casos de dengue, chikungunha e zica que não apenas levaram muitas crianças (e adultos idosos) à morte como provocaram sequelas graves em recém-nascidos.

Uma população envelhecida, então, é aquela que não se renova, conta proporcionalmente com maior número de adultos, senescentes, e idosos, do que crianças e jovens. No caso brasileiro temos que considerar ainda a morte de jovens e adultos jovens graças à violência (sobretudo pelo uso de armas de fogo) e a acidentes de trânsito (automóveis, motos e bicicletas); até há poucos anos estas mortes eram muito mais numerosas entre jovens do sexo masculino; entretanto, tais ocorrências tornaram-se cada vez mais comuns entre jovens do sexo feminino.

Um outro movimento não pode ser esquecido: o aumento de expectativa de vida brasileira e o aumento dos mais idosos na faixa de 80 e mais anos (MINAYO, 2015), bem como um número não desprezível de centenários e super-centenários.⁴⁰ Contamos, pois, com uma proporção significativa de longevos. Isso nos leva diretamente ao próximo item: de comum acordo, nosso grupo de trabalho aceitou usar o neologismo “longeviver”, ao invés de longevidade.

O novo termo “longeviver” pretende, como se pode depreender, ir além da questão da longevidade; marcar que a questão não é de ter “mais anos na vida” e, sim, de mais vida em todas as idades e especialmente no envelhecimento com qualidade.

40 Dentre os idosos, os de 80 e mais anos, são 2,9 milhões; os de 100 ou mais anos são 24.236 idosos, equivalendo a 1,62% do total de idosos. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/d4581e6bc87ad8768073f974c0a1102b.pdf.

Percentuais demográficos recentes atestam uma situação inusitada em nosso país: do segmento idoso da população,⁴¹ mais de 70% dos velhos continuam autônomos, mais da metade deles mantêm a família ou contribui para isso; grande parte voltou-se para o mercado de trabalho e/ou para o estudo, buscando a requalificação de suas profissões; ou mesmo investindo em lazer; o rendimento dos idosos no Brasil em 2013, chegou a 446 bilhões de reais em um ano, o que corresponde a 21% da massa de rendimento total do país.⁴²

Em 2019 havia 18,9 mil universitários, com idades entre 60 e 64 anos; e 7,8 mil acima com 65 e mais anos.⁴³ O grupo dos idosos que tem elevada escolaridade, e vive em áreas nobres, representa um milhão de pessoas no Brasil. Muito embora o percentual de velhos que residem em regiões pobres, com baixa renda e vivendo em condições precárias, chegou a dobrar: 10,8%.⁴⁴

Pelo que se vem atestando, melhora a qualidade de vida dos idosos brasileiros, bem como aumenta a longevidade saudável, conforme mostram os estudos de Camarano (2013) e Lima-Costa et al. (2016). Qualidade de vida na terceira idade que, segundo Minayo e Firmo (2019, p. 4), pode mostrar uma tendência extensiva à quarta idade, visualizando-se em aspectos como: (i) melhoria das competências físicas e mentais; (ii) preservação da inteligência emocional e sabedoria; (iii) sensação de um maior bem-estar emocional e

41 Mais de 28 milhões de brasileiros são idosos, representando 13% de nossa população, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD, IBGE, 2017), mas que vai chegar a 58,2 milhões em 2060 (Projeção da população, IBGE 2018). O IBGE indica em 2019, mais de 209 milhões de brasileiros. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>. Acesso em 01 fevereiro, 2019.

42 Dados de acordo com um estudo da Serasa Experian. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/quem-sao-e-como-vivem-os-idosos-do-brasil/>. Acesso em 01 fevereiro, 2019.

43 Dados que incluem instituições públicas e privadas, constando do Censo de Educação Superior de 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/01/03/volta-as-aulas-aos-90-anos-os-idosos-brasileiros-que-decidiram-ir-a-faculdade.ghtml>. Acesso em 01 fevereiro, 2019.

44 Dados disponíveis em: <https://exame.abril.com.br/brasil/quem-sao-e-como-vivem-os-idosos-do-brasil/>. Acesso em 01 fevereiro, 2019.

pessoal; (iv) otimização da plasticidade em como lidar com perdas e ganhos da vida; (v) resiliência no enfrentamento de impactos e efeitos subjetivos decorrentes de problemas de saúde; e (6) aumento da habilidade sociopsicológica para transformar a realidade e lidar com seus limites”.

De alguns estudos sobre os trajetos de idosos em sua vida, Quaresma e Ribeiro (2016, p. 33) já indicavam alguns modelos dessa nova estruturação do “longeiver”, a despeito de o idoso, com o avanço da idade, passar a restringir sua vida social: os modelos centrados na disponibilidade para a família; outros como tempo de liberdade social e cultural; ainda outros orientados para a participação social/cívica. Apesar da porcentagem alta de idosos autônomos, ativos, empreendedores, não se deixa de encontrar o modelo daqueles que vivem a velhice como um tempo de perda de estatuto e de identidade.

Há que se considerar também que nosso país criou “uma série de dispositivos legais que vêm fortalecendo o envelhecimento saudável”, cf. Minayo e Firmo (2019, p. 4), criando políticas de saúde para apoiar os idosos dependentes em suas atividades básicas ou instrumentais da vida diária, na área social e da saúde, muito embora tenha deixado, em termos oficiais, por conta justamente de um cuidador familiar ou institucional, os cuidados ao idoso fragilizado ou dependente.

Mas é preciso ir mais além: há a necessidade premente de um aperfeiçoamento das políticas públicas e sociais para, por exemplo, pensar em como a família precisará ser apoiada, por exemplo, para receber seu idoso para a continuidade dos cuidados em residência, após uma desospitalização – com novos riscos da existência, para os quais se deverá apelar à eficiência dos sistemas de proteção social, em âmbito preventivo, curativo ou reparador. As mesmas autoras continuam defendendo que é imprescindível “uma agenda pública que articule e integre serviços sociais e de saúde, que apoie as famílias, envolva instituições do terceiro setor e apresente várias modalidades e possibilidades de proteção, segundo a gravidade

das necessidades dos idosos dependentes” (2019, p. 4). Sem uma eficiente agenda pública e privada como usufruir socialmente do “longeviver”?

“Longeviver” e alguns discursos sobre o velho

A reflexão proposta buscará destacar a complexidade do “longeviver”, e construir, um patamar de entendimento entre participantes da disciplina e professores, destacando-se de que modo sua complexidade se reflete nas demandas individuais e propostas sociais.

Côrte e Mercadante (2015, p. 177) afirmam que: “(...) ainda não existem conhecimentos sistematizados sobre o “longeviver”, termo que utilizamos na gerontologia social para designar os anos a mais que ganhamos e que vem sendo divulgado na web site *Portal do Envelhecimento* e na *Revista Portal de Divulgação* desde 2010”.

Brandão (2013) e Côrte (2013) já haviam explicitado que o termo “longeviver”

(...) traduz, a nosso ver, de modo mais fiel, a ideia de vida em processo de ‘maturação’, com interfaces biológicas, sociais, econômicas e existenciais – na qual existe, para muitos, a possibilidade do prolongamento do ‘tempo de vida’. Esse tempo – o longeviver – denominado por alguns estudiosos como quarta idade, com crescente número de indivíduos de 80 anos e mais, é uma realidade nos países desenvolvidos, e em desenvolvimento em nosso país (Papaléo Neto, & Kitadai, 2015) (...) O desafio é conservar a dignidade das pessoas nos últimos anos de vida, observando-se que, na Sociedade Americana de Gerontologia, o lema é ‘dar mais vida aos anos, e não mais anos à vida’.

Viver mais anos implica, pois, ter melhores níveis de saúde, de educação, de acesso a emprego, de rendimentos, de proteção social. Isso significa que viver mais anos precisa acontecer em um contexto de melhor qualidade de vida, maior qualificação das pessoas, ressignificando-se as relações com a família, com outros em rede (amigos, vizinhos), com o trabalho, com uma formação continuada, com o lazer; em suma, de “trajetos marcados pela pluralidade/complexidade dos papéis e das identidades” (QUARESMA; RIBEIRINHO, 2016, p. 29).

O “longeviver”, condição oferecida a pessoas que desejam auferir o melhor de um tempo estendido de vida, faz com que emergjam especialmente demandas individuais de produtos e serviços, às quais propostas sociais de mercado precisam dar conta no sentido de atender às expectativas que ora passam a ser geradas. Já existe um movimento no universo corporativo que abre oportunidades de negócios voltados para consumidores-longevos,⁴⁵ como: agências de viagens, planos de saúde, academias *fitness*, escolas de idiomas e informática, construtoras voltadas à terceira idade, eventos como fóruns sobre longevidade. Muitas profissões, inclusive, estão se preparando para atender às demandas dessa clientela de vida prolongada, com novos programas voltados ao lazer e entretenimento (BELAND; KAPES, 2003).

Não mais que necessário é tal movimento, porém ainda insuficiente, dado que as empresas se mostram ainda não preparadas, ou não alertas para esse mercado consumidor, que está movimentando mais de 400 bilhões de reais anualmente.

Atestam as pesquisas que metade desses idosos faz parte da classe média, usufruindo boas condições de vida, além de enunciar sua preferência por gastos com produtos que vão ao encontro de seus desejos, do que com itens de necessidade básica da casa. Dos 632 entrevistados na

45 Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2018/09/14/internas_economia,988702/envelhecimento-da-populacao-abre-novas-frentes-de-negocios.shtml. Acesso em 01 fevereiro, 2019.

referida pesquisa de mercado, em 27 capitais brasileiras, 45% deles alegam que encontram pouca oferta de produtos e serviços voltados para o público consumidor idoso.⁴⁶

Mas evidentemente tais negócios são voltados para aquelas pessoas de classe social mais privilegiada, cuja disposição de desembolsar recursos se revela cada vez maior,⁴⁷ a maior parte desses consumidores situando-se provavelmente dentre os 31,1% de velhos que estão nas redes sociais, segundo o IBGE (2017)⁴⁸, sendo que 45,1% deles passam 3 horas diárias ou mais navegando na internet. A maior parte da população idosa nacional, os restantes 68,9% de velhos, entretanto, fica fora desse nicho privilegiado – como estender aqueles interesses para essa parcela da população? Uma agenda pública e mesmo civil poderia dar uma resposta a essa questão?

Nesse grande quadro, o lugar social atribuído aos mais velhos, e os diversos discursos “dominantes” que circulam socialmente sobre eles (PELLISSIER, 2013), apresentam-se como demonstrações da complexidade, e das eventuais implicações atribuídas ao aumento do segmento idoso na população e ao aumento dos anos de vida dos velhos.

A despeito da vontade política de contínua afirmação da diversidade da velhice, os discursos de atribuição de “lugares” ou “não lugares” sociais às pessoas com 60 e mais anos não deixam de ser contraditórios em sua leitura social dos acontecimentos; esses discursos não passam de uma representação social da velhice, que polariza ou distribui em qualificações diversas o idoso, o que pode levar a excluí-lo ou mesmo controlar as forças de sua resistência.

46 De acordo com o Instituto Data Popular Pesquisa Aplicada. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/quem-sao-e-como-vivem-os-idosos-do-brasil/>. Acesso em 01 fevereiro, 2019.

47 Dados segundo um estudo da Serasa Experian. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/quem-sao-e-como-vivem-os-idosos-do-brasil/>. Acesso em 01 fevereiro, 2019.

48 Disponível em: <https://canaltech.com.br/internet/pesquisa-do-ibge-revela-que-aumentou-o-numero-de-usuarios-de-internet-no-brasil-129545/>. Acesso em 01 fevereiro, 2019.

Entretanto, são discursos que portam em si a necessidade da própria crítica, dado que resultam de relações tensas e conflituosas das diversas tendências no jogo complexo entre a ordem e a desordem do discurso, tal qual formulou a esse respeito Foucault (1996, p. 8):

(...) em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.

Segundo o autor, devemos analisar o discurso não apenas em seu processo de produção, em suas condições de funcionamento, mas especialmente sobre seus efeitos de sentido entre os locutores, em um contexto social e histórico, optando-se por algumas decisões de método diante dele, justamente para ver como procede, e de se deslocar aquilo que encobre o jogo discursivo. Para Foucault (1996), o discurso necessita ser visto na regularidade de uma prática, tal qual em geral o são as práticas sociais.

Diante de um discurso, a primeira decisão, para Foucault (1996, p. 51), consiste no princípio de *inversão* ou deslocamento das figuras positivas presentes em uma análise tradicional discursiva; por exemplo, sobre a fonte dos discursos – seu autor, sua expansão e sua continuidade. E isso em direção ao jogo negativo que conduz ao recorte e à rarefação dos discursos. Mas que essa rarefação, esse deslocamento de instâncias tidas como fundamentais e criadoras, não leve a buscar, aquém de tais instâncias, uma realidade mais fundamental do discurso.

De par com esse princípio metodológico para a consideração de um discurso, Foucault apresenta outro princípio, o da *descontinuidade*, que vai tratar os discursos como “práticas descontínuas, que se cruzam por vezes,

mas também se ignoram ou se excluem” (1996, p. 53). Nada de imaginar que, na obscuridade de um determinado discurso, haja necessariamente um outro ilimitado, contínuo e silencioso que esteja reprimido, recalçado. Dado o afirmado por Foucault de que os discursos correspondem a práticas, recomenda ele, por tal característica funcional, aplicar-lhes um quarto princípio, o da *exterioridade* ou *da condição de possibilidade*, o que significa que, em vez de se buscar um pretensão núcleo interior e escondido, ou um pensamento, ou uma significação nele manifestos, mas que, a partir do próprio discurso, se possa saber de sua aparição e regularidade; buscar, enfim, suas condições externas de possibilidade (1996, p. 53).

Pode-se também interrogar o discurso, segundo o autor, quanto aos modos de representação utilizados, dado que eles - caso frustrem ao descrever ou explicar um fenômeno -, não podem ser ditos senão como ficcionais. Devem ser entendidos, antes que traduzindo a realidade das coisas ou que se trata de um jogo de significações prévias, mas como “uma violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhes impomos em todo o caso” - o chamado princípio de *especificidade*, de Foucault (1996, p. 53). A ficção discursiva se vê, assim, confrontada com o sistema de representações coletivas que estão presentes, predominantemente, em uma determinada sociedade durante um determinado período, em uma determinada época.

O que dizer, nessa linha de análise, relativamente aos discursos, sobre o velho, “*dominantes*” da modernidade,⁴⁹ e explicitados pelo psicogerontólogo Gérard Pelissier (2013), em uma sucessão discursivo-funcional de *ordem demográfica, economista e médica*? Em tais formas de visibilidade do velho que circulam na sociedade, este vem sendo, se não sujeito a suas palavras de or-

46 “Modernidade”, “modernidade líquida”, “pós-modernidade”, “modernidade pós-industrial”, “segunda modernidade”, “hipermodernidade”, “contemporaneidade”, são apenas nomes distintos, mas que dispõem de uma convergência de sentido ao reconhecerem que coisas muito novas estejam acontecendo em nossa civilização como um todo, o que faz por merecerem uma nomenclatura também nova (SANTAELLA, 2011).

dem, pelo menos situado e qualificado ora em uma, ora em outra, ora em mais de uma, a um só tempo, ou em todas. É preciso, então, destacar que o “discurso” tem um duplo alcance⁵⁰: permite a designação de *objetos de análise* (em que, neste texto, pode-se dizer do *discurso demográfico*, *discurso economista*, *discurso médico*) e, a um só tempo, mostra que se adota um determinado *ponto de vista* sobre cada um desses objetos de análise (neste texto, o velho exposto ora como *número*, ora como *custo*, ora como *corpo*). Destaque-se que isso é também mostrar que esses objetos de análise são considerados *como* discursos, mobilizadores de certas ideias-força: tratando-se do *discurso demográfico*, por exemplo, indica-se que não se vai analisar somente conteúdos, uma organização textual ou procedimentos estilísticos no texto, mas que se vai relacionar tais enunciados ligados à *demografia*, a um dispositivo da comunicação demográfica, às normas dessa atividade, aos grupos de demógrafos que dele extraem sua legitimidade etc. De modo similar, estende-se a plasticidade de sentido do termo “discurso” ao se tratar do *discurso economista* ou do *discurso médico* sobre o velho, dado que refletir em termos de discurso é, necessariamente articular espaços disjuntos, tal como o sublinhava Foucault:

(...) gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os discursos propriamente ditos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre palavras e coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da *prática discursiva*. Essas regras definem não a existência muda de uma realidade, não o uso canônico de um vocabulário, mas o regime dos objetos (...) tarefa que consiste em (...) tratar os discursos (...) como *práticas* que formam sistematicamente os objetos de que falam.

50 Conceituação, *mutatis mutandis*, advinda da perspectiva discursiva de Dominique Maingueneau (2015, p. 29).

Mas o fundamental, para Foucault, é não se ver o discurso como um território circunscrito ao domínio de um campo ou disciplina, mas como um *espaço incerto*, onde se vê “desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre palavras e coisas”, entre a linguagem e o mundo. O discurso não se reduzindo ao linguístico, nem sendo absorvido pelas realidades sociais ou psicológicas, mas como o lugar em que se pode/deve questionar pressupostos presentes em algumas tendências discursivas, no presente estudo, como o da não-consideração da subjetividade do idoso, do sentido de sua vida, do critério da idade cronológica, do poder econômico ou médico etc.

Um determinado *discurso*, no caso do *demográfico* por exemplo, mostra uma produção associada a uma área determinada da sociedade, compreendendo um conjunto vasto de textos de gêneros diversos (estudos estatísticos, obras teóricas, regulamentos, manuais...). De modo similar, pode-se pensar no *discurso economista* e no *discurso médico*.

A despeito da multiplicidade genérica do *discurso demográfico*, Guillemard (2007) afirma que, hoje, ele está focado majoritariamente sob o ângulo único das aposentadorias – questão que está na ordem do dia em muitos países. A ideia da aposentadoria que, segundo Mucida (2009, pp. 27-28), em não sendo trabalhada produtivamente com o idoso,

(...) pode soar [a ele] como perda de identidade, desqualificação, menos valia, entre outros sentimentos, a partir da associação entre aposentadoria e “entrada na velhice”, no sentido negativo do termo: queda do desejo e fim de projetos.

Esses dizeres de Mucida mostram que o velho não deixa de estar submetido às concepções sobre ele, circulantes na sociedade, concepções que têm efeitos sobre as formas de se ver e tratar o velho, muito embora esses

efeitos não sejam os mesmos para cada sujeito. Há aquele, para quem, “apesar de possíveis efeitos negativos do verbo ‘aposentar’ e das modificações acarretadas pela aposentadoria, é um momento em que se inauguram outras formas de trabalhar a vida” (p. 27).

Entretanto, o *discurso demográfico* não deixa de trazer, segundo Guillemard (2007), uma visão muito reducionista do processo de envelhecimento, ao deixar de levar em conta que este afeta as sociedades em todas as suas dimensões: os múltiplos modos de trabalhar, de repartir o tempo no percurso de vida, de conceber as identidades de cada idade e das relações entre as gerações; em suma, o real não deixaria de ser profundamente transformado pelo envelhecimento da população.

Como consequência, tal *discurso* exclusivamente pautado pelo “chamado ônus *demográfico* (velhice), em oposição ao *bônus demográfico* (mão de obra jovem) [vai] traduzindo uma visão de que o envelhecimento populacional é um peso econômico, obliterando-se sua contribuição na produção e reprodução da sociedade no passado e no presente (consumo, trabalho, cultura, cuidado aos netos, dentre outros valores)” (FALEIROS, 2014, p. 8). Além do que esse discurso demográfico, ao circunscrever a aposentadoria apenas à idade cronológica, pode provocar negativamente o imaginário do velho de que algo do desejo deve ser abandonado/aposentado, com temor de viver na carência de objetos, ou de laços afetivos, ou de realizações pessoais (MUCIDA, 2009).

O *discurso economista*, ligado ou consequente ao *demográfico*, dá vez à chamada “guerra das idades”, justo pelo fato de que os “velhos são muitas vezes percebidos como se fossem ricos, privilegiados que monopolizam o patrimônio e as habitações, às custas dos jovens, doravante os pobres da nação” (GUILLEMARD, 2018, *apud* FREITAS, 2018 p. 253). Pelissier como que sentencia (2013, s/p): “O medo do envelhecimento e a obsessão economista levam a distorcer a realidade: aumentamos sempre o número daqueles a quem odiamos”.

A editora, professora Linda Marsa (2014), de modo similar, havia se referido à “guerra de classes”: a crescente lacuna entre aqueles que têm assegurada a longevidade e aqueles para os quais não se pode prevê-la, dado que a diferença de expectativa de vida entre ricos/pobres, escolarizados ou não, e a classe trabalhadora nos EUA, por exemplo, agora chega a 12,2 anos.

Segundo a autora, “parece que a guerra final, entre os que têm e os que não têm, não será travada por uma questão financeira por si só, mas pelo fato de viver até os 60 anos, em vez de viver até os 120 ou mais anos. Alguém aceitará que os que têm dinheiro podem auferir duas vidas, enquanto os pobres mal conseguem uma?”⁵¹, pergunta Marsa.

De qualquer forma, ao afirmar que a experiência do envelhecimento esteja em mudança e que os mais velhos assumirão certamente trajetórias de saúde substancialmente diversas das de seus antecessores, Marsa pontua a necessidade de serem postos em prática os talentos de todos os velhos e de se promover o dividendo de longevidade em todos os níveis de renda, reconhecendo-se, porém, a sabedoria, a experiência, dos mais velhos. Assim, se poderia evitar os temidos acontecimentos do colapso econômico e da “guerra de classes”.

Finaliza ela seu texto, dizendo estarmos no limiar de dois futuros distintos: um em que se terá uma população frágil, envelhecendo rapidamente – tal como nos países em desenvolvimento – e esgotando sua economia; ou outro, em que todos terão vidas mais longas e produtivas, com a pré-condição de as providências previstas para tal serem levadas adiante e com urgência.

Além de tudo isso, não se pode deixar de levar em conta, segundo Morin (2012, p. 60), os “(...)erros da predição futuroológica, os inúmeros fracassos da predição econômica (apesar e por causa de sua sofisticação

50 “It looks like the ultimate war between the haves and have-nots won’t be fought over the issue of money, per se, but over living to age 60 versus living to 120 or more. Will anyone just accept that the haves get two lives while the have-nots barely get one?”. (De nossa tradução).

matemática), a derrota do progresso garantido, a crise do futuro, a crise do presente [que] introduziram o vírus da incerteza em toda a parte”.

Voltando a outro dos discursos “dominantes”: o de ordem *médica*, ou mais propriamente, o resultante do processo de medicalização do envelhecimento, que traz nele a concepção da velhice como doença. Alie-se, a esse olhar limitador à concepção de velhice, o que apontou o psicanalista argentino Ricardo Iacub, quando mostra uma limitação atribuída ao velho: ser assexuado (2007, p. 70).

Ainda mais: o *discurso médico*, que leva a um conseqüente, o *da saúde, da boa forma, da qualidade de vida*, responde à nova era do disciplinamento do corpo; este entendido em sentido mais amplo, reconstruído por várias e diversas áreas que procuram unir as noções dicotomizadas de físico e espiritual (MIRA, 2005).

O pior é que, cada vez mais, a sociedade contemporânea responsabiliza cada um pelo seu próprio corpo, o que faz também o velho ceder a esse imperativo do *discurso da saúde e da boa forma*, reivindicando a si, muitas vezes, a imagem de um corpo ativo recomposto por apenas práticas de esportes ou exercícios que unem saúde e diversão, em uma aspiração construída individual e socialmente.

Mas, como alerta Mucida (2009, p. 16), o corpo tem mistérios “para além da estrutura anatômica ou fisiológica”:

Morada do *eu*, tecido de imagens e palavras, o corpo porta sempre algo de estrangeiro para cada um. Os *discursos atuais* jogam de diferentes maneiras com esse espaço de estranheza entre o sujeito e seu corpo, ditando regras gerais para um corpo sadio, belo, sem dores e sem marcas. O culto ao “novo” impõe ao corpo envelhecido muitos limites e paradoxos, mas uma coisa é certa: cada um envelhece de seu próprio modo, e os destinos e as saídas às “esculturas do tempo” sobre ele são também particulares.

O diferente potencial discursivo de cada uma de tais formas dominantes de visibilidade social da velhice circulantes na sociedade leva, pois, a que se pense o velho (ora em termos de número, ora de corpo, ora de custo, como antes dito), em um processo particular e sistemático de caracterização, em favor de uma tradição reinante no mercado em determinado momento, ou de acordo com o modo pelo qual se julga que o velho deva ser percebido, o que se dá através de qualquer marca distintiva desse velho (em uma caracterização sinédoquica⁵²), mas que não recobre, de qualquer forma, o real da velhice.

Ainda segundo Pellissier (2013), a própria nomeação das pessoas diz de um “mal-estar”⁵³ na sociedade: o “velho” sendo comparado a um referente que é o da juventude, sendo que, para substituir tal nomeação, é que novos termos se criam ou ganham frequência maior de uso, tais como: “pessoa de idade”, “senhorinha bonitinha”, “idoso”, “sênior”, ou os eufêmicos acima citados: “terceira idade”, “melhor idade”, “boa idade”, “idade do aproveitamento”, “idade da razão”, dentre outros.

Às produções coletivas sobre o velho na sociedade - em que intervêm múltiplas instituições, e que constituem uma forma de construir e reconstruir sentidos sobre esse velho, no interior de práticas sociais determinadas -, pode-se chamar de *territórios*, que correspondem a um setor da vida social (caso do *discurso demográfico, economista, médico, do Envelhecimento Ativo...*), ou a um tema mobilizador mais ou menos circunscrito (caso do *velho*).

52 No caso do velho, é caracterizá-lo, intencional ou inconscientemente, além de propagá-lo, apenas sob um determinado ponto de vista: ora como número, ora como corpo, ora como custo..., em uma caracterização sinédoquica, i.é, a palavra “velho” sendo compreendida apenas em parte, processo discursivo que faz desmerecer o ser-velho em toda a sua complexidade como ser humano. Ou, em processo inverso, atribuir à palavra “velho” um conteúdo mais amplo que o usual, homogeneizando ou generalizando esse velho junto aos demais de sua geração, desmerecendo sua singularidade como ser humano. Similarmente ao que ocorre no processo vinculado ao tropo “sinédoque” (DUBOIS et al., 2004, p.554).

53 “Mal-estar” aí evocando o “mal-estar da cultura”, em uma leitura da modernidade, sobre a tragédia da condição humana, elaborada pelo discurso freudiano em livro de título similar publicado em 1930.

São fenômenos sociais percebidos em determinado momento como relevantes, cujo estudo é considerado necessário por um conjunto de pessoas (acadêmicos, profissionais de mercado...) e que está em constante renovação, não podendo ser reduzido a uma espécie de aplicação sem alcance teórico e, por natureza, é situado em múltiplos cruzamentos das ciências humanas e sociais, coadunando-se com a complexidade de um campo (MAINGUENEAU, 2015).

Mas a todos esses discursos sobre o velho, pode-se perguntar se algum deles deu ouvidos ao próprio velho – na maior parte das vezes silenciado, isolado na sua e na própria história do mundo; como se o velho fosse incapaz de enunciar sua própria realidade, quando na verdade sabe-se ser ele plenamente competente para elaborar e explicitar sua condição, haja vista as porcentagens que apontamos acima de idosos autônomos e plenamente lúcidos acerca de sua potencialidade.

Sua atual demanda, tributária do processo de ressocialização de que eles vêm fazendo parte, de incorporação das “receitas” sobre a arte do saber envelhecer (HADDAD, 1986), é a de serem – destaque-se -, antes que representados, tornados visíveis socialmente, potencializando-se, assim, sua diferença: a de muitos dos velhos atuarem de modo diverso na relação com a sociedade e a natureza. Legitimam, desse modo, um novo lugar na sociedade, onde se sentem fortalecidos, renovados, ressignificando valores que lhes eram atribuídos de juventude, esteiando, enfim, o novo do presente em suas experiências de décadas vividas. Podem, assim, esses velhos, serem sujeitos de si, e de se manterem no exercício político de seus direitos e deveres. Em uma contínua experimentação cotidiana, os atuais velhos, aliados ao cuidado com sua reserva psíquica e mental e a possibilidades outras de projetos de vida, vão eles traduzindo o *discurso do Envelhecimento Ativo*, preconizado pela Organização Mundial de Saúde, propalado pelos discursos midiáticos e acadêmicos. De fato, o Envelhecimento Ativo, segundo Fonseca (2016, p. 7), “reconhece a necessidade da, e recomenda a, otimização de oportunidades de saúde, de

contínua participação nas questões sociais, econômicas, culturais e espirituais, de segurança/proteção (social, física e financeira) e de aprendizagem ao longo da vida para fomentar o bem-estar físico, psicológico e social”.

O cuidado a se tomar é que muitos desses velhos, uníssonos artífices de uma nova feição da velhice, possam exacerbar traços de uma subjetividade que necessitaria ser problematizada. A saída contra uma tal idealização do velho é cada um destes viver de modo não unívoco, e à sua justa medida, conforme seus traços pessoais, o desejo de mudança, e as reservas psíquicas e mentais (MUCIDA, 2009).

Parece ser preciso trabalhar o *discurso do envelhecimento ativo* de modo crítico, balizando-o a partir de suas compatibilidades e incompatibilidades com os velhos, não deixando de levar em conta o afirmado por essa mesma autora de que tanto os discursos, quanto o tratamento dado à velhice em cada época, e em cada cultura, têm efeitos sobre a imagem, o lugar dado ao corpo e os sintomas a serem produzidos.

Epílogo

O que consideramos fulcral é a percepção de como os dispositivos de poder colonizam nosso modo de ver, falar e agir sem nos darmos conta, e de como a liberdade, no sentido de responsabilizar-se por si da gestão de si mesmo pode ser inventada em pequenos atos de resistência que nos permitem escapar da programação e ir ao encontro do modo singular de produzir nossa existência como existência ética.

Encerrando as reflexões deste texto, o fragmento em epígrafe extraída da tese de doutorado de Celina Dias Azevedo (2017), a partir de leitura crítica de Foucault (1992), oferece uma via oportuna de escapar ou resistir aos efeitos dos discursos sobre o velho.

Desse modo, os estudos sobre a questão emergente do mundo contemporâneo - a Longevidade - permitem que se tenha uma perspectiva feliz também de outros momentos da vida humana, mas tendo como proposta de que se deve refundar, necessariamente, um pacto de solidariedade intergeracional, considerando-se as implicações de “uma nova repartição dos tempos de trabalho, de formação e de inatividade, o que exige pensar o percurso da vida, a partir de uma nova sociedade, a sociedade da longevidade” (GUILLEMARD, 2018, *apud* entrevista by FREITAS, p. 251).

A magnitude de uma tal problemática está aí para ser conduzida por um campo de investigação, tal qual o da *Gestão do Longeviver* -, o qual poderá ser altamente significativo ao estabelecer os procedimentos teórico-metodológicos necessários à apreensão de um fenômeno social que adquire cada vez mais sentido no mundo contemporâneo, de interesse da academia e do mercado, contribuindo, com grande peso, para a compreensão e a melhoria da qualidade de vida, inclusive extensiva a todas as gerações.

Os saberes dessa nova área de formação e atuação devem abordar e dar resposta aos desafios trazidos pelas mudanças sociodemográficas e econômicas, aos desafios de instituir um novo lugar do idoso no mundo atual.

Promover, em função disso, novas conceituações as quais, ainda que possam ser consideradas como latentes nos saberes já estabelecidos sobre o envelhecimento e a velhice, ao serem nomeadas, passam a uma função: a de não apenas a retificar o campo teórico, mas a de trazer novas perspectivas, como as de uma nova gestão, por exemplo, do ganho de anos, da diversidade etária, dos tempos sociais, das políticas público-sociais da velhice/proteção social, do trabalho, das famílias, dos cuidadores, da solidariedade intergeracional, da aposentadoria, da nova condição social dos velhos.

Velhos que estão também “aprendendo a viver [assim como as demais gerações], em uma comunidade cada vez mais interdependente, cooperativa e global” (RIFKIN, 2014, s/p.).

Trata-se de desafios que trazem implicações para a sociedade (AIZEN, 2003),⁵⁴ no sentido da planificação das políticas sociais focando-se especialmente o “longevidade”.

Desafios aos profissionais da academia e do mercado, e diretamente às famílias que têm sido levadas a se reestruturar obrigatoriamente em função de tais mudanças emergentes, buscando fortalecer a estratégia das redes de apoio ou suporte para poder dar conta dos cuidados com seu *idoso de casa*.

É especialmente um desafio aos velhos, que passam a assumir uma nova posição na sociedade, traduzindo potencialidades como as cultural-artísticas, sociais, econômicas, em espaços ora conquistados para exercê-las.

Velhos com um “bônus” etário (MINAYO; FIRMO, 2019) e que seguem com a coragem de quem nada mais eles têm a conquistar, mas muito a oferecer, mais ainda por auferir, constituindo um núcleo geracional com ideias claras, porque não indeterminadas, sobre o próprio futuro (MORACE, 2009).

Agora se atesta, segundo Pierre Mormiche (1997) que o aumento da expectativa de vida das pessoas vem acompanhado, de forma paralela, por um crescimento na expectativa de uma vida saudável, afastando-se o medo de expansão da morbidade ou da incapacidade, prevenindo-se, assim, que os anos de vida ganhos a mais o serão com qualidade de vida.

Otimista quanto ao presente e futuro, o autor parece, assim, responder à indagação posta por Côrte (2002, pp. 213), “(...) os anos a mais que vivemos hoje são melhores ou piores do que os poucos anos que tínhamos tempos atrás?”.

Isso permite a afirmação de que teremos velhos mais jovens hoje do que ontem, e menos do que amanhã. São estes os protagonistas de toda uma “geração de velhos surpreendidos por sua longevidade” (AIZEN, 2003, p. 18).

54 Apud ACRICH DE GUTMANN (2012).

Referências

ABOIM, Sofia; AMOR, Teresa; FERREIRA, Vítor Sérgio; NUNES, Cá-tia. Transições para a velhice. Cap. 2, pp. 69-106. In: PAIS, José Machado; FERREIRA, Vítor Sérgio. (Orgs.). **Tempos e transições de vida: Portugal ao espelho da Europa**. Lisboa, Portugal: Imprensa de Ciências Sociais, 2010. Disponível em: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/11577/1/ICS_JMPais_VSFerreira_Tempos_LEN.pdf. Acesso em 01 dezembro, 2018.

ABRAHAMSON, Peter. O modelo escandinavo de proteção social. **Argumentum**, Vitória(ES), v. 4, n.1, pp. 7-36, 2012. Disponível em file:///C:/Users/Dados/Downloads/Dialnet-OModeloEscandinavoDeProtecaoSocial-4834987.pdf. Acesso em 01 dezembro, 2018.

ACRICH de GUTMANN, Luisa. La gerontología crítica: hacia una reconceptualización. In: **ECOS, Estudos Contemporâneos da Subjetividade**, v. 2, n. 1, pp. 17-31, 2012. Disponível em: <http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/842>. Acesso em 01 dezembro, 2018.

AIZEN, R. Los hogares de ancianos y el desafío de la construcción de ciudadanía. **Temas de Gerontología Social**. Buenos Aires, Argentina: Dirección de la Tercera Edad. Gob. Bs.As., pp. 52-63, 2003. *Apud*: GUTMANN, Luisa Acrich de. La Psicogerontología Social y la Evaluación de las Redes Sociales de Apoyo. **ECOS- Estudos Contemporâneos da Subjetividade**, v. 2, n. 1, p. 17-31. Disponível em: file:///C:/Users/Dados/Downloads/842-4129-1-PB%20(2).pdf. Acesso em 01 dezembro, 2018.

ARAUJO, Eliana Novaes Procopio de; SANTOS, Vandymeire Gonçalves. Transtorno de acumulação compulsiva de idosos: Possibilidades de cuidados e questões de saúde pública. **Revista Kairós-Gerontologia**, v. 18, n. 4, pp. 81-100, 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/kairós/article/view/26957/19127>. Acesso em 01 dezembro, 2018.

AZEVEDO, Celina Dias. **Envelhecer na contemporaneidade: subjetivações, modelos e resistências**. Tese de doutorado em Ciências Sociais. São Paulo: PUC-SP, 2018.

BELAND, Robert; KAPES, Cory. Gerontology education for recreation service majors: Meeting the demands of the 21st century. **Educational Gerontology**, v. 29, n. 7, 617-626. Disponível em 01 dezembro, 2018, em: DOI: 10.1080/71384442.

BRANDÃO, Vera. Viver bem para longevidade melhor. São Paulo, SP: **Revista Portal de Divulgação**, 34. (Ano III, jul.), 2013. Disponível em: www.portaldoenvelhecimento.org.br/revista. Acesso em 01 fevereiro, 2019.

CAMARANO, Ana Amélia. O novo paradigma demográfico. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 12, pp. 3446-3447, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v18n12/a01v18n12.pdf>. Acesso em 01 dezembro, 2018.

CONCONE, Maria Helena Villas Bôas. O corpo: cultura e natureza. Pensando a velhice. In: CÔRTE, Beltrina; MERCADANTE, Elisabeth Frohlich; ARCURI, Irene Gaeta. (Orgs.). **Velhice, Envelhecimento, Complex(idade)...**, pp. 131-144. São Paulo: Vetor, 2005.

CONCONE, Maria Helena Villas Bôas. Medo de envelhecer ou de parecer? **Revista Kairós-Gerontologia**, v. 10, n. 2, pp. 19-44, 2007. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view-File/2588/1642>. Acesso em 01 dezembro, 2018.

CÔRTE, Beltrina. Qualidade de vida: os anos a mais que vivemos hoje são melhores ou piores do que os poucos anos que tínhamos tempos atrás? [Resenha]. **Revista Kairós-Gerontologia**, v. 5, n. 2, pp. 213-220, 2002.

CÔRTE, Beltrina. O papel da comunicação na construção do nosso longevidade. São Paulo, SP: **Revista Portal de Divulgação**, 35. Ano III, ag. 2013. Edição Comemorativa. Disponível em <file:///C:/Users/Dados/Downloads/384-385-1-SM.pdf>. Acesso em 01 fevereiro, 2019.

CÔRTE, Beltrina; MERCADANTE, Elisabeth Frohlich. Os desenhos das velhices na Contemporaneidade. Cap. 28. In: PAPALÉO NETTO, Matheus; KITADAI, Fábio Takashi. (Orgs.). **A quarta idade - O desafio da longevidade**, pp. 177-185. São Paulo: Atheneu, 2015.

CÔRTE, Beltrina; BRANDÃO, Vera. Longevidade Avançada - A reinvenção do tempo. **Revista Kairós-Gerontologia**, 21(1), pp. 213-241, 2018. São Paulo: PUC- SP. Disponível em: file:///C:/Users/Dados/Downloads/39523-110866-1-SM%20(6).pdf. Acesso em 01 fevereiro, 2019.

DUBOIS, Jean et al. **Dicionário de Linguística**. 14ª ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

FALEIROS, Vicente de Paula. Envelhecimento no Brasil do Século XXI: transições e desafios. **Argumentum**, Vitória (ES), v. 6, n. 1, pp. 6-21, 2014.

FONSECA, Suzana Carielo da. Apresentação, pp. 05-15. In: FONSECA, Suzana Carielo da. (Org.). **O Envelhecimento Ativo e Seus Fundamentos**. São Paulo: Portal Edições, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Trad.: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FREITAS, Revalino Antonio de. Entrevista com Anne-Marie Guille-mard - Envelhecimento e Longevidade. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, GO, v. 21, n. 1, pp.250-258, 2018. Disponível em <https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/view/54917/26197>. Acesso em 01 dezembro, 2018.

GIACOMIN, Karla Cristina. Residenciais assistidos e outros cenários possíveis para morar e viver na velhice. Cap. 15. In: PAPALÉO NETTO, Matheus; KITADAI, Fábio Takashi. **A quarta idade - o desafio da longevidade**, pp. 143-154. São Paulo: Editora Atheneu, 2015.

GUILLEMARD, Anne-Marie. Une nouvelle solidarité entre les âges et les generations dans une société de longévité. **Comunicación e personas maiores: Actas do Foro Internacional** / Lois Álvarez Pousa (ed. lit.), Joám Evans Pim (ed.lit.), BárbaraKristensen (aut.). ISBN 978-84-690-7017-8, pp. 147-164, 2007. DOI: 10.3917/puf.pauga.2007.02.0355. Disponível em: file:///C:/Users/Dados/Downloads/Dialnet- UneNouvelleSolidariteEntreLesAgesEtLesGenerationsD-2651207%20(2).pdf. Acesso em 01 dezembro, 2018.

GUILLEMARD, Anne-Marie. La vie qui s'éternise. **Ethics, Medicine and Public Health**, 204-212, 2015.

GUILLEMARD, Anne-Marie. Entrevista by FREITAS, Revalino Antonio de. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, GO, v. 21, n. 1, pp. 250-258, 2018. Disponível em <https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/view/54917/26197>. Acesso em 01 dezembro, 2018.

HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. Para que servem os idosos? **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, v. 3, n. 2, São Paulo, 1986. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451986000300008>. Acesso em 01 dezembro, 2018.

HELMAN, Cecil G. **Cultura, Saúde e Doença**. 5ª ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2009.

IACUB, Ricardo. **Erótica e velhice: perspectivas do Ocidente**. São Paulo: Vetor, 2007.

IBGE. (2010). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010: **Agregado por setores censitários dos resultados do universo**. Disponível em: <http://www.ibge.org.br>. Acesso em 01 fevereiro, 2019.

LIMA-COSTA, M. F.; MANBRINI, J. V. M.; PEIXOTO, S. V.; MALTA, D. C.; MACINKO, J. Socioeconomic inequalities in activities of daily living limitations and in the provision of informal and formal care for

non institutionalized older Brazilians: National Health Survey, 2013. **Int J Equity Health** 2016, v. 15, n. 1: 137-145, 2013. *Apud*: MINAYO, Maria Cecília de Souza; FIRMO, Joselia Oliveira Araujo. Longevidade: bônus ou ônus? Editorial. **Ciência Saúde Coletiva**, v. 24, n. 1, 2019. Disponível em: DOI: 10.1590/1413-81232018241.31212018. Acesso em 01 fevereiro, 2019.

LODOVICI NETO, Pedro. **Velhos musicistas em ação: os efeitos da música em suas vidas**. Orientadora: Profa. Dra. Maria Helena Villas Bôas Concone. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/4094>. Acesso em 01 fevereiro, 2019.

LODOVICI, Flamínia Manzano Moreira. (Org.). **Envelhecimento e Cuidados – Uma chave para o viver**. São Paulo, SP: Portal Edições, 2018.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e Análise do Discurso**. Trad.: POSSENTI, Sírio. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MARKARIAN, Fabiana de Jesus Paulo; SILVEIRA, Nadia Dumara Ruiz; MERCADANTE, Elisabeth Frohlich; LODOVICI, Flamínia Manzano Moreira. Instituições de Longa Permanência para Idosos como espaço socioeducacional: desafios e perspectivas. **Revista Kairós-Gerontologia**, v. 18, n. 1, pp. 361-376, 2015. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/kairos/article/view/30110/20875>. Acesso em 01 dezembro, 2018.

MARQUES, Rosa Maria. A Escandinávia na contramão da Europa? **Argumentum**, Vitória (ES), v. 4, n. 1, pp. 37-42, 2012. Disponível em [file:///C:/Users/Dados/Downloads/3462-5658-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Dados/Downloads/3462-5658-1-PB%20(1).pdf). Acesso em 01 fevereiro, 2019.

MARSA, Linda. The longevity gap. Costly new longevity drugs could help the wealthy live 120 years or more – but will everyone else die young? / Medicamentos caros e de longevidade podem ajudar os ricos a viverem 120 anos ou mais - mas todos os outros morrerão jovens? **Aeon**

Magazine, 03/07/2014. Disponível em: <https://aeon.co/essays/will-new-drugs-mean-the-rich-live-to-120-and-the-poor-die-at-60?utm_campaign=o_que_estamos_lendo_20161030&utm_medium=email&utm_source=RD+Station>. Acesso em: 12 dez. 2016.

MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. In: **Sociologia e antropologia**. Trad.: Paulo Neves. São Paulo, SP: Ubu Editora, 2017 (ed. or.: 1950).

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violências visíveis e invisíveis contra pessoas idosas em idade avançada. In: PAPALÉO NETO, Matheus; KITADAI, Fábio Takashi. **A quarta idade – o desafio da longevidade**, 111-126. São Paulo: Editora Atheneu, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; FIRMO, Joselia Oliveira Araujo. Longevidade: bônus ou ônus? Editorial. **Ciência Saúde Coletiva**, v. 24, n. 1, 2019. Disponível em: DOI: 10.1590/1413-81232018241.31212018. Acesso em 01 fevereiro, 2019.

MIRA, Maria Celeste. Da higiene à musculação: mudanças nas concepções e práticas corporais a partir da história da educação física. BERNARDO, Teresinha; RESENDE, Paulo-Edgar Almeida. (Orgs.). **Ciências sociais na atualidade – movimentos**, pp. 181-208. São Paulo, SP: Paulus, 2005.

MORACE, Francesco. (Org.). **Consumo Autoral – As gerações como empresas criativas**. Trad.: Kathia Castilho. São Paulo: Estação das Letras e Cores Editora, 2009.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 20ª ed. Trad.: JACOBINA, Eloá. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2012.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. (4ª ed.). Porto Alegre, RS: Sulina, 2015.

MORMICHE, Pierre. **Handicap et inégalités sociales**. Paris, France: Colloque Handicaps, Incapacités, Dépendance, 2002.

MUCIDA, Ângela. **Escrita de uma memória que não se apaga – Envelhecimento e velhice**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2009.

OLIVEIRA, Bernadete de; CONCONE, Maria Helena Villas Bôas; LODOVICI, Flamínia Manzano Moreira; LOPES, Ruth Gelehrter da Costa. Atenção à Saúde do Idoso: Políticas públicas e “saber local”. **Argumentum**, Vitória (ES), v. 6, n.1, pp. 190-207, 2014. Disponível em: [file:///C:/Users/Dados/Downloads/7493-19678-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Dados/Downloads/7493-19678-1-PB%20(1).pdf). Acesso em 01 dezembro, 2018.

OMRAN, Abdel R. **The Epidemiologic Transition: A Theory of the Epidemiology of Population Change**, pp.731-757, 2005/1971, Disponível em: [http://www.ressources-actuarielles.net/EXT/ISFA/1226.nsf/0/ea9d1a60f8a81e9cc12576000033ddddd/\\$FILE/Omran_2005\(1971\).pdf](http://www.ressources-actuarielles.net/EXT/ISFA/1226.nsf/0/ea9d1a60f8a81e9cc12576000033ddddd/$FILE/Omran_2005(1971).pdf). Acesso em 01 dezembro, 2018.

PELLISSIER, Jérôme. Com que idade nos tornamos velhos? **Dossiê Envelhecimento. Le Monde Diplomatique**. Edição de 03/06/2013. Disponível em: <http://diplomatique.org.br/com-que-idade-nos-tornamos-velhos/>. Acesso em 13 out., 2016.

QUARESMA, Maria de Lourdes; RIBEIRINHO, Carla. Envelhecimento – Desafios do Séc. XXI. **Revista Kairós-Gerontologia**, v. 19, n. 3, pp. 29-49, 2016. Disponível em: [file:///C:/Users/Dados/Downloads/30900-82640-1-SM%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/Dados/Downloads/30900-82640-1-SM%20(3).pdf). Acesso em 01 outubro, 2018.

RAJAGOPALAN, Kanavilil. A construção de identidades e a política de representação. In: FERREIRA, L. M. A.; ORRICO, E. G. D. **Linguagem, identidade e memória social**. Rio de Janeiro, RJ: Faperp; UniRio; DP&A, 2002.

RIFKIN, Jeremy. Avanço tecnológico desafia capitalismo. **Jornal O Estado de S. Paulo** [trad. do The New York Times], 24/03/2014. Disponível em: <https://link.estadao.com.br/noticias/geral,avanco-tecnologico-desafia-capitalismo,10000031736>. Acesso em 01 fevereiro, 2018.

SANTAELLA, Lucia. Não há divórcio entre a evolução biológica humana e a revolução tecnológica - Entrevista especial com Lucia Santaella. **Instituto Humanitas Unisinos**, 20/11/2011. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/?id=504504>. Acesso em 01 outubro, 2018.

SOUZA-GUIDES, Ana Carla Nogueira de; LODOVICI, Flaminia Manzano Moreira. O Idadismo / Ageísmo sob a escuta dos idosos: efeitos de sentido e a utopia de um novo envelhecer. In: LODOVICI, F.M.M. (Org.). **Envelhecimento e Cuidados– Uma chave para o viver**. São Paulo: Portal Edições, 175-210, 2018.

UNITED NATIONS POPULATION FUND (UNFPA). **Envelhecimento no século XXI: Celebração e Desafio** (Ageing in the Twenty-First Century: A Celebration and A Challenge). Disponível em: <https://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/Ageing%20report.pdf>. Acesso em 01 fevereiro, 2019.

Bibliografia complementar

ABOIM, Sofia. Narrativas do envelhecimento - Ser velho na sociedade contemporânea. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, v. 26, n. 1, pp. 207-232. Disponível em: [file:///C:/Users/Dados/Downloads/Narrativasdoenvelhecimento_ser_velho_n%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Dados/Downloads/Narrativasdoenvelhecimento_ser_velho_n%20(1).pdf). Acesso em 01 dezembro, 2018.

AUGÉ, M. **Une Ethnologie de Soi. Le temps sans âge**. Coleção La Librairie do XXI Siécle Paris: Éditions du Seuil, 2014.

AZEVEDO, Celina Dias. **Envelhecer na contemporaneidade: subjetivações, modelos e resistências**. Tese de doutorado em Ciências Sociais, pela PUC-SP, em 2018.

BEAUVOIR. Simone de. **A velhice**. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1990.

BOSI, Ecléa. **Lembranças de Velhos. Memória e Sociedade**. São Paulo: Ed. USP, 1978.

CAVALLI-SFORZA, Luca; CAVALLI-SFORZA, Francesco. **Quem somos? História da Diversidade Humana**. Trad.: Laura Cardellini Barbosa de Oliveira. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

COSTA, Elizama Franciane da. A velhice no discurso: falar por si ou ser falado pelo outro? **Revista UNINGÁ Review**, v. 30, n. 1, pp. 47-54, 2017. Disponível em: https://www.mastereditora.com.br/periodico/20170401_234625.pdf. Acesso em 01 dezembro, 2018.

DEMASI, Maria Antonia. **A máquina de fazer velhos: a literatura como objeto de reflexão sobre o envelhecer**. Dissertação de mestrado em Gerontologia, pela PUC-SP, em 2016.

FELIPE, Thayza Wanessa Silva Souza; SOUSA, Sandra Maria Nascimento. A construção da categoria velhice e seus significados. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v. 7, n. 2, pp. 19-33, 2015.

GAWANDE, A. Mortais – nós, a medicina e o que realmente importa no final. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva, 2015.

LALIVE D' EPINAY, C.; CAVALLI, S. **Le Quatrième Âge ou la dernière étape de la vie**. Lausanne, Suisse: Presses polytechniques e universitaires romandes. Collection Le savoir suisse, 2013.

NIQUETI, Ricardo. **Deleuze e velhice: uma política dos encontros**. Tese de doutorado em Ciências Sociais, pela PUC São Paulo, em 2015. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/3656>. Acesso em 10 maio, 2016.

SANTOS NETO, Artur Bispo dos. O discurso do envelhecimento da população como ideologia. **Argumentum**, Vitória (ES), v. 5, n.2, pp. 216-234, jul./dez. 2013.

SOARES, João Paulo Fernandes; MOURÃO, Ludmila; ALVES JÚ-

NIOR, Edmundo de Drummond. “O doce amargo sabor do envelhecimento”: discursos, práticas corporais e experiências geracionais. **Movimento**, Porto Alegre, v. 21, n. 3., pp. 645-657, jul./set. de 2015.

TÓTORA, Silvana. **Velhice: uma estética da existência**. São Paulo, SP: EDUC/FAPESP, 2015.

Flamínia Manzano Moreira Lodovici - Linguista. Doutora em Linguística pela Universidade de Campinas (IEL/Unicamp, Brasil). É professora Assistente Doutor do Departamento de Linguística (FAFICLA/PUC-SP, Brasil). Docente e pesquisadora filiada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Gerontologia da PUC-SP (Brasil). E-mail: flalodo@terra.com.br; flodovici@pucsp.br

Maria Helena Villas Bôas Concone - Antropóloga. PhD em Antropologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP, Brasil). É Professora Titular do Departamento de Antropologia da PUC-SP. Docente, pesquisadora, filiada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Gerontologia e ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, ambos da PUC-SP. E-mail: mhconcone@yahoo.com.br



IV

*Dimensões socioeconômicas
do longeviver: notas sobre um
itinerário de estudo em face da
transição demográfica global*



Jorge Felix

Introdução

Do ponto de vista econômico, o envelhecimento populacional é invariavelmente abordado pelo lado da despesa. Esse viés crônico na literatura alimentou, desde sempre, as perspectivas alarmistas, catastrofistas e fiscalistas sobre a transição demográfica. A analogia mais recorrente e sinótica é a “bomba-relógio”. Em outras palavras, essa visão edifica um determinismo de dependência, improdutividade e dispêndio em relação à velhice, típica ou inerente à economia capitalista. O fato de o segmento idoso ampliar a sua participação relativa na totalidade da população passou a ser percebido apenas como um fardo nas contas públicas. Desde os anos 1980, essa narrativa é funcional para o avanço na redução do papel do Estado na responsabilidade sob a proteção social. Por exemplo, com reformas de sistemas previdenciários a promover sucessiva e interminável redução de direitos historicamente conquistados.

Com as transformações na economia mundial a partir dos anos 1970, emergiu o que denomino de “capitalismo de desconstrução” (FELIX, 2018), sobretudo, do Estado do Bem-Estar Social construído no pós-Segunda Guerra Mundial, percebido como “generoso” e “paternalista”. A palavra “desconstrução” é usada como oposição à fase da economia do pós-guerra, quando todo um sistema de proteção fora criado na Europa, principalmente, durante uma fase denominada por Piketty (2015) de “reconstrução”. A concepção de mundo desta “nova” economia, segundo Tronto (2017), é “pouco realista” e, conseqüentemente, alimenta uma interpretação parcial do fenômeno da longevidade sem abranger todas as suas dimensões socioeconômicas.

Muitos economistas passaram a estabelecer a agenda das políticas públicas focados em medidas para enfrentar o crescimento dos gastos com a seguridade social, em específico os sistemas de previdência social

por repartição, como o modelo brasileiro, os sistemas de saúde pública e a assistência social. O debate ficou confinado nestes temas. Em situações um pouco mais otimistas, sempre com uma preocupação de atender a uma necessidade de o capital ampliar a produtividade, temas como educação e mercado de trabalho eram incluídos timidamente nesta espécie de *agenda sugerida* para uma sociedade em processo acelerado de envelhecimento, mesmo depois da virada do século XX para o XXI, quando a questão demográfica tornara-se evidente em todo o planeta.

Ainda é preciso lembrar que temas caros às ciências sociais, como imigração, gênero, diversidade, igualdade social, classes sociais, disparidades de inclusão entre as etnias, enfim, determinantes do padrão de ciclo de vida na sociedade, foram excluídos do debate econômico, preso regularmente a uma só dimensão: a austeridade fiscal. Esse viés pode ser explicado pela mutação teórica do que o *mainstream* dos economistas passou a compreender como “ciência econômica” – uma alquimia matematizada e quantitativa – desprezando a *economia política* como um dos braços das ciências sociais. A crença na economia como ciência alimentou a confiança em um modelo voltado apenas para as contas públicas, amparado em estatísticas alheias a qualquer outras alternativa ou a novas conformações sociais e econômicas.

Esse olhar economicista resultou em pouca eficácia para os projetos de planejamento das sociedades envelhecidas em quase todos os continentes, portanto, Brasil incluído, e atinge o crescimento e o desenvolvimento econômico ao frear o potencial de adaptação de políticas públicas e de empresas, como será explorado mais adiante, ao envelhecimento da população. Dito de outra forma, esse diagnóstico parte do pressuposto de que o modelo fordista de pacto social entrou em colapso por causa da dinâmica demográfica e, sendo assim, a única solução é a restrição da participação do Estado e o encerramento do “seguro coletivo” em vigor desde a metade do século XX.

O debate sobre essa premissa, embora seja coadjuvante nesse itinerário, é relevante para dissecar minimamente a complexidade da questão econômica. Até que ponto, o envelhecimento é o responsável por esse esgotamento de modelo e qual o papel da estrutura de produção capitalista nessa impossibilidade de assegurar um envelhecimento digno para as gerações futuras? A partir de Streeck (2018) é possível fazer uma confrontação entre a hipótese demográfica e a hipótese da tendência de redução da taxa de lucro a partir dos anos 1970, quando o capital perde o interesse de manter as relações amistosas com o trabalho iniciadas no pós-guerra. O autor apresenta seus argumentos econômicos para defender a segunda hipótese.

A empreitada de se vislumbrar novas possibilidades dentro de uma perspectiva de coletividade como o modelo do *welfare state*, seja com inovação, pesquisa, desenvolvimento, empreendedorismo (social ou não), enfim, dentro de um movimento de “políticas criativas para o envelhecimento” (KLIMCZUCK, 2015), depende de planejar soluções também pelo lado da receita. Até a primeira década do século XXI, nenhum país havia estabelecido uma estratégia para sua transição demográfica a partir da receita. No entanto, as demandas contemporâneas e as limitações de soluções políticas, é possível afirmar, se não alteraram a agenda, ao menos estão empurrando o debate econômico para o campo da receita.

A industrialização dos países ricos na passagem do século XVIII para o XIX, obviamente, não foi calcada no processo de transição demográfica. Mais tarde, a partir da metade do século XX, as indústrias de alguns países, sobretudo o Japão, iniciaram um processo “natural” de adaptação para um público consumidor mais longo, porém sem uma estratégia governamental merecedora de ser definida como *política industrial* ou de desenvolvimento econômico baseado na demografia – principalmente os países de industrialização tardia.

Esse resumo foi necessário para colocar na linha do tempo a transformação do debate mundial sobre a longevidade do ponto de vista econômico e poder-se-ia dizer que constitui a primeira parte deste itinerário. Os estudos do fenômeno da longevidade, neste momento, dependem da compreensão de todas as suas dimensões socioeconômicas e a inclusão no currículo de novos conceitos (FELIX, 2014) capazes de dar conta da complexidade social a ser enfrentada por governos, empresas e profissionais para uma bem-sucedida gestão do longeviver no século XXI. O objetivo dessas notas é esboçar e apresentar o itinerário da disciplina “Dimensões socioeconômicas do longeviver” cuja proposta é justamente estabelecer essas conexões na área da economia, sempre compreendendo esta como uma subárea das Ciências Sociais.

É impossível abarcar as transformações dessa megatendência global – o envelhecimento populacional – sem enxergá-la pelo prisma de um ecossistema de economias (KLIMCZUK, 2015, 2017), onde existem pontos de interseção entre a economia social, a economia criativa, a economia solidária e os novos conceitos da economia do cuidado (ZELIZER, 2012) e da economia da longevidade (FELIX, 2014). É esse o percurso proposto aqui para ampliar a capacidade de compreensão, mesmo que sem a pretensão de abraçar a totalidade interdisciplinar do tema, principalmente para profissionais interessados em gestão no campo da longevidade.

Breves antecedentes: um diálogo com Paul Singer

A partir de Paul Singer (1989), iniciaremos esse percurso de estudo relembando alguns pontos destacados pelo autor, no século passado, que, pelo inusitado de sua visão, ganhou destaque na literatura por dar importância a pontos até então desprezados pela economia. O texto em questão é, na verdade, uma palestra do professor em evento

público sobre o tema em São Paulo quando se começava a ampliar a discussão sobre o envelhecimento populacional no país. Após a constatação das estatísticas e projeções demográficas de praxe sobre a inversão da pirâmide etária, Singer alerta sobre o maior efeito neste processo ser o da redução da taxa de fecundidade, considerado por ele o “fator mais importante”⁵⁵.

Enquanto a longevidade é limitada, por mais ampliada que seja pelo avanço tecnológico aplicado à medicina e a outras áreas, a queda da taxa de fecundidade é ilimitada, sublinhou Singer. Logo em seguida, o autor destaca o aumento da expectativa de sobrevida e o fato de o segmento com mais de 80 anos ser o de maior potencial de crescimento relativo na totalidade da população. Por isso, ao localizar a causalidade desse processo em mudanças sociais e culturais “estrondosas”, Singer volta-se à “enorme mudança no *status* social da mulher” no fim do século XX, além de citar a “revolução sexual” provocando alterações na relação entre “membros dos domicílios e, desdobrando-se, em “novos padrões familiares” (Op.cit, p. 84).

Em seguida, Singer afirma que “seu palpite” a partir de uma análise do ponto de vista da economia política é que “as consequências políticas e culturais começam a emergir agora” e o “envelhecimento da sociedade tende a torná-la extremamente conservadora” (Op.cit., p. 85). Em outras palavras, o que o autor destacava é que sociedades conservadores elegeriam projetos (neo) liberais e ampliariam o risco de *desconstrução* do Estado do Bem-Estar Social, aumentando o processo de mercantilização

55 A transição da taxa de fecundidade no Brasil teve início em meados dos anos 1960, mas acentuou-se em 1980. A partir de 1991, a taxa começa a cair nos grupos onde ela era mais elevada, isto é, mulher pobre e das regiões norte e nordeste. Em 1940, 1950 e 1960, a taxa média brasileira alcançava 6,3 filhos por mulher, configurando estabilidade, caindo a partir de 1970 para 5,8, depois para 4,4 em 1980 e hoje é de 1,7 filho por mulher, portanto, abaixo da mínima para a reposição da população que é de 2,1, taxa que foi alcançada pela última vez em 2004 (IBGE).

de saúde, previdência, educação, moradia etc. e reduzindo a presença estatal na assistência social. Embora o Brasil tenha mantido uma ampla rede de seguridade social, com a Constituição de 1988, o país vive sob a ameaça constante de *desconstrução* deste pacto e o envelhecimento da população é a sua maior justificativa.

Singer continua a ampliar o leque de questões socioeconômicas incluindo, na sequência, a importância de a classe trabalhadora ter conquistado a aposentadoria como “direito” ao contrário do início do século XX, quando muitos precisavam trabalhar até a morte e a aposentadoria tinha um caráter de prêmio para os privilegiados (Op.cit, p. 87; FELIX, 2010). Paradoxalmente, o tema do preconceito aos trabalhadores maduros, um tema, na época, pouco explorado na literatura econômica já aparecia no horizonte do autor. Singer acentua que “a partir de 55 anos é tudo considerado velho” e observa que “existe uma fortíssima discriminação contra a pessoa de idade por parte das empresas” (Op.cit, p. 89). Isso obrigaria os indivíduos, constata, à educação continuada.

O que nos chama a atenção é que mesmo um economista social e heterodoxo como Paul Singer, com perspectiva multidimensional e interdisciplinar, que incluía ainda em sua análise a solidão (“A solidão é a maldição da velhice”), a heterogeneidade e a desigualdade social no interior do segmento idoso (“Eu diria que as diferenças, as desigualdades são mais fortes entre os idosos do que entre outros grupos de idade”), desvalorizava uma interpretação da transição demográfica pela receita, isto é, pelas potencialidades de geração de riqueza.

É evidente que a complexidade que ele empresta ao tema é bem mais ampla do que a economia neoclássica com uma abordagem meramente economicista ou fiscalista. No entanto, uma estratégia de desenvolvimento de setores baseada em uma política industrial elaborada a partir de todas essas mudanças no comportamento dos indivíduos diante da

longevidade, das famílias e, claro, de toda a sociedade estava ausente da agenda – e continua. Uma das principais hipóteses explicativas para essa ausência foi a prioridade brasileira em sair da armadilha da inflação alta, desde os anos 1980.

Depois de 1994, com um ambiente percebido como estável ou inflação controlada e moeda perene, seria viável almejar uma política industrial brasileira ou um projeto de desenvolvimento. No entanto, o país definitivamente adotou as recomendações de austeridade fiscal e, em 1999, o chamado tripé macroeconômico (câmbio livre, superávit primário e meta de inflação). Os objetivos da política econômica implicaram, a partir de então, em valorização cambial crônica (real sobrevalorizado) e juros altos, o que antecipou e aprofundou a *desindustrialização* ou a *desconstrução* da indústria. Nesse ambiente, até hoje, foi impossível estabelecer uma estratégia pelo lado da receita (geração de riqueza) para aproveitar as oportunidades da transição demográfica. Até porque, as limitações de investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D) afastaram o Brasil da produção de conhecimento e inovação sobre esse campo e a sua atualização no debate global.

A construção da economia da longevidade

Em artigos anteriores (FELIX, 2009, 2014, 2016, 2016a, 2018, 2018a), cujo conteúdo faz parte desse itinerário de estudo proposto aqui, discutimos o desafio de adoção da estratégia da economia da longevidade no Brasil, sua definição e seu impacto para as empresas, geração de emprego, comércio exterior e desenvolvimento econômico. Esses textos são a base para um histórico sobre a emergência do conceito nas políticas públicas, sobretudo no âmbito da União Europeia, em particular o caso da França (BERNARD et al., 2013; ZIMMER, 2016). São também apresentados os

setores promissores e destacado o potencial da Gerontecnologia na construção da economia da longevidade em nível global (KLIMCZUK, 2012; SANTANA, 2016).

A oportunidade aqui será usada para atualizações sempre necessárias e, avalia-se, enriquecedoras para as reflexões sobre essas novas dimensões socioeconômicas do longeviver. Esses novos *insights* pretendem capacitar o gestor desse campo para avaliar, analisar e tomar decisões pertinentes à dinâmica de tema ainda tão desconhecido no Brasil. Por aqui, a economia da longevidade, paradoxalmente, é interpretada *ainda* como um termo do marketing, isto é, apenas como um “nicho de mercado” diante do aumento de idosos na população. No entanto, na literatura internacional, essa interpretação é vista como “coisa do passado” (HEINZE; NAEGELE, 2009, p. 41) e a economia da longevidade, atualmente, assume um caráter de “mercado transversal” (“*cross-section market*”) em concorrência global.

Em dez anos, essa transversalidade tem sido cada vez mais acentuada no debate desprendendo-se do setor privado exclusivamente e invadindo a esfera público- governamental. Em recente publicação da Comissão Europeia (2018, p. 06), os autores destacam a relação entre o setor público e o setor privado no âmbito dessa estratégia, por exemplo, na assimetria em relação aos crescentes gastos de saúde e os reduzidos gastos em educação para a população com mais de 50 anos de idade na União Europeia. Se aceita-se o consenso de que educação gera saúde, é legítimo concluir que alguma ação pública deve ser adotada.

A mudança de entendimento em relação à visão fiscalista, todavia, é que os autores estabelecem como condição para o governo reduzir gastos à abertura de oportunidades, por meio de políticas desenvolvimentistas, como uma política industrial, para estimular o setor privado. Segundo os autores, ao atender às necessidades dos idosos, a economia da longevidade oferecerá oportunidades para todas as idades (Op. cit., p. 07).

É necessário, portanto, compreender esse ecossistema de economias, em que está localizada a economia da longevidade. A partir de KLIMCZUK (2015) e FELIX (2014), é possível estabelecer uma primeira interatividade entre economias até então estudadas separadamente, mas agora conectadas de forma sistêmica, como representado nas figuras 1, 2 e 3. Enquanto o primeiro autor acopla a economia criativa ao sistema, a segunda proposta inclui a economia do cuidado, uma vez que já havia sido incluída a economia social em textos anteriores, embora sem representação sistêmica (FELIX, 2011, p. 168), como é feito a seguir.

Figura 1 - Representação do Ecossistema de Economias, de acordo com Felix (2014, p. 57)

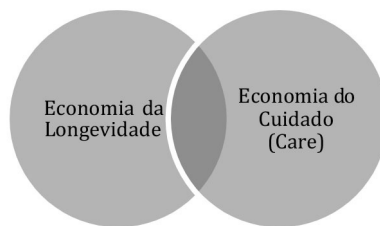


Figura 2 - Representação, de acordo com Klimczuk (2015, p. 103).



Figura 3 – Representação proposta a partir de Felix e Klimczuk

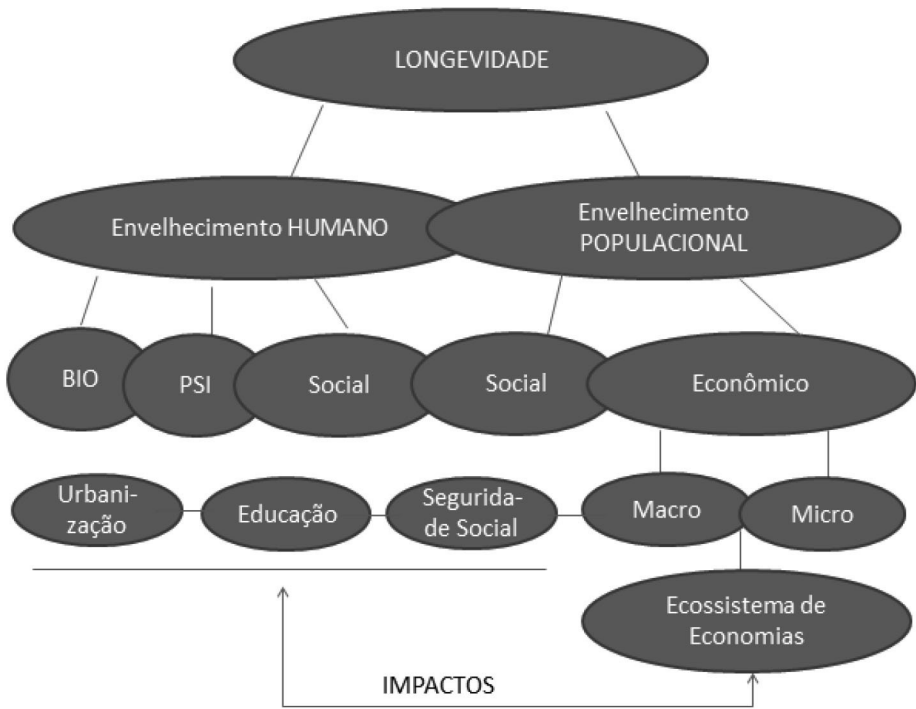


Fonte: Elaboração própria

O objetivo do itinerário deste capítulo “Dimensões Socioeconômicas do longeviver” será, portanto, apresentar esses conceitos, suas evoluções, suas aplicações nas políticas públicas e na iniciativa privada e estabelecer as conexões entre eles, oferecendo um panorama de um novo ecossistema econômico a partir da dinâmica demográfica do século XXI. Explorar, sobretudo, esses pontos de intersecção sempre sob a orientação básica desse ecossistema em relação à longevidade: atender às necessidades da pessoa idosa.

É neste ponto que esse sistema transversal se distancia do marketing (cunhador das expressões *silver economy* ou *mercado de prata*). O marketing por natureza é a área criadora de novas necessidades de consumo. Esse é o ponto de vista a ser problematizado e esse debate deve ser feito em primeiro lugar tendo a clareza dos objetivos dessa economia, até para justificar uma política industrial, e, em segundo lugar, inter-relacionando as megatendências globais e detectando as microtendências geradas em direção ao envelhecimento digno e ao bem-estar coletivo. Essa metodologia permite estabelecer as conexões entre o envelhecimento humano e o envelhecimento populacional em suas dimensões socioeconômicas, como demonstrado a seguir.

Figura 4 – Conexões entre envelhecimento humano e populacional



Fonte: Elaboração própria

Em resumo, a conexão entre o envelhecimento humano e o envelhecimento populacional precisa ser melhor explorada em suas dimensões socioeconômicas com o objetivo de fazer emergir também as perspectivas de geração de riqueza que possam mitigar efeitos de ampliação dos custos da transição demográfica (EUROPEAN COMMISSION, 2015). Essa é a perspectiva de novas estratégias adotadas, por exemplo, no âmbito da União Europeia (2015, p. 15), principalmente em países como França (Le MAIRE, 2019) e Reino Unido (HM, 2017). Essa perspectiva empresta complexidade (e alto grau de reflexividade) às decisões seja de consumo

ou de alocação de capital, portanto, demandam uma análise das mega e microtendências da contemporaneidade.

Envelhecimento e globalização: mega e microtendências

A compreensão da dinâmica do ecossistema de economias depende das correlações a serem estabelecidas a partir de megatendências globais, uma vez que a produção de mercadorias e serviços necessita de uma integração nos sistemas-mundos econômicos vigentes (WALLERSTEIN, 1996). Na economia globalizada, qualquer empreendimento estará inserido neste jogo mundial. Devem ser exploradas, portanto, no percurso acadêmico, as convergências e divergências das cinco megatendências globais do século XXI: *i*) transição ecológica, *ii*) globalização, *iii*) 4ª revolução industrial; *iv*) democracia e crise política e *v*) transição demográfica (ou envelhecimento populacional).

A combinação entre a transição ecológica e a transição demográfica suscitam inúmeras questões no que respeita à sustentabilidade ecossistêmica. Se cruzadas com a microtendência da urbanização, essas duas macro-tendências se desdobram em consequências diretas e indiretas para a produção de produtos e serviços. De acordo com Bassi (2014), a relação entre população e sustentabilidade ecossistêmica dificilmente desvencilha-se de um unilateralismo negativista; todavia, são os hábitos e a afluência, alterações na estrutura etária e os padrões de consumo que também devem ser levados em conta no debate sobre a limitação dos recursos finitos da biosfera. Ou seja, do ponto de vista da economia da longevidade, se por um lado existe uma escassez de recursos, por outro emergem necessidades para suprir as demandas de famílias com mais idosos e menos crianças.

A globalização, por ser caracterizada sobretudo por uma inserção desigual dos países (periféricos, semiperiféricos e centrais), acentua a

disputa tanto pelos recursos escassos como pelas soluções tecnológicas (ou não, mas principalmente) suscitadas para atender a estas necessidades da população idosa e de suas famílias. Como dito acima, os países centrais saem na frente na construção de uma estratégia de economia da longevidade em nível nacional ou regional (KLIMCZUK, 2016) com a declarada intenção de assumirem a “liderança” (EUROPEAN COMMISSION, 2015, p. 05) no comércio mundial. Essa dinâmica impõe ao gestor ou empreendedor no campo da longevidade a necessidade de ampliar a compreensão do processo de globalização e envelhecimento, que precisa ser explorado, neste itinerário, a partir de ampla literatura que se volta a essa problemática (BAARS et al., 2006; NEILSON, 2017; HIGGS; HYDE, 2016) com o objetivo de construir uma *economia política da longevidade* (PHILLIPSON, 2015).

A ascensão da inteligência artificial e as demandas de uma economia contemporânea forjada sob as metamorfoses provocadas pela globalização resultaram na chamada 4ª Revolução Industrial. A intensificação do uso da tecnologia digital, compreendida aqui em seu sentido mais amplo possível, nos processos de produção e na intermediação das interações sociais impacta a gestão da longevidade, seja do ponto de vista da teoria do ciclo de vida, da teoria crítica ou da teoria político-econômica do envelhecimento (SIQUEIRA, 2001).

Por fim, as dificuldades do exercício do poder no século XXI impactam as políticas públicas e a gestão das empresas. Se por um lado, a crise política verificada em todo o planeta limita as possibilidades de avanço no sentido de soluções normativas para assegurar o envelhecimento digno; por outro lado, abrem perspectivas maiores para soluções alternativas inovadoras, mesmo que sejam apenas em um estágio de economia paliativa, sem viabilidade universal. Mesmo neste caso, o desenvolvimento de novas formas de solidariedade (PHILLIPSON, 2015)

depende de um conhecimento das lacunas abandonadas pela institucionalidade tradicional, baseada nas relações de poder da democracia representativa, no âmbito das políticas socioeconômicas (MARQUES, 2015; FELIX, 2018).

As dimensões socioeconômicas do longeiver serão apresentadas em: a) sociais, no que se refere às transformações da família como unidade orçamentária e os desafios de atender às novas necessidades; b) macroeconômicas, abordando o desafio do equilíbrio fiscal, os sistemas de seguridade social e a questão do trabalho; c) microeconômicas, as especificidades do comportamento do consumidor idoso e de outros agentes, como empreendedores; d) economia da longevidade, a estratégia dos países ricos para fomentar suas indústrias e as respostas de políticas criativas para o envelhecimento populacional, isto é, o ambiente de concorrência global de produtos e serviços para o envelhecimento.

Em todas essas dimensões é dada especial ênfase no aspecto tecnológico, como mencionado, a Gerontecnologia (TINKER, 2011) como alavanca industrial e na posição relativa dos países (periferia, semiperiferia e central) na nova corrida econômica global suscitada pelas mudanças demográficas aceleradas em todo o planeta. É apresentada a nova divisão internacional do trabalho reestruturada pelas alterações populacionais e seus impactos para cada sociedade garantir um envelhecimento digno em âmbito doméstico no século XXI, com especial destaque para a globalização do trabalho de cuidado de longa duração (DEBERT; PULHEZ, 2017; DEBERT, 2016, DEBERT, 2012). Em outras palavras, as dificuldades econômicas em adaptar imposições globais às suas necessidades locais. Esse desafio amplia a urgência de se pensar o envelhecimento a partir de outros conceitos e novas políticas.

O caso francês, por seu potencial de influência em toda a União Europeia, será apresentado como exemplo principal, detalhando sua implementação, etapas e desafios desde 2013, quando a França lançou seu primeiro relatório sobre a Economia da Longevidade. A partir dessa experiência, são apresentados os obstáculos para o Brasil também construir um complexo industrial da saúde e do cuidado, permitindo a transformação do novo perfil demográfico em fonte de riqueza para a sociedade e não apenas como custos e pressão fiscal.

Considerações finais

Mesmo na área da economia, evidentemente, é possível estabelecer inúmeros itinerários para os estudos do envelhecimento. O programa sugerido nesse texto foi construído com o objetivo de oferecer uma reflexão pontual a partir da possibilidade de se vislumbrar uma alternativa de política para a gestão da longevidade, seja no âmbito público ou privado, do ponto de vista da receita. No escopo teórico da economia, esse itinerário é baseado em uma concepção schumpeteriana-marxiana, uma vez que é emprestada ênfase à inovação e/ou à industrialização e sua gestão com perspectivas de atender às demandas de uma nova cesta de consumo das famílias em uma sociedade envelhecida.

Ao analisar todos os setores da economia da longevidade, esse itinerário oferece uma reflexão sobre as relações entre negócios e consumidores (B2C), empresas e empresas (B2B) e consumidores e consumidores (C2C) em serviços e produtos suscitados pela típica transversalidade dessa economia. A interação com novos conceitos aplicados à gestão do longeviver permite ainda estabelecer conexões para a construção de uma economia política da longevidade que se faz urgente no debate público.

Referências

BAARS, J.; DALE, D.; PHILLIPSON, C.; WALKER, A. (eds). **Aging, Globalization and Inequality - The New Critical Gerontology**, Baywood, Amityville, NY, 2006.

BASSI, C. de M. Envelhecimento populacional e sustentabilidade ecossistêmica no Brasil: evidências por meio dos indicadores pegada ecológica e pegada hídrica, pp. 315-336 In: CAMARANO, A. A. (Org.) **Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?** Rio de Janeiro, Ipea, 2014.

BERNARD, C.; HALLAL, S.; NICOLAÏ, J-P. *La Silver Économie, une opportunité de croissance pour la France*, Commissariat Général à la Stratégie et à la prospective. Disponível em: www.strategie.gouv.fr, Paris, 2013.

DEBERT, G. G. Imigrantes, Estado e família: cuidado do idoso e suas vicissitudes, pp. 216-233 In: ARAÚJO, N. G.; HIRATA, H. (2012). **Cuidado e cuidadoras, as várias faces do trabalho do care**, São Paulo, Atlas.

DEBERT, G. G. Migrações e o cuidado do idoso, dossiê Gênero e Cuidado, **Revista Pagu** (46), janeiro-abril, pp. 129-149, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201600460129>.

DEBERT, G. G.; PULHEZ, M. M. (Orgs.). **Textos didáticos, desafios do cuidado: gênero, velhice e deficiência**, n. 66, junho, Campinas, IFCH, Unicamp, 2017.

EUROPEAN COMMISSION (2015). Innovation for Active & Healthy Ageing, final report European Summit on Innovation for Active and Healthy Ageing, UE, Brussels.

EUROPEAN COMMISSION (2015). Growing the European Silver Economy, background paper, 23 February, UE, Brussels, 2015a. Disponível em: <http://ec.europa.eu/research/innovation-union/pdf/active-healthy-ageing/silvereco.pdf>.

EUROPEAN COMMISSION (2015). The Silver Economy, final report, European Commission, Brussels, 2018. Disponível em: Doi: 10.2759/685036.

FELIX, J. **Batalhadores depois dos 60: uma crítica aos tipos de integração do idoso no mercado urbano de trabalho**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, 2018. Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

FELIX, J. Economia da Longevidade, Gerontecnologia e o complexo econômico-industrial da saúde no Brasil: uma leitura novo-desenvolvimentista, **Revista Kairós–Gerontologia**, v. 21, n. 1, pp. 107-130, 2018a. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.23925/2176-901X.2018v21i1p107-130>.

FELIX, J. Silver Economy: opportunities and challenges to Brazil adopt European Union's strategy, **Innovation: The European Journal of Social Science Research**, v. 29, issue 2, pp. 115-133, 8 april 2016. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13511610.2016.1166937>.

FELIX, J. O idoso e o mercado de trabalho. In ALCANTARA, A. O.; CAMARANO, A. A.; GIACOMIN, K. C. **Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões**, pp. 241-263, 2016a. Rio de Janeiro: Ipea.

FELIX, J. 'Economia da Longevidade' e 'Economia do Care': o envelhecimento populacional a partir de novos conceitos. **Revista Argumentum**, v. 6, n.1, pp. 44-63. Vitória, UFES, 2014.

FELIX, J. **Viver Muito, outras ideias sobre envelhecer bem no século XXI e como isso afeta a economia e o seu futuro**. São Paulo: Editora Leya, 2011.

FELIX, J. Desafios da previdência para um país que envelhece e o risco da aposentadoria como prêmio, pp. 135-154. In: BERZINS, M. V.; BORGES, M. C. **Políticas públicas para um país que envelhece**, São Paulo: Editora Martinari, 2010.

HEINZE, R. G.; NAEGELE, G. Silver economy in Germany – more than only the economic factor: old age! **Geroblim**, issue 02/09, pages 37-52, 2009.

HIGGS, P.; HYDE, M. **Ageing and Globalization. Chicago, USA:** University Chicago Press, 2016.

HM GOVERNMENT. **Industrial Strategy – building a Britain fit for the future**, White paper, HM Government, London, 2017. Available in https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/662508/industrial-strategy-white-paper.pdf.

KLIMCZUK, Andrzej. Supporting the Development of Gerontechnology as Part of Silver Economy Building, **Journal of Interdisciplinary Research**, v. 2, Issue pp. 52-56, 2012. (MPRA Paper n.º 61886, posted 6 February 2015 10:03 UTC, Disponível em: <http://mpra.ub.uni-muenchen.de/61886/>

KLIMCZUK, Andrzej. Economic Foundations for a Creative Ageing Policy. **Context and Considerations**, Palgrave Macmillan, N.Y., v. 1, 2015.

KLIMCZUK, Andrzej. Comparative analyses of national and regional models of the Silver Economy in the European Union. **International Journal of Ageing and Later Life**, 2016. Disponível em: Doi: 10.3384/ijal.1652-8670.15286.

KLIMCZUK, Andrzej. Economic Foundations for a Creative Ageing Policy, **Putting the Theory into Practice**. Palgrave Macmillan, N.Y., v. 2, 2017.

LE MAIRE, B. Édito. In: **Annuaire 2019 Officiel de la Silver Économie**, Paris: SilverEco.org.

MARQUES, R. M. O lugar das políticas sociais no capitalismo contemporâneo, **Revista Argumentum**, UFES, v. 7, n. 2, pp. 7-21, julho/dezembro, 2015. Disponível em: Doi: <https://doi.org/10.18315/argumentum.v7i2.10517>.

NEILSON, B. Globalização e as biopolíticas do envelhecimento. In: DEBERT, G. G.; PULHEZ, M. M. **Textos Didáticos – desafios do cuidado, gênero, velhice e deficiência**, n. 66, 2017. IFCH, Unicamp, Campinas.

PHILLIPSON, C. The Political Economy of Longevity: Developing New Forms of Solidarity for Later Life. **The sociological Quarterly**, n. 56, pp. 80-100, 2015. Disponível em: Doi: <https://doi.org/10.1111/tsq.12082>.

PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Ed. Intrínseca, 2015.

SINGER, P. As dimensões sócio-políticas do envelhecimento, pp. 82-91, In: PEREIRA, D. M. **Idoso, encargo ou patrimônio? - o envelhecer em** São Paulo, edição do Grupo Municipal de Voluntários, 1989.

SANTANA, C. da S. Brazilian Gerontechnology, **Gerontechnology**, v.15, n.2, pp. 63-64, 2016. International Society of Gerontechnology, Disponível em: Doi: 10.4017/gt.2016.15.2.002.00.

STREECK, W. **Tempo comprado, a crise adiada do capitalismo democrático**, São Paulo, Boitempo Editorial, 2018.

SIQUEIRA, M. E. C. de. Teorias sociológicas do envelhecimento, pp. 73-112 In: NERI, A. L. (Org.). **Desenvolvimento e envelhecimento: Perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas**, Papirus, Campinas, 2001.

TINKER, A. M. Technology and Aging. In **An Introduction to Gerontology**, edited by I. S. Hamilton, 363-388, 2011. New York: Cambridge University Press.

TRONTO, J. There Is an Alternative: Homines Curans and the Limits of Neoliberalism, **International Journal of Care and Caring**, 1, n.1, 43, pp. 27-43, 2017. Disponível em: Doi: <https://doi.org/10.1332/239788217X14866281687583>.

WALLERSTEIN, I. Análise dos sistemas mundiais In: GIDDENS, A. & TURNER, J. **Teoria Social Hoje**, São Paulo, Editora Unesp, 1996.

ZELIZER, V. Economia do care, pp. 15-28 In: ARAÚJO, N. G.; HIRATA, H. (2012). **Cuidado e cuidadoras, as várias faces do trabalho do care**. São Paulo, Atlas.

ZIMMER, B. Enjeux et opportunités de la filière Silver Économie: exemple de la France. **Angewandte Gerontologie Appliquée**, 1, pp. 41-42, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1024/2297-5160/a000030>.

Jorge Felix - Doutor em Ciências Sociais (PUC-SP), pesquisador do Centro de Estudos da Economia da Longevidade, professor de Economia na pós-graduação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP-SP) e professor convidado do mestrado em Gerontologia da USP-EACH. E-mail: jorgefelix@economiadalongevidade.com.br



V

*Autonomia e
Envelhecimento: uma
questão interdisciplinar*



Luiz Alberto David Araujo
Natália Carolina Verdi

Introdução

O tema do envelhecimento está diretamente ligado à questão da autonomia. A qualquer tempo em que se estude o assunto, a pergunta que virá será “a pessoa tem condições de decidir sobre isso?” Provavelmente, todo o processo de envelhecimento é permeado por essa questão. Decisões precisam ser tomadas e, muitas vezes, a pessoa não tem condições de assumir tal postura, quer porque está acamada, inconsciente, quer porque seu estado físico e mental não o permite. Quem tem autonomia? O presente trabalho pretende tratar do tema da autonomia e do envelhecimento. Pela sua autoria, o trabalho vai procurar dar o enfoque do Direito, especialmente diante dos procedimentos restritivos de decisão, representados por decisões apoiadas, muitas vezes, por interdições. Mas quando os processos de restrição de direitos, em relação à autonomia, devem ser deflagrados?

Desde logo, já afirmamos que o Direito não dá conta, sozinho, de responder a tal questão. No entanto, ele poderá nos dar elementos que nos auxiliem a tomar a decisão que prestigia a dignidade da pessoa humana. Para tanto, o artigo vai apresentar algumas situações que podem, em princípio, representar uma ameaça para a pessoa, com a destruição do seu patrimônio. Mas quanto disso é uma preocupação da família? (e não da pessoa que acumulou o patrimônio e é titular de seu gozo e disposição).

Partindo da necessidade de inteiração de outras áreas, como a Psicologia, a Assistência Social, a Terapia Ocupacional, a Medicina, o trabalho vai apresentar algumas questões que podem nos colocar diante de um problema bastante complexo: quando a pessoa idosa perde a condição de gerir seu patrimônio.

Polemizando um pouco, e quando ela se envolve em um relacionamento amoroso? Quem decide o quê? Estes pontos que não serão resolvi-

dos pelo trabalho, mas revelam a complexidade do tema e nos levarão, provavelmente, à insuficiência do Direito como a única fórmula de solução.

Autonomia e envelhecimento – uma relação intrínseca

A autonomia consiste na prática de atos que reflitam os mais íntimos desejos, de acordo com as mais subjetivas convicções, os valores éticos e morais e a consciência daquele que concretiza exatamente aquilo de que mais tem vontade.⁵⁶

Compreende-se o conceito de autonomia com mais profundidade nos ensinamentos de Immanuel Kant, para quem a vontade de todo o ser humano deve ser concebida como vontade legisladora universal, dando a ela o nome de princípio da autonomia da vontade.

Cada vontade, por esta razão, é única e individual, assim como o é cada ser que a efetiva. Desta forma, merece respeito e consideração todo e qualquer exercício de autonomia, uma vez que ela é a razão em si mesma, enquanto legisladora universal de todos os atos praticados. Em um Estado Democrático de Direito, a autonomia está intrinsecamente relacionada à dignidade, entendendo-se que “a dignidade pode ser considerada como próprio limite do exercício da autonomia” (WEBER, 2013, p. 12).

Todavia, em uma sociedade que comprovadamente envelhece como a brasileira, na qual uma em cada quatro pessoas terá 65 anos ou mais a partir do ano de 2060,⁵⁷ não é incomum que aqueles que viveram menos, ao se depararem com atitudes praticadas de forma autônoma por aqueles

56 KANT, Immanuel. Fundamentação da Metafísica dos Costumes. Tradução de Antonio Pinto de Carvalho. Companhia Editora Nacional. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh_kant_metafisica_costumes.pdf. Acesso em 02 de abril de 2019. pp. 30-31.

57 Um em cada quatro brasileiros terá mais de 65 anos em 2060, aponta IBGE. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/07/25/1-em-cada-4-brasileiros-tera-mais-de-65-anos-em-2060-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em 02 de abril de 2019.

que viveram mais, as considere descabidas, inoportunas, indevidas, infundadas, ilegais, dentre tantas outras conceituações comuns a esta prática.⁵⁸

A passagem do tempo acaba por trazer consigo, como de uma forma imediata aos que praticam conceituações desta natureza, uma total impossibilidade de escolha por parte daquele que é considerado velho.

Na medida em que os anos passam, aquele que vive mais, aos olhos de muitos, deixa de ter consigo a possibilidade de ter desejos, de poder exteriorizar suas convicções e, automaticamente, a possibilidade de efetivar suas vontades sem sofrer críticas ou de receber conceituações distorcidas da realidade à prática de seus atos.

Em todo o questionamento sobre autonomia por parte daquele que julga o outro como alguém velho demais para poder efetivá-la, existe uma subjetividade inequívoca, pautada em valorações e suposições inúmeras vezes infundadas.

Preconceitos arraigados a uma cultura, que ainda supervaloriza e superprotege sua infância em detrimento de uma preferência por entender e se aprofundar em seu processo de envelhecimento incontestado, é igualmente o reflexo desta realidade que precisa de avanços.

Os julgamentos e as rotulações impostas aos mais velhos, hábeis a comprometer a autonomia principalmente daqueles que atingem a condição jurídica de idosos ao completarem 60 anos ou mais⁵⁹, não encontram em muitas das vezes qualquer tipo de amparo, mas se propagam por toda a sociedade e são comumente encontradas país afora em inúmeras áreas, sem grandes dificuldades, em pleno século XXI, por aqueles que se dedicam aos estudos e a uma melhor compreensão sobre o envelhecimento.

58 A título de exemplo, lembremo-nos de incontáveis situações nas quais nós mesmos, enquanto crianças, adolescentes ou já adultos, ao olharmos para nossos pais, nossos avós ou nossos tios, os censuramos apenas porque os temos como “mais velhos” e em quantas vezes pensamos, frente às escolhas por eles feitas e às atitudes por eles praticadas “não quero ficar assim quando chegar nesta idade”.

59 BRASIL. Lei Federal n.º 10.741, de 01 de outubro de 2003, artigo 1º.

O envelhecimento não é condição de tolhida de autonomia, já que é um processo pelo qual todos os seres humanos passam desde o nascimento com vida até que a finitude a cada um se apresente, sem nenhum aparato que leve à possibilidade, absolutamente infundada, de não poder efetivar-se o que se deseja na medida em que os anos passam.

É um processo “natural, irreversível e individual, marcado pela heterogeneidade entre os idosos, em função de suas características sociais, pessoais, econômicas e culturais que foram se estruturando ao longo da vida”.⁶⁰

Segundo a legislação brasileira, toda a pessoa que nasce com vida é capaz de direitos e deveres na ordem civil, o que prevalece até que essa pessoa venha a falecer, pelo que é chamado de capacidade de direito.⁶¹

Durante o processo de envelhecimento, ao nascer com vida, e um dia vir a falecer, toda a pessoa está sujeita a situações que a impossibilitem de exercer por si sua capacidade de direito, inviabilizando o que é chamado de capacidade de fato que, de maneira simplista, pode-se dizer ser a capacidade de poder exercer por si os direitos que são garantidos a todos, desde o nascimento com vida.

Estas situações de incapacidade de fato estão previstas no ordenamento jurídico brasileiro mais precisamente no Código Civil, que sofreu significativas mudanças após a instituição da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).⁶²

Com o advento do Estatuto e conforme previsto no Código Civil são considerados como absolutamente incapazes os menores de 16 anos e, como relativamente incapazes, os maiores de 16 e menores de 18 anos, os

60 MINISTÉRIO DA SAÚDE. Diretrizes Para O Cuidado Das Pessoas Idosas no SUS: Proposta de Modelo de Atenção Integral. XXX Congresso Nacional de Secretarias Municipais de Saúde. Maio. 2014. Disponível em: http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_cuidado_pessoa_idosa_sus.pdf. Acesso em 02 de abril de 2019.

61 BRASIL. Lei Federal n.º 10.406, de 01 de janeiro de 2002, artigo 1º.

62 BRASIL. Lei Federal n.º 13.146, de 06 de julho de 2015.

ébrios habituais e os viciados em tóxico, os que por causa transitória ou permanente não puderem exprimir sua vontade e os pródigos.⁶³

Por se refletir na capacidade de poder exercer por si tudo que se deseja, não é incomum que a autonomia esteja atrelada à capacidade ou à ausência dela em muitas situações, principalmente quando aquele que tem a autonomia questionada tem mais de 60 anos.

A partir dos 60 anos⁶⁴ as pessoas têm sua liberdade de escolha tolhida sem qualquer fundamento, sem qualquer respaldo técnico e nenhuma observância legislativa, apenas e tão somente pelo crivo do senso comum que é, em sua grande maioria, esmagadoramente confiscatório e desumano.

Tem-se, pelo senso comum (no qual muitos de nós nos incluímos, conforme exemplo que citamos à nota de rodapé de número 03), que em um incontável número de casos, não há de se ofertar a liberdade de escolha àquele que é sexagenário ou que esteja em idade superior, porque suas atitudes são julgadas como práticas que não nos agradam, que não queremos replicar apenas porque nos parecem absolutamente descabidas e são por nós, então, de pronto, censuradas.

Diante disso, a escolha de um idoso para os mais variados assuntos se torna desnecessária, já que a nosso crivo não são certas e não merecem qualquer tipo de acolhida.

Estas condutas praticadas sem qualquer tipo de aprofundamento trazem consigo uma reflexão social rasa, passível de tolher de maneira confiscatória qualquer possibilidade de escolha àquele que viveu mais, sem o mínimo amparo à sua dignidade. Impossibilitam que o idoso faça valer suas vontades porque julgam que a aptidão de escolha que lhe é nata, o deixou na medida em que os anos foram passando, apenas e tão somente porque ele viveu mais.

63 BRASIL. Lei Federal n.º 10.406, de 01 de janeiro de 2002, artigos 3º e 4º, com as alterações trazidas pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência em seu artigo 114.

64 BRASIL. Lei Federal n.º 10.741, de 01º de outubro de 2003.

Todavia, para que um idoso possa ser considerado como alguém inapto a exercer sua capacidade de fato ou, como igualmente é considerada, possa fazer valer a sua autonomia, necessária se faz a observância da legislação vigente e o acatamento a seus procedimentos.

Não há fundamento algum em rotulações preconceituosas e vexatórias por parte daquele que age sem o acatamento ao que determina o ordenamento vigente e desrespeita; em suma, os princípios constitucionais do devido processo legal; da isonomia; do contraditório e da ampla defesa; e o da motivação das decisões judiciais,⁶⁵ dentre outros, para que tolha daquele que é tido por ele como mais velho a capacidade para escolher, ceifando-lhe a autonomia.

Por intermédio de uma ação judicial, existirá a possibilidade de se comprovar ou de se afastar, ainda que temporariamente, a autonomia daquele a quem se alega inaptidão de poder decidir por si, mas não apenas em decorrência de sua idade aos que são considerados como velhos demais ao terem a autonomia questionada.

Nos casos em que os maiores de 16 e menores de 18 anos, os ébrios habituais, os viciados em tóxico, os que por causa transitória ou permanente não puderem exprimir sua vontade e os pródigos forem questionados sobre sua autonomia e for-lhes colocada em dúvida a capacidade de poderem agir por si e de efetivarem suas vontades, deve-se lembrar de que tudo que se alega deve ser provado, observadas todas as provas em direito admitidas, em especial, a prova pericial, já que a inaptidão para efetivação da autonomia está intrinsecamente relacionada ao comprometimento cognitivo alegado, o qual deve ser comprovado por um perito no assunto.

Em outras palavras, quando há a afirmação de que alguém é velho demais para poder decidir por si, que esta pessoa age com comprome-

65 BRASIL. Constituição Federal. Artigo 5º.

timento cognitivo passível de retirar-lhe a autonomia e por não saber o que está fazendo, é fundamental que aquele que julga o outro como alguém velho demais para poder decidir, tenha em mente que precisará provar o comprometimento dos atos daquele a quem julga como incapaz com laudos, exames, relatórios e outros documentos, da maneira mais detalhada e sólida possível.

Não há de se admitir a aceitação de uma tolhida de liberdade apenas porque o senso comum de quem julga o outro como velho demais para poder escolher e agir optou por este caminho, sendo necessários a observância e o cumprimento do que determina a legislação vigente no sentido de se comprovar o que se alega.

Nestas situações, comumente surgem os chamados processos de curatela ou como também são conhecidos, os processos de interdição,⁶⁶ nos quais, respeitados os procedimentos legalmente estabelecidos, tem-se a comprovação ou o afastamento do comprometimento cognitivo alegado e, somente então, mediante uma sentença judicial, é que poderá se ter afastada ou não a autonomia de um idoso, ainda que temporariamente.

É de suma importância saber que a contestação da autonomia decorrente de um processo judicial não tem caráter absoluto, já que a nomeação de um curador nestes casos se dá somente para efeitos patrimoniais e negociais⁶⁷ e ainda, a depender da situação, em caráter temporário. aquele que é nomeado para cuidar dos interesses de quem é considerado como incapaz de decidir por si por estar, então, curatelado/interditado, em decorrência de um processo judicial contra ele movido, no qual se comprovou seu comprometimento cognitivo, ainda que em caráter provisório,

66 BRASIL. Lei Federal n.º 13.105, de 16 de março de 2015. Artigos 747 a 758. Mesmo com o advento do Estatuto da Pessoa com Deficiência ainda há ausência de consenso sobre a nomenclatura, vez que são encontrados textos com a terminologia curatela e utilizando-se do termo interdição.

67 BRASIL. Lei Federal n.º 13.146, de 06 de julho de 2015. Artigo 85.

são dados poderes de gestão de patrimônio e negócios, de acordo com o que determina a legislação vigente após alterações trazidas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Por isso, ainda que curatelado (ou interditado) e ainda que esta curatela (ou interdição) seja de caráter provisório, este mesmo idoso que passa, então, a ser considerado com inapto a decidir, ainda que temporariamente, poderá continuar a praticar atos que não sejam contrários à sentença judicial que determinou sua curatela (ou interdição) e que conferiu poderes ao seu curador para cuidar de seu patrimônio e de seus negócios.

Seguindo determinações buscadas por todo o mundo, a legislação brasileira tem perseguido uma autonomia cada vez mais abrangente àquele que se encontra em dificuldade de se integrar na sociedade (ARAUJO, 2011), o que é muito comum aos idosos, na medida em que os anos passam.

Neste aspecto convém-nos lembrar de que o Estatuto da Pessoa com Deficiência, também conhecido como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência⁶⁸ trouxe ainda outras significativas mudanças ao ordenamento vigente, como a busca por extirpar algumas terminologias, dentre elas as palavras “incapacidade” e “interdição”, haja vista a conotação pejorativa que os termos carregam, bem como a previsão do instituto da Tomada de Decisão Apoiada, idealizando tornar a Curatela como medida excepcional e que pode ser entendida como

uma salvaguarda para que aquela pessoa, em situação pontual, principalmente em casos que necessite contratar, negociar ou transigir com terceiros, sejam pessoas físicas ou jurídicas, ou seja, tomar uma decisão importante em que sua situação de

68 BRASIL. Lei Federal n.º 13.146, de 06 de julho de 2015.

hipossuficiência possa interferir negativamente naquele ajuste não seja prejudicada. Para isso, pode ela dispor e indicar duas pessoas de sua confiança para orientá-la e acompanhá-la na realização de atos da vida civil, fornecendo esses auxiliares, com os quais ela mantém vínculos afetivos ou profissionais, os elementos e as informações necessários para que possa exercer sua capacidade. Esses auxiliares ou acompanhantes na tomada de decisão deverão assumir compromisso formal perante a justiça e prestar contas (LEITE; RIBEIRO; COSTA FILHO, 2016, pp. 371-372).

Todavia, ainda há muita divergência a este respeito, quer porque a expressão “incapacidade” está prevista e em vigor desde o ano de 2002, que foi a data de promulgação do Código Civil, instituto que regulamenta a este respeito, quer porque o Código de Processo Civil, datado de 16 de março de 2015 explicita a respeito da ação de “Interdição” para regulamentação da Curatela, termo utilizado pela LBI, datada de 06 de julho de 2015, bem como porque o que vem ocorrendo na prática é a extensão da curatela a qualquer caso de ‘discernimento reduzido’ e não a sua aplicação como medida excepcional, apenas a pessoas com impossibilidade de manifestação de vontade.⁶⁹

Ainda assim, é importante ter em mente que “a interdição, como medida de proibição do exercício de direitos, não se mostra consentânea com a atual tendência de modernização das normas, que vem

69 FIGUEIREDO, Ana Cláudia Mendes de; GONZAGA, Eugênia Augusta. Pessoas com Deficiência e seu direito fundamental à capacidade civil. In: Ministério Público, Sociedade e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em <https://escola.mpu.mp.br/.../e.../ministerio-publico-sociedade-elei-brasileira-de-inclusao>. p. 95-96. Acesso em 06 de abril de 2019.

buscando a inclusão de todas essas pessoas e a busca da autonomia da vontade por elas”.⁷⁰

Outro importante avanço trazido pela lei para que se comprove a impossibilidade de exercício da capacidade de direito ou, por assim dizer, um equívoco na efetivação da autonomia pretendida, necessária se faz a observância de que a realização de prova pericial deve se dar por equipe multidisciplinar, a qual irá elaborar um laudo multiprofissional no sentido de afastar ou de concretizar o que se alega.

Em algumas situações, a perda de autonomia é temporária, como nos casos em que a pessoa se encontre acometida por causa transitória que a impeça de exprimir sua vontade. Por esta razão, tem-se que o laudo multiprofissional extrapola a perspectiva única da medicina e incorpora uma perspectiva social da deficiência, a partir de diagnósticos trazidos por outras ciências, por exemplo, a assistência social, a psicologia, a arquitetura e a engenharia. Assim, a partir deste laudo é possível certificar os limites e parâmetros naquela intervenção temporária, mas necessária naquele momento, para garantir a proteção à pessoa (LEITE; RIBEIRO; COSTA Filho, 2016, p. 371).

A importância da multidisciplinaridade

A elaboração deste laudo por uma equipe multidisciplinar, já que velhice não é doença, vem ao encontro do que é perseguido e zelado pela Gerontologia, ciência que surgiu no início do século XX, mais precisamente no ano de 1903, quando Elie Metchnikoff “defendeu a ideia da criação de uma nova especialidade, denominada a partir dos termos gregos *géron* (velho, ancião) e *logia* (estudo)” (PAPALEO, 2016, p. 03).

70 MAIO, Ladya Gama. O Instituto da Curatela. Disponível em: <https://www.portaldoenvelhecimento.com.br/o-instituto-da-curatela/>. Acesso em 06 de abril, 2018.

A importância da multidisciplinaridade encontra respaldo no que prevê a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo ordenamento legislativo brasileiro.⁷¹

Ao nos dedicarmos ao estudo da velhice e do idoso, necessária se faz uma abordagem biopsicossocial a seu respeito, já que cada ser humano é único e individual desde o nascimento até a morte, sendo absolutamente relevante uma abordagem que o considere em sua individualidade, sob todos os seus aspectos.

No decorrer da vida, não há um abandono de quem se é, em decorrência do envelhecimento, mas há acréscimos do como se vive ao ser que vive mais, na medida em que os anos passam.

É importante saber que não sou *Kronos*, isto é, um tempo delimitado por mensurações provenientes das pesquisas da ciência ôntica que se esquece do Ser e das suas possibilidades. É importante saber que somos *Kairós*, isto é, um tempo vivido em uma determinação consciente e efetiva de nossa existência. Uma consciência que é tempo que indica novas direções. (MARTINS, 1998, p. 22)

71 BRASIL. Decreto n.º 6.949, de 25 de agosto de 2009 (Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007). Artigo 26 - Habilitação e reabilitação. 1. Os Estados Partes tomarão medidas efetivas e apropriadas, inclusive mediante apoio dos pares, para possibilitar que as pessoas com deficiência conquistem e conservem o máximo de autonomia e plena capacidade física, mental, social e profissional, bem como plena inclusão e participação em todos os aspectos da vida. Para tanto, os Estados Partes organizarão, fortalecerão e ampliarão serviços e programas completos de habilitação e reabilitação, particularmente nas áreas de saúde, emprego, educação e serviços sociais, de modo que esses serviços e programas: a) Comecem no estágio mais precoce possível e sejam baseados em avaliação multidisciplinar das necessidades e pontos fortes de cada pessoa.

Ademais, a velhice “não se encontra apartada do resto da vida interior, mas constitui a continuação da adolescência, da juventude, da maturidade” (SOARES; BARBOSA, 2017, p. 26).

Todavia, ainda é inegável, no século XXI, o peso que o aspecto cronológico traz ao envelhecimento, refletido na taxaço da velhice e de todo o comprometimento que se atrela a ela, sem qualquer preocupação ou comprovação, em decorrência da observância apenas do aspecto biológico e da degeneração celular daquele que é visto como velho.

Ainda assim, é oportuno salientar sob este aspecto que

as mudanças e as perdas fazem parte do envelhecimento. A partir dos 40 anos, a estatura do indivíduo diminui cerca de um centímetro por década, principalmente devido à diminuição da altura vertebral ocasionada pela redução da massa óssea e outras alterações degenerativas da coluna vertebral. A pele fica mais fina e friável, menos elástica e com menos oleosidade. A visão também declina, principalmente para objetos próximos. A audição diminui ao longo dos anos, porém, normalmente não interfere no dia a dia. Com o envelhecimento, o peso e o volume do encéfalo diminuem por perda de neurônios, mas, apesar desta redução, as funções mentais permanecem preservadas até o final da vida.⁷²

72 SCHNEIDER, Rodolfo Herberto; IRIGARAY, Tatiana Quarti. O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. Apud: Costa, E. F. A. & Pereira, S. R. M. (2005). Meu corpo está mudando o que fazer? In J. L. Pacheco, J. L. M. Sá, L. Py & S. N. Goldman (Orgs.), Tempo rio que arrebat. pp.13-25). Holambra: Setembro. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v25n4/a13v25n4.pdf>. Acesso em 06 de abril de 2019.

Por isso, ver os idosos “simplesmente pelo prisma biofisiológico é desconhecer a importância dos problemas ambientais, sociais e econômicos que pesam sobre eles, sendo relevante a visão global do envelhecimento e do idoso como ser humano” (PAPALEO, 2016, p. 5).

Da relevância desta visão global perseguida pela Gerontologia desde o seu surgimento no século XX, distante de julgamentos subjetivos infundados e de taxações pejorativas descabidas, nasce uma maior possibilidade de exercício de direitos pelos idosos, já que, amparada estará de uma maneira mais abrangente possível, a busca pela autonomia daquele que envelhece.

Quando falamos naquele que envelhece, temos, no século XXI, de começar a cotejar conceitos usuais como “velho”, palavra tão comumente utilizada àquele que apenas e tão somente viveu mais, lembrando-nos, por exemplo, que “alguns autores apontam que o envelhecimento começa no útero e termina no túmulo”.⁷³

Este posicionamento possibilita uma análise interdisciplinar do envelhecimento e permite perseguir uma garantia ao exercício de direitos, possibilitando ao idoso “um engajamento significativo na vida social, cultural, espiritual e familiar, bem como no voluntariado e em causas cívicas”,⁷⁴ como reflexo do exercício efetivo da própria autonomia.

Ainda que distante de um cotejamento interdisciplinar de terminologias tão comuns como “velho”, incide hoje à população brasileira considerada idosa por ter 60 anos ou mais, a garantia ao exercício de inúmeros direitos salvaguardados, como por exemplo, normas pre-

73 SANTOS, Silvana Sidney Costa. Gerontologia e os pressupostos de Edgard Morin. Disponível em: <http://www.portaldoenvelhecimento.com/acervo/artieop/Geral/artigo15.htm>. Acesso em 15 de abril de 2019.

74 ENVELHECIMENTO ATIVO: Um Marco Político em Resposta à Revolução da Longevidade. Centro Internacional de Longevidade Brasil. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Disponível em: http://ilcbrazil.org/pt-br/wp-content/uploads/sites/4/2015/12/Envelhecimento-Ativo-Um-Marco-Politico-ILC-Brasil_web.pdf. Acesso em 06 de abril, 2019, p. 43.

vistas na Constituição Federal, na Convenção Interamericana sobre Proteção dos Direitos Humanos das Pessoas Idosas e em outras legislações infraconstitucionais esparsas, como no Estatuto do Idoso, dentre tantas outras.

Entretanto, inegavelmente é chegada a hora de se refletir a respeito do que é considerado por cada uma delas quando a questão é o respaldo à autonomia do idoso e o efetivo exercício da vontade daquele que, com 60 anos ou mais busca concretizar seus desejos e efetivar sua autonomia.

Os valores da Convenção da Organização das Nações Unidas

O Brasil ratificou a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu protocolo facultativo, que entrou no ordenamento jurídico com *status* de emenda constitucional e deu origem ao Estatuto da Pessoa com Deficiência.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência tem como seus princípios basilares a autonomia e a dignidade da pessoa humana, valores a serem perseguidos com afincos por toda uma sociedade que envelhece e a serem chancelados judicialmente para que tenham uma validade frente a todos aqueles que deles precisarem fazer uso.

Todavia, decorridos alguns anos da vigência da inovadora legislação, alguns questionamentos ainda surgem, fazendo-nos refletir se temas tradicionais e comuns a toda uma população que envelhece, merecem a mesma solução, tornando evidente a necessidade de que o Direito precisa buscar caminhos e encontrar respaldo em outras ciências a fim de concretizar a multidisciplinaridade que ele próprio já prevê.

Um exemplo frequente e bastante interessante pode ser mencionado, ligado aos relacionamentos afetivos ou sexuais da pessoa. Imaginemos

que uma pessoa idosa (e aqui se discute se tem ou não autonomia) está disposta a dispor de seus bens, reservando para si o suficiente para viver bem. O destinatário (ou destinatária) dessa doação seria sua namorada ou parceira sexual. A família se sentiria lesada por tal atitude, que estaria retirando patrimônio de uma eventual herança. Se a pessoa dispõe de autonomia e não prejudica o seu próprio sustento não seria lícito permitir que ela determine o destino do seu patrimônio? Se encontrar prazer ou felicidade no novo relacionamento, a irresignação da família seria correta? O Poder Judiciário estaria preparado para determinar alguma restrição ou não a tal pessoa? O prazer dela, ligado ao afeto ou ao sexo, seria determinante para a decisão sobre seu patrimônio (desde que, como frisamos, houvesse o suficiente para ele – ou ela – se manter?).

A qualquer ótica, principalmente à ótica interdisciplinar perseguida pela Gerontologia, é impossível um aceite sobre estas conceituações e sobre uma solução única e simplista a todos os casos relacionados ao exemplo citado, já que cada situação, assim como cada sujeito, que a vivencia, é único e singular.

É necessária uma compreensão sobre a autonomia de cada uma destas pessoas, a fim de que reflitam a dignidade e o respeito das vontades daqueles que as profere enquanto seres humanos que vivem, até seu último tempo e suspiro, como seres *kronos* e *kairós*.

Os pensamentos e os comentários que encontram morada em pré-conceitos e em pré-julgamentos estabelecidos popularmente há muito, muitas vezes encontram morada em aparatos legislativos para que, em pleno século XXI ainda prevaleçam, deixando à mercê da sorte a autonomia de todo aquele que envelhece, já que, sem nenhuma ressalva ou diferenciação a cada singularidade, temas tradicionais ainda são tratados com equidade, principalmente em relação à total ausência de observação às peculiaridades dos sujeitos que os enfrentam.

Conclusão

Estamos diante de uma legislação muito bem aparelhada, atual, e em consonância com os instrumentos constitucionais e convencionais. No entanto, há que atentar para os valores do indivíduo, entendendo o seu bem-estar, o seu conforto e as suas decisões. A interferência familiar, natural nesta fase da vida, não pode ter o condão de lhe retirar o prazer, a atividade afetiva, a sua expressão de sexualidade. De outro lado, não se permite a dilapidação do patrimônio de um idoso. Esse limite deve ser muito bem-descrito e analisado. A equipe multidisciplinar ajudará no entendimento da situação geral do idoso. Não estamos afirmando que seu patrimônio passa ser dilapidado; e não estamos afirmando que ele não teria o direito de viver afetiva e sexualmente bem-acompanhado. Essa tarefa deveria ser desenvolvida no seio do processo, com a atuação de uma equipe multidisciplinar. O objetivo é preservar a dignidade da pessoa humana. Mesmo que isso venha a ferir os interesses de terceiros. Se tiver autonomia (e isso deve ser aferido cuidadosamente), ela deve ser respeitada.

Caso não perseguidas as mudanças que são tão urgentemente necessárias para que os valores da Convenção da Organização das Nações Unidas sejam uma realidade, continuará existindo uma realidade da qual é reluzente a insuficiência do direito para resolver questões similares, mas únicas, já que é pungente a necessidade de sua inteiração com outras áreas, como a Psicologia, a Assistência Social, a Terapia Ocupacional, a Medicina, dentre outras, para que cada ser humano, independentemente da idade cronológica que tenha, continue sendo único em sua autonomia.

No caso exemplificado, pessoas capazes e aptas a decidir continuarão a ser questionadas judicialmente neste sentido e a ter violada a sua dignidade no nível mais inaceitável simplesmente porque, mesmo com

todas as tramitações legais vigentes já cumpridas, continuarão a ser vistas socialmente como velhos demais para amar e inexperientes demais para saber a respeito da disposição daquilo que construíram e que lhes pertence, tendo sua autonomia colocada em cheque sem nenhuma delicadeza minimamente humana, tantas e tantas vezes por uma absoluta ausência de observação biopsicossocial do ser que envelhece.

A legislação que visa a proteger aqueles que são considerados a parte frágil de uma relação, preocupa-se em monta inegavelmente relevante, por exemplo, com os direitos dos herdeiros, esquecendo-se que aquele que viveu e que viverá cada vez mais ao longo dos anos precisa e merece ter sua autonomia preservada, já que a passagem dos anos continua a fazer de cada uma destas pessoas nestas condições, seres únicos e individuais, independentemente de quanto tempo cronológico se passe.

Estas proteções reluzem de condutas perseguidas por aqueles que, à ótica de uma legislação que sopesa o aspecto biológico do envelhecimento e o reflete na cronologia dos aparatos legislativos, impede ainda, por exemplo, a escolha de um regime de bens por todo aquele que viveu 70 anos ou mais e que pretende se casar.

É urgente a necessidade de avanço aos marcos legislativos, a fim de que os caminhos perseguidos pela Constituição Federal, pela Convenção da Organização das Nações Unidas ou por qualquer outra normatização que tenha como norte a proteção daquele que envelhece atinja seu objetivo a contento.

Somente assim será possível efetivar-se a dignidade e a autonomia daquele que, além de ser tratado igualmente, quando comparado aos seus iguais, passe a ser protegido de forma efetiva e concreta pelo ordenamento vigente na medida de suas desigualdades, em detrimento à singularidade e à particularidade existencial de todo aquele que vive e que envelhece, exatamente por esta mesma e única razão.

Referências

ARAÚJO, Luiz Alberto David. **A proteção constitucional da pessoa com deficiência**. 4ª ed. Revista, ampliada e atualizada. Ministério da Justiça. Secretaria de Estado de Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para proteção da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE. Brasília, 2011. Disponível em: http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/a-protecao-constitucional-das-pessoas-com-deficiencia_0.pdf. Acesso em 06 de abril de 2019.

BRASIL. Constituição Federal. Artigo 5º.

BRASIL. Decreto n.º 6.949, de 25 de agosto de 2009. BRASIL. Lei Federal n.º 10.406, de 01 de janeiro de 2002.

BRASIL. Lei Federal n.º 10.741, de 01 de outubro de 2003.

BRASIL. Lei Federal n.º 13.105, de 16 de março de 2015.

ENVELHECIMENTO ATIVO: Um Marco Político em Resposta à Revolução da Longevidade. Centro Internacional de Longevidade Brasil. 1ª edição – Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Disponível em: http://ilcbrazil.org/portugues/wp-content/uploads/sites/4/2015/12/Envelhecimento-Ativo-Um-Marco-Pol%C3%ADtico-ILC-Brasil_web.pdf. Acesso em 06 de abril de 2019.

FIGUEIREDO, Ana Cláudia Mendes de; GONZAGA, Eugênia Augusta. Pessoas com Deficiência e seu direito fundamental à capacidade civil. In: Ministério Público, Sociedade e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em <https://escola.mpu.mp.br/.../e.../ministerio-publico-sociedade-e...lei-brasileira-de-inclusao>. p. 95-96. Acesso em 06 de abril de 2019.

G1. 1 em cada 4 brasileiros terá mais de 65 anos em 2060, aponta IBGE. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/07/25/1-em-cada-4-brasileiros-tera-mais-de-65-nos-em-2060-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em 02 de abril de 2019.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Tradução de Antonio Pinto de Carvalho. Companhia Editora Nacional. Disponível em http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh_kant_metafisica_costumes.pdf Acesso em 02 de abril de 2019.

LEITE, Flávia Piva Almeida; RIBEIRO, Lauro Luiz Gomes; COSTA Filho, Waldir; Macieira da. (Coords.). **Comentários ao Estatuto da Pessoa com Deficiência**. São Paulo: Saraiva, 2016.

MAIO, Ladya Gama. **O Instituto da Curatela**. Disponível em: <https://www.portaldoenvelhecimento.com.br/o-instituto-da-curatela/>. Acesso em 06 de abril de 2018.

MARTINS, Joel. Não somos cronos, somos Kairós. **Revista Kairós-Gerontologia**, n.1, ano 1. São Paulo: PUC-SP, 1998.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Diretrizes para o Cuidado das pessoas idosas no SUS: Proposta de Modelo de Atenção Integral. XXX Congresso Nacional de Secretarias Municipais de Saúde, 2014. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_cuidado_pessoa_idosa_sus.pdf. Acesso em 02 de abril, 2019.

PAPALÉO, Matheus Netto. Estudo da Velhice. Histórico. Definição do Campo e Termos Básicos. In: Freitas, Elizabete Viana de, PY, Ligia (Org.). 4ª Ed. **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

SANTOS, Silvana Sidney Costa. **Gerontologia e os pressupostos de Edgard Morin**. Disponível em: <http://www.portaldoenvelhecimento.com/acervo/artieop/Geral/artigo15.htm>. Acesso em 15 de abril de 2019.

SOARES, Ricardo Mauricio Freire; BARBOSA, Charles Silva. A Tutela da Dignidade da Pessoa Idosa no Sistema Jurídico Brasileiro. In: LEITE, George Salomão Leite (et al., Coords.). **Manual dos direitos da pessoa idosa**. São Paulo: Saraiva, 2017.

WEBER, Tadeu. **Ética e Filosofia do Direito. Autonomia e Dignidade da Pessoa Humana**. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

Luiz Alberto David Araujo - Graduado pela Faculdade de Direito da USP, Mestre e Doutor em Direito Constitucional pela PUC-SP, onde também obteve a sua Livre Docência em Direito Constitucional. É professor Titular de Direito Constitucional da PUC-SP. É Procurador Regional da República aposentado. É líder do grupo de pesquisa certificado pelo CNPq “A proteção constitucional das pessoas com deficiência”. E-mail: lada10@terra.com.br

Natália Carolina Verdi – Advogada, Mestre em Gerontologia pela PUCSP; Especialista em Direito da Medicina pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra; Especialista em Direito Médico, Odontológico e Hospitalar pela Escola Paulista de Direito. Militante nas áreas do direito da saúde, médico, odontológico, civil, contratual, família e criminal. Autora do Blog Direitos do Longeviver no Portal do Envelhecimento; Professora Convidada de Cursos de Pós-Graduação e de Educação Continuada; Palestrante nas áreas do Direito e da Gerontologia. E-mail: nvadvogada@gmail.com



VI

Avaliação de políticas públicas para a pessoa idosa: dimensões, sociopolítica e socioterritorial

Carola C. Arregui



Introdução

A aceleração do processo de envelhecimento brasileiro exige analisar a efetivação de direitos expressos nos parâmetros e princípios normativos e a adequação dos desenhos das políticas públicas em face das necessidades e demandas da pessoa idosa. A realização de estudos e pesquisas para esse segmento populacional precisa iluminar a correlação entre demandas e oferta de serviços, o que exige a construção de grades analíticas capazes de desvendar o chão onde vivem concretamente os(as) idosos(as). Nessa perspectiva, o presente artigo resgata as dimensões, socioterritorial e sociopolítica, da avaliação como princípios e processos necessários para a garantia da proteção integral e do exercício da cidadania da pessoa idosa.

Quando as contas não contam a diversidade da vivência do envelhecimento

A Constituição Federal (1988) e a posterior aprovação da Política Nacional do Idoso (PNI, 1994) estabeleceram marcos sociojurídicos fundamentais na consolidação e garantia de direitos sociais à pessoa idosa, na perspectiva da promoção de sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. Em 2003, com a aprovação do Estatuto do Idoso, o país não só regulamenta e materializa os princípios e as diretrizes da PNI, como avança na perspectiva da proteção integral, assegurando à pessoa idosa absoluta prioridade na efetivação dos seus direitos.

Estudo publicado pelo IPEA, ao produzir um balanço sobre a proteção integral da pessoa idosa, após duas décadas da aprovação da PNI, alerta para a persistência da ausência de informações e do

desenho da oferta das políticas setoriais que considerem as especificidades das demandas desse segmento populacional (ALCÂNTARA; CAMARANO; GIACOMIN, 2016).

O atual desafio na gestão é ultrapassar a perspectiva generalista que, ao ocultar as heterogeneidades/disparidades existentes do ponto de vista das condições socioeconômicas, socioterritoriais, culturais, das especificidades étnico-raciais, de gênero e até de faixa etária desse segmento populacional, desconsidera que contextos diversos na experiência do envelhecimento exigem lentes analíticas e respostas diferenciadas das políticas sociais.

Por exemplo, uma coisa é considerar as condições de vida dos 20,6 milhões de habitantes com mais 60 anos, apontados no último Censo Demográfico. Outra, é se atentar e interrogar quais são as especificidades e as demandas de oferta para os mais de 7.000 brasileiros que tinham, naquele momento, mais de 100 anos (IBGE, 2010). Onde estão? Qual é a rede de cuidados? Qual a garantia de proteção integral dos muito, muito velhos, no Brasil?

O processo e a experiência de envelhecimento e as demandas para a sua compreensão e proteção não são iguais para uma população ribeirinha, para o sertão nordestino, para uma região metropolitana, para o morador de rua, para quem reside em contextos de ruralidades, ou numa região de fronteira internacional, ou para os idosos de uma aldeia indígena, os quilombolas e/ou os refugiados (GIACOMIN, 2016). Também não é a mesma experiência de acesso à proteção e garantia de direitos quando se consideram as disparidades econômicas e desigualdades sociais existentes. O relatório divulgado pela Oxfam Brasil, intitulado “A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras”, deflagrou claramente a distância que, de fato, aparta a sociedade brasileira, quando aponta que “apenas seis

pessoas possuem riqueza equivalente ao patrimônio dos 100 milhões de brasileiros mais pobres e que os 5% mais ricos detêm a mesma fatia de renda que os demais 95% da população”. Segundo o estudo, uma trabalhadora que ganha um salário mínimo por mês levaria 19 anos para receber o equivalente ao ganho de um mês de uma pessoa extremamente rica (OXFAM, 2017, p. 06).

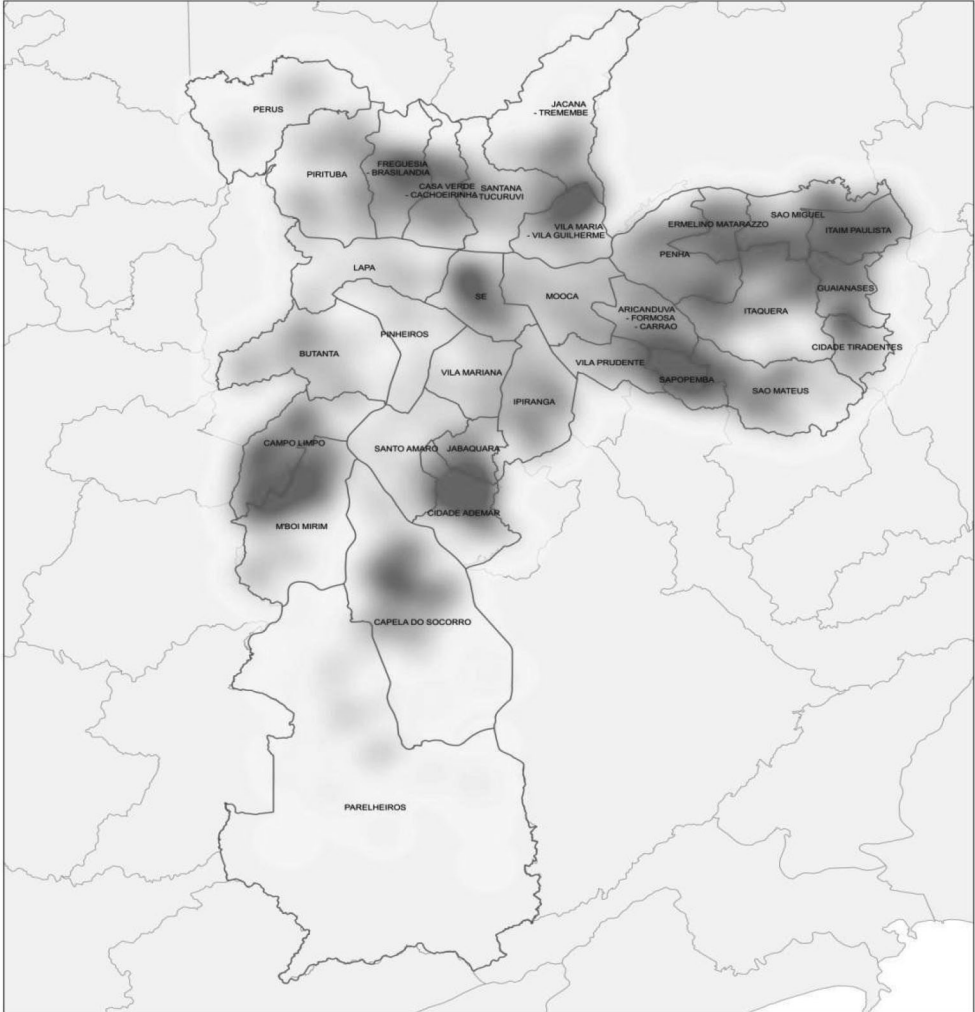
Essa desigualdade social, que se concretiza no cotidiano em condições objetivas e subjetivas de vida, representa, também, bloqueios de acesso ao direito de um envelhecimento digno. Estudos na área de saúde demonstram que a disponibilidade e oferta de serviços não garantem, necessariamente, o acesso da população idosa (CARNEIRO; MARSIGLIA, 2009). Existe um conjunto variado de aspectos (objetivos e subjetivos) que condicionam a inserção, utilização ou permanência dos idosos nos programas e serviços ofertados pelas políticas setoriais. A identificação e análise de barreiras de acesso (sejam de acessibilidade, geográficas, sociais, econômicas, culturais, organizacionais e/ou institucionais) tornam-se elementos vitais para garantir a efetivação e defesa de direitos sociais da pessoa idosa.

São Paulo, a maior metrópole do país, concentra, segundo o Censo Demográfico de 2010, 1.6 milhões de pessoas com 60 anos ou mais, que representam 14% do total da população. Os distritos com um percentual de idosos de 20 pontos percentuais ou mais são: Alto de Pinheiros (22,7%) Jardim Paulista (22,2%), Pinheiros (21,2%), Consolação (21,0%), Santo Amaro (20,8%), Lapa (20,5%), Campo Belo (20,6%), Vila Mariana (20,3%) e Itaim Bibi (20,1%). Entretanto os três distritos com maior número absoluto de idosos são: Jabaquara (28.789), Sapopemba (28.688) e Sacomã (28.360) (SPOSATI; MONTEIRO, 2017). Ou seja, na cidade de São Paulo, é possível observar distritos que tradicionalmente concentram a população idosa, no

geral localizados no centro e centro expandido, e distritos mais populosos, localizados na periferia da cidade que, embora apresentem taxas percentuais menores, agregam em números absolutos parcelas importantes de população idosa. Paralelamente, segundo dados da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social da Prefeitura de São Paulo, em 2017, a cidade agregava 123.573 idosos e idosas com 65 anos ou mais que, pela condição de extrema pobreza, são beneficiários do Benefício de Prestação Continuada⁷⁵ (IBGE, 2010, SMADS, 2017). Ao considerar o mapa de distribuição de beneficiários nos 96 distritos da cidade, observa-se que as maiores densidades de beneficiários estão localizadas em territórios afastados do centro e centro expandido, o que exige considerar as condições de mobilidade e de localização dos serviços como fatores objetivos, que incidem nas condições de acesso às seguranças socioassistenciais para a população idosa. Identificar as necessidades desse segmento, partindo dos distritos, permitirá compreender as singularidades e especificidades que devem transitar de expressões individuais para demandas coletivas aos efeitos de nortear parâmetros para as políticas públicas setoriais.

75 O Benefício de Prestação Continuada, instituído pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social garante um salário mínimo para pessoas com deficiência de qualquer idade ou para idosos com idade de 65 anos com renda familiar mensal per capita de até 1/4 do salário mínimo.

Figura 1. Mapa: Densidade dos Beneficiários do BPC- Pessoa Idosa. São Paulo, 2017. SMADS, 2017



MAPA - DENSIDADE DOS BENEFICIÁRIOS DO BPC PESSOA IDOSA, 2017

- Legenda**
- Densidade dos Beneficiários**
- Nenhuma
 - Baixa
 - Média
 - Média Alta
 - Alta
- Convenções Cartográficas**
- Prefeituras Regionais
 - Outros Municípios

Fonte: MDS. BPC Pessoa Idosa, 2017. PAISP, 2014. IBGE, 2010. Projeção UTM23S, Datum Horizontal Serras 2000.
 Elaboração: SMADS/CCO/Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento Social, Junho de 2018.
 Nota: SMADS - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.
 Nota1: PAISP - Prefeitura do Município de São Paulo.
 Nota2: BPC - Benefício de Prestação Continuada.
 Nota3: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
 Nota4: MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

0 5 10 15 km



profissionais, pesquisadores, militantes, conselheiros, que, ao promoverem um espaço coletivo de construção, intervêm na definição do que deve contar, e ser relevante, nos processos de avaliação, sem que isso signifique um detrimento dos aspectos técnicos da sua construção.

Distancia-se, também, da noção de avaliação como mero exercício de análise do grau de cumprimento dos objetivos propostos por um programa, ou pela política social, pois isso não permite interrogar, questionar, nem debater os processos de construção de respostas às questões sociais, permeados pela tensão e disputa de diferentes visões e interpretações, conflitos de interesses, que fazem parte da definição e constituição do que se entende por coisa pública e, portanto, de responsabilidade do Estado (Paz et al., 2004). Conforme aponta Evaldo Vieira, a avaliação da política social exige interrogar os direitos e os elementos de justiça expressos ou negados, na implementação dos seus diversos programas (VIEIRA, 2009).

Nesse sentido, a direção de análise avaliativa está, também, posta a partir da força do campo normativo. O estudo, discussão, debate e sistematização dos elementos centrais contidos na legislação, convenções internacionais, nas diretrizes estabelecidas pela Política Nacional do Idoso e Estatuto do Idoso, tornam-se parâmetros incontornáveis para a construção de grades analíticas das pesquisas avaliativas.

Avaliar um programa não pode ser reduzido a um *check list* para verificação do cumprimento de objetivos e/ou de atividades descritas nos Projetos e/ou Planos. As políticas sociais e sua avaliação não se autonomizam dos contextos históricos em que se realizam. É preciso exercitar a análise do programa à luz de uma perspectiva sociohistórica que nos permita compreender e capturar tendências de continuidades e rupturas na compreensão do processo do envelhecimento, e de formulação e implementação da política de proteção integral para a pessoa idosa. Essa di-

menção sociohistórica da avaliação permite, não apenas deslocar o campo da avaliação como mera prestação de contas, mas criar as referências para a construção dos parâmetros da análise avaliativa.

A construção de um campo sociopolítico

Nas experiências de formação e supervisão técnica, junto aos trabalhadores da política de assistência social, observa-se que a avaliação emerge, muito mais como uma requisição imposta a partir de demandas da gestão e/ou das fontes de financiamento dos programas, que como uma necessidade ou possibilidade de construção de conhecimento plausível de decifrar a realidade e clarear a condução do trabalho a ser realizado. Requisições que resultam no aumento das formas de controle da população e no crescente processo de tecnificação e burocratização dos processos de trabalho, remodelando a natureza e os conteúdos do trabalho profissional.

Esse processo de tecnificação fragmenta e instrumentaliza não só os sujeitos, ditos “beneficiários” das políticas sociais, mas também os profissionais e as práticas sociais. As novas exigências e dispositivos da avaliação dispensam dos profissionais o ato de pensar suas práticas, forçando-os a considerar os serviços como produtos, restritos à análise de meios e ignorando sentidos e finalidades. É na operação desses dispositivos, em que se confunde valor com classificação, que se substitui o raciocínio pelo manual, e que se confiscam, via procedimentos, o pensamento e a decisão do profissional, tido como mero operador da política social.

Na contramão dessa perspectiva, para os profissionais que atuam nos serviços, os registros e as informações coletadas não podem ficar restritos à contagem nominal de atendimentos; devem auxiliar na compreensão, pro-

blematização e análise das condições de interdição e privação de direitos e das necessidades presentes no cotidiano da população e dos territórios.

Explicitam, assim, uma compreensão muito mais afinada da importância e finalidade da avaliação no campo da proteção, e uma demanda por processos coletivos de construção das avaliações e do exercício da avaliação, ao longo da execução dos programas.

Um processo coletivo que pressupõe definir para o quê, e o quê vamos avaliar; como, quando, e com quem vamos realizar esse processo, construindo marcos de referência do percurso e exercício avaliativo. Mesmo que a avaliação seja realizada por agentes externos (consultores, assessores e/ou grupo de pesquisadores), esse momento é essencial para a negociação das expectativas, a delimitação do objeto, e a formulação do mandato do processo avaliativo, junto à gestão, às equipes técnicas e à população usuária dos serviços.

Nessa perspectiva, a avaliação exige um processo de co-construção. Requer um trabalho paciente de negociação, com vistas a obter um entendimento compartilhado dos por quê e dos para quê da avaliação, num processo de qualificação e interpretação da demanda. Conforme Perret (2003), se a finalidade da avaliação é produzir conhecimento útil e plausível de ser apropriado, o processo de formulação deve estar baseado num diálogo e pressupõe uma construção coletiva.

Nessa perspectiva, o exercício da avaliação funda-se em processos coletivos de construção de conhecimento sobre as demandas e sobre a capacidade de oferta e da qualidade dos serviços e das mudanças que, na prática, são operadas nas condições de vida da população por influência da ação pública. Aí radica a importância do diagnóstico socio-territorial como referência constante para a ação, do monitoramento como processo sistemático de acompanhamento, e da avaliação como ação analítica que alimenta o processo de gestão. Desse ponto de vista,

configuram-se como processos e movimentos interligados e interdependentes. Pensar esses campos no ciclo da política significa assumir uma perspectiva, já não mais estruturada em tipos ou em setores-estaque, mas como processo que se articula e articula ações no cotidiano da gestão e no exercício profissional.

A produção de informação somente se torna conhecimento se afirmada em espaços concretos, em rotinas de registro e análise periódicas e em fluxos de informação com caminhos de ida e volta. Lembremos com Marilda Yamamoto que:

O conhecimento não é só um verniz que se sobrepõe superficialmente à prática profissional, podendo ser dispensado, mas é um meio pelo qual é possível decifrar a realidade e clarear a condução do trabalho a ser realizado. (2001, p. 63)

Consolidar o exercício do registro e da sistematização no cotidiano da operação exige construir relações de equilíbrio entre a coleta de informações e o atendimento, criando condições para que as equipes possam sistematizar, consultar e analisar informações. Significa, portanto, sanar o descompasso ainda existente entre a importância que a avaliação assume nas políticas e as condições reais e operacionais para sua efetivação.

A produção de conhecimentos para a gestão das políticas públicas não começa e termina na simples coleta de dados. A análise contínua é o que insere o diferencial da ação, recombina vários instrumentos, fases, referenciais, sistematizações e reflexões críticas sobre os dados levantados.

O desafio na área social é que a incompletude do dado estatístico precisa ser sanada com aquilo que aparece somente quando estamos em contato direto com a população, tornando visível o que ainda está invisível para os dados e para a agenda pública, pois, como afirma Koga (2009, p. 34):

O fato é que nem sempre os territórios dos sistemas de informação coincidem com os territórios de gestão e de vivência da população. O território conceitual parece longe do território real. Por seu turno, o território real pode não se revelar nos sistemas informacionais gerados.

O importante é relacionar informações e conteúdos, ou seja, aquilo que aparece nas informações estatísticas e o que se apreende na intervenção social.

O uso da informação e da tecnologia qualifica o exercício profissional quando rompe com a leitura mecânica ou apenas técnica da realidade, possibilitando relacionar, problematizar e questionar os dados, considerando as demandas sociais e as interdições produzidas e operadas pelas próprias políticas sociais.

Considerações finais

A pesquisa avaliativa que promove processos reflexivos e a perspectiva sociopolítica no seu exercício assumem especial relevância no atual contexto de desmonte das políticas sociais e destruição dos direitos sociais conquistados. A reforma trabalhista e as tentativas de reforma na previdência e no BPC, bem como a emenda Constitucional, que congelou os gastos públicos, além de não contribuir para combater a crise econômica do país, terão efeitos particularmente negativos em relação aos direitos e à precarização das condições de vida da população, em geral, e particularmente, dos mais idosos.

Enquanto na década de 2000, o Brasil era reconhecido internacionalmente pela sua luta no combate à fome e como celeiro de programas sociais (o que não impediu, internamente, uma leitura crítica dessa pers-

pectiva), a atual conjuntura nos assemelha ao Chile na década de 1970, tornando-nos um campo de prova de um experimento ultraneoliberal de destruição do Estado e de completa subordinação da sociedade à lógica do mercado comandado pelo capital financeiro.

O mundo fecha a primeira década do século XXI com uma realidade nada alentadora. Na sua última publicação, **La société des égaux**, Rosanvallon (2011) aponta que o crescimento das desigualdades evidenciadas nas últimas décadas é sinalizador da crise na própria noção de igualdade que moldou a sociedade ocidental no último século e uma lima que corrói as suas bases democráticas.

A crise da noção de igualdade se expressa na ruptura, não só da tradição secular de redução das desigualdades, mas dos valores que fizeram parte do ideário democrático, cunhados nas revoluções francesa e americana, quando não se separava a democracia como regime soberano do povo e democracia como forma de uma sociedade entre iguais. De fato, o brutal aumento da renda dos muito ricos, num contexto de perdas catastróficas do ponto de vista econômico, social e ambiental, questiona a própria concepção de justiça social, que fundou os mecanismos redistributivos de outrora.

Referências

ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira; CAMARANO, Ana Amélia; GIACOMIN, Karla Cristina. **Política nacional do idoso: velhas e novas questões**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

ARREGUI, Carola; KOGA, Dirce Harue Ueno; DINIZ, Rodrigo Aparecido. Dinâmicas socioterritoriais e práticas profissionais: entre chãos e gestão. **Revista de Políticas Públicas da Universidade Federal de Maranhão**, Número Especial. São Luis de Maranhão, UFMA, setembro 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Congresso Nacional, 5 out. 1988.

_____. Lei n.º 8.842, de 4 de janeiro de 1994. **Política Nacional do Idoso**. Diário Oficial da União, Brasília, 5 jan. 1994.

_____. Lei n.º 10.741, de 1o de outubro de 2003. **Estatuto do Idoso**. Diário Oficial da União, Brasília, 3 out. 2003.

BRASIL. **IBGE. Censo Demográfico, 2010**. Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

CARNEIRO, Nelson; MARSIGLIA, Regina. O PSF e os Princípios do SUS: disponibilidade, acessibilidade e aceitabilidade do PSF em áreas metropolitanas. In: Cohn, Amélia. (Org.). **Saúde da Família e SUS: convergências e dissonâncias**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue; São Paulo: CEDEC, 2009.

GIACOMIN, Karla Cristina. Considerações Finais. In: ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira; CAMARANO, Ana Amélia; GIACOMIN Karla Cristina. **Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

KOGA, Dirce. Vulnerabilidade e proteção social básica na agenda do CRAS. **São Paulo Capacita CRAS**, v. 1, São Paulo: Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social, 2009.

OXFAM. **A distância que nos une**. São Paulo, OXFAM, 2017. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/a-distancia-que-nos-une>.

PAZ, Rosângela et al. Gestão de programas sociais, referenciais teóricos para monitoramento e avaliação. In: WANDERLEY, Marianla Belfiore; OLIVEIRA, Isaura Isoldi de Mello Castanho (Orgs.). **Trabalho com famílias. Textos de apoio**, São Paulo, Instituto de Estudos Especiais da PUC (IEE-PUC), v. 2., 2004.

PERRET, Bernard. Indicateurs sociaux, état des lieux et perspectives. **Rapport pour le Conseil de l'Emploi, des Revenus et de la Cohésion sociale** (Cerc), jan. 2003.

ROSANVALLON, Pierre. **La société des égaux**. Paris: Éditions du Seuil, 2011.

SPOSATI, Aldaiza; MONTEIRO, Miguel. **Desigualdades sociais nos territórios da cidade: métricas sociais intraurbanas em São Paulo**. São Paulo: EDUC, 2017.


VIEIRA, Evaldo. **Os direitos e a política social**. San Pablo: Cortez, 2009.

Carola C. Arregui - Possui graduação em Serviço Social pela Universidade da República de Uruguai, mestrado e doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Realizou o seu pós-doutorado em economia pela Universidade Pierre Mendès France em Grenoble/França. É professora do Programa de Pós-graduandos em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É pesquisadora e vice líder do Núcleo Pesquisa Cidades e Territórios (certificado pelo CNPq) e pesquisadora da Coordenadoria de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais. Tem experiência na área de pesquisa em políticas sociais, atuando em temas vinculados à política social e gestão social. E- mail: carolaarregui@gmail.com



VII

Envelhecimento e Políticas Sociais: oportunidades e acessos



Cintia Bincoletto Fazon
Fátima de Jesus Teixeira
Rita de Cássia M. de Lima Siqueira

Envelhecer é um processo natural, uma experiência individual e intransferível, pertence ao indivíduo na sua singularidade. Assim como toda a etapa do ciclo de vida, a velhice traz transformações biológicas, econômicas, nas relações familiares e sociais, que influenciam a maneira como a pessoa se percebe e os significados que atribui à fase em que se encontra. Nessa linha, Beauvoir afirma:

para reencontrar uma visão de nós mesmos, somos obrigados a passar pelo outro: como esse outro me vê? Pergunto-o ao meu espelho. A resposta é incerta: as pessoas nos veem, cada uma à sua maneira, e a nossa própria percepção não coincide com nenhuma das outras” (1990, pp. 363-364)

Algumas pessoas envelhecem saudáveis, com mais energia que muitos jovens; internamente elas se sentem jovens. Outras, apesar de passarem por situações adversas, superam-nas e se fortalecem. Assim, cada pessoa envelhece de forma singular, a partir de sua história, construída cotidianamente em sua trajetória de vida, e esses aspectos devem ser considerados, ao se planejarem ações que venham a melhorar a qualidade de vida das pessoas idosas. Apesar de o envelhecimento ser um processo único e pessoal, as políticas públicas devem atuar de forma a atender as necessidades de toda a sociedade e, para tanto, utilizam-se de critérios e recortes para a elaboração de serviços, programas e benefícios específicos para o seu atendimento. No entanto, é importante considerar alguns fatores que interferem no processo de envelhecimento da população, o que não ocorre de forma homogênea no país.

Os últimos dados do IBGE apontam, em seus estudos sociodemográficos que, no Brasil, as regiões sul e sudeste possuem estruturas etárias mais envelhecidas e, portanto, encontram-se em estágios mais avançados

do envelhecimento, diferentemente de outras regiões do país, indicando que o envelhecimento e a longevidade estão relacionados aos fatores socioeconômicos e sociais e ao investimento em ações de promoção à saúde, à prevenção de doenças, e à educação para uma vida saudável e ativa.

As condições diferenciadas de oportunidades e acessos aos bens e serviços disponibilizados pelas políticas públicas, especialmente, assistência social, saúde, educação, habitação, saneamento básico, segurança, trabalho, dentre outras, se aprofundam nas regiões mais empobrecidas do país. Classificar o envelhecimento somente pelo fator idade, sem considerar a produção social do processo de envelhecimento humano, induz ao negligenciamento dos direitos sociais (MENDONÇA, 2015). Esta realidade está presente nos diferentes territórios da cidade de São Paulo, cuja oferta de serviços públicos escasseia ou inexistente nas regiões periféricas da cidade, necessitando de políticas sociais públicas que respeitem e atendam com equidade o cidadão idoso.

Segundo Pessoa (2009), a política social vai atuar no campo social para conquistar direitos sociais que garantam o exercício da cidadania. Nas sociedades de modelo capitalista de produção, a garantia de direitos torna-se um processo difícil e complexo. Envolve diferentes atores e estrutura de poder, bem como interesses divergentes. Requer o desenvolvimento de políticas públicas capazes de atender as necessidades sociais, produção de mudanças e inclusão social. Em se tratando de política social para a população idosa e destinada a efetivar direitos, há que se investir na formação da consciência crítica e participação social, para avançar na implementação de políticas sociais públicas capazes de interferir com ações e regulamentações que modifiquem as relações estabelecidas.

A esfera pública se faz com diferentes atores e grupos políticos que discutem e defendem interesses diversos, bem como as pactuações e decisões sobre os desafios a serem enfrentados da realidade e do convívio em socie-

dade. Nesse espaço as decisões se legitimam e devem passar a fazer parte da agenda do Governo. A política, em seus aspectos econômicos e sociais, é indissociável da esfera pública, porque é neste espaço que se formam as forças sociais capazes de pressionar a estrutura política a agir e negociar com os diferentes segmentos sociais demandantes da política pública.

A definição de temas e o tipo de intervenções a serem inseridas nas agendas da política social devem considerar o contexto histórico, as condições sociais da população brasileira que ainda enfrenta uma realidade marcada pela pobreza, desigualdades sociais e regionais, concentração de riqueza, insegurança, violência, discriminação de raça, cor, gênero, baixa qualidade dos serviços públicos, entre outros. Dentro deste contexto, o envelhecimento com toda a sua complexidade e especificidade se coloca como mais um aspecto a ser tratado pela política pública, em especial a política social (PESSOA, 2009).

Parte 1 - Política Social Pública

Muitos autores escrevem sobre política social pública, instigando a reflexão sobre o tema, ressalta Sposati, que nos faz refletir, provocando uma empatia sobre questões sociais, e desvendando os meandros da política pública em nosso país, e dentre os vários documentos e livros editados, realçamos o artigo *Regulação social ainda que tardia* (2002), que conceitua política social pública, como **conjunto de provisões de necessidades sociais do cidadão que são incluídas como de responsabilidades social e pública**. O documento enfatiza que, na política social pública, deve-se ter a garantia da proteção social e a conquista dos direitos da população, a quem dela necessitar, sendo que o financiamento público e a aplicação da verba pública perpassam pela ampliação do controle social sempre de forma democrática.

Outra contribuição é a de Vianna (2002), apontando como a Política Social Pública deve ser considerada, problematizando seu caráter público, e estudada pelas dimensões, política e histórica. A articulação destas duas dimensões promove o avanço da identificação de seu objeto, a fim de garantir a proteção social; porém, para se qualificar a proteção social algumas interrogações tornam-se imprescindíveis para definir modelos diferenciados de proteção social: A quem proteger? Como proteger? De que proteger?

Onde tivemos instituída, de fato, uma política social pública no Brasil?

A Constituição Federativa Brasileira de 1988 institui a seguridade social como tripé responsável pelas políticas de previdência social, assistência social e saúde, e também define a educação como direito universal. O Estado torna-se garantidor de ofertas de serviços de saúde e educação de forma universal, pública e gratuita, amplia o acesso da população à previdência social, ofertando possibilidade de renda a quem nunca havia contribuído e encontra-se em alto nível de vulnerabilidade social, estabelece a assistência social como política pública, garantindo serviços projetos e programas e renda à população a quem dela necessitar. Com a Constituição, o controle social da população é garantido nas várias políticas públicas setoriais, ampliando os direitos da população com demandas ao enfrentamento da pobreza e à desigualdade social.

Para acolher e estruturar a proteção social, em dezembro de 2003, foi sancionada a Lei Orgânica da Assistência Social, com o objetivo de organizar a assistência social, definindo princípios, diretrizes e competências da gestão pública e a definição da instituição de Conselhos paritários em todas as instâncias governamentais (Federal, Estadual e Municipal). Em

2004, por meio do que foi estabelecido na Lei Orgânica da Assistência Social, o Conselho Nacional de Assistência Social define a Política Nacional de Assistência Social, PNAS, traduzindo, dessa forma, a política social pública que mais se estrutura e reitera em suas diretrizes o que prega a Constituição Federal, retratando a participação e o controle social na formulação das políticas públicas como condição de seu aperfeiçoamento de forma democrática. A gestão descentralizada e participativa resulta na participação popular, na capacidade técnica e política da gestão municipal, tornando eficaz a divisão de responsabilidades e co-financiamento entre as esferas de governo e a sociedade civil. Entretanto, gestão democrática depende de descentralização e, como sabemos, ainda precisamos superar esta limitação que permeia nosso país.

A Constituição, ao introduzir o conceito de seguridade social, trouxe implícito um conjunto de direitos públicos. O princípio da universalização está presente na explicitação de seguridade social, na medida em que toda a sociedade tem direito ao conjunto de políticas públicas promovidas pelo Estado:

O art. 194 compreende a Seguridade Social “como um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”.

De acordo com o art.196, a Saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços, para sua promoção, proteção e recuperação. A organização das atividades da Saúde é regida por princípios e diretrizes, destacando-se o caráter de acesso universal e igualitário, cujos serviços e

ações são realizados por meio de rede regionalizada, hierarquizada e integrada por meio do Sistema Único de Saúde, SUS.

A Previdência Social, de caráter contributivo, tem por finalidade assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, idade avançada, tempo de serviço, desemprego involuntário, encargos de família e reclusão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente, conforme se extrai dos arts. 201 e 202 da CF. Tem, como diretrizes, a descentralização político-administrativa; a participação popular, na formulação e controle das ações em todos os níveis de gestão.

Compondo o terceiro pilar da Seguridade Social, a Assistência Social é a política de proteção social que prevê o atendimento das necessidades básicas, traduzidas em proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice e à pessoa com deficiência, independentemente de contribuição à Seguridade Social, conforme o art. 203 da CF. O item V, deste mesmo artigo, estabelece a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência, e ao idoso, que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou tê-la provida por sua família. Este direito foi assegurado na Lei Orgânica de Assistência Social, LOAS, em 07 de dezembro de 1993.

A inscrição da assistência social no campo do Direito direciona para a ruptura com o caráter assistencialista, da ajuda e da caridade, que caracterizaram as ações da assistência social ao longo do tempo. A Assistência Social compõe a proteção social não contributiva, cujo acesso a serviços e benefícios independe de qualquer contribuição à seguridade social ou contrapartida financeira, assim como ocorre com os serviços públicos de saúde e educação.

A Lei Orgânica de Assistência Social, LOAS, ao regulamentar a assistência social, normatizou o Benefício de Prestação Continuada, BPC,

e determinou critérios de elegibilidade para o acesso ao benefício: renda per capita até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, tanto para as pessoas idosas, quanto para as pessoas com deficiência e idade, atualmente de 65 anos, para a pessoa idosa.

Importante ressaltar que, mesmo com a garantia da certeza constitucional, o BPC passou por restrições que dificultaram ou retardaram o acesso da população ao direito e implicaram na redução do alcance do BPC.

O artigo 38 da LOAS previa a redução para 67 anos e 65 anos respectivamente, após 24 e 48 meses do início da concessão do BPC. Posteriormente este artigo foi modificado, através da Lei n.º 9.720, de 30/11/1998, congelando o direito de acesso aos 67 anos, a partir de 1º de janeiro de 1998, e impedindo a sua redução para 65 anos, a partir do ano 2000, conforme previsto. O direito ao acesso ao BPC aos 65 anos só foi restabelecido com a promulgação do Estatuto do Idoso em 2003.

O BPC continua passando por alterações, como por exemplo, a obrigatoriedade da inscrição no Cadastro Único dos Programas Federais e no Cadastro de Pessoas Físicas, CPF, para concessão, manutenção e revisão do benefício, conforme estabelece o Decreto n.º 8.805, de 07 de julho de 2016. O beneficiário deverá realizar a atualização cadastral no CadÚnico a cada dois anos, para não ter o benefício suspenso.

A sociedade capitalista e sua política neoliberal tendem a considerar os idosos um peso para a Seguridade Social, responsabilizando-os pela crise da Previdência Social. Este tipo de avaliação está colocando o BPC na agenda da discussão da reforma da Previdência e pode levar à perda de direitos, ou seja, um retrocesso e o acirramento e o empobrecimento da população idosa, agravando o estado de desproteção social. Na condição de política de seguridade social, a Assistência Social assume a responsabilidade de construir respostas coletivas a vulnerabilidades, antes entendidas como questões individuais.

A Assistência Social insere-se num campo de lutas pela inclusão de parcelas da população destituídas do acesso aos bens, recursos e serviços inscritos no elenco dos direitos sociais. Nesse sentido, a Assistência Social tem capacidade de denunciar as situações de desigualdades e de falta de equidade nas políticas sociais, identificando e nomeando as expressões mais perversas da exclusão social. A Assistência Social deve favorecer a articulação das demandas, buscar alternativas que contemplem os segmentos sociais impossibilitados de exercer a cidadania, facilitar a organização e a participação social, ao prover serviços, ao representar apoio e suporte ao cidadão nas situações de risco e de maior vulnerabilidade.

Uma política social deve identificar quais vulnerabilidades sociais devem ser estabelecidas e aprofundar a cobertura de necessidades do cidadão e da família, enquanto núcleo básico da reprodução social. Esta cobertura deve assegurar redução/eliminação de vulnerabilidades que fragilizam a resistência dos cidadãos e da família ao processo de exclusão.

O Sistema Único de Assistência Social

O Sistema Único de Assistência Social, SUAS, é um sistema de proteção social público não contributivo que se organiza sob dois processos de atenção: a concessão de benefícios e o acesso a serviços socioassistenciais. Os benefícios são operados de forma centralizada pelo governo federal, por meio da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc), do Ministério da Cidadania, e é responsável pela transferência direta de renda a famílias em situação de pobreza e extrema pobreza em todo o Brasil, com a participação dos estados e municípios que possuem atribuições na sua execução.

Os serviços socioassistenciais são operados pelos municípios e foram definidos pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução n.º 109, de 11 de novembro de 2009). Esta normativa veio a

padronizar, em todo o território nacional, os serviços de proteção social básica e especial, estabelecendo seus conteúdos essenciais, público a ser atendido, propósito de cada um deles, e os resultados esperados para a garantia dos direitos socioassistenciais.

Estes dois sistemas devem funcionar de forma integrada, considerando que a segurança de renda deve ser associada às seguranças do convívio familiar e comunitário e de desenvolvimento da autonomia, por meio das quais podemos avançar no enfrentamento da pobreza, da desigualdade e redução da incidência dos riscos e vulnerabilidades sociais que afetam as famílias e indivíduos.

A Política Nacional de Assistência Social, PNAS, aprovada por meio da Resolução n.º 145, de 15 de outubro de 2004, com a intenção de implementação do Sistema Único de Assistência Social, SUAS, em suas diretrizes, reza a descentralização político-administrativa; a participação popular, por meio de organizações representativas, na formulação de políticas e no controle das ações em todos os níveis; primazia da responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo, e centralidade na família para concepção, implementação dos benefícios, serviços, programa e projetos.

A Assistência Social como política pública de proteção social busca garantir a todos que dela necessitar, e sem contribuição prévia, as seguranças sociais de acolhida, convívio social, familiar e comunitário, autonomia/rendimentos e a segurança de benefícios materiais ou em pecúnia nas situações de calamidade pública ou de vulnerabilidades temporárias.

Na formatação da proteção social afiançada pela Assistência Social, a PNAS apresenta dois níveis de proteção diferenciada, a proteção social básica e a proteção social especial.

A definição do usuário da assistência social contido na PNAS, entendido como indivíduo inserido numa realidade social multidimensional, busca dar visibilidade à parcela da população, com direito ao atendimento:

cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL, 2004, p. 27).

Os níveis de proteção social (básica e especial) vão atuar, considerando as potencialidades, talentos, desejos, capacidades de cada um dos grupos e segmentos sociais e a realidade na qual os cidadãos estão inseridos. Desse modo, a proteção social da assistência social opera sob três situações: proteção às vulnerabilidades próprias ao ciclo de vida; proteção às fragilidades da convivência familiar; proteção à dignidade humana e combate às suas violações. Sposati afirma:

A proteção social na assistência social inscreve-se, portanto, no campo de riscos e vulnerabilidades sociais, que, além de provisões materiais, deve afiançar meios para o reforço da auto-estima, autonomia, inserção social, ampliação da resiliência aos conflitos, estímulo à participação, equidade, protagonismo, emancipação, inclusão social e conquista de cidadania. Todo este compromisso com a prote-

ção social aos riscos, vitimizações, exclusões e vulnerabilidades sociais se fundamenta na expansão de um padrão societário de civilidade que afiança um padrão básico de vida e respostas dignas a determinadas necessidades sociais.” (Revista Brasileira de Direito Constitucional – RBDC n.º 10 – jul./dez. 2007, p. 451).

A proteção social básica, primeiro nível de proteção do SUAS, tem por objetivo atuar preventivamente a situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades, aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Para tanto, prevê um conjunto de serviços, programas e benefícios, de perspectiva inclusiva, organizados em rede e referenciados ao CRAS, Centro de Referência de Assistência Social, unidade pública estatal descentralizada, de base territorial.

O CRAS tem duas funções exclusivas: a gestão do território da rede socioassistencial local e o desenvolvimento do trabalho social com famílias por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, PAIF.

O PAIF tem por objetivo fortalecer o papel protetivo das famílias, de modo a que possam responder às atribuições de sustento, guarda e educação de seus filhos, bem como a proteção dos demais membros em situação de dependência, como os idosos.

Sobre a família, é importante considerar as mudanças nas características e as inovações no campo das suas relações. Conforme Sposati:

Reconhece-se também que as mudanças ocorridas nas famílias estão condicionadas às transformações na sociedade, nas suas dimensões econômicas, social, cultural e tecnológica. Ao mesmo tempo em que estas transformações concorrem substantiva-

mente para forjar as formas atuais de ser e conviver da família, de seus valores e de seus modos de vida, impactaram também a capacidade de proteção, tradicionalmente, esperada pela família (p.19).

O trabalho social com famílias é complementado pelos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, SPFV, organizado em grupos, de acordo com o ciclo de vida: crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos. As pessoas com deficiência acessam estes serviços, dada a sua perspectiva inclusiva, observando-se a garantia das condições de acessibilidade e tecnologias assistivas apropriadas.

Os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, SPFV, muitas vezes são realizados pela rede de serviços de forma indireta, a partir de parcerias estabelecidas pelo Poder Público. Estas organizações devem ser inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social, ser referenciada ao CRAS, seguir as normativas estabelecidas, preservar o caráter público e a inclusão de todos.

A proteção social especial oferece um conjunto de serviços e programas especializados de média e alta complexidade a famílias e indivíduos, inclusive pessoas idosas e pessoas com deficiência, em situação de risco ou com direitos violados. Tem por objetivos contribuir para o fortalecimento de vínculos familiares, sociais, e comunitários que se encontram fragilizados ou mesmo rompidos e proteger as famílias e os indivíduos no enfrentamento às situações de violação de direitos.

A PSE vai atuar junto às famílias e indivíduos que se encontram em situações de violação de direitos por ocorrência de violência física, psicológica, negligência, abandono, abuso e exploração sexual, situação de rua, trabalho infantil, prática de ato infracional, afastamento do convívio familiar, situações de dependência das pessoas idosas ou pessoas com deficiência, e a precarização dos cuidados familiares. Para

dar cobertura a esta diversidade de situações, e reconhecendo a singularidade do público a ser atendido, a PSE organizou seus serviços, considerando os níveis de agravamento, a natureza e a especificidade do atendimento a ser ofertado. Dessa forma, a atenção na Proteção Social Especial organiza-se sob dois níveis de complexidade: Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

Os serviços de média complexidade são aqueles voltados às famílias e indivíduos que se encontram com seus direitos violados, cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos.

A Proteção Social Especial de Alta Complexidade tem como objetivo ofertar serviços que garantam a proteção integral, com vistas a afiançar segurança de acolhida a indivíduos e/ou famílias afastados temporariamente, ou não, do núcleo familiar e/ ou comunitários, em qualquer ciclo de vida.

Assim como a Proteção Social Básica tem o CRAS, a Proteção Social Especial conta com o Centro de Referência Especializado de Assistência Social, CREAS para desenvolver o Serviço de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos, PAEFI.

O CREAS é definido como uma unidade pública estatal de base municipal ou regional que se constitui como referência nos territórios da oferta do trabalho social a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social por violação de direitos.

Os conceitos de vulnerabilidade social e risco social devem ser compreendidos, a partir de uma análise que leve em consideração a relação entre as necessidades e as demandas de proteção social num dado território e as possibilidades de respostas a serem ofertadas pela assistência social, por meio dos serviços, programas e benefícios. Cabe esclarecer que o enfrentamento às situações de risco social por violação de direitos

apresenta complexidades que exigem articulações com outras políticas públicas, com o sistema de justiça e órgãos de defesa de direitos, em complementação às ações da assistência social.

A PNAS define as situações que causam vulnerabilidade social e podem desencadear processos de exclusão de famílias e indivíduos que vivem em condições de pobreza, privações (ausência ou nulo acesso a serviços públicos) e ou fragilização de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social, discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiência, dentre outras.

Proteção social significa redução das fragilidades, perdas, privações, danos, ofensas à integridade e à dignidade pessoal e familiar. Daí a importância de se conhecerem os territórios que podem sujeitá-las em maior ou menor grau à exposição de riscos.

O conceito de risco pessoal e social, por violação de direitos, se expressa na probabilidade de um evento acontecer e podemos destacar: a violência intrafamiliar física e psicológica, abandono, negligência, abuso e exploração sexual, situação de rua, ato infracional, trabalho infantil, afastamento do convívio familiar e comunitário, idosos em situação de dependência e pessoas com deficiência com agravos decorrente de isolamento social, dentre outros. Como podemos observar, as vulnerabilidades sociais e riscos sociais e pessoais, por violação de direitos se expressam, conforme as características de cada território.

O conhecimento do território, onde vivem e convivem as famílias, e indivíduos em situação de vulnerabilidade, risco pessoal e social, por violação de direitos, é de fundamental importância para o planejamento de projetos, programas e serviços, e a efetiva construção de uma política pública garantidora de direitos (Orientações Técnicas do CREAS, MDS, 2011). Nesta perspectiva, o CREAS tem papéis e competências decorrentes de um conjunto de leis e normativas que orientam os serviços especia-

lizados ofertados pelo CREAS, conforme o disposto na PNAS e previstos na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e assegurando o alcance das seguranças socioassistenciais de:

Acolhida: realizada por meio de condições para conhecer cada família e indivíduo em sua singularidade, as demandas, e potencialidades por meio da escuta qualificada. Oferecer informações relativas ao trabalho social e os direitos que possam acessar, bem como os serviços da rede local de acolhimento e de cobertura das várias vulnerabilidades relacionadas à situação de rua, ao ciclo de vida, violência, abandono, desvantagem pessoal, gênero, fragilidade de vínculos, dentre outras.

Convívio ou Vivência Familiar: é a oferta de serviços de forma continuada, direcionados ao fortalecimento, resgate ou construção de vínculos familiares, intergeracionais, comunitários e sociais. O desenvolvimento da sociabilidade em relação à criança, ao idoso, à população de rua, às mulheres e famílias, supõe a implantação de serviços que contribuam para a vivência de novas possibilidades de convívio familiar e comunitário, como também à participação social, o que implica, necessariamente, em propiciar acesso à rede.

Sobrevivência: é a garantia de renda com o objetivo de apoiar os cidadãos e as famílias no sustento de seus filhos para desenvolver condições de enfrentar o cotidiano com dignidade. Norteia-se pelo respeito à autonomia e ao desenvolvimento de capacidades e potencialidades para superação de condições adversas. A LOAS estabeleceu dois benefícios financeiros para reforçar o papel das famílias, o BPC para as pessoas idosas e pessoas com deficiência e os benefícios eventuais definidos como auxílio-natalidade e funeral.

O benefício eventual é um direito assegurado às famílias que vivem situações de vulnerabilidade social temporária e necessitem da proteção social imediata do Estado. Desse modo, pode-se afirmar que tal

oferta pública contribui para a igualdade de acesso a direitos fundamentais, especialmente para assegurar a dignidade humana como um valor e um direito que é referência para os demais direitos.

O poder público municipal pode ofertar outras modalidades de benefício eventual, a partir do conhecimento do território e da identificação das demandas da realidade em que vivem a população e as possíveis situações de emergência, às quais as pessoas e famílias estão sujeitas (enchente, deslizamentos, incêndios). Daí a importância de estudos da realidade do município, a preparação de diagnósticos socioterritoriais, para a elaboração do planejamento, implantação, monitoramento e a avaliação das ofertas da assistência social.

Parte 2 - Evolução das políticas voltadas ao envelhecimento a partir da Constituição

O reconhecimento de direitos à população idosa é fruto da construção de entendimentos e acordos internacionais que vêm ocorrendo desde 1982, quando foi convocada, pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), a primeira Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, que gerou o Plano de Ação Internacional de Viena sobre o envelhecimento, contendo 62 pontos a serem implementados, envolvendo aspectos que vão da saúde à habitação, passando pela educação e o bem-estar social.

Posteriormente, a ONU em 1991, em sua Assembleia Geral, validou o Princípio das Nações Unidas em favor das Pessoas Idosas, tendo ocorrido em 1992 a Conferência Internacional sobre o Envelhecimento, que culminou com a Proclamação do Envelhecimento.

Em continuação, em 2002, em Madri, foi realizada a Segunda Assembleia Mundial das Nações Unidas sobre o Envelhecimento, na qual

participou o Brasil, e em que foi adotada a Declaração Política, e o Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento.

Mais recentemente, em 2018, com vistas à proteção e fortalecimento dos direitos dos idosos, a ONU adotou a Declaração de Viena sobre os Direitos Humanos das Pessoas Idosas.

Toda a conjuntura política internacional, desde 1982, contribuiu para a incorporação pelo Brasil, já na Constituição Federal de 1988, de preceitos voltados à população idosa, que foram posteriormente, aperfeiçoados com a Política Nacional do Idoso, o Estatuto do Idoso e a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa.

Política Nacional do Idoso

Para a Política Nacional do Idoso, instituída pela Lei n.º 8.842/94, é dever da família, da sociedade e do Estado, cada qual com seu grau de responsabilidade, de assegurar ao idoso os direitos vitais e sociais, defender sua dignidade, evitar a discriminação de qualquer natureza, garantir a participação social, prover meios de envolvimento da sociedade no conhecimento e discussão sobre o processo do envelhecimento. Também deverá prover meios à sua subsistência e, caso a pessoa idosa não tenha família, ou cuja família não tenha condições de prover a sua manutenção, o Estado assegurará sua moradia em uma Instituição de Longa Permanência de Idoso, ILPI.

Estatuto do Idoso

O Estatuto do Idoso, Lei n.º 10.741, de 1º de outubro de 2003, define a pessoa idosa como aquela com idade igual ou superior a (60) anos anos, e estabelece no Capítulo I, art. 90:

É obrigação do Estado garantir à pessoa idosa proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições dignas.

Prevê garantias como: atendimento preferencial junto a órgãos públicos e privados prestadores de serviço à população; priorização do atendimento por sua família, em detrimento do atendimento em serviços de acolhimento (Instituição de Longa Permanência a Idosos); a vedação de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão contra a pessoa idosa e a punição na forma da lei de atentado aos seus direitos, por ação ou omissão; dentre outros, dispondo medidas de proteção ao idoso, quando seus direitos forem ameaçados ou violados, aplicadas pelo Ministério Público ou pelo Poder Judiciário.

Trata-se de uma Lei que reconhece a questão da velhice como prioritária no contexto das políticas públicas e propõe assegurar, em seus 118 artigos, os direitos fundamentais para promover a longevidade com qualidade de vida tanto para os idosos quanto para os que estão envelhecendo. O Estatuto do Idoso visa a proteger e preservar os aspectos de saúde física e mental, intelectual, social e outros, assegurando direitos como liberdade e dignidade.

Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa

Em relação à saúde, tivemos sancionado pelo Ministério da Saúde, via Portaria n.º 2528 de 19 de outubro de 2006, a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, que definiu, como finalidade primordial, a recuperação, manutenção e promoção da autonomia e independência dos indivíduos idosos, direcionando medidas coletivas e individuais de saúde em consonância com o Sistema Único de Saúde. Definindo como diretrizes: promoção do envelhecimento ativo e saudável; atenção integral, inte-

grada, à saúde da pessoa idosa; estímulo às ações intersetoriais, visando à integralidade da atenção; provimento de recursos capazes de assegurar qualidade da atenção à saúde da pessoa idosa; estímulo à participação e fortalecimento do controle social; formação e educação permanente dos profissionais de saúde do SUS na área de saúde da pessoa idosa; divulgação e informação sobre a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa para profissionais de saúde, gestores e usuários do SUS; promoção de cooperação nacional e internacional das experiências na atenção à saúde da pessoa idosa; e apoio ao desenvolvimento de estudos e pesquisas.

Qual a importância da intersectorialidade para a política pública?

O comprometimento do setor público referente à proteção social exige definição de eixos protetivos e integrativos, envolvendo ações intersecretariais e multidisciplinares. Neste arcabouço, a intersectorialidade na gestão pública passa a ser necessária, enquanto estratégia de enfrentamento às vulnerabilidades apresentadas pelas pessoas idosas. Existem, porém, aspectos que envolvem o tema aqui proposto quando se direciona à pessoa idosa. Estamos vivenciando momentos de redução da participação do Estado na área social, seja por questões econômicas ou por prioridades de gestão; para tanto, nunca a intersectorialidade foi tão fundamental em desencadear a equação da economicidade e efetividade da ação social pública. A gestão pública necessita ter um olhar atencioso aos fatores que solidificam e transformam ações sociais por meio da intersectorialidade. Todas as políticas públicas com áreas afins requerem ações programadas e integradas no plano de governo com consensos entre os objetivos e coalizões de apoio intersecretariais, permitindo a cooperação, pactuação, recursos humanos sem disputa de poder, publicização das ações, com uma gestão de governo

que monitore e tenha a participação da sociedade afinada no controle social, referendando as demandas necessárias aos territórios.

O conceito de intersetorialidade indica a conexão entre os diferentes setores que atendem as necessidades dos indivíduos e de suas famílias. Refere-se a um processo construído a partir da articulação das diferentes políticas públicas com o objetivo de dar completude às ações por meio dos profissionais e dos serviços. No entanto, para a sua efetivação, será necessário mudar a prática da política pública de atuar de forma compartimentalizada e setorialmente no atendimento às demandas apresentadas pela população. Para Sposati:

um passo importante para enfrentar o desafio da construção da intersetorialidade é o fortalecimento do trabalho em rede nos territórios. Este tem se mostrado um canal eficaz na construção da intersetorialidade por dois motivos: um por permitir desvelar conjuntamente as necessidades da população em suas singularidades e facilitar a organização e distribuição dos serviços de forma intersetorial; outro por possibilitar, através do encontro de gestores, técnicos e representantes da sociedade civil, a transformação de saberes e práticas (2016, p. 29).

A efetivação da intersetorialidade no Brasil ainda se constitui em desafio a ser superado, na medida em que pressupõe o compromisso das diferentes políticas sociais em elaborar um projeto integrado e com responsabilidades compartilhadas de interação e comprometimento, com a finalidade única de ofertar serviços dentro de uma nova perspectiva.

Um caminho para consolidar a intersetorialidade na cidade de São Paulo parece estar começando a se efetivar, por meio do Decreto n.º

58.454, de 2 de outubro de 2018, quando a Gestão Municipal instituiu o Grupo Gestor Intersectorial de Políticas Públicas para o Envelhecimento, vinculado à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, com o objetivo de elaborar o Plano Municipal Intersectorial de Políticas Públicas para o Envelhecimento, fortalecendo a transversalidade e a intersectorialidade, em sua formulação, implementação, avaliação e monitoramento. A vigência do Plano Municipal Intersectorial obedecerá ao calendário das Conferências Municipais dos Direitos da Pessoa Idosa.

Parte 3 - Política de Assistência Social: atuando na violação de direitos, prevenção de riscos e fortalecendo vínculos das pessoas idosas

O controle e a participação social: promovendo a ressignificação da pessoa idosa

Foi no século XIX, a partir do capitalismo, que os primeiros movimentos sociais surgiram reivindicando por seus direitos e melhores condições de trabalho. A sociedade descobre neste momento seu poder de conquista, a partir de mobilizações sociais com objetivos comuns, e uma organização política para o enfrentamento das questões econômicas e sociais. As lutas trabalhistas intensificaram movimentos e ganham espaços em diversos países, deixando claro que a dicotomia capital e trabalho precisavam ser redefinidos, a fim de garantir uma justiça social. Após a Segunda Guerra Mundial, foi consolidado o Estado Social. A era da garantia de direitos trabalhistas no Brasil foi marcada pela promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943, no dia 1º de maio.

A Constituição Federal norteou um novo modelo de política pública, levando a um movimento de democratização, inserindo a participação de

usuários e demais interlocutores e, em contrapartida, exigindo uma reestruturação da gestão pública em todos os aspectos, incluindo programas, projetos e serviços na promoção da garantia de acesso às informações a população. Dessa forma, o Estado se compromete e assume o aparelhamento dos Conselhos no âmbito municipal, estadual e federal, promovendo condições mínimas para o funcionamento técnico e administrativo, a partir deste novo olhar para as relações socioinstitucionais. Os Conselhos foram pensados numa estrutura paritária para que, em sua constituição, tenha governo e sociedade civil, alternando sua governança. Entretanto, apesar de os conselhos terem o controle social em suas mãos nem sempre conseguem acessar todas as informações ou aprovarem medidas que estejam em consonância com as prioridades da população. Os jogos de poder, tanto pelo lado da gestão pública, como pelo lado das organizações sociais, ainda em alguns casos, prevalecem, neles, as ‘velhas concepções e práticas’.

Atualmente temos várias formas de associações civis, lutando pelos direitos sociais. A globalização transpôs condições reais de uma determinada sociedade para o mundo todo. A mídia tornou-se uma ferramenta importante na divulgação das questões sociais, e a que o Estado teve que se render.

Em fevereiro de 2013 a ONU, em sua 51ª Sessão da Comissão de Desenvolvimento Social das Nações Unidas, discute e define o que é empoderamento: *participação efetiva dos indivíduos e grupos nas decisões que afetam as dimensões sociais, legais, políticas e econômicas de suas vidas e está integralmente ligada à erradicação da pobreza, ao trabalho decente e à integração social (ONU, 2013)*. A ONU foi fundamental como marco da regulação de políticas sociais públicas para a pessoa idosa em nosso país.

O Estado tem a prerrogativa de definir quais projetos serão prioridades em relação aos direitos da pessoa idosa; porém, a lista de prioridade sempre deixa a desejar, chegando a negligenciar demandas importantes.

É fundamental que tenhamos o controle social por meio da partici-

pação e do monitoramento, a fim de garantirmos a efetivação da política social pública à pessoa idosa. O Estado na contemporaneidade convive com as forças da sociedade (sindicatos, igrejas, instituições de representação de diferentes grupos sociais, fóruns regionais, conselhos de direitos etc.), que lutam por direitos sociais. Por outro lado, quando se pensa em garantir direitos das pessoas idosas, em nosso país, temos como defensores órgãos como: Delegacia Especializada de Proteção ao Idoso, Vara Especializada em Crimes contra a Pessoa Idosa, Defensoria e Promotoria Pública, CRAS e CREAS, Conselhos no âmbito Municipal, Estadual e Nacional da Pessoa Idosa, e de outras políticas públicas que trabalham pelos interesses deste segmento da população idosa, contribuindo na fiscalização e proposição de políticas públicas, e assegurando o cumprimento da legislação aos direitos violados contra a pessoa idosa.

Levando em consideração que o público beneficiário e principal atingido por uma Política Pública, deve dela participar, com a finalidade de torná-la mais efetiva, e com resultados que melhor reflitam o conjunto da população idosa, tramita no Congresso Nacional desde 2011, o Projeto de Lei 1445/11,⁷⁶ que amplia a participação dos idosos na definição de políticas públicas que lhe afetem, aperfeiçoando o Estatuto do Idoso e a Política Nacional do Idoso.

76 Fonte: Câmara dos Deputados.

Data	Ação
28/06/2016	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Defiro o Requerimento n. 4.708/2016, nos termos do art. 141 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD. Revejo o despacho inicial apostado ao Projeto de Lei n. 1.445/2011, para incluir o exame pela Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa. Para efeito do disposto no art. 191, III, do RICD, prevalecerá a ordem de distribuição prevista neste despacho. Publique-se. Oficie-se. [ATUALIZAÇÃO DO DESPACHO DO PL n. 1.445/2011: À CIDOSO, à CSSF e à CCJC (art. 54 do RICD). Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões (art. 24, II, do RICD). Regime de tramitação: ordinário].
03/05/2017	Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (CIDOSO) Aprovado por Unanimidade o Parecer.
18/04/2018	Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) Aprovado por Unanimidade o Parecer.
15/04/2019	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Devolvida pelo Relator sem Manifestação.

O projeto possui caráter conclusivo, aprovado em 2013, mas em decorrência de emenda oriunda do Senado Federal, retornou à mesa da Câmara em 2015 para deliberação das alterações realizadas. Desde então, foi aprovado pela Mesa Diretora da Câmara e pelas Comissões de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, da Seguridade Social e Família e, recentemente, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, aguardando para processo de votação no plenário.

A ampliação da participação dos idosos nas políticas públicas é um fator de empoderamento, não apenas desse segmento populacional, mas também das demais parcelas da população, que também envelhecerão e, como tal, fazem jus a participar no processo de construção de políticas públicas que interfiram em suas vidas futuras.

Conferência da Pessoa Idosa

A relevância das conferências municipais, estaduais e a nacional, para conferir e propor políticas públicas que atendam a demanda da pessoa idosa em nosso país, é fundamental para efetivar o controle social. É o momento em que as políticas públicas são conferidas e discutidas sobre o desempenho das deliberações anteriores e, a partir de propostas elaboradas nos municípios e estados, a Conferência Nacional aprova novas propostas a serem incluídas nas deliberações sobre a pessoa idosa. Estas deliberações têm como objetivo garantir a participação social, e formular novas propostas, a fim de subsidiar novas propostas de políticas públicas sobre o envelhecimento. O Conselho Municipal tem papel fundamental neste processo, pois é ele quem convoca e coordena a execução das conferências com o auxílio do órgão governamental ao qual pertence.

O envelhecimento populacional demanda novas estratégias, quanto a planejar projetos, produtos e serviços para a população idosa, a partir

da análise crítica da conjuntura social, política, econômica e cultural do país. Nesta perspectiva, as políticas públicas voltadas à população idosa devem traduzir as atuais necessidades deste público, tendo em vista as demandas produzidas em razão da longevidade. O conhecimento destas demandas é fundamental ao poder público, às organizações sociais e a toda a sociedade, a fim de elaborar novos projetos de cunho intersetorial e multidisciplinar que garantam a ressignificação do papel social da pessoa idosa e as diferentes formas de estar-no-mundo.

Infelizmente, uma grande parte dos governantes demonstra não ter a real noção do impacto da longevidade para a sociedade, quando interferem, adiando, ou negligenciando, responsabilidades frente às novas demandas ao enfrentamento das proteções sociais, tanto no que diz respeito à prevenção de riscos, bem como ações de proteção a violações de direitos à pessoa idosa.

O Brasil avançou em políticas de distribuição de renda, mas existe uma deficiência na oferta de serviços frente ao número de pessoas idosas em situação de vulnerabilidade social. Entretanto, estamos vivenciando, no atual momento, uma fase do capitalismo, em que o idoso é considerado um peso para a seguridade social, à medida que se torna improdutivo, contrapondo-se à responsabilidade governamental de assegurar qualidade e bem-estar à velhice.

Nas últimas décadas o debate sobre a reforma da Previdência Social tem sido objeto de discussões no cenário nacional, e atualmente um dos temas mais importantes discutidos no Brasil, mobilizando os diferentes segmentos sociais. Sabemos que este é um assunto polêmico e envolve a disputa sobre quais segmentos sociais devem arcar com os custos de uma reforma. Esperamos que os critérios norteadores das discussões entre as lideranças políticas sejam pautados dentro da justiça social e respeito aos direitos duramente conquistados ao longo dos anos.

Em que pese os avanços do país para acolher a população idosa e fazer valer os direitos que a ela assistem, ainda há muito a ser feito e aprimorado em todas as esferas e sob os diversos aspectos sociais, principalmente focar em estudos, elaboração e implementação de projetos voltados a atender as reais necessidades desta população.

Cabe ressaltar que o Brasil ainda não ratificou a Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos, que foi acordada pelo Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos, OEA, na sessão realizada em 09 de junho de 2015, e que teve como objetivo promover, proteger e assegurar o reconhecimento interamericano sobre todos os direitos humanos e liberdades fundamentais do idoso, contribuindo para sua plena inclusão, integração e participação na sociedade. Entendemos que é importante promover ações que resultem na participação e no controle social quanto à efetivação da cobrança desta assinatura e do comprometimento dos legisladores com as pessoas idosas, cujos direitos devem ser promovidos e protegidos.

Como está organizada a Assistência Social na cidade de São Paulo?

Na cidade de São Paulo, a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, SMADS, é a responsável pela gestão da PNAS, e é organizada administrativamente por meio de coordenadorias.

A Coordenadoria de Gestão de Benefícios, CGB, é responsável em coordenar e monitorar os programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, Renda Cidadã e demais programas e benefícios socioassistências, bem como gerenciar o Sistema de Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, CADÚnico.

Conforme o Plano Decenal de Assistência Social da Cidade de São Paulo, PDMAS/SP 2016-2026, *de uma forma geral, os serviços prestados são classificados em três grandes grupos: serviços de prontidão, serviços de acolhida, serviços de convívio e serviços de defesa socioassistencial. Esta distinção facilita a compreensão dos serviços socioassistenciais.*

A SMADS conta com uma Coordenadoria de Pronto Atendimento Social, CPAS, que atua no atendimento à população de rua, e encaminhamento para vagas de pernoite emergencial para adultos; requisição de vagas para acolhimento institucional de crianças e adolescentes; solicitações de abordagem social a pessoas em situação de rua; e cadastramento e entrega de provisões materiais a indivíduos e famílias atingidas por situações de emergência ou de calamidade pública, a partir da notificação da Defesa Civil do Município.

Outras coordenadorias compõem a estrutura da SMADS para dar sustentação ao trabalho técnico da proteção social básica e especial e aos serviços da rede socioassistencial. Destacamos a Coordenadoria de Gestão de Parcerias, CGPAR, responsável pelas normatizações e ações relativas às parcerias firmadas, por meio do Termo de Colaboração entre SMADS e Organizações da Sociedade Civil, OSC e a Coordenadoria do Observatório de Vigilância Socioassistencial, COVS, com a atribuição de coordenar, planejar, produzir e disseminar informações e diagnósticos territorializados, dentre outros, que compõem a função de vigilância socioassistencial no Município.

Os CRAS e CREAS, como já dissemos, são unidades públicas de referência para o desenvolvimento dos serviços da rede de acolhida, convívio e de defesa de direitos socioassistenciais, operados por meio de parceria com organizações da sociedade civil. Importante esclarecer que a gestão de um serviço por conveniamento não significa sua privatização, permanecendo seu caráter público e as responsabilidades do gestor estatal sobre seus resultados.

O Centro Pop, Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, é uma unidade pública para a pessoa em situação de rua, adulta, e representa espaço de referência para o convívio grupal, social e o desenvolvimento de relações de solidariedade, afetividade e respeito. Este serviço deve proporcionar vivências para o alcance da autonomia, estimulando, além disso, a organização, a mobilização e a participação social. A SMADS possui 54 CRAS, 30 CREAS e 06 Centros Pop. No entanto, frente à dimensão territorial da cidade e o número de habitantes por território, que superam em muito as 5.000 pessoas referenciadas por unidade para a implantação deste serviço, há a expectativa de ampliar o número de CRAS para 100 unidades, ou no mínimo um em cada um dos 96 distritos (PDMASp 2016-2020).

Compreendendo esta organização, temos os serviços da PSB e PSE, conforme mapa abaixo, despontando como a maior rede de serviços conveniada de atendimento ao público idoso em situação de vulnerabilidade social e relacional na cidade de São Paulo.

Programas, Projetos e Serviços na política social da cidade de São Paulo

O aumento da população idosa vem demandando, a cada dia, necessidades diferenciadas de políticas públicas. Os gestores ainda precisam se apropriar destas novas demandas para o futuro da cidade. A pessoa idosa paulatinamente vem ocupando seu espaço, porém há de se apropriar com mais afinco de seus direitos, a fim de ressignificar sua real importância para os gestores públicos.

O grande desafio intersecretarial é poder afinar seus objetivos comuns a este público com estratégias que atinjam sua eficácia e efetividade. A cidade de São Paulo, diante da enorme demanda que emerge,

não apresenta programas, serviços e projetos com quantidade suficiente; entretanto, existe uma variedade no que tange a políticas públicas nas diversas secretarias do município e do estado, voltadas a este segmento conforme apresentaremos abaixo:

Secretarias	Serviço	Projeto	Programa	Benefício
Secretaria Municipal de Saúde	<p>Unidade de Referência à Saúde do Idoso – URSI promoção e atenção integral à saúde do idoso fragilizado, composta por equipe especializada em gerontologia, polo formador de treinamento e capacitação e pesquisa na área da gerontologia.</p> <p>Unidades Básicas de Saúde – UBS: oferecerem atenção primária à saúde ofertam atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde al, unidades oferecem atividades físicas e atendimento odontológico a pessoa idosa)</p> <p>Serviço de Atenção Domiciliar: Com abordagens diferenciadas de acordo com a necessidade do paciente, pode ser realizado pela equipe de Saúde da Família/ Atenção Básica ou casos de maior complexidade são acompanhados pelas equipes multiprofissional de atenção domiciliar (EMAD) e de apoio (EMAP), do Serviços de Atenção Domiciliar (SAD)</p> <p>– Melhor em Casa.</p> <p>Por meio de ação intersecretarial disponibiliza RH na área de enfermagem, apoio de equipamentos de saúde e capacitações técnicas aos serviços tipificados da SMADS (ILPI, CDI e CAE Idosos)</p>		<p>Programa Acompanhante de Idosos – PAI (cuidado domiciliar biopsicossocial a pessoas idosas em situação de fragilidade clínica e socialmente vulnerável, com dificuldade de acesso ao sistema de saúde e apoio e suporte nas Atividades de Vida Diárias (AVD's) e para suprir outras necessidades de saúde e sociais)</p>	<p>Concessão de órteses e próteses</p>

Secretarias	Serviço	Projeto	Programa	Benefício
<p>Secretaria Municipal de Saúde</p>	<p>Centro de Referência do Idoso- CRI – Além de atenção à saúde estão disponíveis espaços destinados a convivência por meio de oficinas, lazer e apoio familiar.</p> <p>Instituto Paulista em Geriatria e Gerontologia – IPGG: assistência ambulatorial especializada com oferta de convivência e produção e disseminação de conhecimentos em Geriatria e Gerontologia</p> <p>Ambulatório Médico Especializado - AME Idoso: diversas especialidades</p> <p>médicas e equipe multidisciplinar.</p>			
<p>Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS SP</p>	<p>Centro de Referência de Assistência Social - CRAS: unidade pública estatal que desenvolve a gestão do território e da rede socioassistencial local e o desenvolvimento do trabalho social com famílias por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAI</p> <p>Rede socioassistencial na proteção básica:</p> <p>Núcleo de Convivência de Idosos: Acompanhamento domiciliar e convivência por meio de oficinas e palestra</p> <p>Centro de Convivência Intergeneracional: Atividades intergeracionais com o objetivo de fortalecer vínculos familiares, comunitários.</p> <p>Centro de Referência do Idoso: Atividades de convivência por meio de oficinas diversificadas e atendimento territorial ampliado.</p>		<p>Bolsa Família: é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. , identificadas no sistema Cadastro Único.</p>	<p>BPC - Benefício de Prestação Continuada: Promove a transferência de um salário mínimo à pessoa idosa, com 65 anos ou mais, e à pessoa com deficiência qualquer idade, desde que tenham renda per capita familiar inferior a 1/4 de salário-mínimo.</p>

Secretarias	Serviço	Projeto	Programa	Benefício
<p>Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS SP</p>	<p>Alimentação Domiciliar para a Pessoa Idosa</p> <p>Alimentação domiciliar e acompanhamento social a idoso com saúde fragilizada e dificuldade de suprir suas necessidades nutricionais.</p> <p>CREAS- Centro de Referência Especializado de Assistência Social: Serviço especializado e continuado a famílias e indivíduos nas diversas situações de violação de direitos. Como unidade de referência, tem o intuito de estruturar uma rede efetiva de proteção especial, e para isso conta com o apoio do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselhos Tutelares e outras Organizações de Defesa de Direitos.</p> <p>Rede Socioassistencial da Proteção Especial</p> <p>Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI): alta complexidade destina-se ao acolhimento de pessoas idosas com diferentes necessidades e graus de dependência, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos, em situações de negligência familiar ou institucional.</p> <p>Centro-Dia para Idosos – (CDI) média complexidade: atenção diurna de pessoas idosas em vulnerabilidade social e com grau de dependência que necessitam de equipe multidisciplinar</p> <p>para cuidados pessoais, fortalecimento de vínculos e ampliação de autonomia.</p> <p>O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) tem o propósito de atender famílias e indivíduos nas mais diversas situações de vulnerabilidade social ou violação de direitos.</p> <p>Rede Socioassistencial do Centro Pop</p> <p>Centro de Acolhida Especial para Idosos (CAEI) alta complexidade: acolhimento de pessoas idosas em situação de rua com o objetivo de acolher e garantir proteção integral, contribuindo para sua reinserção social e inclusão social.</p>			<p>carteira do idoso para transporte interestadual para as pessoas idosas que não têm como comprovar a renda igual ou inferior a 2 (dois) salários mínimos.</p>

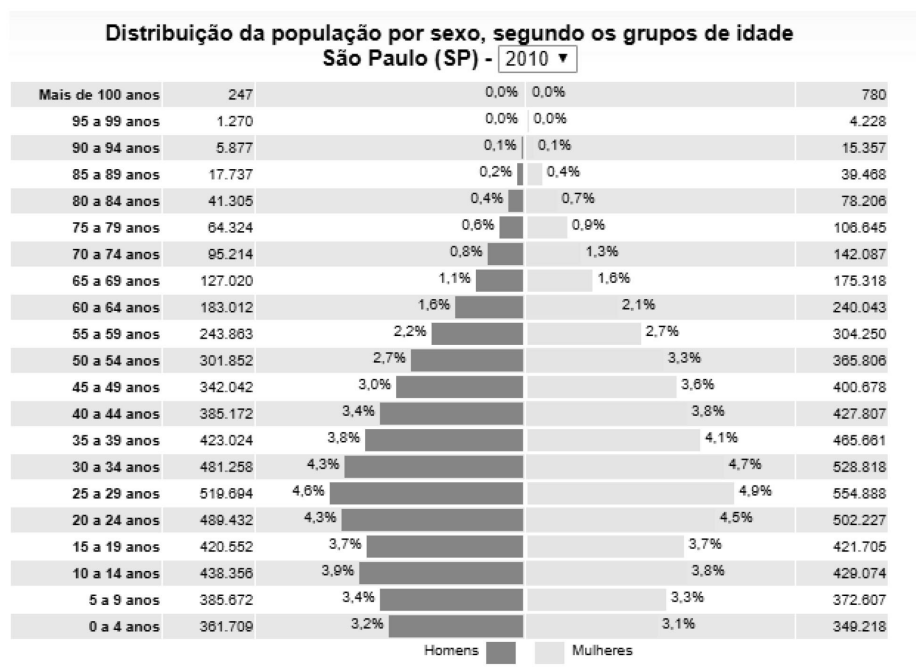
Secretarias	Serviço	Projeto	Programa	Benefício
<p>Secretaria Estadual de Assistência Social- SEDS</p>			<p>Programa de Alimentação e Nutrição - Viva Leite</p> <p>Distribuição de leite pasteurizado distribuído por organizações sociais cadastradas</p>	<p>Cartão Amigo do Idosos: idosos com idade superior a 80 anos e renda mensal de até meio salário mínimo, garante complementação de renda de R\$ 100,00 por mês. Para ter direito, o idoso deve estar registrado no Cadastro Único.</p>
<p>Secretaria Municipal de Habitação – HABI</p>			<p>Programa Locação Social: oferta de unidades habitacionais para aluguel em imóveis públicos, em áreas bem localizadas, com valores de aluguel total ou parcialmente subsidiados</p> <p>Vila dos Idosos: unidades habitacionais aos Idosos em situação de vulnerabilidade social.</p> <p>Palacete dos artistas: unidades habitacionais destinadas aos artistas idosos em vulnerabilidade social</p> <p>Condomínio República da Melhor Idade: Idosos em situação de vulnerabilidade social. Empreendimento do Governo do Estado em parceria com HABI.</p>	<p>Benefício de 3% de moradias populares destinadas ao público idoso</p>

Secretarias	Serviço	Projeto	Programa	Benefício
<p>Secretaria Municipal de Cultura –SMC - SP</p>		<p>Sarau da Terceira Idade Apresentações de idosos poetas, cantores e dançarinos.</p> <p>Projeto Contação de Histórias: história contada por idosos em espaços culturais.</p>	<p>Visitação programada aos museus direcionada ao público idoso</p>	
<p>Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo</p>	<p>Museus: atividades educativas e cursos por meio do Núcleo Educativo, que recebe e atende grupos de idosos e famílias.</p> <p>Oficinas Culturais: cursos de iniciação e capacitação artística em diferentes áreas direcionada a todo o público.</p> <p>Escola de Música do Estado de São Paulo– Tom Jobim: cursos livres compreendendo atividades de ensino musical à comunidade em geral</p>	<p>Projeto Museu Amigo do Idoso: atendimento aos idosos a partir do convívio e troca de experiências entre idosos e profissionais do Educativo do Museu do Futebol</p> <p>Programa Lazer com Arte para a Terceira Idade: arte moderna e contemporânea por meio de atividades práticas em ateliê e visitas às exposições do acervo do Museu de arte Contemporânea da USP- MAC.</p>		

Secretarias	Serviço	Projeto	Programa	Benefício
Secretaria Municipal de Esportes	Centros Esportivos (CEs) Todos os centros esportivos dispõem de alguma atividade esportiva ou lazer para o público idoso.		Programa Vem Dançar bailes temáticos, realizados nos salões sociais dos Clubes do Município de São Paulo propiciando encontros sociais e de lazer	
Secretaria Estadual de Esportes			O Programa VidAtiva é uma ação coordenada pela Secretaria Estadual de Esportes visando atividade física como medida preventiva ou curativa	cartão magnético-VidAtiva, com valor pré-pago por mês, vinculado ao pagamento de Academias e Clubes
Secretaria Municipal de Transportes				<p>Bilhete Único Especial - Idoso (Ônibus Metrô e trens da CPTM) ofertado a pessoas com idade igual ou superior a 60 anos.</p> <p>Cartão de estacionamento com vagas demarcadas</p> <p>Assentos Preferenciais: disponíveis em todo o transporte coletivo.</p>

Secretarias	Serviço	Projeto	Programa	Benefício
<p>Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo</p>	<p>Universidade Aberta a Terceira Idade:</p> <p>A Universidade Aberta da Pessoa Idosa (UAPI) oferece cursos gratuitos semestrais e sem pré-requisitos.</p> <p>Polo Cultural</p> <p>O Polo Cultural da Terceira Idade é um espaço de convivência, destinado a oferecer oficinas socioculturais, esportivas lazer e educacionais para o estímulo, motivação e sensibilização da pessoa idosa no fortalecimento e integração social.</p>	<p>Escola de Conselhos em parceria com o Grande Conselho Municipal do Idoso proporciona orientação e capacitação as pessoas idosas, conselheiros e lideranças de fóruns para o exercício pleno da cidadania.</p>	<p>O Programa São Paulo Amigo do Idoso e o Selo Amigo do Idoso, instituídos pelo Decreto nº 58.047, de 15 de maio de 2012, foram criados como instrumentos de promoção de amplo processo de mobilização regional, de diversos setores governamentais e da sociedade, para desenvolver territórios amigáveis a todas as idades, adotando os mesmos paradigmas da Organização Mundial da Saúde (OMS) do Envelhecimento Ativo, otimizando oportunidades de participação, saúde, educação e segurança, com vistas à qualidade de vida das pessoas no processo de envelhecimento.</p> <p>JORI - Jogos Regionais do Idoso inserção e a promoção social da população idosa do município, através do incentivo a atividade e a prática esportiva.</p> <p>Grupo Gestor Intersetorial de Políticas Públicas para o Envelhecimento, com a participação do Grande Conselho Municipal do Idoso e diversas Secretarias Municipais tem como objetivo a construção e revisão de um plano municipal intersetorial de políticas públicas para pessoas idosas.</p>	

O último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), datado de 2010, aponta que a população brasileira de idosos encontrava-se na faixa dos 18 milhões de indivíduos, dos quais residentes no Município de São Paulo com 60 anos ou mais, totalizavam 1.338.138 indivíduos, distribuídos entre os sexos masculino (535.006 pessoas) e feminino (802.132 pessoas).



Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2010)

Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2010)

Sozinha, a cidade de São Paulo já com esses dados de 2010, abrangia pouco mais de 7,4% dos idosos nacionais, um número bastante significativo para um, dentre mais de cinco mil municípios brasileiros, o que coloca o Município de São Paulo como uma importante referência a ser seguida por outras municipalidades no país.

A Fundação Seade, em projeção populacional para 2019 na cidade, aponta que São Paulo possui neste ano uma população idosa de 1.792.857. Ao considerar os habitantes que vivem no Município, em um total de 11.811.516 indivíduos, tem-se 15% da população da cidade na faixa de envelhecimento.

**Projeção da população por faixas etárias quinquenais,
em 1º de julho**

Município de São Paulo - 2019

Faixa Etária - Quinquenal	Homem	Mulher	Total
60 a 64 anos	252.186	324.761	576.947
65 a 69 anos	190.618	260.158	450.776
70 a 74 anos	130.558	193.844	324.402
75 anos e mais	153.590	287.142	440.732
Total da Seleção	726.952	1.065.905	1.792.857
Total Geral da População	5.620.841	6.190.675	11.811.516

Fonte: Fonte: Fundação Seade

Comparativamente, os dados da Fundação Seade, contrapostos aos do último Censo do IBGE, apontam para o crescimento de 33% na população de idosos na cidade de São Paulo, para um período em torno de uma década.

Para o ano de 2050, ainda segundo a Fundação Seade, a previsão é a de que a população idosa de São Paulo chegue a 3.633.973 indivíduos idosos, o que equivalerá a 30% da população residente no Município. Frente ao cenário estimado para o ano de 2019, isso representará crescimento percentual de 102%.

**Projeção da população por faixas etárias quinquenais,
em 1º de julho**

Município de São Paulo - 2050

Faixa Etária - Quinquenal	Homem	Mulher	Total
60 a 64 anos	398.227	442.973	841.200
65 a 69 anos	381.264	460.223	841.487
70 a 74 anos	313.814	414.592	728.406
75 anos e mais	461.662	761.218	1.222.880
Total da Seleção	1.554.967	2.079.006	3.633.973
Total Geral da População	5.889.050	6.316.241	12.205.291

Fonte: Fundação Seade.

Esses dados ratificam a necessidade de se olhar para esse grupo populacional de forma institucionalizada, ou seja, que haja uma efetiva política pública voltada a atender às necessidades desses indivíduos hoje, no que tange à saúde, cultural, bem-estar e qualidade de vida. Ao passo que a população da cidade deve acompanhar as políticas que envolvam a população idosa residente no município.

Discussão

O maior agente da mudança, na percepção pela sociedade, de que é preciso, e igualmente importante, um olhar de mais atenção ao atendimento às necessidades sociais da parcela populacional que se encontra em idade natural, é o próprio conjunto da sociedade, em especial a organizada, que tem condições de mobilização, organização e demanda ao Estado e seu espectro administrativo, o Poder Público.

Quando falamos em necessidades sociais, não nos restringimos apenas aquelas tangíveis, do dia a dia, da individualidade do cidadão, mas a todo o conjunto de direitos enquanto cidadão que a população idosa deve ter assistida pelo Estado.

O Estado, por sua vez, munido da condição das prerrogativas aptas a fazer valer esses Direitos, a partir, mas não se restringindo ao desenvolvimento e implementação de Políticas Públicas para atendimento ao exercício dos Direitos voltados aos seus cidadãos, precisa ser em grande parte, instado a fazê-lo, quando os Poderes Públicos constituídos não tomem a iniciativa.

Nesse sentido, a ação e articulação, por parte da sociedade civil organizada, são fatores de relevo nessa dinâmica, digamos socioburocrática, que envolve as relações sociais e o Estado.

O exercício pelos cidadãos, no caso em tela, os idosos, de seus Direitos garantidos pela Constituição e Leis acessórias, é um dos elementos, senão o mais importante, para se avaliar a efetividade das políticas públicas que lhes sejam voltadas.

Para tanto, é relevante analisar sob a perspectiva da construção social desses direitos, sua aplicabilidade e o monitoramento, isso, o presente artigo se propôs a fazer, como de fato o fez.

Todavia, há outros elementos de discussão e que devem ser objeto de estudos mais específicos, como o caso do efetivo exercício da cidadania pela população idosa, ou seja, analisar a efetividade do controle social e as ferramentas fornecidas pelo Estado, para o exercício desse controle pela sociedade.

Referências

BOBBIO, N. **A Era dos Direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. **Concepção de rede intersetorial**, 2001. Disponível em: <http://www.uepg.br/nupes/intersector.htm>. Acesso em: 15 out. 2012.

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social, Secretaria de Assistência Social, **Política Nacional do Idoso**, Brasília/DF, decretada em 24 de janeiro de 1994.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social, MDS. Secretaria Nacional de Assistência Social-SNAS. **Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**. Brasília, DF, 2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: CNAS, 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. Brasília, 2009

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: 1988** - texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de n. 1, de 1992, a 32, de 2001, e pelas Emendas Constitucionais de Revisão de n. 1 a 6, de 1994, - 17. Ed. - Brasília: 405 p. - (Série textos básicos; n. 25).

BRASIL, **Projeto de Lei n.º 1445**, de 25 de maio de 2011. Brasília: DF. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=503888>. Acessado em: 29 julho 2019.

BRASIL, Presidência da República. **Lei Orgânica da Assistência Social**, n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, publicada no DOU de 8 de dezembro de 1993.

BRASIL, **Política Nacional do Idoso**, Lei n. 8.842, de 4 de janeiro de 1994. BRASIL. **Estatuto do Idoso**, Lei n. 10.741, de 01 de outubro de 2003.

BRASIL, Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, **Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989**.

BRASIL, Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, **Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999**.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. **Perguntas Frequentes - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)** Brasília, DF: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2017.

CAMARANO, A. A. **Mecanismos de Proteção Social para a População Idosa Brasileira**. Rio de Janeiro, IPEA, 2006.

COUTO, B. R. **O Sistema Único de Assistência Social: uma nova forma de gestão da Assistência Social**. Concepção e Gestão da Proteção Social Não Contributiva no Brasil. MDS. 2009.

Decreto n.º 8.805, de 07 de julho de 2016.

FALEIROS, V. **Envelhecimento no Brasil do Século XXI**. Transições e Desafios, Argumentum, v. 6, n.º 1, pp.6 -21, 2014.

Fundação Seade. **Sistema Seade de Projeções Populacionais**. São Paulo, 2019. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/projpop/index.php>. Acesso em 27 julho, 2019.

GUARÁ, Isa M. Ferreira da Rosa et al. **Gestão Municipal dos serviços de atenção à criança e ao adolescente**. São Paulo: IEE/PUC-SP; Brasília: SAS/MPAS, 1998.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo demográfico: sinopse dos resultados do Censo 2010** [Internet]. Rio de Janeiro:

ro; 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/>. Acesso em 26 julho, 2019.

OLIVERA, A. et al. **A intersetorialidade nas Políticas Públicas para o Envelhecimento no Brasil**.

MDS. **Fundamentos Ético-Políticos e Rumo Teórico-Methodológicos** para fortalecer o Trabalho Social com Famílias na Política Nacional de Assistência Social. Brasília. 2016.

MDS. **Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas Com Deficiência e Idosas**. Brasília, 2017.

MDS. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência Especializado de Assistência Social, CREAS. Brasília, 2011.

MENDONÇA, J. M. B. **Políticas públicas para idosos no Brasil: análise à luz da influência das normativas internacionais**. Tese (Doutorado em Política Pública Social). Universidade de Brasília, Brasília, 2015, 172p.

Nações Unidas do Brasil. **Pessoas Idosas**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/pessoas-idosas/>. Acesso em 29 julho, 2019.

PESSOA, I. L. **O Envelhecimento na Agenda Política Social Brasileira**: avanços e Limitações. Tese de Doutorado, 2009, Brasília. DF.

PICHON-RIVIERE, E. **Teoria do vínculo**. 7ª edição São Paulo: Martins Editora, 2007.

Portaria Intersecretarial n.º 01 de SMADS/SMS, de 31 de outubro de 2018.

SMADS. **Plano Decenal de Assistência Social da Cidade de São Paulo**. PDMA Sp 2016-2026.

SPOSATI, A. Modelo Brasileiro de Proteção Social não Contributiva: concepção fundantes. **Concepção e Gestão da Proteção Social Não Contributiva no Brasil**. MDS, 2009.

SPOSATI, A. Assistência Social: de Ação Individual a Direito Social. **Revista Brasileira de Direito Constitucional**, RBDC, n. 10, jul./dez. 2007.

WIECZYNSKI, M. **Envelhecimento com Cidadania: Realidade ou Utopia?**, 2006. Disponível em: <http://WWW.potalsocial.usfc.br/publicacoes/envelhecimento>.

Sites Consultados:

<http://www.portaldoenvelhecimento.com/publicacoes0/item/3809-relatoriomundial-de-envelhecimento-e-saude>, data da consulta: 01/04/2019 <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/cadernos/concepcao-de-convivencia-e-fortalecimento-de-vinculos/concepcao-de-convivencia-e-fortalecimento-de-vinculos> data da consulta 01/04/2019 http://www.projovem.gov.br/userfiles/file/SET%202008_%20PPI%20FINAL.pdf data da consulta em 06/03/2019 de: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/CAO_Idoso/Textos/Convenção%20Interamericana.pdf data da consulta 27/04/2019 . http://www.turismo.sp.gov.br/publico/noticia.php?codigo=42&cod_menu=42 data da consulta 02/05/2019 https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/idosos/progr_amas_e_projetos/index.php?p=270026 data da consulta 02/05/2019 https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/idosos/progr_amas_e_projetos/index.php?p=270238 data da consulta 02/05/2019 <https://sp156.prefeitura.sp.gov.br/portal/servicos/informacao?tema=&conteudo=1676> data da consulta 02/05/2019 <http://www.legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/portaria-intersecretarial-secretaria-municipal-de-assistencia-e-desenvolvimento-social-smads-secretaria-municipal-da-saude-sms-1-de-31-de-outubro-de-2018>.

Cintia Bincoletto Fazion - Doutora em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pesquisadora do Núcleo de Estudos Avançados do Terceiro Setor (NEATs) da PUC-SP. Atua na linha de pesquisa Organizações e Sociedade, Análise de Redes Sociais, e Gestão da Longevidade. Professora na Pós-Graduação da PUC-SP. Possui atuação executiva e de consultoria, com ênfase em gerenciamento, planejamento, gestão financeira, operação das ações e viabilidade econômica de projetos sociais. E-mail: cintia_fazion@hotmail.com

Fátima de Jesus Teixeira – Formada em Serviço Social – Faculdade Paulista de Serviço Social/SP, Mestre em Serviço Social pela PUC de São Paulo e Pós- Graduação Lato Sensu em Gestão de Políticas Públicas Sociais – UNIBAN. Professora da rede pública estadual de 1968 a 1994. Assistente Social da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS, de 1980 até a presente data.

Rita de Cássia M. de Lima Siqueira - Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão de Políticas Públicas Sociais – Universidade Bandeirantes, Graduada em Pedagogia pela Associação Educativa Campos Salles Atuação profissional no campo da política pública de assistência social desde 1982. Atualmente é pedagoga - analista em assistência em desenvolvimento social na Prefeitura Municipal de São Paulo e está como referência técnica no segmento idoso para implementação de serviços, programas e projetos para a faixa etária acima de 60 anos na Coordenadoria de Proteção Social Básica. Representa a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social no Grande Conselho Municipal do Idoso. E-mail: rcsiqueira@prefeitura.sp.gov.br



VIII

Indicadores sociais e políticas públicas para pessoas idosas: conceitos e instrumentos



Pierre Rinco
Viviane Canecchio Ferreirinho

Introdução

A discussão sobre indicadores sociais reflete a construção histórica do campo da gestão pública e as mudanças de princípios e modelos de administração e governança. Está diretamente relacionada com a perspectiva do cidadão como um sujeito participativo no governo, por meio do controle social, e com a perspectiva do *accountability* como norteador do aprimoramento do fazer política e prestar contas para a sociedade.

O envelhecimento da população e o aumento da expectativa de vida trazem para o centro das atenções das políticas públicas o planejamento de ações para os idosos, lugar que sempre esteve ocupado, sobretudo, com as ações voltadas para a infância. Indicadores que apresentam essa realidade – do envelhecimento e da longevidade – e outros tantos, são de extrema importância para a compreensão das novas necessidades urbanas de assistência social, saúde, cultura, lazer, urbanas, acessibilidade que começam a se apresentar e que deverão ser equacionadas em um futuro cada vez mais próximo.

Este artigo discute a importância da utilização de indicadores sociais para a análise, monitoramento e avaliação de políticas destinadas à população idosa, no contexto da gestão pública e do controle social, trazendo os fundamentos sobre o que é e como se constroem indicadores, bem como sobre sua utilização em ações de planejamento, avaliação e estudo da oferta e demanda socioassistencial para este público.

O que são indicadores? Principais conceitos

Todo o indicador é uma relação entre medidas que possibilita a quantificação ou torna palpáveis conceitos abstratos. Indicador é sempre uma relação entre variáveis que, ao serem vistas de maneira conjun-

ta, traduzem olhares e recortes que quantificam uma situação social, facilitando o trabalho de observação, monitoramento e avaliação de determinada situação.

Em outras palavras: todo o indicador indica, revela, propõe, sugere, expõe, menciona e aconselha, com a finalidade de colaborar na construção de instrumentos que permitam mensurar as características vigentes de determinado sistema ou política.

Ao traduzir a realidade em taxas, proporções, índices, médias e relações quantitativas, entre outros, os indicadores possibilitam, no caso de gestores públicos, olhar mais apurado para colaborar na tomada de decisão acerca da formulação, implantação e avaliação de determinada política pública.

No campo da arena política, estes indicadores são formulados com base em estatísticas públicas, como, por exemplo, dados censitários, estimativas, dados primários e registros levantados pelas pastas administrativas, dados de execução de serviços, entre outros. O processo de construção de indicadores pode ser exemplificado a seguir:

Figura 1: Processo de Agregação de valor informacional no indicador



Fonte: JANUZZI, 2006: 16.

Como explicitado, todo o indicador apresenta uma fotografia de um ponto de vista escolhido. Tanto a escolha quanto o uso do mesmo varia de acordo com a vontade política vigente. O indicador, por si, não ilumina, apenas revela. O uso do mesmo para intervenção depende de disposição de todos os atores envolvidos, sobretudo aqueles com capacidade de tomada de decisão e intervenção nas realidades observadas.

Ao olhar de maneira integrada para vários indicadores, de forma a entender qualquer contexto de forma global, o que se constrói são sistemas de indicadores, ou seja, vários indicadores que, juntos, conseguem revelar uma realidade específica ou as respostas de monitoramento e avaliação que se deseja para um processo. Inserido nesta realidade, local e específica, o indicador ou o sistema de indicadores devem refletir a proximidade entre o conceito abstrato, no qual foi proposto e a medida, isto é, a validade, e refletir, de fato, sobre o conceito. Além disso, necessita de outras atribuições que confirmem sua validade e permitam uma maior acessibilidade, tais como a consistência e a coerência do índice usado. Na mesma intenção, ele tem que ser centrado em aspectos práticos bem definidos, que facilitem a mensuração, com informações que, na medida do possível, devem ter baixo custo e disponibilidade de acesso, sensível a mudanças no tempo e no sistema.

Por fim, vale ressaltar que ele necessita fornecer informações condensadas, integradas, sobre os vários aspectos do sistema, para que tenha uma abrangência válida, e se possível, com que tenha uma relação com outros indicadores, para acontecer uma interação entre os índices.

- Um bom indicador, sintético ou não, unitário ou dentro de um sistema de indicadores, precisa, portanto, de um conjunto de características ideais a que um pesquisador em monitoramento e avaliação deve atentar. São estas:
- **RELEVÂNCIA SOCIAL:** A relevância social é atributo “fundamental para justificar sua produção e legitimar seu emprego

na análise, formulação e implantação de políticas” (JANUZZI, 2006: 26). Sua relevância determina a pertinência da sua produção, definida com relação ao objeto analisado. Esta pertinência diz respeito à história do item analisado, à agenda em discussão e, finalmente, deve ser correlacionada com o objetivo proposto pelo mesmo.

- VALIDADE: Proximidade entre o conceito e a medida, ou seja, a “proximidade entre indicador e indicando” (JANUZZI, 2006: 26). Conceito que se expande em duas vertentes:
 - Analisar se aquele indicador realmente analisa o objeto de análise. Exemplo: “Taxa de mortalidade infantil ou as taxas de morbidade por doenças típicas de infância, por exemplo, devem ser indicadores mais válidos para avaliar condições de saúde que a porcentagem de domicílios com acesso à água encanada ou o coeficiente de consultas por cem mil crianças” (JANUZZI, 2006: 26).
 - Analisar se o cálculo do indicador está correto. Por exemplo, Escolaridade média = média ponderada dos anos cursados com aprovação pela população analisada. Calcular Escolaridade Média como apenas a média de anos cursados, sem considerar aprovação, faria deste indicador não válido com relação ao seu objetivo de análise, visto que, da segunda maneira, ele não indicaria Escolaridade Média.
- CONFIABILIDADE: Diz respeito à qualidade dos dados usados no seu cômputo, que é determinada pelo treinamento dos coletores das informações, padronização técnica, seguindo um protocolo padronizado de como receber, registrar e conferir as informações. Exemplo: confusão entre atendimentos e pessoas atendidas.
- COBERTURA: Indicadores que traduzam o mais fielmente possível a realidade analisada. Exemplo: Censo.

- **SENSIBILIDADE:** “Diz respeito à sua capacidade em refletir mudanças significativas se as condições que afetam a dimensão social referida se alteram” (JANUZZI, 2006: 28) Exemplo: morbidade (portadores/sãos) é um indicador mais sensível que a taxa de mortalidade (óbito/habitantes), para analisar o impacto de uma política de erradicação de uma doença específica.
- **ESPECIFICIDADE:** Qualidade que permite aos indicadores serem associados entre si, criando panoramas específicos que traduzem a realidade e suas variações nas direções esperadas. Exemplo: cruzar dados de taxa de ocupação com recursos médios utilizados em cada serviço em determinado espaço de tempo indica eficiência, ou seja, dois indicadores simples, se cruzados, criam análises específicas de eficiência.
- **INTELIGIBILIDADE / REPLICABILIDADE DA CONSTRUÇÃO / COMUNICABILIDADE:** transparência e possibilidade de replicação da construção dos indicadores, ou seja, ter nos indicadores notas metodológicas claras, permitindo que qualquer indivíduo com a mesma base de dados conclua os mesmos resultados. Conjuntamente, indicador e nota metodológica necessitam ser de fácil compreensão, pelo mesmo motivo.
- **PERIODICIDADE/HISTORICIDADE:** Para analisar um indicador, é necessário que a periodicidade e historicidade sejam garantidas, de forma a tornar possíveis análises contínuas através do tempo. Em termos de periodicidade, considera-se o estabelecimento de períodos de coleta constantes (trimestral, semestral, entre outros) e garantir continuidade do período adotado, de forma a minimizar os desvios. Este estabelecimento deve ser coerente com o termo analisado, ou seja, deve-se levar em consideração qual a periodicidade correta para identificar tendência no serviço atuado. Em termos

de historicidade, deve-se garantir que haja séries históricas extensas e comparáveis entre si, de forma a realmente estabelecer tendências e poder comparar futuro com passado.

Outra forma de olhar para os indicadores está em sua função. São divididos em indicadores-produto, indicadores-insumo, indicadores-processo e indicadores de avaliação.

Indicadores-produto são aqueles que trazem consigo a ideia de diagnosticar a realidade a ser analisada. No caso das políticas sociais, estamos falando sobre condições de proteção e risco a que um cidadão está vulnerável. Por exemplo, são analisados fatores como “esperança de vida ao nascer”, indicadores socioassistenciais, níveis de violência, entre outros:

Os indicadores-produto (*outcome* ou *output indicators*) são mais propriamente vinculados à dimensão empírica da realidade social, referidos às variáveis resultantes de processos sociais complexos (...) São medidas representativas das condições de vida, saúde, nível de renda da população, indicativas da presença, ausência, avanços ou retrocessos das políticas sociais formuladas (JANNUZZI, 2006: 23).

Indicadores-insumo são aqueles que trazem consigo a ideia de formulações de soluções para que aquela realidade analisada. Tem a ver com os meios e insumos necessários para dar conta do problema. Dessa forma, analisam-se aqui itens com indicadores que observam a força de trabalho, os recursos orçamentários e financeiros disponíveis, disponibilidade de mobiliário, condições deste mobiliário, entre outras condições de trabalho para dar conta de analisar os insumos desta política pública:

(...) Os indicadores-insumo (*input indicators*) correspondem às medidas associadas à disponibilidade de recursos humanos, financeiros ou equipamentos alocados para um processo ou programa que afeta uma das dimensões da realidade social. São tipicamente indicadores de alocação de recursos para políticas sociais como número de leitos hospitalares por mil habitantes, número de professores por quantidade de estudantes, ou, ainda, gasto monetário *per capita* nas diversas áreas de políticas sociais. (JANNUZZI, 2006: 23)

Indicadores-processo são aqueles que conseguem unificar as duas realidades anteriores, ou seja, utilizando-se de dados objetivos e finalísticos sobre aquela política pública, comparando-os com o que havia de recurso para viabilizá-la, traduzindo uma medida de desempenho e cumprimento de objetivos e metas da política analisada:

Os indicadores-processo, ou fluxo (*throughput indicators*) são indicadores intermediários, que traduzem em medidas quantitativas o esforço operacional de alocação de recursos humanos, físicos ou financeiros (indicadores-insumo) para obtenção de melhorias efetivas de bem-estar (indicadores-produto), como o número de consultas pediátricas por mês, merendas escolares distribuídas diariamente por aluno, ou, ainda, homens-hora dedicados a um programa social (JANNUZZI, 2006: 23).

Pode-se, ainda, mensurar indicadores pelo viés da eficiência, eficácia e efetividade. Indicadores de eficiência procuram mostrar o quanto foi feito com qual recurso, buscando sempre a máxima “fazer mais por menos”:

Eficiência é a relação entre os produtos/serviços gerados com os insumos utilizados, relacionando o que foi entregue e o que foi consumido de recursos, usualmente sob a forma de custos ou produtividade. Campanha de vacinação é mais eficiente quanto menor for o custo, ou seja, quanto menor o custo da campanha, mantendo-se os objetivos proposto [...]. (BRASIL, 2009: 19-20)

Indicadores de eficácia buscam mostrar qual a qualidade daquele cumprimento, de forma a entender se foi possível realizar o que havia sido proposto a fazer. Estão voltados, sobretudo, na busca pela

[...] quantidade e qualidade de produtos e serviços entregues ao usuário (beneficiário direto dos produtos e serviços da organização). Por exemplo, se, na mesma campanha citada, a meta de vacinação é imunizar 100.000 crianças e este número foi alcançado ou superado, a campanha foi eficaz (BRASIL, 2009: 19).

Indicadores de efetividade buscam entender se o que foi feito teve impacto ou mudou em algum grau a vida da pessoa atendida, ou seja, é um indicador que mede se aquilo que foi proposto a ser feito foi tão bom quanto se planejou inicialmente.

Efetividade são os impactos gerados pelos produtos/serviços, processos ou projetos. A efetividade está vinculada ao grau de satisfação ou ainda ao valor agregado, a transformação produzida no contexto em geral. Esta classe de indicadores, mais difícil de ser mensurada (dada a natureza dos da-

dos e o caráter temporal), está relacionada com a missão da instituição. Por exemplo, se uma campanha de vacinação realmente imunizar e diminuiu a incidência de determinada doença entre as crianças, a campanha foi efetiva (BRASIL, 2009: 19).

Dessa forma, segundo estas três esferas, diz Januzzi:

Outro sistema de classificação de especial interesse na formulação de políticas é aquele que diferencia os indicadores segundo os três aspectos relevantes da avaliação de programas sociais: indicadores para avaliação de eficiência dos meios e recursos empregados, indicadores para avaliação da eficácia no cumprimento das metas e indicadores para avaliação da efetividade social do programa, isto é, indicadores para avaliação dos efeitos do programa em termos de justiça social, contribuição para aumento da sociabilidade e engajamento político; enfim, dos efeitos do programa em termos mais abrangentes de bem-estar para a sociedade. Um programa público de reorganização de favelas, por exemplo, pode ter sua eficiência avaliada em termos do volume de investimentos por unidade de área física; a eficácia, por indicadores relacionados à melhoria das condições de moradia, infra-estrutura e acessibilidade do local; sua efetividade social, por indicadores de mortalidade infantil, nível de coesão social e participação na comunidade, nível de criminalidade etc. (JANNUZZI, 2006: 24).

Com a compreensão básica dos termos introdutórios apresentados, seguir-se-á para traçar comparativo entre os modelos de gestão pública no Brasil com o momento atual do monitoramento, supervisão e avaliação da rede socioassistencial na cidade de São Paulo. Busca-se enquadrar a gestão do monitoramento e avaliação da assistência social em um dos quatro modelos existentes no Brasil - a saber, o “não modelo”, o modelo focado em eficiência, em eficácia e/ou em efetividade - buscando elementos que colaborem na transposição para o último modelo.

Para definição de critérios amplos de eficiência, eficácia e efetividade, será consultado o Guia Referencial para Medição de Desempenho e Manual para Construção de Indicadores, elaborado pelo Ministério do Planejamento (BRASIL: 2009) e os estudos de Januzzi (2006, 2013), relacionando-os com a contextualização e revisão dos modelos de gestão no Brasil, a partir de Gouvêa (1994), Osborne-Gaebler (1992), Aragão (1997), Abrucio (2007), Bresser Pereira (1995)/(1996)/(1997), Costa; Pereira; Blanco (2006); Regina Pacheco (1998)/(2004), Pares; Silveira (2005), Munevar (2002), Diniz (1995) e Ataíde (2005). Sobre o modelo de gestão baseado em efetividade, o último modelo é o que traz principalmente conceitos de Paula (2005) sobre a gestão social.

No Brasil, é a partir de 1930 que a burocracia cresce e tem papel relevante no Estado. Pela primeira vez, o Estado passa a agir de forma intervencionista e paternalista através do populismo de Vargas, que mostrava a máquina estatal como provedora, os políticos como pedintes, e os eleitores como credores. Este primeiro modelo de gestão - também chamado de “não modelo” - observava o cidadão como mero credor ou súdito do poder do Estado, e encontrou seu fim, não somente no Brasil, mas em diversas partes do mundo, na década de 1970 (ABRUCIO, 2007).

A crise do Estado como função decorreu de aspectos econômicos, com o reconhecimento da perda de capacidade de financiamento do Estado, sobretudo frente à expansão crescente do mesmo Estado nos perío-

dos ditatoriais da América Latina e dos modelos de *Welfare State* na Europa e nos EUA (ABRUCIO, 2007). No Brasil, este processo intensificou-se, também, com a presença dos movimentos sociais:

Enquanto na Europa a construção do modelo de Estado Social, conhecido como *Welfare State*, ocorreu a partir do final da II Guerra Mundial, no Brasil, e na maioria dos países latino-americanos, o alargamento da responsabilidade pública pela provisão social – não propriamente um *welfare* – só foi ocorrer nas duas últimas décadas do século XX, pela presença e luta de movimentos sociais, além dos movimentos sindicais. No caso brasileiro, a luta pelo retorno ao Estado Democrático de Direito mesclou-se com a luta pela extensão do acesso aos direitos sociais a todos. Romper com a ditadura militar e exigir do Estado (nacional, regional e local) compromissos democráticos, efetivação de uma agenda de provisão de necessidades sociais foi (e é) luta de múltiplos movimentos sociais (SPOSATI, 2007).

O fim da capacidade de financiamento do Estado, no Brasil, inaugurou neste período ditatorial a preocupação crescente com o uso racional de recursos, com foco no processo, dando origem ao segundo modelo de gestão brasileiro, a saber, aquele focado em eficiência.

Os indicadores que possuem correlação com o modelo de gestão focado em eficiência estão focados nos recursos necessários para gerar um produto ou serviço, as ações, processos e projetos que precisam ser executados para atingir determinado fim, o tempo médio e as custas com determinado procedimento, bem como com a quantidade de produtos gerados.

Com a democratização, (re)nasce a necessidade de governança democrática, que decorreu na transformação do Estado-Interventor para o Estado-Regulador (OSBORNE; GAEBLER, 1992), retirando o foco do processo e iluminando os resultados. No entanto, no caso brasileiro, esta transformação não foi instantânea, mas fruto de grandes lutas sociais que ocorreram em resistência ao governo ditatorial, que culminou com o protagonismo da sociedade civil na Constituição de 1988 (ARAGÃO, 1997).

Decorre desta luta social a criação de mecanismos de governança horizontal, ou seja, de mecanismos de governança pública em conjunto com a sociedade, que foram efetivados entre o fim da década de 1980 (com a decadência dos regimes militares e o esgotamento dos velhos paradigmas de ineficiência na gestão), que culminaram, em última instância, nas reformas gerenciais propostas por Bresser Pereira (então ministro do Ministério da Administração e Reforma do Estado) e dos ideais da Nova Gestão Pública (ABRUCIO, 2007).

Como já afirmado, os problemas que culminaram nas reformas gerenciais e na Nova Gestão Pública se intensificaram no fim do período militar, na crise do regime autoritário e na crise dos modelos nacionais de desenvolvimento adotados (falha ao tentar introduzir o modelo de *Welfare State* no Brasil, aos moldes europeus, bem como esgotamento do modelo de substituição de importações).

Sobre os problemas que tornaram a Reforma necessária, afirma Bresser:

(...) tornou-se cada vez mais claro que a causa básica da grande crise dos anos 80 — uma crise que só os países do Leste e do Sudeste asiático conseguiram evitar — é uma crise do Estado, que se dá de três formas: uma crise fiscal do Estado, uma crise do modo ou das estratégias de intervenção estatal,

e uma crise da forma burocrática pela qual o Estado é administrado (BRESSER-PEREIRA, 1996: 6)

Ou ainda, também pelo mesmo autor:

Crise que se desencadeou no início dos anos de 1980, ou, mais precisamente, em 1979, com o segundo choque do petróleo. Crise que se define, fundamentalmente, pela crise fiscal do Estado, pela crise do modo de intervenção da economia e do social, e pela crise do aparelho do Estado. (...) A crise do modo de intervenção, pelo esgotamento do modelo protecionista de substituição de importações (...) Crise do modo de intervenção que se expressa também no fracasso em criar um Estado do Bem-Estar no Brasil, nos moldes social-democratas europeus. (...) Havia ainda uma quarta crise do Estado (...) uma crise política. A crise do regime autoritário, instalado no país em 1964. Esse regime e o pacto político correspondente – um pacto burocrático-capitalista – começam a entrar em crise a partir de meados dos anos 70, quando o empresariado inicia o rompimento de sua aliança política com os militares. Do colapso dessa coalizão política à campanha das Diretas Já foi um passo, que se completou com a restauração da democracia em 1985, e a sua consolidação na Constituição de 1988 (BRESSER-PEREIRA, 1995: 4-5).

Houve a tentativa de corrigir as crises na redemocratização: intensificou-se a preocupação política com o descontrole financeiro, a falta de *accountability* dos governantes, o que resultou em reformas das finanças públicas no Governo Sarney (ABRUCIO, 2007). As reformas somente se aprofundaram com a Constituição de 1988, com destaque para a democratização do Estado, o fortalecimento do Ministério Público (ou seja, a preocupação com controles externos ao Estado), com a adoção da profissionalização da burocracia, com a adoção das seleções por concurso público, de caráter meritocrático e universalista, bem como com o fortalecimento da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) neste processo (ABRUCIO, 2007)

No entanto, as reformas estipuladas na Constituição não conseguiram resolver os problemas dos salários baixos dos servidores públicos, bem como o clientelismo que assolava a máquina pública, sobretudo no que dizia respeito às questões das progressões na carreira dos servidores públicos, que aconteciam mais por força de joguetes políticos do que fruto de avaliações de mérito. Destes fatos, decorre que a máquina pública tornou-se engessada.

É a crise do aparelho estatal, que já sofria cronicamente do clientelismo e da profissionalização incompleta, mas que a partir da Constituição de 1988 vai sofrer do mal oposto: do enrijecimento burocrático extremo. A consequência dos dois males é a ineficiência e a má qualidade da administração pública central e dos serviços sociais do Estado (BRESSER-PEREIRA, 1995: 5).

A percepção de que a Constituição de 1988 não resolveu os problemas começou a ficar evidente, porém, no governo Collor, os problemas centrais citados foram desvirtuados em dois debates: i) a ideia de que

o Estado deveria ser mínimo (de maneira inconsequente, visto que várias políticas públicas foram desmanteladas, inclusive as políticas de reajuste feitas por Sarney); ii) a ideia dos “marajás”, que fez com que os servidores públicos fossem considerados o bode expiatório das crises enumeradas anteriormente; e iii) com estes dois raciocínios falsos, o governo Collor foi um dos mais corruptos, tanto em termos econômicos quanto em termos de ampliação dos tentáculos do poder do Estado (ABRUCIO, 2007).

Em seguida, tem-se o governo de Itamar Franco, que pouco interferiu nos problemas das crises citadas por Bresser. A contribuição do período estava em relatórios que avaliavam a condição e o aprofundamento das crises. Já a gestão do Fernando Henrique Cardoso buscou o combate às crises citadas, com a criação do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), cujo ministro, Bresser Pereira, propôs reformas gerenciais que tentaram solucionar os seguintes problemas, já citados:

A reforma do Estado envolve quatro problemas que, embora interdependentes, podem ser distinguidos: (a) um problema econômico-político - a delimitação do tamanho do Estado; (b) um outro também econômico-político, mas que merece tratamento especial - a redefinição do papel regulador do Estado; (c) um econômico-administrativo - a recuperação da governança ou capacidade financeira e administrativa de implementar as decisões políticas tomadas pelo governo; e (d) um político - o aumento da governabilidade ou capacidade política do governo de intermediar interesses, garantir legitimidade, e governar (BRESSER-PEREIRA, 1997: 7).

Neste ponto, nota-se que FHC teve, através do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado, posicionamento das despesas de pessoal, através da redução do quadro de funcionários. Os objetivos do Plano eram traçar objetivos de longo prazo para a gestão pública do Brasil. Através dele, buscava-se superar a administração burocrática, visando a implantar modelo mais gerencial. Com isso, procurava-se o controle rígido da folha de pagamento, através da redução da força de trabalho e a não concessão de reajustes salariais. Além disso, o governo buscava cortar licenças, benefícios e adicionais da folha de pagamento (ABRUCIO, 2007).

De toda a forma, os principais avanços conquistados com a Reforma Gerencial foram (ABRUCIO, 2007): a reorganização administrativa do governo federal; melhoria da qualidade de informações e dos sistemas de informações; o fortalecimento das carreiras dos servidores públicos; as emendas n.ºs. 19 e 20 da Constituição Federal, que estabeleceram tetos para o gasto com funcionalismo público, bem como a introdução da eficiência como um dos princípios do direito administrativo; a disseminação de debate sobre inovações na gestão pública, focado na melhoria de desempenho do setor público.

Neste ponto, a existência do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado foi benéfica ao auxiliar a premiação de boas práticas de gestão; a introdução do modelo voltado para os resultados; a introdução de um espaço-público não estatal, de forma que Organizações Sociais (OS's) e Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP's) pudessem ser contratadas para realizar serviços públicos, ou mesmo de forma que as Parcerias Público-Privadas pudessem ser disseminadas em todo o país.

Ideias e reformas ancoradas na chamada “Nova Gestão Pública” (NGP) proliferaram nos últimos 20 anos, alimentando processos de mudança em diversos países (...) a fim de atacar dois males bu-

rocráticos: a ineficiência relacionada ao excesso de procedimentos e controles processuais, e a baixa responsabilização dos burocratas frente ao sistema político e à sociedade. Para alcançar esses objetivos, sua proposta básica foi flexibilizar a administração pública e aumentar a *accountability* (...). O Brasil não ficou de fora dessa onda reformista. O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, formulado pelo então Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (Mare), seguiu muitas das linhas básicas da Nova Gestão Pública (SANO; ABRUCIO, 2008: 65)

Para conseguir alcançar os objetivos da NGP, a saber, flexibilizar a gestão e aumentar o *accountability* do Estado, pressupostos essenciais foram definidos por Sano e Abrucio (2008), a saber, a Gestão Pública com foco em resultados (Gestão por Resultados), com adoção de planejamento estratégico que permita visualizar os objetivos e metas que possam ser avaliadas por mecanismos de avaliação, dando ênfase na qualidade dos processos. A Gestão por Resultados é uma das três principais estratégias da Nova Gestão Pública. É através dela que, nas palavras de Pacheco, a administração pública consegue:

[...] promover mais flexibilidade, transparência de custos, melhor desempenho, aumento da qualidade, produtividade, eficiência [...] na prestação de serviços públicos. Promove um par de atributos inseparáveis, à luz das reformas gerenciais: autonomia de gestão em troca de compromisso prévio com resultados (PACHECO, 2004: 1).

Ou seja, o contexto ideal para o funcionamento da Gestão por Resultados deve conter uma administração voltada aos resultados dos serviços prestados, à satisfação dos usuários, à eficiência e baseado em informações confiáveis, transparentes e disponíveis em todos os momentos, de forma a permitir uma plena avaliação da gestão.

Para garantia destes pressupostos, é necessário planejamento. É necessário organizar os conjuntos articulados de ações em programas, projetos e ações, de forma a nortear o caminho a ser perseguido. Somente assim, torna-se viável a uma gestão entender “o lugar em que ela quer chegar” (PARES; SILVEIRA, 2005).

No entanto, para que haja planejamento, tornam-se necessárias políticas que incentivem a cultura de planejamento, de forma a fazer com que instrumentos como o Plano Plurianual (PPA) não sejam apenas formalidades obrigatórias ou simples dotações orçamentárias que não se refletem em planejamento de fato, o que é requisito para que se gerenciem os esforços em um direcionamento desejado. Estes instrumentos, portanto, devem nortear as metas e objetivos da organização, bem como fornecer subsídio para a posterior avaliação e monitoramento.

Decorre deste contexto, o nascimento, no Brasil, do terceiro modelo-gestão, focado em eficácia, que está voltado para o cumprimento das metas acordadas; a relação entre os produtos e serviços estipulados em metas com os que foram gerados de fato, bem como a qualidade destes serviços para satisfação dos “usuários”.

Com o desenvolvimento deste terceiro paradigma de gestão, baseado em eficácia, bem como dos indicadores que dele decorreram, desenvolveu-se no Brasil a intensificação dos mecanismos de governança. Segundo Munevar (2002), governança é a capacidade de realizar políticas públicas com controle e consenso mútuo entre todos os atores envolvidos na formulação, implantação e avaliação destas políticas. Este

controle se aproxima de lutas de poder e inclui instituições formais ou não em seu processo. Dessa forma, ter governança assume importância crítica para executar a democracia e o desenvolvimento sustentável das políticas públicas:

Gobernanza es el proceso de decidir, ejecutar y evaluar decisiones sobre asuntos de interés público, este proceso puede ser caracterizado como un juego de poder, en el cual competencia y cooperación coexisten como reglas posibles; finalmente el proceso esta afectado por instituciones tanto formales como informales. (MUNEVAR, 2002: 6)

As variáveis que a autora apresenta para garantir que a governança se traduza em *accountability* democrático são:

- Participação: Há governança quando se estabelece possibilidade de que todos os envolvidos em determinada política pública, ou afetados pela mesma, participem das tomadas de decisão, seja esta participação de forma direta ou representativa.
- Prestação de Contas: Há governança quando há a responsabilidade do setor público em apresentar ao cidadão informações de programas, projetos e processos que garantam a possibilidade de avaliação. No sistema de governança participativa, o cidadão vai além, participando dos mecanismos de avaliação de metas, controle de eficiência, alcance de resultados e maximização dos recursos.
- Capacidade de Resposta: Há governança quando o poder público disponibiliza de forma intencional políticas que orientem os serviços ao cidadão, identificando suas demandas, suas expectativas e necessidades, através de metodologias de avaliação.

- Mecanismos de inovação: Há governança quando o poder público implanta, sobretudo em governos locais, avaliação contínua dos processos e estrutura das equipes de trabalho, utilizando as mesmas para subsidiar o planejamento, capaz de, por sua vez, subsidiar as inovações.
- Desenvolvimento de políticas de capacitação do quadro funcional do poder público: Há governança quando existem apropriadas seleções e desenvolvimento do quadro de pessoal público. Desta forma, a existência de programa de capacitação, planos de compensação isonômicos (como Planos de Carreira estabelecidos), de forma que as capacitações transformem-se em força-motriz da gestão pública.

Assim, analisar a governança participativa, segundo esta ótica, será verificar a capacidade do desenho estatal na abertura da gestão pública para a participação, orientada para o cidadão, aprimorando a busca, não só pela eficiência e eficácia, mas também pela efetividade posta pela geração de demanda e resoluções dos problemas que configuram o foco de ação governamental (ATAÍDE, 2005).

Estes ideais de governança participativa estão plenamente adequados com as críticas que a esquerda política no Brasil fez, com relação ao terceiro modelo de gestão adotado no Brasil, apesar de reconhecer todos os avanços conquistados por este paradigma focado em eficácia, que foram supracitados no presente artigo.

Para os críticos, focar-se apenas em eficácia ignora o campo da dos projetos políticos e o desenvolvimento da sociedade, ficando limitadas aos aspectos administrativos da gestão. No entendimento da esquerda brasileira, é necessário levar em conta que:

[...] a esfera pública não-estatal não depende necessariamente do suporte da representação política

tradicional, sendo constituída por milhares de organizações, locais, regionais, nacionais e internacionais que mediam a ação política direta dos cidadãos. Esse conceito de esfera pública não-estatal envolve a elaboração de novos formatos institucionais que possibilitem a co-gestão e a participação dos cidadãos nas decisões públicas. Nesse processo, as políticas e ações governamentais conferem identidade aos envolvidos, alteram o cotidiano da cidade e interferem na compreensão política de sua cidadania (PAULA, 2005: 40).

Este formato da política pública aliado à governança participativa fez nascer no Brasil um novo paradigma de modelo de gestão, a saber, o quarto modelo de gestão, baseado em efetividade, que tem sido buscado até hoje, mas que teve início com a ascensão do Partido dos Trabalhadores na Presidência da República.

Para este modelo, é necessária clareza acerca de que Estado se deseja construir, em que é necessária a transparência das informações, abertura das políticas à participação social, o direcionamento da política pública para satisfazer as necessidades dos cidadãos, considerando as demandas do público-alvo, desenvolvendo-o socioeconomicamente (PAULA, 2005).

Este quarto modelo de gestão ainda está em construção; portanto, não há riqueza de estudos acadêmicos que organizem este modelo mais societal, levando-se em conta as especificidades locais que ele apresenta. No entanto, pode-se afirmar que os indicadores que decorrem deste modelo fazem referência às mudanças e impactos que o produto/serviço trouxe para quem o solicita, gerando bem-estar social para o beneficiário e para a sociedade.

Concluindo, com base no que foi exposto, podem-se dividir os modelos de gestão em quatro: i) o não modelo; ii) o modelo de eficiência; iii) o modelo de eficácia; e, por fim, iv) o modelo de efetividade. Do ponto de vista da política pública, um indicador enquanto relação entre informações configura-se como uma armação de óculos, cujas lentes possuem as cores do Estado que se deseja criar. Por exemplo, uma política pública que possui sobrepujança de indicadores de eficácia indica que a qualidade é sobrevalorizada com relação à eficiência e efetividade, e, portanto, pode-se aferir logicamente que a visão política desta política pública está alinhada ao terceiro modelo de gestão brasileiro, o de eficácia.

No caso das políticas públicas de assistência e desenvolvimento social, entende-se que esta política é resultante e fruto de todas as políticas públicas vigentes no Estado naquele período do tempo, reproduzindo, em forma de protetividade ao cidadão, todos os paradigmas que a sociedade possui, dependendo, neste processo, intrinsecamente dos modelos econômicos vigentes. Os indicadores sociais, portanto, são frutos deste mesmo processo e sofrem dos mesmos males.

Para superação deste modelo, é necessário que a centralidade dos indicadores sociais seja voltada à efetividade, ou seja, fazer a diferença, de fato, na vida do cidadão, ainda mais por estas se tratarem de políticas públicas que visam à emancipação do ser humano em sua integralidade, bem como os esforços que são direcionados para que o cidadão que esteja em vulnerabilidade social e pessoal possa realizar a travessia para uma situação de cidadania plena.

Entre o plano legal e o plano real, o plano institucional e o político-econômico-social, da construção das políticas pública de assistência social, existem significativos intervalos nos âmbitos da compreensão, interpretação e diferenciação entre os tipos de

projetos políticos que lhe orientam, entre os quais se destacam: os de resistência ao paradigma de extensão de direitos sociais que persistem em manter a permanência da hegemonia da versão conservadora e patrimonialista nessa área de ação; os de alteração desse *status quo* para fazer da assistência social política pública, dever de Estado e direito do cidadão, isto é, apoiada no paradigma de construção de direitos dos cidadãos usuários da assistência social. Esta proposta supõe uma ação de ruptura com a tradição conservadora, de caráter liberal (voltada ao Estado mínimo e a consequente subsidiariedade entre ele e a sociedade no campo social). Os projetos de fundamentação liberal-social ou economicista por sua vez, negam o reconhecimento do direito de cidadania extensivo e consideram a atenção social compatível somente a grupos focais caracterizados pelo grau de indigência estabelecido sob alta seletividade. Nesse caso o acesso social depende do prévio enquadramento do cidadão à condição de necessitado, sem direito a requerer atenção a sua necessidade social (SPOSATI, 2007: 436-437).

Devemos questionar, para esta ruptura: Por que esta avaliação está sendo solicitada? Qual é o seu propósito? A que perguntas esta avaliação responde? Qual será o uso dado às conclusões da avaliação? Por quem? Quais os outros atores políticos que devem ser informados sobre os resultados da avaliação? O que deve ser avaliado? O que esse objeto de avaliação abrange? O que exclui? Durante que período de tempo? Em que ambientes? Quem é o possível usuário do programa? De que programa ele preten-

de tratar? Quem é o responsável por este programa? Quais são as atividades essenciais do programa? Como elas se vinculam às metas e objetivos? Qual é a teoria do programa? Quanto tempo e dinheiro existem para a avaliação? Certas informações são realmente necessárias imediatamente? Qual a profundidade que exatamente eu necessito nesta avaliação? Qual são o clima político e o contexto em torno na avaliação? Algum fator ou força política pode impedir a realização de uma divulgação significativa e justa dos resultados coletados? Qual a capacidade institucional em dar soluções mitigatórias ou fortalecedoras em resposta ao resultado da avaliação? São estes questionamentos que podem indicar sucesso no processo avaliativo, reduzindo o tempo de produção das respostas e adequando exatamente o que se deseja. Finalmente, devem-se levar em consideração os panoramas coletivos e participativos na esfera do controle social. No caso da política de assistência social, observam-se alguns pontos que foram debatidos na X Conferência Municipal de Assistência Social, que propõe, por exemplo:

(...) i) Debater estratégias na perspectiva de fortalecimento da participação de usuários e trabalhadores da assistência social nas instâncias de controle social; ii) avaliar e repensar o papel político das instâncias de controle social (Conselhos Nacional, estaduais, do Distrito Federal e municipal), na relação com demais conselhos de políticas públicas e de defesa de direitos, bem como, na articulação com o Ministério Público e Legislativo das diferentes esferas, visando ao fortalecimento da política de assistência social; iii) aprimorar mecanismos de articulação intersetorial por meio de regulações conjuntas com conselhos de outras políticas públicas, de defesa de direitos e órgãos do Sistema de Justi-

ça; iv) avaliar o papel dos conselhos de Assistência Social no que se refere às questões das competências, composição e representatividade buscando o aprofundamento da participação democrática; v) discutir mecanismos que favoreçam o acompanhamento sistemático pelos conselhos das competências e responsabilidades dos entes federados inscritas na NOB/SUAS 2012, visando ao fortalecimento do sistema descentralizado e participativo; vi) criar mecanismos e potencializar ações que assegurem a participação dos usuários na qualificação do atendimento ao cidadão (CNAS: 2015, 5).

Adicionalmente, propõe-se que se constituam novos esforços para mapeamento da gestão, monitoramento e avaliação da política socioassistencial de forma democrática, participativa, vindas de políticas *bottom-up* e não mais impostas. Com este esforço, teremos como garantia de valorização do suor e sangue que sempre foram derramados pelos gestores públicos e trabalhadores da área social brasileira, garantindo a proteção social e a defesa de direitos efetivamente à população e consolidando ainda mais o Sistema Único de Assistência Social no país. E tudo isto parte de escolhas de olhares:

O âmbito de uma política social é resultante de um processo social, econômico, histórico e político e, por conseqüência, flui das orientações que uma sociedade estabelece quanto ao âmbito das responsabilidades — se públicas ou privadas — para prover as necessidades de reprodução social. A política social refere como dever de Estado e direito do cidadão as provisões que têm provisão pública, isto é, aquelas que transitam da

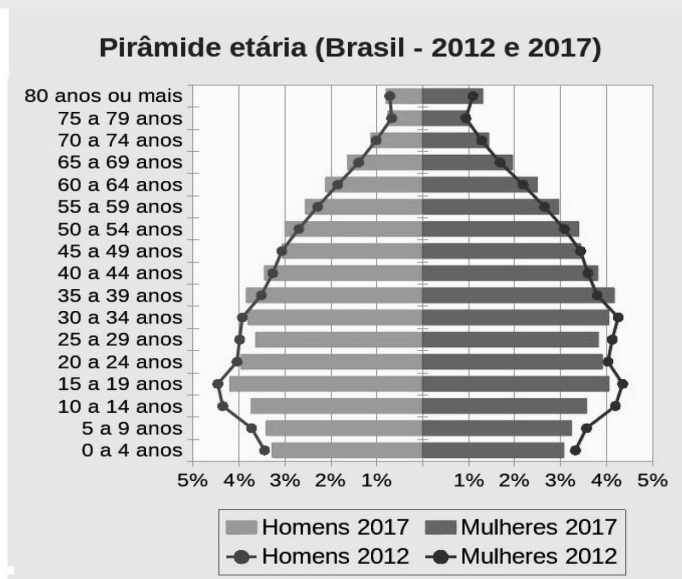
responsabilidade individual e privada para a responsabilidade social e pública. É bom sempre lembrar que o processo de reprodução social não é autônomo do processo de produção social, assim, as demandas por proteção social têm relação intrínseca com o modo de inserção do cidadão no processo produtivo e o modo de produção da sociedade de mercado. O alcance das provisões sociais públicas em quantidade, qualidade, cobertura, ética, garantias afiançadas, modo de gestão e financiamento detalham e particularizam o regime da política social adotada em um país em um dado momento histórico. Por consequência, o regime de uma dada política social depende do modelo de regulação econômica, social e política, e nele, do papel exercido pelo Estado entre os processos de acumulação, distribuição e redistribuição do capital para o trabalho face às desigualdades sociais e econômicas (SPOSATI, 2007: 437-438).

Indicadores e políticas para as pessoas idosas

Especificamente para compreensão das características, comportamento e busca na implantação de políticas públicas para a população idosa, que indicadores deveriam ser levados em consideração?

A maior fonte de informações demográficas à disposição do Brasil é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. Portanto, é nesse instituto que será possível encontrar a maioria dos dados, não apenas sobre a faixa etária, mas do perfil populacional do país. E, se fecharmos os olhos e imaginarmos qual a primeira lembrança que temos sobre o

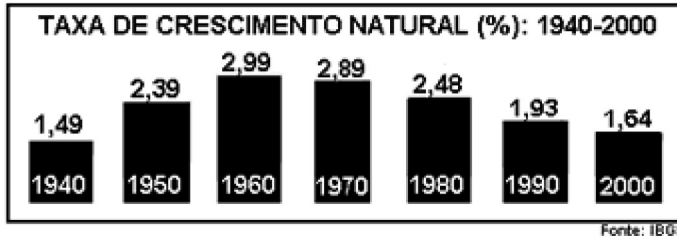
tema de população em nossa vida escolar, provavelmente, a pirâmide com a distribuição etária dos brasileiros deve vir à mente. A pirâmide etária fornece importantes informações sobre natalidade, longevidade, idade média da população, envelhecimento, diferenças apresentadas entre os sexos biológicos, dentre outras.



Na análise da pirâmide etária encontramos o primeiro indicador importante para a política relacionada diretamente à pessoa idosa: o crescimento vegetativo. O crescimento vegetativo é o valor obtido através da diferença entre a taxa de natalidade e a taxa de mortalidade e que, juntamente com o índice migratório, vai construir o crescimento demográfico da região. Observando os gráficos, pode-se notar que, no caso brasileiro, houve um envelhecimento grande da população, que só pode ser notado de forma comparativa, sendo, portanto, um exemplo de indicador social:

Um indicador social é uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma (JANNUZZI, 2012).

Vivemos no Brasil entre os anos de 2000 a 2018, conforme a tabela, durante esse período por uma das fases da teoria conhecida como *transição demográfica*, especificamente, pela fase em que é observado o envelhecimento da população. Essa fase de transição teve início, no pós-guerra, com a queda gradual das taxas de mortalidade. Entretanto, as taxas de crescimento continuaram a altas até os anos 60, quando tivemos a maior taxa de crescimento, conhecida como explosão populacional, que ficou em torno de 2,99%.



Portanto, o indicador demonstra que, a partir de 1970, a população passou a ter um crescimento menor e começa a apresentar um processo de envelhecimento, uma vez que os nascimentos estão diminuindo (taxa de natalidade) e as pessoas estão vivendo mais, a taxa de mortalidade está diminuindo.

Essas informações construídas com números, taxas e medidas refletem uma realidade social e indicam – por isso, a denominação *indicador* – que alguma coisa está acontecendo com as pessoas em determinado local. Como foi apresentado na primeira parte deste artigo, a confiabilidade de um indicador decorre de muito cuidado em sua proposição. E é por indicarem possibilidades e por quantificarem um fato social, que devem ser acompanhados de análises que traduzam o significado qualitativo para o número observado. É necessário aprender a “ler” os indicadores, mas, também, aguçar a curiosidade humana para descobrir o porquê do comportamento dos números. Por exemplo, as tabelas apresentadas mostraram que o Brasil passa por um período de transição entre uma população em alto crescimento, e com muitas crianças e jovens para um país com mortalidade baixa, diminuição de nascimentos e óbitos, e, conseqüentemente, diminuição do número de crianças e aumento progressivo de adultos e pessoas idosas. Mas, o que esses números representam? Por que as taxas de nascimento e mortalidade diminuiram? A busca pela explicação do número é que torna possível compreender as mudanças sociais que produziram e impactaram os indicadores. Mudanças nas questões sociais referentes às relações de gênero ocorridas entre os anos 50-60, como o aumento da partici-

pação feminina do mundo do trabalho, o advento e acesso a novos métodos contraceptivos, a possibilidade de findar os casamentos, e reconstruírem as famílias, com a aprovação da lei do divórcio no final dos anos 70, todas essas mudanças na sociedade refletem a queda das taxas de natalidade observadas. Bem como as novas tecnologias no campo da luta contra as doenças, juntamente com o crescente aumento do acesso à saúde para um número cada vez maior de pessoas, campanhas de vacinação e combate a epidemias, melhoria de saneamento básico, trouxeram um acentuado decréscimo na taxa de mortalidade.

Essas considerações sobre o lastro social, que embasam as informações medidas por indicadores, tornam-se extremamente importantes, tendo em vista o modelo neoliberal que engajou a necessidade contínua de medição de políticas sociais. A construção de indicadores é importantíssima para o controle social das ações desenvolvidas com dinheiro público e/ou por meio do Estado. Entretanto, a forma como essa necessidade foi construída refere-se muito mais a uma concepção de focalização de políticas públicas baseadas em progressos individuais que para a garantia de direitos de coletivos de pessoas. Políticas que teriam um caráter universal começam a serem dirigidas para grupos elegidos por meio de indicadores como mais carentes ou mais vulneráveis. Catani (2007) faz um belo resumo sobre como a pobreza passa a ser entendida com o advento da perspectiva neoliberal:

A pobreza transforma-se em assunto para técnicos e para secretarias especializadas que desenvolverão programas e medidas e proporão intervenções igualmente “técnicas”, “racionais” e “pragmáticas”. Sua eficiência e efetividade serão determinadas pela correta identificação dos mais carentes e vulneráveis, levando a uma busca obsessiva pela conceituação precisa das múltiplas dimensões da pobreza e, sobretudo, pela “buena médicion” (Cepal, 2006). “A questão da mensuração é

crucial, pois permite distinguir e dimensionar clientelas [sic] potenciais, assim como vincular conceitos à formulação de programas sociais” (Rocha, 2003, p.7). (Catani, 2007, p. 219).

Portanto, a utilização de bons indicadores está diretamente relacionada com a compreensão de sua construção e do entendimento da realidade social a que as variáveis que os compõem estão relacionadas. Como lembra Jannuzzi (2009): *dados torturados confessam*. Se não se sabe qualificar a informação expressa pelo dado, ele pode servir para explicar qualquer coisa ou, pior, para justificar qualquer ação ou decisão política.

Dito isso, podemos analisar os indicadores específicos para a população idosa, utilizados pela política de assistência social. Apesar do princípio de universalização presente na Lei Orgânica da Assistência Social, LOAS, o crescimento das desigualdades sociais, e as condições de financiamento desta política pública, exigiram a eleição de públicos prioritários para atendimento. Justificada pela busca da equidade e da diminuição das desigualdades sociais, o Sistema Único da Assistência Social, SUAS, estabelece a priorização entre aqueles que necessitam imediatamente desta política, tendo como perspectiva futura a possibilidade de universalização dos atendimentos. O Artigo XII da Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social - Resolução n.º 33 de 12/12/2012 (NOB/SUAS/2012), define como um dos princípios éticos, para a oferta da proteção socioassistencial, “o acesso à assistência social a quem dela necessitar, sem discriminação social de qualquer natureza, resguardando os critérios de elegibilidade dos diferentes benefícios e as especificidades dos serviços, programas e projetos” (NOB/SUAS/2012).

Devido a resquícios do pensamento neoliberal, que persistem na sociedade brasileira, ou por necessidade financeira de operacionalização do sistema com sua rede de serviços e benefícios próprios, aliados aos programas de transferência de renda criados, lapida-se o conceito de vulnera-

bilidade social. Seus desdobramentos possibilitam um recorte na realidade dos indivíduos e famílias a ser utilizado como referência nas ações da assistência social, com vistas a seu reduzido orçamento e para possibilitar a elaboração de critérios para a concessão de benefícios.

É neste sentido que, para a constituição de prioridades na expansão, manutenção e reordenamento da rede socioassistencial, são recomendados a identificação territorial e os atendimentos integrados de beneficiários de programas de transferência de renda e de Benefícios de Prestação Continuada, para além das populações em situação de extrema pobreza e vulnerabilidade. Para a análise da possível demanda por serviços da assistência social, recomenda a NOB/SUAS/2012 em seu Artigo 91, III e IV: III - utilizar a base de dados do Cadastro Único para os Programas Sociais - CadÚnico⁷⁷, como ferramenta para construção de mapas de vulnerabilidade social dos territó-

77 O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras. A partir de 2003, o Cadastro Único se tornou o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas federais, sendo usado obrigatoriamente para a concessão dos benefícios do Programa Bolsa Família, da Tarifa Social de Energia Elétrica, do Programa Minha Casa Minha Vida, da Bolsa Verde, entre outros. Também pode ser utilizado para a seleção de beneficiários de programas ofertados pelos governos estaduais e municipais. Por isso, ele funciona como uma porta de entrada para as famílias acessarem diversas políticas públicas. A execução do Cadastro Único é de responsabilidade compartilhada entre o governo federal, os estados, os municípios e o Distrito Federal. Em nível federal, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) é o gestor responsável, e a Caixa Econômica Federal é o agente operador que mantém o Sistema de Cadastro Único. O Cadastro Único está regulamentado pelo Decreto n.º 6.135, de 26 de junho de 2007, e outras normas. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve>, abril de 2019.

rios, para traçar o perfil de populações vulneráveis e estimar a demanda potencial dos serviços de Proteção Social Básica e Especial e sua distribuição no território; IV - utilizar a base de dados do Cadastro Único como instrumento permanentes de identificação das famílias que apresentam características de potenciais demandantes dos distintos serviços socioassistenciais e, com base em tais informações, planejar, orientar e coordenar ações de busca ativa a serem executadas pelas equipes dos Centros de Referência da Assistência Social, CRAS e Centros de Referência especializados da Assistência Social, CREAS; o território como ponto de partida das análises contribui para a execução mais integrada das diferentes formas de atuação da rede socioassistencial.

Aqui, destaca-se uma característica interessante do CadÚnico: por reunir critérios específicos que identifiquem as famílias como elegíveis para receberem os benefícios ofertados, estar inserido no CadÚnico confere à família um “indicador” de pertencimento a um alto grau de vulnerabilidade social. Ou seja, critérios com baixa renda, possuir entre seus membros pessoas que sofrem violências, indivíduos em trabalho infantil, pertencimento a grupos tradicionais como indígenas, ser uma família com número grande de dependentes idosos, pessoas com deficiência ou crianças, dentre outros, constituem variáveis utilizadas para eleição de beneficiários de programas sociais. Ao mesmo tempo, estar inserido no cadastro quer dizer pertencer a esse grupo social com essas diversas características que representam estarem em risco ou vulnerabilidade.

Portanto, um dos indicadores utilizados na assistência social para a elaboração de políticas públicas é a análise do CadÚnico com recorte nos

diversos ciclos etários para abertura de serviços, elaboração de programas ou projetos conforme as necessidades. Mediante a perspectiva da utilização do CadÚnico como ferramenta de análise, existiam 117.790 pessoas com 60 anos ou mais pertencentes a famílias inseridas neste cadastro, sendo que 38% homens e 62% mulheres na cidade de São Paulo em julho de 2018, distribuídas nos distritos da cidade, conforme o quadro abaixo:

Pessoas com 60 anos ou mais com cadastro no CadÚnico, por distrito da cidade de São Paulo, em julho de 2018.							
Distrito	Homens	Mulheres	Total por distrito	Distrito	Homens	Mulheres	Total por distrito
ÁGUA RASA	163	247	410	LIMÃO	245	452	697
ALTO DE PINHEIROS	17	28	45	MANDAQUI	259	436	695
ANHANGUERA	341	466	807	MARSILAC	91	145	236
ARICANDUVA	311	525	836	MOEMA	15	29	44
ARTUR ALVIM	418	763	1.181	MOOCA	203	154	357
BARRA FUNDA	14	27	41	MORUMBI	88	146	234
BELA VISTA	228	204	432	PARELHEIROS	912	1.325	2.237
BELÉM	335	195	530	PARI	121	73	194
BOM RETIRO	224	262	486	PARQUE DO CARM	327	516	843
BRÁS	166	108	274	PEDREIRA	858	1.540	2.398
BRASILÂNDIA	1.231	2.050	3.281	PENHA	372	612	984
BUTANTÃ	74	92	166	PERDIZES	81	111	192
CACHOEIRINHA	525	909	1.434	PERUS	396	620	1.016
CAMBUCI	82	99	181	PINHEIROS	106	114	220
CAMPO BELO	63	94	157	PIRITUBA	545	912	1.457
CAMPO GRANDE	195	371	566	PONTE RASA	304	556	860
CAMPO LIMPO	905	1.675	2.580	RAPOSO TAVARES	326	666	992
CANGAÍBA	503	940	1.443	REPÚBLICA	347	269	616
CAPÃO REDONDO	1.315	2.535	3.850	RIO PEQUENO	306	598	904
CARRÃO	154	264	418	SACOMÃ	723	1.357	2.080
CASA VERDE	293	512	805	SANTA CECÍLIA	444	227	671
CIDADE ADEMAR	1.519	2.710	4.229	SANTANA	182	228	410
CIDADE DUTRA	1.015	1.862	2.877	SANTO AMARO	142	140	282
CIDADE LIDER	538	903	1.441	SAO DOMINGOS	179	306	485
CIDADE TIRADENTES	1.102	1.960	3.062	SAO LUCAS	404	715	1.119
CONSOLAÇÃO	22	53	75	SAO MATEUS	865	1.447	2.312
CURSINO	185	355	540	SAO MIGUEL	520	843	1.363
ERMELINO MATARAZZO	576	942	1.518	SAO RAFAEL	666	1.113	1.779
FREGUESIA DO Ó	471	801	1.272	SAOPEMBA	1.360	2.396	3.756
GRAJAÚ	2.454	3.738	6.192	SAÚDE	128	229	357
GUAIANASES	609	994	1.603	SÉ	106	124	230
IGUAATEMI	911	1.390	2.301	SOCORRO	133	247	380
IPIRANGA	185	325	510	TATUAPÉ	177	214	391
ITAIM BIBI	42	64	106	TREMEMBÉ	754	1.303	2.057
ITAIM PAULISTA	1.283	2.181	3.464	TUCURUVI	193	332	525
ITAQUERA	946	1.717	2.663	VILA ANDRADE	309	440	749
JABAQUARA	760	1.366	2.126	VILA CURUÇÁ	799	1.404	2.203
JAÇANÃ	434	677	1.111	VILA FORMOSA	317	484	801
JAGUARA	58	99	157	VILA GUILHERME	170	190	360
JAGUARÉ	124	195	319	VILA JACUÍ	586	1.088	1.674
JARAGUÁ	817	1.443	2.260	VILA LEOPOLDINA	45	60	105
JARDIM ÂNGELA	1.417	2.510	3.927	VILA MARIA	331	636	967
JARDIM HELENA	636	1.137	1.773	VILA MARIANA	101	172	273
JARDIM PAULISTA	24	47	71	VILA MATILDE	253	420	673
JARDIM SÃO LUIZ	1.374	2.534	3.908	VILA MEDEIROS	533	921	1.454
JOSE BONIFÁCIO	426	847	1.273	VILA PRUDENTE	331	578	909
LAJEADO	946	1.577	2.523	VILA SONIA	308	538	846
LAPA	177	224	401	(Sem informação)	610	965	1.575
LIBERDADE	84	119	203	Total geral	44.263	73.527	117.790


Fonte: SMADS/CGB/CadÚnico/jul-2018

Elaboração: SMADS/COVS/SPGeo/nov-2018

Tendo como referência essa tabela, podemos observar que quase 120 mil idosos na cidade de São Paulo possuem algum grau de vulnerabilidade familiar ou risco social ou pessoal, que os coloca em especiais condições de públicos para atendimento em âmbito da política de assistência social. E que os territórios da zona sul da cidade são aqueles que concentram o maior número de idosos nessas condições, com os distritos de Grajaú, Cidade Ademar, Jardim Ângela, Jardim São Luiz e Capão Redondo, tendo quase 20% do total de pessoas com 60 anos ou mais inseridas no cadastro. Por sua vez, os distritos de Moema, Alto de Pinheiros, Consolação, Jardim Paulista e Itaim Bibi possuem o menor número de cadastros dessas pessoas, demonstrando que, nas condições de vulnerabilidade e risco que compõem as variáveis do CadÚnico e fortemente relacionado ao fator de renda, esses distritos deferem um olhar menos preocupado por parte da assistência social. Sapoemba, na zona leste, aparece como o 4º distrito com maior número de idosos cadastrados.

Outro indicador que deve ser usado para essa política é o referente ao Benefício de Prestação Continuada, BPC.⁷⁸ Por ser um benefício previsto na LOAS, e garantido pela Previdência Social, no caso de elaboração de políticas para a pessoa idosa, ele é sempre referência.

78 O Benefício de Prestação Continuada (BPC) da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) é a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 anos ou mais, que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção, nem de tê-la provida por sua família. Para ter direito, é necessário que a renda por pessoa do grupo familiar seja menor que ¼ do salário-mínimo vigente. Fonte: <https://www.inss.gov.br/beneficios/beneficio-assistencial-ao-idoso-e-a-pessoa-com-deficiencia-bpc/> em abril de 2019.

		Nº DE BENEFICIÁRIOS DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - BPC PESSOAS IDOSAS, SEGUNDO OS DISTRITOS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, 2018.			
DISTRITOS	TOTAL DE FAMÍLIAS	DISTRITOS	TOTAL DE FAMÍLIAS	DISTRITOS	TOTAL DE FAMÍLIAS
Água Rasa	395	Itaim Bibi	151	Raposo Tavares	572
Alto de Pinheiros	65	Itaim Paulista	1.497	República	298
Anhanguera	207	Itaquera	1.303	Rio Pequeno	525
Aricanduva	692	Jabaquara	1.294	Sacomã	1.013
Artur Alvim	665	Jaçanã	598	Santa Cecília	506
Barra Funda	42	Jaguara	86	Santana	416
Bela Vista	237	Jaguare	138	Santo Amaro	212
Belém	215	Jaraguá	949	São Domingos	292
Bom Retiro	174	Jardim Ângela	1.977	São Lucas	846
Brás	210	Jardim Helena	925	São Mateus	1.020
Brasilândia	1.605	Jardim Paulista	81	São Miguel	631
Butantã	185	Jardim São Luis	1.556	São Rafael	716
Cachoeirinha	884	José Bonifácio	621	Sapopemba	1.907
Cambuci	151	Lajeado	1.172	Saúde	339
Campo Belo	203	Lapa	237	Sé	117
Campo Grande	439	Liberdade	226	Socorro	224
Campo Limpo	1.383	Limão	454	Tatuapé	352
Cangaíba	888	Mandaqui	638	Tremembé	961
Capão Redondo	1.901	Marsilac	129	Tucuruvi	527
Carrão	436	Moema	95	Vila Andrade	324
Casa Verde	468	Mooca	246	Vila Curuçá	1.064
Cidade Ademar	2.170	Morumbi	96	Vila Formosa	571
Cidade Dutra	1.471	Parelheiros	896	Vila Guilherme	280
Cidade Líder	873	Pari	126	Vila Jacuí	764
Cidade Tiradentes	1.013	Parque do Carmo	436	Vila Leopoldina	78
Consolação	106	Pedreira	1.016	Vila Maria	492
Cursino	486	Penha	731	Vila Mariana	270
Ermelino Matarazzo	761	Perdizes	198	Vila Matilde	641
Freguesia do Ó	783	Perus	376	Vila Medeiros	954
Grajaú	2.247	Pinheiros	142	Vila Prudente	412
Guaianases	708	Pirituba	862	Vila Sônia	455
Iguatemi	786	Ponte Rasa	676	Total cidade São Paulo	60.924
Ipiranga	368				

Fonte: MDS/SAGI/março de 2018.

Elaboração: SMADS/COVS/SPGeo/jul-2018

Utilizando-se o BPC como indicador, repetem-se, destacados, os distritos da zona sul como Grajaú, Cidade Ademar, Jardim Ângela e Capão Redondo; entre os cinco distritos com maior número de beneficiários, estando Sapopemba, da zona leste, em 4º lugar, novamente. Os distritos com menor número de idosos recebendo o benefício são: Barra Funda, Alto de Pinheiros, Vila Leopoldina, Jardim Paulista e Jaraguá, nesta ordem.

Neste momento, faz-se necessário tecer algumas considerações:

- A utilização do CadÚnico e do BPC é uma recomendação das normativas da política de assistência social uma vez que o primeiro reúne variáveis que traduzem riscos e vulnerabilidades das famílias e o segundo é o benefício próprio desta política visando proteção social especificamente à população idosa e à pessoa com deficiência;
- A utilização desses indicadores deve ser combinada com análises territoriais, pois cada local do país tem suas características, dinâmicas e relações próprias estabelecidas. No caso de São Paulo são utilizados os distritos que são o menor limite territorial estabelecido por lei.
- O fator renda é uma variável bastante forte dentro desses dois indicadores, portanto para indicação de abertura de serviços, programas e projetos devem ser combinados outros indicadores como violência, presença de favelas, de saneamento básico, acesso a serviços públicos, taxas de mortalidade, doenças que mais acometem as pessoas, riscos ambientais, dentre outros.

São destaques necessários para que não seja privilegiada a utilização de indicadores que reforcem os recortes de pobreza em detrimento a outros agravantes que ameaçam direitos individuais e coletivos. E para que possam evidenciar que os problemas que são da ordem da assistência social não são problemas de responsabilidade individual, são problemas

referentes a projetos políticos e econômicos que recaem sobre certos grupos de pessoas que têm características comuns ou vivem no mesmo território, sendo a pobreza apenas um desses fatores.

(...), vale a pena destacar consequências dessas abordagens que insistem na identificação precisa dos “verdadeiros pobres” e na focalização das políticas públicas. Defesa retórica da integridade e autonomia individuais (direitos humanos no lugar de direitos sociais) e de um enganoso multiculturalismo, a nova forma de regulação estatal e societal da pobreza escamoteia a tal condição como efeito da estrutura do poder, identificando no indivíduo as saídas dessa situação. Sob essa ótica, a guerra contra a pobreza será ganha aumentando-se o capital social do indivíduo por meio da educação, fomentado-se capacidades e habilidades mediante programas específicos e promovendo-se as capacidades básicas e seus mínimos competitivos, na linguagem do Banco Mundial e do laureado do Prêmio de Economia do Banco Central Sueco em homenagem a Alfred Nobel. Em síntese, os pobres serão responsáveis pela autogestão da própria pobreza e, acomodados nos umbrais da cidadania, pararão de ser um peso e um incômodo para o restante da sociedade (CATANI, 2007, p. 220).

Os estudos, análises e formulação de políticas públicas, para a complexidade da sociedade brasileira, necessitam da construção de contundentes indicadores e, mais ainda, de sistemas de indicadores. As soluções

devem ser construídas **no** coletivo **para o** coletivo, utilizando informações que sejam tratadas, tantas vezes quanto necessário, para que possa ser respeitada a realidade social que buscam retratar. Como já foi dito, quanto maior o lastro social que tiverem esses indicadores, melhor será feito o planejamento, monitoramento e avaliação das ações, bem como o devido controle social pelos órgãos competentes e toda a sociedade civil.

Referências

ABRUCIO, F. L. (2007). Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. spe. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122007000700005&lng=en&nrm=iso. Acesso em 13 de julho de 2015.

ARAGÃO, C. V. (1997). Burocracia, eficiência e modelos de gestão pública: um ensaio. **Revista do Serviço Público**, 3. Ano 48. Disponível em: http://www.enap.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=2740 Acesso em 30 de julho 2015.

ATAÍDE, P. A. B. (2005). Avaliação de Resultados: a experiência do governo federal. In: LEVY, E.; DRAGO, P. (Orgs.). **Gestão pública no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Fundap-Casa Civil.

BRASIL. (1993). **Lei n.º 8.742 de 7 de dezembro de 1993** que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

BRASIL. (2004). **Política Nacional de Assistência Social** – PNAS. Brasília. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo/Politica%20Nacional%20de%20Assistencia%20Social%202013%20PNAS%202004%20e%202013%20NOBSUAS-sem%20marca.pdf>. Acesso em 01 de julho de 2015.

BRASIL. (2009). Ministério do Planejamento. **Melhoria da gestão**

pública por meio da definição de um guia referencial para medição do desempenho da gestão, e controle para o gerenciamento dos indicadores de eficiência, eficácia e de resultados do programa nacional de gestão pública e desburocratização. Brasília, DF. Disponível em: http://www.gespublica.gov.br/Tecnologias/pasta.2010-05-24.1806203210/guia_indicadores_jun2010.pdf. Acesso em 29 de junho de 2015.

BRASIL. (2011). **Lei n.º 12.435, de 6 de julho de 2011.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm. Acesso em 03 de julho de 2015.

BRASIL. (2013). Resolução n.º 33, de 12 de dezembro de 2012. **Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS.** In Diário Oficial da União, Brasília, 2013.

BRASIL. (2014). Lei n.º 13.019, de 31 de julho de 2014. **Estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13019.htm. Acesso em 09 de julho de 2015.

BRASIL. (2017). **Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios (PNAD).** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e>, e <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18318-piramide-etaria.html>. Acesso em 12/02/2019.

BRESSER-PEREIRA, L. C. (1995). **A reforma do aparelho do Estado e a Constituição brasileira.** Brasília: ENAP. Disponível em http://www.enap.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=1599 Acesso em 12 de julho de 2015.

BRESSER-PEREIRA, L. C. (1996). **Administração Pública Geren-**

cial: Estratégia e Estrutura para um Novo Estado. Texto para Discussão ENAP n.º 9. Brasília: ENAP.

BRESSER-PEREIRA, L. C. (1997). A Reforma do Estado nos Anos 90: Lógica e Mecanismos de Controle. *Cadernos MARE*, 1. Brasília:

Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. Disponível em: http://www.mp.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/publicacao/seges/PUB_Seges_Mare_caderno01.PDF. Acesso em 18 de Julho de 2015.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; GRAU, N. C. (2006). **Responsabilização na Administração Pública.** São Paulo: Clad/Fundap.

CNAS. (2015). X Conferência Nacional de Assistência Social. **Informe CNAS n.º 01/2015.** Disponível em: <http://www.morretes.pr.gov.br/attachments/article/410/CONFER%C3%8ANCIA%20MUNICIPAL%20D%20ASSIST%C3%8ANCIA%20SOCIAL.pdf>. Acesso em 02 de BRESSER-PEREIRA, julho de 2015.

CATANI, A. D. (2007). Riqueza Substantiva e Relacional: Um Enfoque Diferenciado para a Análise das Desigualdades na América Latina. In CIMADAMORE, A. D.; CATANI, A. D. (Orgs.). **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina**, Tomo Editorial, Porto Alegre, RS.

CORREA, I. M. (2007). Planejamento estratégico e gestão pública por resultados no processo de reforma administrativa do estado de Minas Gerais. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 3, June. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122007000300006&lng=en&nrm=iso. Acesso em 11 de Julho de 2015.

COSTA, A.; PEREIRA, J. M.; BLANCO, S. R. Auditoria do sector público no contexto da nova gestão pública. **Tékhne**, jun., 2006, n. 5-6, pp. 201-225.

JANUZZI, P. M. **Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações.** 3ª ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2006.

JANUZZI, P. M. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fonte de dados e aplicações**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.

JANUZZI, P. M. Sistema de Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais: revisitando mitos e recolocando premissas para sua maior efetividade na gestão. **Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação**, 5. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/RBMAs/RBMA_5.pdf. Acesso em 05 de julho de 2015.

MARTINELLI, T.; SILVA, M. B.; SANTOS, S. R. (2015). Vigilância socioassistencial na política de assistência social: concepção e operacionalidade. **Rev. Katálysis** [online], v.18, n.1. pp. 104-112. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802015000100104&lng=en&nrm=iso. Acesso em 07 de julho de 2015.

MUNEVAR, M. V. W (2002). Aportes de la teoría y la praxis para la nueva gobernanza. **VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública**. Lisboa, Portugal, 8-11 Oct. Disponível em: http://www.prus.cl/documentacion/centro_de_doc/gobernanza/Indicadores%20de%20gobernanza%20clad0043406.pdf. Acesso em 27 de junho de 2015.

OSBORNE, D.; GAEBLER, T. (1992). **Reinventando o governo**. SP: Editora MH Comunicações.

PACHECO, R. S. (1998). Reformando a administração pública no Brasil: eficiência e accountability democrática. Texto apresentado no seminário **A Reforma da Administração Pública: possibilidades e obstáculos**. Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 20-21. Disponível em www.fundaj.gov.br/docs/eg/semi4.rtf. Acesso em 09 de julho, 2015.

PACHECO, R. S. (2004). Contratualização de resultados no setor público: a experiência brasileira e o debate internacional. **IX Congresso Inter-**

nacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Madrid, España, 2-5. Disponível em: <http://www.iiij.derecho.ucr.ac.cr/archivos/documentacion/inv%20otras%20entidades/CLAD/CLAD%20IX/documentos/pacheco.pdf>. Acesso em 07 de julho de 2015.

PARES, A.; SILVEIRA, J. P. (2005). Gestão Pública Orientada para resultados no Brasil. In: LEVY, E.; DRAGO, P. (Orgs.). **Gestão pública no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Fundap-Casa Civil.

PAULA, A. P. P. (2005). Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. **Revista de administração de empresas**. [online]. 2005, vol.45, n.1, pp. 36-49. Disponível em: http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S0034-75902005000100005.pdf. Acesso em 01 de Julho de 2015.

RINCO, P. (2010). **Formulação e implementação do Programa de Avaliação de Desempenho do Município de Várzea Paulista: relato de experiência**. São Paulo. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas) – Escola de Artes Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo.

SANO, H.; ABRUCIO, F. L. (2008). Promessas e resultados da Nova Gestão Pública no Brasil: o caso das organizações sociais de saúde em São Paulo. **Revista de administração de empresas**, São Paulo, v. 48, n. 3, Sept. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902008000300007&lng=en&nrm=iso. Acesso em 23 de junho, 2015.

SÃO PAULO, SP. (2013). **Análise e Caracterização de Vazios Socioassistenciais**. São Paulo. Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, Coordenadoria do Observatório de Política Sociais. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/arquivos/Cops/Pesquisa/2013_vazios_socioassistenciais.pdf. Acesso em 11 de julho, 2015.

COPS. (2015). Coordenadoria do Observatório de Políticas Sociais. **Atlas Socioassistencial da Cidade de São Paulo**. São Paulo. Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, Coordenadoria do Observatório de Política Sociais. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/observatorio_social/arquivos/Atlas_spagw.pdf. Acesso em 10 de julho, 2015.

COPS. SMADS. (2010). Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. Portarias n.º 46 e n.º 47, 23 de dezembro de 2010. Disponível em: http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Repositorio/31/Documentos/portaria_SMAD_S_046_2010.pdf. Acesso em 01 de julho, 2015.

SPOSATI, A. (2007). Assistência social: de ação individual a direito social. **Revista Brasileira de Direito Constitucional**, RBDC, n. 10, jul./dez. Disponível em: http://www.esdc.com.br/RBDC/RBDC-10/RBDC-10-435-Aldaiza_Sposati.pdf. Acesso em 16 de junho, 2015.

SPOSATI, A. (2013). Proteção social e seguridade social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 116, p. 652-674, Dec. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282013000400005&lng=en&nrm=iso. Acesso em 12 de julho, 2015.

Pierre Rinco - Bacharel em Gestão de Políticas Públicas, pela USP. Coordenador Geral da Coordenação do Observatório da Vigilância Socioassistencial, da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS. Experiência em gestão de políticas públicas e indicadores sociais desde de 2005. E-mail: pierreerinco@gmail.com

Viviane Canecchio Ferreirinho - Bacharel em Ciências Sociais, pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Mestre e Doutora em Educação: História, Política, Sociedade,

pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Analista na Supervisão de Pesquisa e Georreferenciamento da Coordenação do Observatório da Vigilância Socioassistencial da Prefeitura do Município de São Paulo. Funcionária pública na Secretaria de Assistência Social desde 1992, com experiência na área de sociologia da educação, análise de dados socio-territoriais, monitoramento e avaliação de programas, projetos e serviços socioassistenciais. E-mail: vferreirinho@gmail.com



IX

As tecnologias digitais e a gestão do “longeviver”

Flamínia Manzano Moreira Lodovici
Gastão de Freitas Neto

“É preciso liberar o artífice em cada um de nós.”

(Richard Sennett, 2015, p. 9).

RESUMO: Por que interessariam as tecnologias para a gestão do longeviver? Justamente por se atestar que elas estão irremediavelmente ligadas às práticas ordinárias das pessoas em qualquer idade. Crendo-se no “destino tecnológico” humano, tal pode possibilitar que dispositivos móveis-portáteis, atuais e futuros, incorporados ao cotidiano, tragam a chance de produções significativas à vida, cumprindo a proposta liberação do “artífice em cada um de nós”, em especial no caso de idosos com alguma dificuldade (visual, auditiva, de mobilidade...), muitos dos quais já vêm fazendo uso de tais recursos de modo providencial. A par de serem evidenciados os benefícios trazidos pelas tecnologias digitais aos longevos, e refletir como se pode dar tal aproximação entre ambos, objetiva-se, neste estudo, verificar em que sentido tais tecnologias de tanta complexidade, ao serem utilizadas, reclamam interpretação, independentemente do segmento populacional etário. Assim como, por outro lado, ao se criarem, fazem sentido e demandam que as disciplinas busquem refletir sobre suas causas e consequências. A esperança desta disciplina está no sentido de que uma gestão diferenciada do componente tecnológico possa trazer efeitos benéficos também àqueles menos favorecidos da sociedade, ou aos mais resistentes às mudanças, para que todos tenham a chance de fazer revelar seus estruturantes psíquicos a um “longeviver” produtivo.

Palavras-chave: Tecnologias digitais e idosos; Mercado de produtos e serviços; Desafios digitais aos velhos; Gestão do ‘longeviver’.

Introdução

A indagação do por quê interessam, e são interessantes, as tecnologias para a gestão do “longeviver”, tem como resposta a constatação de que elas estão ligadas às práticas, às atividades de vida diária das pessoas, irremediavelmente. Dispositivos on-line atuais e futuros asseguram revolucionar nosso cotidiano porque, conectados à internet, acabam se incorporando a nossos modos de existir, de agir no mundo. Especialmente no caso de muitos longevos que deles já vêm fazendo um bom uso, inclusive diretamente manuseados por eles próprios. Ou utilizados por seus familiares, cuidadores ou profissionais que vêm cuidando de uma aproximação amigável entre, por exemplo, idosos e *smartphones/tablets*, dentre outros dispositivos, para uma produtiva aplicabilidade nas situações corriqueiras do dia a dia, como a incorporação de aplicativos ou os usos sociais - em redes ou mecanismos de busca para compras on-line, marcação de compromissos médicos e laboratoriais, endereços de empresas, localização de profissionais, produtos e serviços, participação em grupos de interesse, dentre outras possibilidades (FREITAS NETO; LODOVICI, 2016).

São novas tecnologias, novos aplicativos, que, por outro lado, ao serem utilizados, independentemente do segmento populacional etário, reclamam interpretação, ou seja, precisam receber nossa reflexão crítica sobre o que agregam ao cotidiano de nossas vidas (maximizam a produtividade, a segurança, o bem-estar cotidiano?; melhoram a saúde?), mas também sobre como impactam negativamente, por exemplo, ao setor existente de serviços e produtos, e sobre como se implantam sem um estudo de sua viabilidade urbana.

Enfim, ao se criarem, fazem sentido, e demandam que as disciplinas busquem refletir sobre suas implicações, causas, consequências. A partir

de Morozov (2018), crítico ferrenho da visão de mundo subjacente às produções do Vale do Sicílio, para que se possa entender o real impacto da tecnologia em nossas vidas torna-se imprescindível compreender sua dimensão cultural e suas repercussões econômico-sociais.

Para tal, aqueles que trabalham na área das tecnologias devem tomar o necessário cuidado teórico-metodológico, sob à luz de aportes interdisciplinares; justo para evitar que sejam privilegiados, por exemplo, fragmentos discursivos que apenas reiterem o já dito, corroborando processos de legitimação antes instituídos, e deixem de lado aquilo que mais importa do real do uso das tecnologias (reforçando, de modo equivocado, os processos de inclusão/exclusão via de regra envolvendo os idosos), ao invés de colocar tais processos sob análise. Também é preciso uma metodologia que permita tratar, em suas diferenças e especificidades, tanto os dados empíricos, como o discurso científico sobre as tecnologias; em suma, que se problematizem as formas de interpretar os emergentes dispositivos tecnológicos é o desejado.

O uso de tecnologias digitais pelo segmento idoso, em suas inovações e tendências atuais voltadas para o bem-estar humano, é um dos pressupostos da disciplina aqui exposta, mas com base em uma concepção de tecnologia ligada ao meio ambiente, para uma vida independente e de participação social na longevidade, enfrentando os desafios nas áreas da saúde, mobilidade, habitação, alimentação, trabalho, lazer e comunicação.

Assim é que, preocupada com a comunicação no mundo tecnológico atual, Santaella (2011) defende a tese de uma “ecologia pluralista” relativamente às disciplinas ligadas à comunicação, à cultura, às novas tecnologias; dadas as exigências do mundo atual, pluralista em muitos aspectos, e em muitos sentidos, manifestando-se em outras esferas da vida psíquica e social, afetando as comunicações, as identidades múltiplas... Tal metáfora da ecologia parece ser, segundo ela, a mais apropriada para

dar conta da diversidade expressa na mescla de todas as linguagens, o que é característica de nosso tempo.

Avulta dentre outros, como tema em uma disciplina de reflexão sobre as tecnologias digitais, o campo da Tecnologia Assistiva, por estudar produtos, recursos, equipamentos, metodologias, estratégias, práticas, e serviços que podem oferecer mais autonomia, independência e qualidade de vida a pessoas com incapacidades ou mobilidade reduzida. Um exemplo é a utilização das tecnologias assistivas junto a idosos com Doença de Alzheimer (CARMO *et al.*, 2015). Alguns estudos existentes podem encaminhar para soluções, por exemplo, para o tratamento médico, para a mobilidade pessoal, em torno de novas ferramentas, máquinas e estratégias.

Mas o que concerne, a este trabalho, mais destacar é que as tecnologias ressoam em termos de benéficos efeitos subjetivos aos velhos, incidindo sobre sua autoestima, suas relações intergeracionais, a satisfação de acompanhar as inovações do mercado de produtos, serviços e novos empreendimentos.

Do acontecimento dos atuais dispositivos digitais, que advêm de tecnologias precedentes a que os velhos sempre estiveram expostos durante o percurso de suas vidas, é que se explicam muitas das respostas de velhos, entrevistados em pesquisa-base (GASTÃO NETO, 2017) a este ensaio e que tornou possível ressignificar os conhecimentos desses idosos, valorizando as conquistas do “longeviver” atual.

Pode-se dizer também relativamente aos idosos o afirmado por Santaella (2011, s/d.) de que os processos comunicativos atuais deixam perceber, entre seus aspectos mais relevantes: “a intensificação do poder de produção de subjetividade que neles está emergindo, devido principalmente aos novos formatos de relações intersubjetivas que as redes propiciam”. Construções intersubjetivas que estão prioritariamente baseadas

em princípios participativos, de reciprocidade, confiança, compartilhamento, solidariedade, conforme complementa a autora.

Damos relevância, neste ensaio, a alguns desses aspectos que emergem na relação entre idosos e dispositivos móveis-portáteis, mas que necessitarão ser complementados posteriormente por outras perspectivas. Um primeiro ponto discutido a seguir explicita-se como “Os velhos e as tecnologias”; seguido de “`Longeiver` com tecnologias voltadas à qualidade de vida”; de “Mercado de produtos, serviços, e os novos desafios digitais, aos velhos”; e, por fim, as “Considerações Finais”.

Os velhos e as tecnologias

Pensar a relação entre velhos e tecnologias significa recuperar, para início de reflexão aqui, o que nos lembra Santaella (2011), sobre uma questão anterior, ou de fundo, a qual é preciso trazer à luz: a concepção da pessoa humana e o que a ela legitima e reconhece a dignidade, diante do avanço tecnológico: “As principais tecnologias são tecnologias de linguagem, justo aquilo que é constitutivo do humano; a primeira tecnologia já está instalada em nosso próprio corpo: o aparelho fonador. Todas as tecnologias de linguagem subsequentes só vieram expandir essa tecnologia primordial” (2011, s/p.).

Uma concepção, que diz da natureza tecnológica humana, autoriza que a autora coloque como premissa de suas reflexões que: “não há divórcio entre a evolução biológica humana e a revolução⁷⁹ tecnológica” (SANTAELLA, 2011). Complementa, então, a autora: “No ponto em que

79 Fala-se em revolução porque “já parece existir um certo consenso de que a revolução tecnológica que estamos atravessando é psíquica, cultural e socialmente muito mais profunda do que foi a invenção do alfabeto, do que foi também a revolução provocada pela invenção de Gutenberg. Para muitos analistas do espectro social, as mudanças são vastas e profundas, atingindo proporções antropológicas tão ou mais impactantes do que foram as da revolução neolítica” (SANTAELLA, 2011).

nos encontramos hoje, com as tecnologias digitais, o que está sendo expandido são as nossas capacidades cerebrais”. Capacidades cerebrais do ser humano que possibilitam a criação de *smartphones* cada vez mais avançados — ícones da comunicação móvel-portátil, da inteligência artificial, dos robôs-auxiliares do homem etc.; em suma, tecnologias que estão sendo vistas “na convergência geral com os organismos humanos, a ponto de [ambos] se tornarem indistinguíveis”.

Nesse sentido, “nossa visão daquilo que constitui o ser humano está passando por profundas transformações”.⁸⁰ São transformações corporais que, segundo Santaella (2011), não estão manifestas na superfície de nossos corpos, dado que são mais profundas, afetando o funcionamento, não só dos nossos sentidos, mas especialmente das nossas habilidades mentais. É o uso do *smartphone/tablet*, do *notebook*, do micro-computador, e tudo o que eles nos proporcionam que vem dando origem ao está sendo chamado de ‘mente distribuída’ do homem, conceito não apenas relativo aos jovens, mas um conceito aplicado a crianças, adultos e velhos. É nessa direção que caminha o próximo passo das transformações corporais provocadas pelas tecnologias intrusivas, que são praticamente invisíveis, como é invisível o marca-passo, dado que atuam em escala nanométrica (SANTAELLA, 2011).

Verifica-se que não se trata mais de estudar as tecnologias apenas quanto a seus efeitos sobre a subjetividade humana, ou aos seus impactos sobre os velhos. Na verdade, deve-se explorar suas transformações em todas as pessoas. Basta que se preste atenção nos temas que estão sendo discutidos atualmente: a nova economia da atenção, o *design*

80 A respeito dessas ideias, Santaella se vale do discutido pelo inglês Robert Pepperell, no seu livro *A condição pós-humana* (2003), autor que trata das tecnologias (por ele ditas como pós-humanas) que, para esse autor, são: a realidade virtual (RV), a comunicação global, a protética e a nanotecnologia, as redes neurais, os algoritmos genéticos, a manipulação genética e a vida artificial. Segundo ele, as velhas noções do que seja o humano não estão mais dando conta das transformações sofridas a partir de sua interação com as tecnologias.

cognitivo,⁸¹ a mente distribuída, o cérebro coletivo, a inteligência planetária, as novas diretivas do direito – temas que são muito significativos a todas as gerações humanas, dizendo respeito em primeiro lugar aos longevos.

Muitas pessoas idosas, apesar de suas experiências de décadas de vida acompanhando tecnologias consagradas, necessitam agora ser orientadas adequadamente para a aquisição das novas habilidades necessárias às boas práticas nos recentes dispositivos digitais, e naqueles que estão chegando, em se tendo em mente a inserção continuada desses idosos a tais dispositivos.

Nessa direção, o cuidado é que a aproximação à navegação *mobile* se faça sem sustos nem temores, mas de forma serena, proveitosa e continuada, para facilitar a usuabilidade e se obter um bom aproveitamento dos recursos nela oferecidos.

Isso tudo porque cada novo dispositivo exige como que *um estudo de artesanaria*, paciente e devotado, ou seja, que a pessoa idosa se empenhe para saber lidar bem com novas telas, novos ícones, ou recursos de dispositivos recém-lançados, aperfeiçoando, continuamente, sua *performance* digital (LODOVICI, 2014). Reflexão esta que nos evoca, a respeito de certas habilidades necessárias à vida cotidiana, a frase-epígrafe deste estudo, de Richard Sennett: “É preciso liberar o artífice em cada um de nós” — e que completamos: *para podermos nos valer de nossas habilidades*. O homem como seu próprio artífice, um artífice de vida, por meio de práticas concretas, porque é preciso mostrar “de que maneira a cabeça e as mãos estão ligadas, assim como as técnicas que nos permitem nos aperfeiçoar, estejamos envolvidos em uma atividade manual ou mental” (2015, p. 9).

81 Design cognitivo: estratégia cujo funcionamento visa a alavancar uma tomada de decisão (call to action, CTA). Daí ser importante que seus elementos estejam estritamente ligados ao universo de um público a que se quer atingir, em que é exemplar o longevo, essencialmente heterogêneo. Cada um tem um blend e quanto mais fina é a sintonia entre o design e o público, mais fortes são as conexões criadas entre mensagem e o call to action. O resultado visual é mais enxuto, mais simples, mais leve e mais comunicativo. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=Design+cognitivo&toq=Design+cognitivo&aqs=chrome..69i57.924j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>. Acesso em 01 dezembro, 2018.

Sennett foca sua atenção em dois aspectos que julga fundamental refletir sobre a situação do homem no mundo contemporâneo: a “destreza” e a “competência”, porque, segundo ele,

(...)a sociedade moderna está desabilitando as pessoas na condução da vida cotidiana. Dispomos de muito mais máquinas do que nossos antepassados, mas de menos ideias sobre a melhor maneira de usá-las: temos mais canais entre as pessoas, graças às modernas formas de comunicação, mas menor compreensão sobre como nos comunicar bem (SENNETT, 2015, pp. 10-11).

Continuando na mesma linha de pensamento desse teórico, pode-se dizer que nos chama a atenção um “particular valor social na realização de certas atividades práticas: a cooperação”. Segundo ele,

A cooperação azeita a máquina de concretização das coisas, e a partilha é capaz de compensar aquilo que acaso nos falte individualmente. A cooperação está embutida em nossos genes, mas não pode ficar presa a comportamentos rotineiros; precisa desenvolver-se e ser aprofundada. O que se aplica particularmente quando lidamos com pessoas diferentes de nós; com elas, a cooperação torna-se um grande esforço (SENNETT, 2015, p. 9).

A cooperação entre pessoas no sentido de permitir um melhor manuseio dos atuais dispositivos digitais é realidade constatada no ambiente virtual, inclusive permitindo relações intergeracionais muito produtivas; exemplificando algo que está ocorrendo hoje: tem-se, no universo dos *games*, cursos para avós e

netos, ambos interagindo na aprendizagem e nas práticas de certos jogos não apenas de entretenimento, mas de exercício da memória, da mente.

Como requisito para a cooperação, exige-se que se tenha acolhimento/receptividade ao outro, o que se expressa na capacidade de escuta às suas demandas ou sugestões, seja em uma conversa informal, ou para se trabalhar em sintonia, por ocasião das práticas em um trabalho-conjunto.

No caso das pessoas idosas, é preciso conquistar a atenção do idoso, sua aderência, a determinadas práticas para, em seguida, ganhar seu efetivo interesse, sua cooperação, para, finalmente, chegar a sua adesão, sua fidelidade. Cooperação que deve ser explorada junto ao idoso como “habilidade” no sentido de Sennett (2015), que significa que “(...) requer a capacidade de entender e mostrar-se receptivo ao outro para agir em conjunto, ainda que o processo seja espinhoso, cheio de dificuldades e ambiguidades...” (SENNETT, 2015, p. 10).

Mas é preciso que essa pessoa idosa reflita sobre suas práticas, por exemplo, aquelas em torno dos dispositivos digitais, e se pergunte: “*Será que importa, de fato, que eu me torne exímio usuário das tecnologias digitais?*”, “*Qual o interesse disso para minha vida?*”. Ainda segundo Sennett (2015), há sempre, para uma pessoa, a implicação do corpo e da subjetividade, do que procede o valor que uma produção assume: se bem-qualificada, se ela lhe faz sentido, o idoso podendo se ver como um “artífice”, revelando sua subjetividade a ele próprio; se não bem-qualificada, se uma atividade repetitiva, desprovida de sentido, é como se esse trabalho tivesse o poder de afetar negativamente sua subjetividade (caso dos digitadores submetidos a cadências intensivas de trabalho). “Reinventar” o ser humano parece ser a tendência, elevando-o a um nível biológico superior, concebendo-se a tecnologia como instrumento privilegiado para alcançar tal fim.

Assim é que este estudo se sente como que iluminado em suas reflexões sobre as práticas atuais de trabalho, pela direção postulada por

Sennett (2015), ou seja, de que é preciso que se aperceba dos modos “de como as pessoas [idosas, no presente caso], modelam o empenho pessoal, as relações sociais e o ambiente físico” (2015, p. 10).

Pessoas idosas que vêm mostrando sua preferência, em vez de computadores fixos, a tecnologias digitais móveis-portáteis, como *smartphone/tablet*, mas com um problema inicial: como aproximar-se destes, adquiri-los, para em seguida manuseá-los, segundo seu particular interesse? Neste caso, o acompanhamento deve se dar de acordo com a necessidade de cada aluno idoso, atendendo a suas necessidades específicas, ou de interesse geral, mas com o foco de atenção nas habilidades, na destreza, na usuabilidade do dispositivo digital.

Muitas vezes, um professor de informática pode ajudar um idoso no sentido de promover uma utilização proveitosa das ferramentas digitais de comunicação via internet,⁸² assim como de aplicativos (*apps*) adequados.⁸³ E, nessas práticas com idosos, o professor mostra ser quem mais ganha nessa relação,⁸⁴ pois nesses momentos o diálogo se intensifica, aprendendo-se mutuamente muitas coisas, durante um convívio de poucas horas semanais, em que se incentiva a cooperação entre diversos tipos de pessoas, mas especialmente com as famílias, quando experiências muito fecundas de vida familiar são mostradas, que fazem inclusive o professor pensar e repensar em muitos aspectos de sua vida, como o da cooperação entre as gerações, no sentido de Sennett (2015):

82 Dentre outras, Skype/MSN; a Flickr/Flog, modalidade de rede social para imagens fotográficas; Torpedo/SMS (Short Message Service); Wikipédia; Twitter; My Space; Orkut; Messenger; Whatsapp; Facebook; portais; blogs/weblogs; e vídeo-blogs, Podcasts ou podcastings ; e-mails e listas de discussão).

83 Dentre outros: Uber, Táxi 24h, Zona Azul...

84 Conforme depoimento do segundo autor deste estudo, professor de informática a idosos: Freitas Neto (2017) se pergunta continuamente: “Como continuar a planejar-me profissional e pessoal junto às pessoas idosas, para atuar com mais proficiência e habilidades?; como continuar a contribuir, da forma mais eficiente possível, com a inclusão digital dessas pessoas, sempre tão ávidas para acompanhar o que surge de novo no mercado tecnológico?; como, eu próprio, quero envelhecer?; e de que modo, enfim, posso continuar a proporcionar uma boa velhice para minha avó de 90 anos?”.

“a cooperação... como uma troca em que as partes se beneficiam.” (p. 15). O mais importante na cooperação... é o fato de exigir habilidade. Aristóteles definia a habilidade como *techné*, a técnica de fazer com que algo aconteça, fazendo-o bem; o filósofo islâmico Ibn Khaldün considera a habilidade o terreno específico dos artífices. É possível que você, como eu, não goste da expressão “habilidades sociais”, que parece indicar pessoas boas de conversa em um coquetel ou capazes de lhe vender coisas de que você não precisa. Mas existem habilidades sociais mais sérias. Elas podem percorrer toda a gama de ações implicadas em ouvir com atenção, agir com tato, encontrar pontos de convergência e de gestão da discordância ou evitar a frustração em uma discussão difícil.” (p. 17). (grifos nossos)

A cooperação entre as pessoas, enfim, vai tornar possível, às pessoas idosas, a navegação facilitada na internet, visando à melhora de sua interação social e também a necessária estimulação intelectual, exercitando suas mentes.

Também se pode reforçar o uso do *smartphone/tablet*, como alternativa de entretenimento, bem como uma maneira de ampliar o relacionamento com as pessoas, oferecendo, ao idoso, maior integração social e apoio em várias atividades.

Promover também uma reflexão sobre a relevância social dos resultados da pesquisa aqui referida, com relação em especial ao desenvolvimento do olhar crítico dos alunos idosos a respeito do que significa estar sempre aprendendo por toda a vida – a chamada *aprendizagem permanente* ou educação continuada por toda a vida, o que é exigido em todas as áreas do conhecimento.

Como se sabe, não é tão simples adquirir proficiência em aplicativos de última geração, especialmente se faltar, a uma pessoa idosa, alguém que, de fato, se interesse por instruí-la adequadamente sobre as potencialidades de um dispositivo como o *smartphone/tablet*, sobre a navegação na internet e a obtenção pessoal, por meio da navegação na internet, de novos aplicativos, e especialmente o uso cotidiano, otimizado, desses aplicativos.

Contar com pessoas da família, como filhos e netos, nem sempre é possível, ou suportável aos mais jovens, que pouco tempo têm, na atualidade, em sua vida voltada para redes sociais, *blogs*, vídeos e com tantas atividades cotidianas, para cultivar relações intrafamiliares, como a do interesse em ensinar a uma mãe ou avó como se valer produtivamente de seu *smartphone/tablet*.

Inclusive muitos jovens partilham, ainda, a crença equivocada de que pessoas idosas não possam ter um desempenho eficiente nas novas tecnologias, considerando que estas já não dispõem de condições mentais ou físicas para acompanhar os avanços tecnológicos mais recentes. Mal se dão conta esses jovens de que pensar assim é estar, ainda que não se apercebam disso, submetidos a um preconceito, e conseqüente discriminação (PINSKI, 2011), infelizmente sedimentado de forma quase irremovível na sociedade, que é o de caráter etário ou geracional (SPOSATI, 2011), também chamado de Idadismo ou Ageísmo, tal como Sousa, *et al.* (2014), o explicitam. Segundo Levy *et al.* (2014), estereótipos etários da sociedade são internalizados desde a infância e emergem quando das relações entre os diversos segmentos da sociedade, traduzindo eles inclusive um certo elitismo, ou seja, o de uma pessoa mais jovem perceber-se mais útil ou mais bonita, ou mais competente, do que uma idosa.

A pergunta que se pode colocar é de onde viria o poder dominante de um discurso apenas com base na variável etária, tomado, pois, por um “furor classificatório” conforme o enunciou Bernadet (2003)? De uma tentativa, pelo que parece, de abrir e garantir um espaço de atuação na sociedade, não importan-

do por quais meios isso seja feito, importando apenas os fins; ou seja, em vez de possibilitar um convívio feliz entre pessoas de várias gerações, tal discurso tenta afastar aquelas pessoas que possam ser adversárias à ascensão familiar, profissional ou política de alguém mais jovem. Seriam, pois, certas afirmações sobre os idosos, equivalentes a mecanismos de intimidação a eles, visando a sua obliteração ou afastamento? Como enfrentar tal dispositivo preconceituoso contra as pessoas idosas, tais discursos encobridores da realidade, são perguntas outras que nos mobilizaram em alguns momentos desta pesquisa.

Nessa direção, o filósofo Giorgio Agamben (2009, p. 44) revela uma estratégia que se deve seguir no enfrentamento cotidiano “corpo a corpo”, e que “[...] não pode ser simples, já que se trata de liberar o que foi capturado e separado por meio dos dispositivos e restituí-los a um possível uso comum”. Tal enfrentamento ao dispositivo, neste caso do preconceito etário, não significaria, porém, se visto na perspectiva agambiana, que as pessoas idosas estariam adquirindo, a partir desse enfrentamento, uma nova subjetividade, o chamado por outros estudiosos de “empoderamento” dos velhos. Os idosos continuariam sendo “[...] de resto, o resultado do dispositivo... [representado aqui pelos discursos estabelecidos na sociedade] nos quais estamos todos [nós, seres humanos, independentemente de faixa etária] capturados” (2009, p. 44).

Significaria, assim, que, resistindo a situações preconceituosas às quais, volta e meia, um idoso possa estar sendo submetido sem que se aperceba, esse idoso pode situar-se *pari passu* aos avanços tecnológicos, tal como uma pessoa de outra geração, talvez até de forma melhor, dado que, quanto mais velha fica uma pessoa, mais seletiva ela se torna focando apenas ao que é de seu interesse, de sua necessidade, de seu prazer.

Sob essa perspectiva, é que, a partir da interpretação das respostas dos idosos envolvidos na pesquisa, se tenta criar alguns contradispositivos a certos preconceitos de incapacidade, de degenerescência mental, que, mui-

tas vezes, tentam impingir a alguns idosos, impossibilitando-os de navegar na internet, ou os imobilizando diante do uso de aplicativos no *smartphone*.

A criação de habilidades ou estratégias adequadas para orientar esses idosos pode ser a via melhor, se baseada em uma abordagem metodológica condizente aos propósitos dos saberes gerontecnológicos, se o for a partir de uma perspectiva interdisciplinar, e com foco social (LODOVICI; SILVEIRA, 2011).

Sobre ser contemporâneo a ponto de estar a par da revolução digital do mundo, ressoam-nos os dizeres de Agamben (2009, p. 22), quando este diz que pertence verdadeiramente a seu tempo “aquele que não coincide perfeitamente com ele, nem se adequa às suas exigências e é, por isso, inatual; mas, precisamente por isso, exatamente através dessa separação e desse anacronismo, ele é capaz, mais que os outros, de perceber e de apreender seu tempo”. Não podem ser vistos os idosos nesta situação? Por que não? A partir dessa iluminação agambiana, hipotetiza-se que muitas pessoas idosas, evidenciam até mais que outras, “essa não coincidência, essa discronia”, com relação ao tempo em que vivem.

E, ao se mostrarem tão hábeis em seu distanciamento do real, e perceberem e apreenderem de forma tão lúcida aquilo que é novo, é que poderiam, dessa forma, apresentar razões até mais que suficientes que outras pessoas, de apropriar-se com muita facilidade do manejo de seus *mobiles*. Afinal, assujeitados que sempre estiveram em sua vida, os seres humanos, a múltiplos “dispositivos”, e sempre conseguindo impor-se diante deles, por que a simples condição etária lhes alteraria a competência ou impediria novas habilidades, novas estratégias, para lidar com dispositivos *mobiles*?⁸⁵

Levando em consideração essas ideias sobre o tempo da inovação tecnológica em que vivemos (AGAMBEN, 2009), e pesquisas voltadas

85 Parte desta reflexão introdutória foi apresentada, em versão preliminar, em comunicação de título “PESSOAS IDOSAS E O MANEJO DE APLICATIVOS MOBILE”, em evento que ocorreu em abril 2016, em Ribeirão Preto, I Congresso Brasileiro de Gerontotecnologia, comunicação publicada pela Revista Medicina da FMUSP, Ribeirão Preto.

ao envelhecimento ativo e independente (BEAUVOIR, 1990; DEBERT, 1999; FONSECA, 2016), para o que se exige estar em consonância com os avanços tecnológicos atuais, surgiu, em favor da população longeva, a necessidade de implementação de estratégias ou técnicas facilitadoras a um acesso orientado a certos dispositivos, no presente caso, a um *smartphone/tablet*.

Mas será preciso fazerem-se presentes os problemas a serem enfrentados. No oferecimento pelo mercado de novas tecnologias digitais, é oferecida alguma facilidade de acesso a todas as pessoas, mesmo as com mais de 60 anos, que não são, na verdade, nativos digitais tal como as crianças e os jovens o são?

Considerando o que afirmam Sales, Mazzali, Amaral, Rocha e Brito (2014, p. 60), essa questão tornou-se já há algum tempo preocupante aos estudiosos dos meios tecnológicos:

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) têm estimulado alterações significativas na forma como as pessoas interagem, se comunicam, se conectam e se relacionam com o mundo real e virtual. Para alguns usuários, como, por exemplo, os idosos, as TIC podem tornar-se uma barreira, considerando sua história de vida, escolaridade, cultura, linguagem, saúde etc.⁸⁶

Diante do cenário quanto à longevidade humana, em que teremos uma população idosa crescente, com a navegação na internet ganhando

86 Ainda mais se considerarmos que o XII Censo Demográfico brasileiro atestou que, dos cerca de 190 milhões de habitantes (IBGE, 2014a) da população brasileira, aproximadamente 20,6 milhões são idosos que passarão, conforme previsões, para 58,4 milhões em 2060. A expectativa de vida dos brasileiros subirá de 75 anos em 2013, para 81 anos em 2060, com as mulheres vivendo, em média, 84,4 anos, e os homens 78,03 anos (FIOCRUZ, 2014).

importância incomensurável no mundo presente, certamente no futuro, transformando relacionamentos inclusive intergeracionais, é preciso que a população idosa deixe de sentir dificuldades em acessar o universo virtual (KATZENSTEIN; SCHWARTZ; ALMEIDA, 2012).

Sales *et al.* (2014, p.61) ratificam ainda mais essa problemática:

Entre as demandas sociais vivenciadas pelos brasileiros está a dificuldade de acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) disponíveis na internet. Contudo, ao mesmo tempo em que a Internet potencializa e pode, utopicamente, democratizar o acesso às informações, gera também uma nova categoria de excluídos sociais: os excluídos digitais, como é o caso de idosos... A Fundação Getúlio Vargas (FGV), publicou em 2012 o mapa da inclusão digital no Brasil, entre os diversos resultados encontram-se: O Brasil ocupa a 63ª posição entre os 154 países mapeados pela FGV; o acesso à internet em casa diminui conforme a idade avança: aos 20 anos esse acesso é de 18.1%; aos 40 anos é de 14,74% e aos 60 anos é 7,72%. Quanto ao acesso ao computador aos 20 anos é de 26,27%; aos 40 anos 21,79% e aos 60 anos 11,88% (Sales, 2002). Ainda segundo essa pesquisa, os motivos pelos quais as pessoas não acessam a internet no Brasil, os principais foram: 1º) 33,14% “não achava necessário ou não desejavam”; 2º) 31,45% “não sabia utilizar a internet”; e 3º) 29,79% “não tinha acesso ao microcomputador”. Observa-se que o principal motivo para não usar a internet foi a fal-

ta de necessidade ou de interesse dos entrevistados; o motivo de não saber utilizar a internet e a falta de conhecimento são os dois outros motivos mais expressivos alegados pelos excluídos.

Por que razão os idosos se poderiam dizer excluídos dos avanços tecnológicos? Seria porque os idosos se sentem incapazes de, agora com mais décadas de vida, aprender, como aprendem as crianças, jovens e adultos? Seria por falta de conhecimentos básicos para utilizar a internet, para acessar os computadores? Por que, então, os idosos não podem ganhar as mesmas habilidades que as demais gerações no trato com as novas tecnologias?

Segundo Silva, Pereira e Ferreira (2015), as pessoas idosas encontram-se em um ambiente cada vez mais tecnológico e é importante que se verifique se elas estão, de fato, valendo-se das novas tecnologias para que, por exemplo, as empresas conheçam esse comportamento e desenvolvam suas estratégias de venda de produtos a partir disso.

Manifestam os idosos, de início, como se tem observado, mais dificuldades que os de menos idade para lidar, em seus *smartphones*, com aplicativos, por exemplo. Mas não há idoso que não deseje estar apto, como as demais gerações, a lidar de forma habilidosa com aplicativos que cada vez mais se sofisticam, e que lhes permitam, por exemplo: usar óculos com fone de ouvido neles conectados para possibilitar telefonemas para a família ou amigos; chamar um táxi de forma facilitada, adquirir um ingresso para o teatro, marcar uma consulta médica, consultar o saldo bancário, pagar contas, fazer uma palavra-cruzada, enviar fotos por e-mail, assistir a um vídeo do Youtube etc.

Entretanto, tal propósito dependeria de que habilidades ou estratégias mediadoras a esse aprendizado? Seriam as mesmas daquelas de que se valem adultos, jovens e crianças? Crianças aprendem com pais e colegas. Jovens aprendem por si mesmos (ensaio-erro) ou com a ajuda de colegas. Adultos também aprendem por si mesmos (ensaio-erro) com

os filhos, ou com amigos, ou com técnicos. E no caso dos idosos, como pode ser vista essa mediação? E ainda, no caso de usuários idosos, o uso de *smartphones* e *tablets* tem-lhes trazido efeitos de que ordem? Positivos, Negativos? Queixas de familiares ou amigos quanto a estarem continuamente com esses dispositivos em mãos?

Esse campo de estudos clama por mais investigações, dado a lacuna ainda existente de material bibliográfico voltado ao segmento idoso na sua relação com as novas tecnologias e ainda, por exemplo, segundo afirmam Sales *et al.* (2014, p. 63), as pessoas idosas vêm manifestando, conforme diversas pesquisas, seu interesse em se valer da navegação on-line, embora apresentem dificuldades de acesso a ela.

Além disso, conforme atestam os mesmos autores, a interação com as novas tecnologias pode oferecer benefícios aos idosos, tais como: “... melhora na interação social, estímulo mental, aumento da confiança e dos níveis de autoestima e melhora do estado de depressão”, assim como a inclusão digital leva à redução do sentimento de isolamento social e de solidão e de sintomas de depressão entre os usuários idosos (SALES; AMARAL; JUNIOR, 2014, p. 63).

Ter condições de acompanhar o avanço tecnológico e a realidade das gerações atuais pode ser, para usuários idosos de novas tecnologias, um modo de não serem mais vistos como indivíduos um tanto ultrapassados ou mesmo inativos – um estado de coisas que está em mudança.

“Longeviver” com tecnologias voltadas à qualidade de vida

As tecnologias ampliam as possibilidades de relação com o mundo contemporâneo globalizado, abrindo portas para uma vivência com mais qualidade de vida. Permitem o consumo e a obtenção de informações de modo mais facilitado aos velhos principalmente por meio dos dispositi-

vos móveis-portáteis como o *smartphone*, favorecendo o relacionamento e a interação com outras pessoas e com interfaces informatizadas.

A facilidade de acesso às informações sobre: saúde, turismo, *sites* de relacionamento, *e-mails*, mensagens instantâneas, conta bancária, a elaboração de pesquisas, compras pela Internet etc., pode ser essencial na vida das pessoas idosas, principalmente para aquelas com algum tipo de dificuldade de mobilidade, limitações físicas, motoras, cognitivas, auditivas e visuais, além da dependência de outras pessoas para realizar atividades da vida cotidiana.

As próprias pessoas idosas, pelo menos as de uma situação econômica mais estável, vêm alimentando um grande interesse em navegar online, considerando, dessa forma, a internet e suas possibilidades de navegação uma ferramenta positiva em suas vidas, especialmente pensando nos aplicativos.

Estudos estão sendo desenvolvidos, por exemplo, sobre o papel das redes sociais junto aos idosos, favorecendo o contato com a família, amigos, mas exigindo conhecimentos específicos para um bom uso do *smartphone* foi o que apresentaram, em sua pesquisa, Lüders e Brandtzæg (2014).

Vantagens ao idoso pelo domínio das tecnologias mais recentes, promovendo sua inclusão digital e social, a partir de cursos e ambiente criado para seu aprendizado, verifica-se em estudos de alguns autores (VIEIRA; SILVA; BARBOSA; GARCIA, 2017). Estudo e validação da usabilidade e comunicabilidade de aplicativos Android, atendendo às necessidades dos idosos, quando muitos não conseguem manusear as aplicações nativas do sistema Android (SILVA; PEREIRA; FERREIRA, 2015; ALVES; CORREA; GOMES; AFONSO JUNIOR, 2016).

Para ganho de novos conhecimentos, propôs-se o uso de uma nova ferramenta, a *Elderly Online*, que permite acessar a internet, trazendo ganhos para a cognição de idosos (ORDONEZ; YASSUDA; CACHIONI,

2011). Também um aplicativo para avaliação cognitiva por meio do *smartphone* (BROUILLETTE, *et al.*, 2013).

As tecnologias com seus benefícios e barreiras para a qualidade de vida de idosos com problemas visuais foram estudadas por Mcgrath e Astell (2016).

Um aplicativo para gerenciamento, pelo idoso, de medicamentos, com alertas, instruções, dicas etc., é o de Ferreira, *et al.* (2013). Um aplicativo que fornece informações em tempo real sobre localização, mobilidade, e sinais vitais de idosos, com tais informações em tempo real orientando familiares e cuidadores é o de Bourouis; Feham; Bouchachia (2011).

Em apoio para geriatras, no diagnóstico da Síndrome da Fragilidade, fazendo-se uso do acelerômetro do *smartphone*, é possível ajudar na forma da avaliação da fragilidade, tomada de decisão e tratamento subsequente (FONTECHA; NAVARRO; HERVÁS; BRAVO, 2013; KOBAYASHI, *et al.*, 2011). Ainda há um sistema que utiliza o acelerômetro do *smartphone* para investigar quedas e questões de mobilidade (TACCONI; MELLONE, CHIARI, 2011).

Sobre a aceitação e adesão de idosos a exercícios baseados em tecnologia, tem-se o aplicativo de Okubo; Woodbury; Lord; Delbaere (2016). Outros aplicativos, incorporados em *smartphones*, podem monitorar atividades físicas de idosos, funcionando como uma prestação de serviço de apoio à distância (SILVA, 2016; CARVALHO, 2016), como é exemplar também um e-Health pelo *smartphone* (BOONTARIG, CHUTIMASKUL, CHONGSUPHAJAISIDDHI (2012). Informações precisas de emergência envolvendo idosos, pelo Resalert, para um dispositivo Iot (Internet of Things) (GILL, PHENNEL; LANE, 2016).

Razões para usar tecnologias, ao envelhecer em casa (PEEK, *et al.*, 2015). O uso de *smartphone/tablet* para compras on-line na Finlândia (KUOPPAMÄKI; TAIPALE; WILSKA, 2017).

Há pesquisas que vêm investigando quais as alternativas de *design* ideal para o *smartphone* visando à usabilidade das pessoas idosas, seja quanto a tamanho das fontes, luzes e cores na tela, fundo e figura, teclado adequado (HAMANO, NISHIUCHI, 2013), interfaces adequadas ao idoso (NERIS, *et al.*) etc., tentando fazer com que o dispositivo digital não traga tantas dificuldades ou barreiras de acesso e uso, para as pessoas idosas (especialmente quanto a problemas de visão, custo financeiro, falta de interesse talvez por não disponibilidade de conhecimentos específicos e que impeçam sua adesão ao *smartphone* (HARADA, SATO, TAKAGI, ASAKAWA, 2016; SHIN, LEE, PARK, 2012).

Para facilitar a navegação e administração em redes sociais para o idoso, vem sendo criadas plataformas sociais especializadas a esse segmento etário (HARITOU, *et al.*, 2013), ou interfaces amigáveis, visando à satisfação do usuário (MOL, 2011; 2013; GONÇALVES, *et al.*, 2017).

Soluções acessivas e adaptáveis com hospedagem a diversos serviços úteis aos idosos estão sendo apresentadas como o PhoneAge (ABDULRAZAK, ARAB, REID, 2013). A habilidade dos idosos no uso da tela sensível ao toque, ou o *pointing action* no uso do *touchscreen*, também está sendo promovida (HWANGBO, *et al.*, 2013).

No Brasil, a baixa escolaridade, a falta de programas e projetos sociais de inclusão digital, adequados aos usuários, espaços gratuitos de acesso a computadores e internet, são barreiras que se agravam conforme a região do país, devido as suas situações socioeconômicas. Segundo Sales (2002), uma das populações mais prejudicadas por essas barreiras é a população idosa, imposta pelos declínios decorrentes da idade referentes à redução do tempo de reação, da memória de curto termo, de manter a atenção, da acuidade visual, da audição, da motricidade, todos esses aspectos inerentes ao envelhecimento, fazem com que o uso das tecnologias possa tornar-se mais complicado.

Ainda conforme Sales (2002), outra barreira é que diferentes tecnologias surgem e são aperfeiçoadas constantemente, exigindo um aprendizado contínuo desses usuários. Associados à falta de usabilidade, a acessibilidade, a inteligibilidade, e o estrangeirismo tanto de *hardware* como *software* das novas tecnologias, são outros fatores que podem agravar o cenário de exclusão digital desse público.

Para reduzir tais problemas, é necessário criar alternativas de inclusão digital específica para esses idosos, que considerem seu ritmo, linguagem, histórias de vida – o contexto histórico em que viveram (SALES; FIALHO; GUAREZI, 2007).

Santana, Côrte, Lodovici, Alves (2008), no artigo “Aliando Tecnologia da Aprendizagem à Qualidade de Vida dos Idosos”, expuseram os resultados de um projeto interinstitucional que realizou pesquisa empírica acerca da questão da qualidade de vida da pessoa idosa vinculada ao uso orientado da Internet, com vistas à criação de um ambiente virtual de aprendizagem adequado aos idosos, objetivando verificar que temáticas poderiam ser exploradas nesse espaço por predileção dos usuários, e em que dimensões se situaria sua capacidade de melhorar a qualidade de vida do usuário-idoso. Os resultados apontaram, singularmente no caso das pessoas idosas, a tendência para uma internet com caráter de *substitutibilidade ou complementaridade* relativamente ao que lhes representam os “arranjos familiares” tradicionais: um resultado curioso e instigante a ser analisado com mais profundidade posteriormente. Um segundo resultado aponta para uma nova maneira de se experimentar a *sociabilidade* e algumas surpresas, em que se destaca a seguinte: a Internet é associada à eficiência e praticidade; por assim ser reconhecida, a Internet torna-se um veículo para buscar amigos ou encontrar novos, quando se está em solidão, autonomizando o idoso e liberando-o dos mais próximos, ao ampliar a rede de relações para além da familiar e assim por diante. Como

principal produto conceitual do inquérito realizado, destaca-se a identificação de quatro noções categoriais que podem resumir os temas considerados como relevantes na visão dos idosos, manifestos nas respostas ao questionário, definidas nos seguintes eixos temáticos: (1) Saúde e Viver; (2) Interação Social; (3) Cidadania; e (4) Produtos e Serviços. Em *Saúde e Viver*, que aqui se detalha, incluem-se os temas mais afeitos ao bem-estar propriamente dito: as mudanças físicas; a saúde psicológica; e ainda sobre o uso da Internet: a capacidade de aprendizagem e a qualidade de vida no trabalho; esta se apresentou como uma das temáticas centrais para os idosos no uso das tecnologias.

Só se espera que a utilização das tecnologias digitais móveis-portáteis não passe a afetar as relações íntimas entre companheiros, conforme trouxe a luz tal complicador, o sexólogo Patrício Gómez Di Leva, autor do livro **Sexualidad inteligente**, em entrevista ao jornal *Clarín*, de Buenos Aires, em 10/01/2017. Nele, o autor afirma:

Es lo mismo que pasaba hace un tiempo con el televisor (...). El smartphone entretiene y, por lo tanto, reduce los momentos de intimidad. Hay parejas que se van a acostar y, cada uno por su lado, se quedan mirando el teléfono hasta que se duermen. En los últimos tiempos he tenido muchas consultas vinculadas con este tema. Lo que recomiendo, como primera medida, es no llevar el teléfono a la habitación. Y no dejarlo cargando la batería en la mesita de luz.

Leva (2017) comenta um de seus casos em tratamento, quando uma de suas pacientes reclama o afastamento que seu marido tem dela, justamente por estar todo o tempo ocupado com seu *smartphone*:

“Ya no sé qué hacer”, se queja Natalia, una de las que se atormentan al ver que su pareja pasa más tiempo con su celular inteligente que con ella. A mi novio, le hablo, y no me contesta: sigue mirando la pantallita de su teléfono. Le digo que tengo ganas de que me haga algunas caricias y sigue respondiendo los mensajes del grupo de Whatsapp de sus amigos, que son casi permanentes.”

Outra paciente do mesmo estudioso relata que as vantagens iniciais, por exemplo, durante o noivado, trazidas pelo *smartphone*, agora deixaram de valer. O *smartphone* está se tornando fonte de afastamento de um casal:

“Con mi marido estamos juntos pero, de alguna manera, estamos solos”, aporta Micaela, en sintonía parecida. “Sí, es cierto, el smartphone nos sirvió para que nos conociéramos, para llamarnos a cada rato cuando estábamos de novios, para mandarnos mensajitos de texto. Pero ahora, si seguimos así, más atentos a la pantalla que a nosotros mismos, nos va a terminar separando”.

Ainda citado por Leva (2017) é o caso da empresa de consultoria britânica Tecmark, tal como publicou o *Magazine digital*, que em média o contato com o *smartphone* é de 221 vezes por dia. Segundo Leva (2017), trata-se de

Un vínculo estrecho, caudaloso, casi como si se tratara de un objeto que acompaña todas las rutinas cotidianas. Y, en otra encuesta, un 9% de los estadounidenses explicó que está atento a su celular [mesmo] durante las relaciones sexuales.

Leva (2017) alerta também sobre os casos extremos quanto ao uso do *smartphone*. Ele exemplifica com o caso de outra de suas pacientes que revelou uma crise em sua vida, alegando que, no meio de uma relação sexual, seu parceiro se pusera a olhar para o celular, porque este o alertara da chegada de uma mensagem e, sem interromper o que fazia com sua mulher, tentou acessar o dispositivo. Uma situação difícil foi criada: respondeu ele, à esposa, que havia respondido apenas sob forma de um “OK”, ao que ela considerou completa falta de respeito a ela; situação essa que desencadeou outras queixas de ambas as partes, o que levou o estu-
dioso deste caso à conclusão de que o problema não estaria no dispositi-
vo, mas senão no *uso que acabam lhe dando*. O problema, como em muitas outras situações conflitivas, estaria nos *excessos*.

Será que, aqui no Brasil, pode estar ocorrendo o mesmo que em outros países, como a Argentina? O *smartphone* pode ser o terceiro em uma discórdia, desse febril aparelhinho que vem interferindo na vida se-
xual dos casais?, uma vez que o Whatsapp não para de nos chamar para
recebermos fotos e vídeos pelo Instagram, o Facebook nos convida todo
o tempo para postarmos respostas aos chamados de colegas de trabalho,
de conhecidos, dos múltiplos amigos on-line... Segundo os especialistas,
tudo isso retira espaço ao erotismo (Di Leva, 2016), à sobrevivência de
uma relação mais serena dos casais.

A despeito de toda essa problemática apontada, é fundamental que se mostrem caminhos para a inclusão digital dos idosos. Daí, que se justifica o propósito de se oferecer uma prática de aprendizagem às pes-
soas idosas, que poderão – a partir de algumas técnicas facilitadoras
constantes de um tutorial específico – passarem a se valer das novas tec-
nologias, como o uso de aplicativos em seus *smartphones* e *tablets*, para
facilitar seu contato com prestadores de serviço, além de interagirem
com amigos e familiares.

As inovações tecnológicas que vivenciamos, nestas primeiras décadas do século XXI, e que surpreendem pela rapidez e funcionalidade com que elas acontecem, afetam e muito os velhos: por exemplo, a tecnologia *wireless* que chega para interligar os aparelhos eletrônicos, facilitando e barateando as instalações, e oferecendo a qualquer pessoa a mobilidade desejada, sem que seja preciso arrastar uma quantidade enorme de fios elétricos, além de dar leveza visual aos ambientes. A tecnologia *touchscreen*, do toque dos dedos, que pode facilitar, quando a ela estamos sensibilizados, o uso dos dispositivos com mais fluidez. São os computadores ocupando menos espaços, os dispositivos para as casas e os escritórios, que só faltam falar, e que modificam espaços e mobiliário interno, e os super-celulares que certamente substituirão o computador (o PC doméstico) muito em breve.⁸⁷

Adultos e jovens acompanham toda essa transformação que ocorre em velocidade impressionante, uns com mais facilidade, outros com menos, mas não deixando de seguir as novidades de mercado e desejando fazer um uso muito produtivo e benéfico das novas tecnologias.

Pensando na democratização ao acesso de todas as gerações às novas tecnologias é que, não sem razão, a Organização das Nações Unidas, em sua II Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, tencionou garantir que todos os indivíduos pudessem envelhecer com seguridade e dignidade, e que continuassem participando da vida em sociedade, exercendo seus direitos de

87 Segundo recente divulgação, pela mídia, de projeções do crescimento mundial do tráfego móvel-portátil, o volume desse tráfego aumentou 82%, de 2018-2019, alcançando agora 28 EB/mês. Esse volume de tráfego de dados pelas redes móveis vai crescer cinco vezes entre 2018 e 2024 no mundo, passando de 27 EB/mês para 136 EB/mês. Os smartphones respondem por 90% do tráfego móvel global. E 60% provêm de aplicações de vídeo. As projeções indicam que entre 2018 e 2024, o volume mensal de tráfego móvel deve subir a uma média de 30% ao ano no mundo, atingindo 131 EB/mês. As redes 5G responderão por 35% do total. E a participação de vídeo subirá de 60% para 75%. Nas regiões onde o 5G está sendo implementado mais rapidamente, como os EUA, e o tráfego médio mensal por smartphone saltará de 7 GB para 39 GB. Disponível em <https://www.mobiletime.com.br/noticias/11/06/2019/trafe-go-mundial-de-dados-moveis-cresce-82-em-um-ano/>. Acesso em 01 agosto, 2019.

cidadãos partícipes de toda a transformação da sociedade (ONU, 2002). Tal Assembleia Mundial apresentou recomendações outras, dentre elas: - programas que visassem a encorajar a participação mundial cultural, econômica, política e social por meio da *educação continuada* ou como atualmente é chamada a *aprendizagem permanente*; - garantir a igualdade de oportunidades ao longo da vida, quanto à *educação continuada e ao treinamento*, reduzindo os níveis de analfabetismo entre as pessoas idosas, instrumentalizando-as para assegurar-lhes o acesso a novos conhecimentos e *novas tecnologias*. Assim é que, no Brasil, os direitos dos idosos foram assegurados em dois instrumentos legais brasileiros: no Estatuto do Idoso, Lei n.º 10.741, Capítulo V, art. 21. Considerando-se tais determinações legais, passou a ser preocupação dos estudiosos em como se pode criar um percurso menos complicado às pessoas idosas de se aproximarem das novas tecnologias.

É preciso destacar que dispositivos portáteis-móveis, como *smartphones* e *tablets*, são utilizados nesta segunda década do XXI, por quase todos os estratos sociais e faixas etárias, incorporando-lhes “funcionalidade de computador, como conexão à internet, e possibilidade de uso de aplicativos” (SOUZA; SALES, 2016).

Lidar com aplicativos de forma menos complicada talvez seja um dos problemas maiores para as pessoas idosas. Especialmente aquelas pessoas que atuam como docentes em uma Universidade (caso de alguns dos sujeitos da pesquisa do segundo autor deste ensaio), e que ficam a par, até pelos próprios colegas de trabalho, das vantagens de se valerem, por exemplo, de aplicativos (*apps*) que possibilitem, desde exercitar a mente com jogos, como o de palavra-cruzada, até racionalizar atividades corriqueiras de aula. Exemplos desses aplicativos estão às dezenas disponíveis na internet, grande parte deles gratuitos, como localizar endereços, chamar um táxi, adquirir um ingresso de cinema/teatro, pagar uma conta bancária, fazer ligações nacionais e internacionais, fazer transmissão de vídeos em tempo real etc.

Mercado de produtos, serviços, e os novos desafios digitais, aos velhos

O avanço tecnológico vem mostrando seus efeitos em termos de mudanças na sociedade, dado que provoca o fenômeno da disrupção⁸⁸, que superando a simples otimização de processos, vai romper com os modelos tradicionais de negócios antes mais estáveis, afetando: os tipos de serviços, os produtos consumidos, o modo com que as pessoas os consomem, de como elas interagem com as marcas, de como as próprias empresas se relacionam com os consumidores, de como inovações precisam ser implementadas etc.

Um dos fatores que mais se destaca em meio a todas essas mudanças é a presença daqueles que utilizam a tecnologia para algo que vai para além de otimizar seus atuais negócios, mas para criar negócios inteiramente novos, o que faz ver que as empresas se sentem obrigadas, para sua sobrevivência, a inovar sempre. Isso implica em oferecer serviços mais compatíveis com as necessidades e conveniências de possíveis clientes e acessíveis a um público mais diversificado.

Como é visto o segmento longo vivo diante de todas essas mudanças?⁸⁹ Estimado em mais de 25 milhões de pessoas no Brasil, e respondendo por

88 No universo digital, a disrupção refere o processo de otimização de determinadas funções por meio de tecnologias que se tornam acessíveis a um público maior. Exemplar é o YouTube, que possibilita que qualquer pessoa com uma câmera publique um vídeo. Dispon. em: <https://resultadosdigitais.com.br/blog/o-que-e-disrupcao-digital/>. Acesso em 11/11/2018.

89 Pesquisa de mercado (Economist Intelligence Unit, EIU, de 08/2019), aponta que pessoas com 60 ou mais anos, do silver market, mostram-se mais propensas a fazer valer seu potencial disruptivo. Persuadidos disso estão os profissionais do campo da saúde (86%), crendo que a geração longa vida será a maior fonte disruptiva do que podem provocar as próprias tecnologias emergentes (Internet das Coisas e Data Analytics). Disponível em: https://endeavor.org.br/inovacao/realidade-da-disrupcao-como-empresas-estao-reagindo-de-verdade/?gclid=CjwKCAjwxOvsBRAjEiwAuY7L8h7AmpKGjmbyOiBE0c2URwjsx_43N2wyXjU7lOs78lfdN8ldCFUwTRoCaBgQAvD_BwE. Acesso em 01/09/2019.

cerca de 20% do consumo aqui registrado anualmente, e com a previsão de analistas e pesquisadores de que esses percentuais cresçam aceleradamente nos próximos anos, a expectativa é a de que se chegará a cerca de 66,5 milhões de longevos consumidores em quatro décadas e com exigência de produtos ainda não pensados...

E como estar à altura de atender a esses longevos, considerando-se que “existe uma lacuna [especialmente] na agenda de estudos acadêmicos sobre a preferência dos consumidores idosos”, tal como o que afirmaram Lopes *et al.* (2013, p. 551)? E em termos de preferência dos idosos, como ocupar seu tempo livre com atividades interessantes?, tal como o questiona Ferrigno (2016, p. 343), quando ainda indaga a esse respeito: “Além de lazer recreativo, de entretenimento, temos também oferta suficiente de lazer educativo? O idoso brasileiro está tendo a oportunidade não só de consumir cultura, mas também de produzir cultura? Qual o seu espaço para assumir a função de preservador e transmissor de nossa memória cultural para as novas gerações?”.

Com relação às novas tecnologias, qual a preferência dos idosos? Freitas Neto (2017) pôde verificar que os idosos entrevistados responderam que ansiavam por ter proficiência em aplicativos, especialmente por faltar a uma pessoa idosa alguém que, de fato, se interesse por instruí-los adequadamente sobre as potencialidades de um dispositivo como o *smartphone/iphone/tablet*, sobre a navegação na internet e a obtenção por meio da navegação na internet de novos aplicativos, e especialmente o uso cotidiano, otimizado, desses aplicativos.

Muitas empresas estão desenvolvendo serviços que atendem a esse segmento etário e os aprimorando, passando a criar mais e mais produtos ou ferramentas voltadas à longevidade. Um mercado de consumo, cujas características podem assim ser apontadas: (i) renda salarial com média 30% maior, se comparada à de adultos com até 59 anos; (ii) 80% dos ido-

sos utilizam Whatsapp, enquanto 70% o fazem usando o Facebook; (iii) 20% do segmento idoso associa suas compras a uma atividade de lazer; (iv) idosos são responsáveis por 10% do varejo físico e 50% do varejo virtual; (v) renda anual dos longevos é de R\$ 243 bilhões; (vi) 71% dos idosos apresentam independência financeira; (vii) 16% deles têm preferência por marcas *premium*; (viii) 40% dos idosos fazem exercícios semanalmente; (ix) 71% dos idosos têm independência financeira (destes, 49% advêm de aposentadoria); (x) 45% dos idosos sentem dificuldades para encontrar produtos adequados a sua idade.

Algumas modalidades de serviços deverão crescer consideravelmente, prevendo-se estas: (i) serviços de requalificação profissional para aqueles ávidos por ocupações produtivas em seu tempo livre; (ii) serviços de apoio à caminhada ou acompanhamento de exercícios; (iii) aqueles voltados à saúde (fisioterapia, oftalmologia, odontologia, clínica geral, psicologia etc.); (iv) aquele de cuidadores e enfermeiros; (v) aqueles de limpeza, conservação e jardinagem de residências de idosos; (vi) necessidade cada vez maior de espaços de moradia: Instituições de Longa Permanência (ILPIs), casas de repouso; Centros-dia; Centros-noite; (vii) aqueles voltados a atividades de lazer e entretenimento a idosos (dança sênior; atividades musicais, artísticas em geral etc.); (viii) serviços de acompanhamento a teatro, cinema, museu, shopping, clubes etc.; (ix) serviços de entrega imediata de alimentos, remédios, compras diversas etc.; (x) serviços ligados a atividades de voluntariado; (xi) serviços de agências voltadas ao turismo de longevos; (xii) serviços educacionais (idiomas, desempenho cognitivo e exercício do cérebro, usabilidade de smartphones/tablets); (xiii) serviços de spas.

Os velhos estão também se dando conta da tendência do mundo atual: a de desmaterialização dos processos empresariais: tudo o que puder ser digitalizado carrega redução de custos tanto na produção, quanto na distribuição de um determinado conteúdo. Exemplar nesse sentido é a

edição eletrônica de revistas científicas, de portais de saúde etc.; portanto, mobilidade e flexibilidade são valores tão relevantes na atualidade quanto a saúde financeira dos negócios.

Essa tendência de formato eletrônico dos conteúdos está fazendo com que os idosos se deem conta da necessidade de se atualizarem continuamente nas tecnologias digitais, para além de seus *smartphones/tablets*. Tecnologias que os desafiam no momento⁹⁰ são as da Inteligência Artificial (IA) e a Realidade Virtual (VR). Como exemplo do primeiro, tem-se os *chatbots*, robôs digitais capazes de responder a perguntas e oferecer informações que, ainda que limitadas, estão sendo utilizadas no atendimento on-line de muitas empresas. Idosos com proficiência no manuseio de seus *smartphones/tablets*, certamente, não se intimidarão diante de tais robôs... Assim, como estarão preparados para a Realidade Virtual e sua variação, a Realidade Aumentada, que permitem experiências imersivas nos mais diferentes processos, desde a venda de imóveis (simulando a decoração de um ambiente pelos óculos VR) até o treinamento de aeronautas (BERTULUCCI, 2017), cirurgiões e outros profissionais.

Considerações finais

No presente estudo - que traz o resultado da interpretação de enunciados de idosos entrevistados em pesquisa (GASTÃO NETO, 2017), pôde-se desvelar as problemáticas em torno de suas práticas com as tecnologias digitais. Fomos levados a refletir sobre a ambivalência quanto a ganhos e perdas, em função dos *limites* dos idosos quanto à usabilidade dos dispositivos e quanto às *possibilidades* que se abrem, se orientados devidamente em suas práticas no momento de uso.

90 Informações disponíveis em: <https://www.meupositivo.com.br/panoramapositivo/super-drone/>. Acesso em 01/09/2019.

Quantos aos *limites*, verificou-se a impotência de alguns idosos diante da impossibilidade de usabilidade das novas tecnologias sem o apoio de alguém, de um professor/um assessor informático, por exemplo. Experimentando esse sentimento de impotência, poderia decorrer uma frustração que os conduziria à desistência a qualquer nova tentativa de lidar com os novos dispositivos digitais. Nesta investigação, deparamo-nos com enunciados-respostas significativos sobre essas práticas cotidianas, especialmente a favor do apoio desse assessor informático, que se tornou, no caso dos idosos da pesquisa, fator fundamental para que suas práticas no ambiente virtual deem certo e eles se sentissem bem-sucedidos.

No *modo de proceder* em tais práticas – no manuseio dos dispositivos digitais – é onde está, a nosso ver, o ponto central das atividades, e no que os idosos podem mostrar a força de sua diferença: - no que diferem de atividades outras ao adquirir habilidades, e no que diferem, dentro das próprias práticas digitais, de um para outro idoso. O desenvolvimento de habilidades pessoais favoráveis ao contato com uma outra pessoa, motivadora e aberta ao outro, parece ser a chave para que os idosos possam se sentir bem-sucedidos em suas práticas – ambos, cooperando-se reciprocamente.

Foi, então, a partir da riqueza dos dados coletados do discurso dos idosos respondentes a esta pesquisa, que se pôde recuperar o quanto suas aspirações se foram organizando em torno de dois vetores: da citada *cooperação* e das *sociabilidades*.

As *sociabilidades* possibilitadas em muitos lugares: no lar (com maior contato com a família, com amigos, com vizinhos), as próprias aspirações dos idosos atendidas especialmente por eles próprios. Conduzindo as preocupações da pesquisa nessa direção das atividades dos idosos, isso fez com os idosos aqui envolvidos voltassem o olhar para si próprios, levando-os a refletir, por exemplo, sobre como podem, de seu modo, man-

terem-se atualizados sobre os novos dispositivos lançados continuamente, bem como sua atenção a outros aspectos pertinentes a isso.

A interpretação dos dados permitiu-nos verificar como se pode tentar contribuir para que as relações sociais continuem mantidas, bem como conseguir um olhar diferente da família. As respostas dos idosos foram da necessidade de que esse apoio se dê todo o tempo, que as relações familiares necessitam ser cultivadas, desavenças amainadas; enfim, que os vínculos não se diluam ou se esgarcem durante a vida ou no seu final; pelo contrário, é preciso que os vínculos familiares se fortifiquem sempre mais; é preciso para que situações familiares conflitivas possam ser enfrentadas na sua devida medida e no seu devido tempo.

Os idosos aqui inseridos nos indicaram as *possibilidades* a serem construídas; por essas razões que acreditamos que vale a pena participar de sua rotina de vida, oferecendo-lhes a oportunidade de desenvolverem suas habilidades on-line. Mostram-se exemplares, no sentido da possibilidade de uma *aprendizagem permanente*; o simples critério etário não impede que os idosos ganhem habilidades de manuseio eficiente de seus *mobiles*, refutando-se, assim, qualquer alegação preconceituosa, generalizante e discriminadora por consequência, de não atualização dos idosos diante das inovações tecnológicas. Esse fato nos licencia dizer que idosos podem tornar-se exímios no uso de seus aplicativos *mobiles*, inclusive com a troca de experiências midiáticas facilitadoras às atividades do cotidiano entre os próprios colegas de estudos, a ponto de dialogarem a respeito com netos e filhos, reforçando as relações intergeracionais.

Vale expor que alguns itens facilitam a aprendizagem com destaque para: a tecnologia *touch screen* facilitadora do acesso aos sistemas, o que permite a mobilidade; por isso que grande parte dos idosos utiliza mais o *smartphone* do que computador. Aprender a utilizar o *mouse* é um desafio para o segmento longo; tocar na tela aonde deseja ir, é muito mais fá-

cil do que mexer com a mão no teclado, para direcionar o cursor. Agora, então, que se apresentam tecnologias como a de voz para comando do *smartphone*, tal invenção está facilitando a vida daqueles idosos com dificuldades visuais... Mas e o caso dos idosos sem possibilidade de adquirir tais dispositivos que são onerosos na medida de seu avanço, de sua atualidade tecnológica?

Mas é justamente o que nos leva a pensar no quanto são necessárias e urgentes políticas públicas voltadas para as pessoas idosas menos privilegiadas, que não dispõem de recursos financeiros para aquisição das tecnologias digitais disponibilizadas pelo mercado, oferecendo possibilidades interessantes para um manuseio por um idoso. Idoso que não tem condição financeira nem para aquisição de um tal oneroso dispositivo (embora filhos e netos possam tê-lo), muito menos para contar com um apoio externo...

Mas especialmente é necessário um olhar crítico ao Estado para suas próprias ações, por deixar de se eximir de sua responsabilidade de assistência adequada aos idosos, transferindo à família, tudo aquilo que julga, equivocadamente, não ser de sua alçada.

Não obstante isso, da própria sociedade e da comunidade, esperam-se ações que aperfeiçoem e apoiem as necessidades de aproximação maior daqueles necessitados de mais idade, e de extratos sociais menos favorecidos, às possíveis práticas socioculturais, como a dos dispositivos digitais, que já estão felizmente sendo introduzidas em Centros-Dia de idosos na capital paulistana. Não apenas para entretenimento, ou para exercício da mente, da memória, mas também, com apontado anteriormente, como ferramentas em favor da sobrevivência diária de idosos fragilizados ou dependentes.

O que se pretende destacar aqui é como uma adequada usuabilidade das tecnologias digitais já vem alterando a vida dos idosos, ressoando-lhes via efeitos benéficos na sua autoestima, sociabilidade, nas relações

intergeracionais e no acompanhamento do mercado on-line de produtos, serviços e iniciativas. A oportunidade se oferece a um idoso para empreender com novos recursos, e beneficiar-se do que de novo lhe é ofertado pelo avanço das emergentes tecnologias sociais, inclusive em saúde.

E se dar conta de que pode discutir, nesta hora do *tout digital*, sobre as interrogações e os desafios trazidos pela Informatização, Inteligência Artificial, algoritmos e sistemas robóticos, acompanhando o avanço das inovações e a definição de estratégias, sociais, jurídicas, dentre outras, necessárias à sua vida.

A pergunta inicial, *Por que interessariam as tecnologias para a gestão do longeviver?*, parece que pôde ser aqui encaminhada. Para um “longeviver” bem-sucedido aos idosos, é necessário, de fato, que eles possam estar preparados – emocional e tecnicamente – para acolher – sem receio, tal como ocorre com as crianças e jovens –, as novidades que chegam a cada dia nessa área das tecnologias digitais, em todos os campos, e para todos os espaços. Somente assim, eles poderão atender ao postulado por Richard Sennet (2015, p. 9): “*É preciso liberar o artífice em cada um de nós*”.

Referências

AGAMBEN, G. **O que é o contemporâneo? e outros ensaios.** Chapecó, SC: Argos, 2009.

ALVES, R. da S.; PEREIRA, J.; RADIN, M. T.; SPEROTTO, R. I. O uso das tecnologias de informação e comunicação pela terceira idade. In: **Atas do II Congresso Internacional TIC e Educação**, 2012, pp. 1752-1764. Lisboa, Portugal. Disponível em: <http://ticeduca.ie.ul.pt/atas/pdf/250.pdf>. Acesso em 01 fevereiro, 2019.

ALVES, G. A. C.; CORREA, M. da C.; GOMES, R. M. S.; AFONSO JUNIOR, O. P. **Comunicabilidade e acessibilidade: identificando padrões de construção de design de aplicativos móveis para a terceira idade**, 2016. Disponível em <http://siaiap32.univali.br/seer/index.php/acotb/article/view/10762>. Acesso em 01/07/2017.

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice: a realidade incômoda**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970/1990.

BERNADET, J.-C. Ser ou não ser não é a questão, pp. 29-38. *In*: PINSKY, J. (Org.). **12 Faces do Preconceito**. São Paulo: Contexto, 2003.

BERNHOEFT, R.; MAZZAFERRO, D. **Longevidade: os desafios e oportunidades de se reinventar**. São Paulo: Évora, 2016.

BERTULUCCI, J. A. C. **O voo do idoso**. Dissertação de mestrado. São Paulo: PEPGG/FACHS/PUC-SP, 2017.

BOONTARIG, W., CHUTIMASKUL, V.; CHONGSUPHAJASIDDHI, W. **Factors influencing the Thai elderly intention to use smartphone for e-Health services**, 2012. Disponível em: <http://ieeexplore.ieee.org/document/6268881/> Acesso em 01/11/2016.

BOUROUIS, A.; FEHAM, M.; BOUCHACHIA, A. **Ubiquitous Mobile Health Monitoring System for Elderly (UMHMSE)**, 2011. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/1107.3695>. Acesso em 01 novembro, 2016.

BROUILLETTE, R. M.; FOIL, H.; FONTENOT, S.; CORRERO, A.; ALLEN, R.; MARTIN, C. K.; ANNADORA, J. B.; KELLER, J. N. Feasibility, Reliability, and **Validity of a Smartphone Based Application for the Assessment of Cognitive Function in the Elderly** 2013. Doi: <http://dx.doi.org/10.1371/journal.pone.0065925>. Disponível em: <http://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0065925>. Acesso em 01/11/2016.

CARMO, E. G.; ZAZZETTA, M. S.; FUZARO JUNIOR, G.; MICALI, P. N.; MORAES, P. F.; COSTA, J. L. R. A utilização de tecnologias assis-

tivas por idosos com Doença de Alzheimer. São Paulo: PUC-SP: **Revista Kairós-Gerontologia**, 18(4), pp. 311-336, 2015. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/kairos/article/view/29507/20572>. Acesso em 1 dezembro, 2017.

CARO, M. S., SOTO, M. C. S.; MILLÁN, N. C. O. Envejecimiento activo. Las TIC en la vida del adulto mayor. **Revista Iberoamericana para la Investigación y el Desarrollo Educativo**. Guadalajara, v. 6, n. 11, pp. 594-608, 2015. Disponível em <http://www.redalyc.org/pdf/4981/49815031Ferrer9034.pdf>. Acesso em 01 fevereiro, 2019.

CARVALHO, N. **O uso do smartphone na avaliação da dorsiflexão da tibiotársica, do passo rápido anterior/lateral/posterior e da marcha em idosos**, 2016. Portugal. Disponível em: <http://recipp.ipp.pt/handle/10400.22/2487>. Acesso em 01/11/2016.

DEBERT. G. G. **A reinvenção da velhice – Socialização e Processos de Reprivatização do Envelhecimento**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; FAPESP, 1999.

ESTATUTO DO IDOSO. Lei n.º 10.741, de 1º de outubro de 2003. **Dispõe sobre o Estatuto do Idoso** e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm. Acesso em 01 dezembro, 2017.

FERRIGNO, J. C. O cidadão idoso: consumidor e produtor cultural. (cap. 13), pp. 343-357. ALCÂNTARA, A. de O.; CAMARANO, A. A.; GIACOMIN, K. C. (Orgs.). **Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões**. Rio de Janeiro: IPEA, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9127/1/O%20Cidad%C3%A3o%20idoso.pdf>. Acesso em 01 dezembro, 2018.

FERREIRA, F.; ALMEIDA, N.; ROSA, A. F.; OLIVEIRA, A.; TEIXEIRA, A.; PEREIRA, J. C. **Multimodal and adaptable medication assistant for the elderly: A prototype for interaction and usability in**

smartphones 2013. Disponível em: <http://ieeexplore.ieee.org/document/6615867/> Acesso em 01/11/2017.

FONSECA, S. C. (Org.). **O Envelhecimento Ativo e seus Fundamentos**. São Paulo: Portal Edições, 2016.

FONTECHA, J.; NAVARRO, F. J.; HERVÁS, R.; BRAVO, J. **Elderly frailty detection by using accelerometer-enabled smartphones and clinical information records** 2013. Disponível em: <http://link.springer.com/article/10.1007/s00779-012-0559-5>. Acesso em 01/11/2016.

FREITAS NETO, G. de. **Por uma aproximação mais amigável das pessoas idosas às recentes tecnologias do *smartphone* e *tablet***. Dissertação de mestrado. São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados em Gerontologia. PUC-SP, 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/Dados/Downloads/Gast%C3%A3o%20de%20Freitas%20Neto.pdf>. Acesso em 01 fevereiro, 2019.

FREITAS NETO, G. de; LODOVICI, F. M. M. Pessoas idosas e o manejo de aplicativos *mobile*. Apresentação oral. Ribeirão Preto: I Congresso Brasileiro de Gerontotecnologia, **Revista Medicina da FMUSP**, Ribeirão Preto, 2016.

GILL, Q., PHENNEL, N., LANE, D. **IoT-enabled emergency information supply chain architecture for elderly people: The Australian context**, 2016. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0306437915302192>. Acesso em 01/07/2017.

HAMANO, Y.; NISHIUCHI, N. **Usability Evaluation of Text Input Methods for Smartphone among the Elderly**, 2013. Disponível em: <http://ieeexplore.ieee.org/document/6603516/> Acesso em 01 novembro, 2016.

HARADA, S.; SATO, D.; TAKAGI, H.; ASAKAWA, C. (2016). **Characteristics of Elderly User Behavior on Mobile Multi-touch Devices** Disponível em: http://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-642-40498-6_25. Acesso em 01 novembro, 2016.

HARITOU, M., ANASTASIOU, A.; KOURIS, J.; VILLALONGA, S. G.; GANCEDO, I. O., KOUTSOURIS, D. **Go-myLife: a context-aware social networking platform adapted to the needs of elderly users**, 2013. Disponível em: <http://dl.acm.org/citation.cfm?id=2504343>. Acesso em 01 novembro, 2016.

KATZENSTEIN, T.; SCHWARTZ, G.; ALMEIDA, M. H. M. Reflexões sobre aproximação de idosos a tecnologias de informação e comunicação a partir dos arquétipos Senex e Puer. **Revista Kairós-Gerontologia**, 15(3). São Paulo (SP), Brasil: PUC-SP, pp. 203-218, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/9883/10192>. Acesso em 01 agosto, 2017.

LEVY, B. R.; CHUNG, P. H.; BEDFORD, T.; NAVRAZHINA, K. Facebook as a site for negative age stereotypes. **Gerontology**, *Oxford*, v. 54, n. 2, pp. 172-176, 2014. Disponível em: doi: 10.1093/geront/gns194. Acesso em 01 dezembro, 2017.

KOBAYASHI, M.; HIYAMA, A.; MIURA, T.; ASAKAWA, C.; HIROSE, M.; IFUKUBE, T. **Elderly User Evaluation of Mobile Touchscreen Interactions**, 2011. Disponível em: <http://link.springer.com/article/10.1007/s00779-012-0559-5>. Acesso em 01/11/2016.

KUOPPAMÄKI, S.-M.; TAIPALE, S.; WILSKA, T.-A. **The use of mobile technology for online shopping and entertainment among older adults in Finland**, 2017. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0736585316305342>. Acesso em: 01 julho, 2017.

LEVA, P. G. Di. **Sexualidad Inteligente**. Buenos Aires, Argentina: Editorial Grijalbol, 2016.

LEVA, P. G. Di. **Smartphone: el nuevo “tercero en discordia” entre las parejas**. [Entrevista]. Buenos Aires, Argentina: *Clarín*, 10/01/2017. Disponível em: http://entremujeres.clarin.com/entremujeres/tech/smartphone-nuevo-tercero-discordia-parejas_0_Skz1erxUl.html. Acesso em 01 março, 2017.

LODOVICI, F. M. M. Relatório final de pesquisa (Pesquisador individual-CEPe/PUC-SP): **Os telemóveis e a velhice: a linguagem das novas tecnologias da informação e da comunicação (TIC) e seus efeitos sobre as pessoas idosas**, 2014. (mimeo).

LODOVICI, F. M. M.; SILVEIRA, N. D. R. Interdisciplinaridade: Desafios na construção do conhecimento gerontológico. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, v. 16, n.º 2, pp. 291-306, 2011. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/RevEnvelhecer/article/view/24814/15444>. Acesso em 01 fevereiro, 2019.

LOPES, E. L.; GARCIA, E.; SANTOS, V. M. dos; SCHIAVO, M. A. O novo consumidor idoso: identificação dos atributos varejistas relevantes. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 53, n. 6, pp. 551-564, 2013. Disponível em Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-759020130604>. Acesso em 01 fevereiro, 2019.

LÜDERS, M.; BRANDTZÆG, P. B. **My children tell me it's so simple': A mixed-methods approach to understand older non-users' perceptions of Social Networking Sites**, 2014. Disponível em: DOI: 10.1177/1461444814554064. Acesso em 01 dezembro, 2017.

MARQUES, S. **Discriminação da terceira idade**. Lisboa, Portugal: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2016.

MCGRATH, C.; ASTELL, A. The benefits and barriers to technology acquisition: Understanding the decision-making processes of older adults with age-related vision loss (ARVL), 2016. **Sage Journal**, v. 80, Issue: 2, pp. 123-131. Disponível em: DOI: 10.1177/0308022616667959. Acesso em 01 dezembro, 2017.

MOROZOV, E. **Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política**. Trad.: Claudio Marcondes. São Paulo: Ubu, 2018.

NAKAMURA, A. L. **Exergames: jogos digitais para longeviver melhor**. Dissertação (Mestrado em Mídias Digitais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015, (104 f.).

NERIS, V. P. A.; PESSIN; G.; SERAPHINI, S.; DIAS, T. C.; GONÇALVES, V. P.; JOHNSON, T.; UHEYAMA, J. **Providing adaptive smartphone interfaces targeted at elderly people: an approach that takes into account diversity among the elderly** 2017. Disponível em: <http://dl.acm.org/citation.cfm.?id=3057415>. Acesso em: 01 julho, 2017.

OKUBO, Y.; WOODBURY, A.; LORD, S. R.; DELBAERE, K.. **Adherence to Technology-Based Exercise Programs in Older Adults: A Systematic Review** 2016. Disponível em: <http://europepmc.org/abstract/med/27362526>. Acesso em 01 julho, 2017.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Segunda Assembleia Mundial das Nações Unidas sobre o Envelhecimento**. Madri, Espanha, 2002. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/ageing/madrid-plan-of-action-and-its-implementation/second-world-assembly-on-ageing-2002.html>. Acesso em 01 dezembro, 2017.

ORDONEZ, T. N.; YASSUDA, M. S.; CACHIONI, M. Elderly online: Effects of a digital inclusion program in cognitive performance. **Arch Gerontol Geriatr**, v. 53, n. 2, 216-219, 2011. Doi: 10.1016/j.archger.2010.11.007. Acesso em 01 dezembro, 2017.

PARRA, C.; SILVEIRA, P.; FAR, I. K. **Information Technology for Active Ageing: A Review of Theory and Practice**. Boston: ed. Now Publishers, 2014.

PEEK, S. T. M.; LUIJKX, K. G.; RIJNAARD, M. D.; NIEBOER, M. E.; VAN DER VOORT, C. S.; AARTS, S.; VAN HOOFF, J.; VRIJHOEF, H. J. M.; WOUTERS, E. J. M. **Older Adults' Reasons for Using Technology while Aging in Place**, 2015. Disponível em <https://www.karger.com/Article/PDF/430949>. Acesso em 01 julho, 2017.

PINSKI, J. (Org.). **12 Faces do Preconceito**. São Paulo: Contexto, 2011.

RIVA, G., MARSAN, Paolo A.; GRASSI, C. **Active Ageing and Healthy Living**. Amsterdam: ed. IOS Press, 2014.

SALES, M. B. **Desenvolvimento de um checklist para a avaliação de acessibilidade da Web para usuários idosos.** Dissertação de mestrado em Engenharia de Produção. Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis (SC), 2002. Disponível em: <http://tede.ufsc.br/teses/PEPS2193-D.pdf>. Acesso em 10 junho, 2014.

SALES, M. B.; FIALHO, F. A. P.; GUAREZI, R.de C. Infocentro para terceira idade: relato de experiência de aprendizagem por pares. **Colabor@ – Revista Digital da CVA-RICESU**, 4(13), 2007. Disponível em: http://www.ricesu.com.br/colabora/n13/artigos/n_13/pdf/id_03.pdf. Acesso em 10 novembro, 2011.

SALES, M. B.; ALVAREZ, A. M.; MARIANI, A. C. **Informática para Terceira Idade.** Rio de Janeiro (RJ): Ciência Moderna, 2009.

SALES, M. B. de; AMARAL, M. A. JUNIOR, I. G. S.; SALES, A. B. de. Tecnologias de Informação e Comunicação via Web: Preferências de uso de um grupo de usuários idosos. **Revista Kairós-Gerontologia**, 17(3), pp.59-77, 2014a. São Paulo (SP), Brasil. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/21507/15756>. Acesso em: 06/03/2017.

SALES, M. B. de; MAZZALI, B. R.; AMARAL, M. A.; ROCHA, R. G. O.; BRITO. Inclusão digital de pessoas idosas: relato de experiências de utilização de software educativo **Revista Kairós-Gerontologia**, 17(4), pp. 63-81, 2014b. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/23457/16848>. Acesso em 05/03/2017.

SANTAELLA, L. **Não há divórcio entre a evolução biológica humana e a revolução tecnológica.** [Entrevista especial com Lucia Santaella]. Instituto Humanitas Unisinos, 20/11/2011. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/?id=504504>. Acesso em 01 outubro, 2018.

SANTANA, M. A.; CÔRTE, B.; LODOVICI, F. M. M.; ALVES, V. P. Aliando Tecnologia da Aprendizagem à Qualidade de Vida dos Idosos. **Redes.com**, 7, pp. 269-280, 2008. ISSN 2255-5919.

SANTOS, A. G. dos. **Tecnologias Comunicacionais e Idosos: aproximação ou distanciamento? O caso da Associação dos Funcionários Públicos de São Bernardo do Campo/SP**. Dissertação de Mestrado em Gerontologia. PUC-SP, Brasil, p. 139, 2017.

SENNETT, Richard. **Juntos**. Trad.: Clóvis Marques. (3ª ed.). Rio de Janeiro: Record.

SHIN, W.-K.; LEE, D.-B.; PARK, M.-Y. **Smartphone Adoption using Smartphone Use and Demographic Characteristics of Elderly**, 2012. Disponível em: http://www.koreascience.or.kr/article/ArticleFullRecord.jsp?cn=OGGHBK_2012_v31n5_695. Acesso em 01 novembro, 2016.

SILVA, D. A. S.; PEREIRA, M. M. O.; FERREIRA, M. C. Terceira idade e tecnologia: um estudo sobre a utilização da internet e do comércio eletrônico. **Revista Brasileira de Gestão e Engenharia**, XII, 61-87, 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/Dados/Downloads/230-967-1-PB.pdf>. Acesso em 01 dezembro, 2017.

SILVA, J. R. C. da. **Smartphone Based Human Activity Prediction**. Dissertação de Mestrado (em inglês). Porto, Portugal: Universidade do Porto, 2016. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/67649/2/43638.pdf>. Acesso em: 01/11/2016.

SOUSA, A. C. S. N. de; LODOVICI, F. M. M.; SILVEIRA, N. D. R.; ARANTES, R. P. G. Alguns apontamentos sobre o idadismo: A posição de pessoas idosas diante desse agravo à sua subjetividade. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, v. 19, n. 3, pp. 853-877, 2014. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/RevEnvelhecer/search/search>. Acesso em 01 dezembro, 2017.

SPOSATI, A. Feios, sujos e malvados, pp. 113-119. *In*: PINSKI, Jaime. (Org.). **12 Faces do Preconceito**. São Paulo: Contexto, 2011.

SOUZA, J. J. de; SALES, M. B. de. Tecnologias da Informação e Comunicação, smartphones e usuários idosos: uma revisão integrativa à luz das Teorias Sociológicas do Envelhecimento. **Revista Kairós-Geronto-**

logia, v. 19, n. 4, pp. 131- 154, 2016. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/kairos/article/view/31957/22141>. Acesso em 01 dezembro, 2017.

TACCONI, C.; MELLONE, S.; CHIARI, L. **Smartphone-based applications for investigating falls and mobilit**, 2011. Disponível em: <http://ieeexplore.ieee.org/document/6038808/>. Acesso em 01/11/2016.

VIEIRA, L. J.; SILVA, T. A. da; BARBOSA, A. C. G.; GARCIA, M. C. de M. **As Tecnologias de Informação e Comunicação na Inclusão de Cidadãos da Terceira Idade**, 2017. Disponível em <http://periodicos.unesc.net/sulcomp/article/view/3124>. Acesso em 01 julho, 2017.

Flamínia Manzano Moreira Lodovici - Linguista. Doutora em Linguística pela Universidade de Campinas (IEL/Unicamp, Brasil). É professora Assistente Doutor do Departamento de Linguística (FAFICLA/PUC-SP, Brasil). Docente e pesquisadora filiada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Gerontologia da PUC-SP (Brasil).

E-mail: flalodo@terra.com.br; flodovici@pucsp.br

Gastão de Freitas Neto – Mestre em Gerontologia. Programa de Estudos Pós-Graduados em Gerontologia/FACHS/PUC-SP. Professor de Informática em residência para idosos.

E-mail: gastaofreitas@uol.com.br



X

*Análise de sentimentos sobre
longevidade, no Twitter*



Flávio Morgado
Mirella de Medeiros
Paola São Thiago da Cunha

O artigo pretende analisar os sentimentos sobre longevidade, no Twitter, usando técnicas de *Big Data* e mineração de dados.

A análise de sentimento (ou opinião) é uma área multidisciplinar que engloba as áreas de estatística, computação, linguística e psicologia. Tem como principal objetivo analisar os sentimentos (ou opiniões) dos autores expressos em comentários (BING, 2012).

O aumento da expectativa de vida em todos os grupos de idade evidencia o conseqüente aumento da longevidade na população brasileira, fazendo com que as políticas públicas se voltem com mais intensidade para o contingente de idosos (ERVATTI, BORGES e JARDIM, 2015, p. 78). A análise de sentimentos é um instrumento para a gestão da longevidade, composta de atividades de planejamento, organização, direção e controle do fenômeno da longevidade, que é a maior duração da vida humana e as implicações desse fato.

Segundo Taurion (2013), *Big Data* é uma ferramenta que visa a coletar, extrair, visualizar e analisar uma grande quantidade de dados, estruturados ou não, e que, até então, por limitações técnicas (capacidade de armazenamento, ferramentas de visualização etc.), não era possível.

A análise de sentimentos sobre longevidade no Twitter foi feita mediante a coleta de *tweets* (mensagens do Twitter) em um período, utilizando como parâmetros as seguintes palavras-chave: idoso, idosa, 50+, 60+, aposentadoria, terceira idade, velhice, longevidade. Após a coleta, as mensagens foram analisadas e classificadas como positivas ou negativas em relação à longevidade.

Longevidade

A tabela a seguir mostra a expectativa de vida ao nascer do brasileiro, por sexo, de 1940 a 2015:

Tabela 1 – Expectativa de vida ao nascer - Brasil 1940 / 2015

Ano	Expectativa de vida ao nascer Diferencial entre			
	Total	Homem	Mulher	os sexos (anos)
1940	45,5	42,9	48,3	5,4
1950	48,0	45,3	50,8	5,6
1960	52,5	49,7	55,5	5,9
1970	57,6	54,6	60,8	6,2
1980	62,5	59,6	65,7	6,1
1991	66,9	63,2	70,9	7,8
2000	69,8	66,0	73,9	7,9
2010	73,9	70,2	77,6	7,4
2015	75,5	71,9	79,1	7,2
Δ (1940/2015)	30,0	29,0	30,8	

Fonte: IBGE (2019)

Pesquisas sobre práticas culturais em diversos países identificaram a faixa etária com uma das variáveis determinantes, além da escolaridade, renda e a localização domiciliar. O protagonismo ainda é dos jovens, havendo uma retração relativa dos jovens que formam família e principalmente dos idosos. Os efeitos da idade podem ser equilibrados pela variável escolaridade, principalmente ser for relativa à cultura erudita (CETIC, 2017, p. 56).

Big Data e Mineração de dados

A empresa de consultoria Bain & Company, que publica, desde 1993, a cada dois anos, o relatório “Management Tools and Trends”, com as ferramentas mais utilizadas mundialmente, substituiu o termo *Big Data* por *Advanced Analytics*, com semelhante definição: extração rápida, transformação, carga, busca, análise e compartilhamento de grandes conjuntos de dados (RIGBY, 2017).

Os pilares do *Big Data* são definidos usando-se a fórmula dos “3 V’s”: Volume, Velocidade e Variedade (DAVENPORT, 2014, p. 7). Taurion (2016) acrescenta outros dois V’s, que são a Veracidade e o Valor:

- VOLUME: quantidade de dados a serem analisados;
- VELOCIDADE: tempo de resposta, da pergunta até o dado analisado;
- VARIEDADE: fontes disponíveis dos dados e seus formatos (tabelas em bancos de dados relacionais, textos, vídeos, áudio, imagem etc.);
- VERACIDADE: certeza de que os dados fazem sentido e são autênticos;
- VALOR: retorno obtido pela organização com a implementação da ferramenta.

Segundo Cukier e Mayer-Schönberger (2013), o uso de todos os dados possibilita ver detalhes não percebidos para quantidades menores. O

Big Data fornece uma visão do que é granular: subcategorias e submercados não alcançados pelas amostragens.

O processo de mineração de dados em textos envolve três principais etapas: seleção, indexação e análise de textos. A seleção tem por objetivo montar uma base de dados a ser analisada; a indexação é a etapa onde são extraídos conceitos dos textos por meio da análise de seu conteúdo e traduzidos em termos da linguagem de indexação. Por fim, a análise de textos extrai informação por meio de algoritmos inteligentes e apresenta uma interpretação do conhecimento contido no texto (SILVA, 2016a).

As impressões deixadas na *Web* são valiosas para empresas interessadas na reputação de seus produtos ou serviços. O governo pode utilizar essas informações para compreender o público sobre diferentes aspectos sociais, podendo assim agir de forma mais eficaz (SILVA, 2016b). O estudo da opinião expressa pelos autores em forma de texto é denominado, no âmbito da ciência da computação, análise de sentimento (BO e LEE, 2008).

Lima (2016) propôs o desenvolvimento de *frameworks* computacionais que possibilitassem a análise de aspectos de pessoas inscritas em mídias sociais e que se expressassem por meio delas. Esses aspectos constituem a *persona virtual*, composta de sentimentos, temperamento e personalidade.

A *Web* facilitou a busca das opiniões sobre as experiências das pessoas, dado que cada vez mais as pessoas disponibilizam suas opiniões para todos, conhecidos ou não, por meio da internet. Contudo, o consumo de bens e serviços não é a única motivação daqueles que se expressam ou buscam opiniões on-line. Capone e Arthur (2015) analisaram as contribuições da *Web* para a esfera pública, por meio da discussão no Twitter sobre o Marco Civil da Internet, com objetivo de perceber as grandes polêmicas, a pluralidade do debate e o tipo de mídia que esteve presente no espaço de tempo especificado para análise.

O referido estudo constatou que 77% dos *tweets* coletados tiveram a autoria de vozes especializadas, 12% de não especializadas e 11% de usuários sem definição possível, mostrando que a discussão ocorrida no Twitter, ao menos no período considerado do estudo e na delimitação das *hashtags* utilizadas, não pareceu trazer uma contribuição expressiva sobre a variedade de participantes na “conversa”, devido à especialização e complexidade do tema, mas sobre a variedade das fontes, principalmente as mídias horizontais (mais genéricas, sem muitos bloqueios, nas quais os membros possuem acesso ilimitado ao conteúdo publicado pelos demais), que, naquele período, dominaram o espaço de visibilidade (CAPONE; ARTHUR, 2015).

No contexto da computação, as subáreas que possuem relação com a análise de sentimento são: mineração de dados, processamento de linguagem natural (PLN), inteligência artificial (IA) e ciência cognitiva (BING, 2012).

“A análise de sentimento nas redes sociais consiste em classificar e quantificar textos tirados da internet, cujo propósito é rotular as ideias e opiniões das pessoas” (CUNHA, 2018). Classificação é o processo de atribuir a uma determinada informação, o rótulo de classe à qual ela pertence (RUSSELL; NORVIG, 2013). Os textos são classificados como: neutro (sem emoção) ou emocional (transmite emoção); a parte emocional é dividida em positiva ou negativa. A classificação dos textos originados das redes sociais torna-se complexa, devido ao nível de informalidade desses textos, que incluem gírias e sentimentos expressos em símbolos (CUNHA, 2018).

Resultados

Uma das linguagens mais utilizadas para a análise de dados é o Python. Criada por Guido van Rossum e lançado em 1991, Python é uma

linguagem cujo propósito original não era específico para estudos estatísticos. No entanto, como sua sintaxe é simples e a manutenção de códigos feitos em Python são mais fáceis do que outras linguagens de mesmo propósito, foi popularizado em diversas áreas, incluindo análise de dados.

Existem bibliotecas para o Python que utilizam *deep learning* e *machine learning*, ambas são técnicas usadas para implementação de algoritmos de identificação de padrões. Pela praticidade do uso de tais bibliotecas, a linguagem foi utilizada para a coleta e análise de dados referentes aos temas da longevidade nas redes sociais, com enfoque no Twitter.

Para avaliar como a questão da terceira idade é percebida nas redes sociais, foi implementado um programa em Python para a coleta de postagens relacionadas ao tópico. A rede social escolhida foi o Twitter. Twitter é um *microblog* popular na web 2.0 que permite aos seus usuários compartilhar experiências em tempo real entre sua rede de contatos (seguidores), tendo um limite de 280 caracteres para a escrita de cada texto. A plataforma disponibiliza uma interface fornecida para desenvolvedores, que provê serviços para baixar *tweets* (SILVA, 2016b). Além disso, o Twitter tem uma API (*Application Programming Interface*) simples e bibliotecas para acesso das mensagens em Python. A biblioteca utilizada para acessar os *tweets* foi a Tweepy.

Para essa pesquisa exploratória, foram coletados *tweets* (mensagens do Twitter) entre os dias 21 e 28 de julho de 2019, utilizando como parâmetros as seguintes palavras-chave: idoso, aposentadoria, terceira idade, trabalho do aposentado, velhice e aposentadoria. Foram coletados 39606 *tweets*.

Os *tweets* coletados foram analisados, utilizando-se as ferramentas disponibilizadas pela biblioteca de código aberto TextBlob. Essa biblioteca foi escolhida por oferecer análise de sentimentos de textos e a de treinar classificadores personalizados. Este último critério é importante, pois muitas bibliotecas oferecem bases de dados para análise de sentimentos, mas muitas delas suportam apenas a língua inglesa.

Foi feito um pré-processamento dos textos, eliminando caracteres não alfanuméricos, imagens, vídeos e *links*, para facilitar a análise. Durante o pré-processamento também foram removidos *retweets* (compartilhamento de *tweets* com novos usuários do aplicativo). Após esse pré-processamento, 20457 *tweets* foram analisados e classificados.

Para a classificação dos *tweets* coletados, todos em língua portuguesa, foi implementado um classificador simples, treinado com o Léxico do ReLi (FREITAS, 2013). Os sentimentos relacionados aos *tweets* foram classificados como positivos ou negativos.

Pode-se verificar, na Tabela 2, que 86,16% dos *tweets* analisados estão associados a sentimentos positivos. Essa razão pode indicar que, no período analisado, os usuários da rede social estão sendo positivos em relação às palavras-chave utilizadas. No entanto, essa mesma classificação pode indicar que temas como aposentadoria podem estar sendo referenciadas como piadas, por exemplo, em função da discussão da Reforma da Previdência. Uma limitação da análise é não se considerar a ironia, devido à simplicidade do classificador implementado.

Tabela 2 - Classificação dos *tweets* coletados

Classificação	Número de tweets
Positivo	17626
Negativo	2831
Total	20457

Fonte: Os autores (2019)

Levando-se em conta as datas das postagens, conforme Tabela 3, percebe-se uma disparidade na amostra no dia 24 de julho de 2019, na qual 46,15% dos *tweets* publicados tiveram avaliação negativa. Entretanto, em média, apenas 15,68% dos *tweets* por dia possui um sentimento negativo relacionado a ele. Isto pode ser interpretado como algo positivo, pois, mesmo que entre as postagens classificadas como positivas ocorram piadas, a frequência de comentários negativos ainda é inferior.

Tabela 3 - Classificação dos *tweets* coletados por dia da postagem

Data	Tweets negativos	Tweets positivos	Total
21/07/2019	525	4493	5018
22/07/2019	583	3401	3984
23/07/2019	1191	4184	5375
24/07/2019	3159	3686	6845
25/07/2019	939	4353	5292
26/07/2019	502	4000	4502
27/07/2019	649	3233	3882
28/07/2019	436	4272	4708
Média	616	4092	

Fonte: Os autores (2019)

Foram analisados dados da rede social Twitter, uma base não estruturada, usando-se as bibliotecas TextBlob e Pandas, ferramentas de análise e de visualização de dados. Essas ferramentas abstraem as técnicas de análise de dados (algoritmos de identificação de padrões, estatística, agregações, tabelas dinâmicas, clusters etc.).

No escopo analisado, os resultados apontam para uma visão positiva em relação ao tópico da longevidade, com muitos dos usuários que falam sobre o assunto manifestarem-se de forma positiva. Esse resultado pode apontar uma visão otimista em relação aos idosos entre os usuários da rede social.

Dada à simplicidade do *software* utilizado para avaliar os *tweets* coletados, torna-se necessária a implementação de um classificador mais robusto, possibilitando a classificação mais diversa do que a binária utilizada (positivo e negativo), permitindo analisar nuances entre os sentimentos detectados nas postagens, sendo possível refinar os dados coletados e obter resultados mais precisos.

Para os próximos trabalhos, serão analisados dados de bases estruturadas (IBGE, CAGED, SEADE, DataSUS etc.) e não estruturadas (Redes sociais horizontais: Facebook, Twitter, Instagram etc. e verticais: LinkedIn, fóruns etc.), usando-se ferramentas de análise de dados, visando a modelar e analisar questões de gestão da longevidade: mercado de trabalho, narrativas sobre longevidade, envelhecimento etc., comportamento do idoso em redes sociais e como consumidor, histórias de vida / linhas do tempo em redes sociais, uso de TICs etc.

São também importantes os aspectos de governança de algoritmos em função da possibilidade de arranjos pouco democráticos entre governo e indústria no uso de tecnologias como *Big Data*, Internet das Coisas, Aprendizado de Máquina e Inteligência Artificial (SILVEIRA, 2017). É necessário identificar quais critérios os algoritmos utilizam para classificar os idosos quanto ao crédito, consumo de produtos e serviços, interesses etc.

Referências

BING, L. **Sentiment analysis and opinion mining**. San Rafael-California: Morhan & Claypool publishers, 2012.

BO, P.; LEE, L. **Opinion Mining and Sentiment Analysis**. Boston: Foundations and Trends in Information Retrieval: Vol 2, p. 1-135, 2008.

CAPONE, L. V.; ARTHUR, I. Twitter e esfera pública: Pluralidade e representação na discussão sobre o Marco Civil da Internet. **Revista Contracampo**, Niterói, p. 86-108, 2015.

CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA

SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO (CETIC.BR). **Cultura e Tecnologias no Brasil**: um estudo sobre as práticas culturais da população e o uso das tecnologias de informação e comunicação / Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR - NIC.br. - São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2017.

CUKIER, Kenneth; MAYER-SCHÖNBERGER, Viktor. **Big Data**: Como extrair volume, variedade, velocidade e valor da avalanche de informação cotidiana. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

CUNHA, Paola São Thiago da. Estudo empírico do impacto do tamanho do *corpus* no desempenho do classificador Naive Bayes. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciência da Computação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2018.

DAVENPORT, Thomas H. **Big data no trabalho**: derrubando mitos e descobrindo oportunidades. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

ERVATTI, Leila Regina; BORGES, Gabriel Mendes; JARDIM, Antonio de Ponte (orgs.). **Mudança Demográfica no Brasil no Início do Século XXI**: Subsídios para as projeções da população. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

FREITAS, Cláudia. Sobre a construção de um léxico da afetividade para o processamento computacional do português. **Rev. bras. linguist. apl.** [online]. vol.13, n.4, 1031-1059. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Expectativa de vida ao nascer – Brasil 1940/2015**. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/9490-em-2015-esperanca-de-vida-ao-nascer-era-de-75-5-anos.html>. Acesso em 24/08/2019.

LIMA, A. C. E. S. **Mineração de mídias sociais como ferramenta para a análise da tríade da persona virtual**. Tese (Doutorado em Engenharia Elétrica). Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo. 2016.

RIGBY, Darrell K. **Management tools 2017 – An executive’s guide**. Boston: Bain & Company, 2017.

RUSSELL, Stuart.; NORVIG, Peter. **Inteligência Artificial**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

SILVA, Leandro Augusto da; PERES, Sarajane Marques; BOSCAROLI, Clodis. **Introdução à mineração de dados: com aplicações em R**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016a.

SILVA, N. F. F. D. **Análise de Sentimentos em textos curtos provenientes de redes sociais**. Tese de Doutorado. ICMC-USP - São Carlos, 2016b.

SILVEIRA, Sergio Amadeu GOVERNO DOS ALGORITMOS. **Revista de Políticas Públicas**. v. 21, n. 1, 2017.

TAURION, Cezar; **Big Data**. São Paulo: Brasport, 2013.

TAURION, Cezar. Volume, variedade, velocidade, veracidade e valor: Os cinco Vs do Big Data. **Computerworld**. 17 de junho, 2016. Disponível em: <http://computerworld.com.br/volume-variedade-velocidade-veracidade-e-valor-os-cinco-vs-do-big-data>. Acesso em 24/08/2019.

Flávio Morgado - Bacharel em Matemática pela Fundação Santo André, mestre em Administração (Gestão por Processos e ERPs) pela PUC-SP e doutor em Comunicação e Semiótica (Confiança em Demonstrações Financeiras) pela PUC- SP. É professor da Fundação Santo André e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Tem experiência profissional em Melhoria de Processos e Desenvolvimento de Sistemas. Pesquisa as seguintes áreas: desenho organizacional, governança corporativa e da internet, gestão em saúde, empreendedorismo e Big Data. E-mail: fmorgado@pucsp.br

Mirella de Medeiros - Graduanda em Ciência da Computação pela PUC-SP. E- mail: mirellamedeiros.09@hotmail.com

Paola São Thiago da Cunha - Bacharel em Sistemas de Informação pela PUC- SP. E-mail: pstc25@gmail.com



XI

***Startups e longevidade:
perspectivas para o trabalho e
consumo***



Myrt Thânia de Souza Cruz

Introdução

As *startups* têm sido comumente associadas aos jovens *millennials*, locus de trabalho onde exercem sua criatividade e potencializam embriões de negócios inovadores, escaláveis, replicáveis, em um ambiente carregado de incertezas e riscos. Imagens como jovens descendo de tobogãs, subindo paredes de escalada, jogando pebolim e comendo guloseimas têm sido amplamente difundidas na mídia, gerando imaginário de local específico para esse nicho etário. Com o passar do tempo, porém, percebeu-se a gama de dificuldades na gestão de pessoas das *startups* especialmente no que tange aos processos de liderança, trabalho em equipe, sucessão e relação com o cliente. A aquisição das chamadas *soft skills* necessárias à gestão de pessoas não é fácil; exige tempo, ativo essencial que as *startups* não possuem, devido a urgência com que um ciclo de negócios é feito.

Para alavancar a aprendizagem e acelerar o processo de transferência de conhecimento, as *startups* têm percebido a relevância do convívio intergeracional como modo de potencializar o conhecimento da geração *millennial*. No cenário onde as transformações digitais imprimem seu ritmo acelerado, essa troca de conhecimento torna-se um diferencial competitivo, de modo que as *startups* que usam essa abordagem saíram na frente em termos de gestão do conhecimento. Percebe-se a importância das trocas intergeracionais como possibilidade de abreviação do ciclo de aquisição das *soft skills* para os jovens. Desse modo, entende-se como salutar, escalável e lucrativo a possibilidade de aprendizagem por meio do convívio entre os profissionais experientes e que possuem outras *soft skills* com esses jovens que estão ingressando no mercado de trabalho, caindo literalmente dentro de uma *startup*.

Do mesmo modo, percebe-se que o empreendedorismo de *startups* se tornou promissor para pessoas 50+ cujo caráter inovador dos seus negócios impulsiona criatividade e gera valor agregado para o investidor.

Como investidor anjo ou sócio, este pode ser um espaço potencializador da rentabilidade financeira, apesar do grau de risco envolvido. Do mesmo modo, a longevidade tem sido um campo gerador de *business*, potencializador de inúmeras *startups*, de diferentes modalidades, ofertando serviços e produtos, tanto no Brasil como no exterior.

O capítulo se coloca como um ensaio teórico fundamentado em revisão bibliográfica e análise de documentos de domínio público de materiais produzidos por *startups* e organizações sobre dois eixos: *startups* como espaço de trabalho para 50+ e *startups* como possibilidade de geração de negócios novos.

Cenário do surgimento das *startups*

Ries (2011) define uma *startup* como uma organização dedicada a criar algo novo em condições de extrema incerteza e, portanto, risco. Essa premissa é verdadeira tanto para o empreendedor “de garagem” quanto para um grupo de profissionais experientes. O que ambos têm em comum é a missão de tentar empreender, de descobrir um caminho de sucesso para um negócio sustentável, em um contexto marcado pela incerteza. Segundo o autor, o fato de a *startup* operar com extrema incerteza dificulta prever o futuro dos negócios.

O surgimento das *startups* ocorreu no final dos anos 1980, com a bolha da internet e o desenvolvimento do mercado digital. A definição da palavra *startup* refere-se a empresas que estão iniciando sua operação, ainda em fase embrionária, normalmente ligadas ao ramo de tecnologia e que possuem algum serviço ou produto inovador. Nessa época, o mundo viu surgir vários negócios novos que marcaram as gerações.

No início dos anos 90, com a popularização da internet, inúmeras empresas surgiram na modalidade “ponto.com”, revolucionando os proces-

sos de consumo. Comprar e vender passaram a ser mediados pela internet, proporcionando aos clientes acesso a produtos novos e usados, como foi o caso da empresa Mercado Livre; da mesma forma, o *boom* das compras coletivas e cupons de desconto com empresas como o Groupon e Peixe Urbano (no Brasil) impulsionaram essa modalidade. O surgimento dos buscadores como Buscapé facilitou a pesquisa e comparação de preços entre produtos (SARMENTO; COSTA, 2016; BATTISTI; QUANDT, 2016).

Para Blank e Dorf (2014), *startups* são organizações temporárias em busca de um modelo de negócio que seja escalável, lucrativo e que possa ser replicado, caracterizadas por atividades inovadoras, muitas delas ainda informais. De acordo com Rocha (2008), empresas que conseguem se diferenciar pela inovação podem conseguir vantagens competitivas que lhes permitirão se posicionar melhor frente a seus concorrentes na forma de maior produtividade. Segundo o autor, a inovação possui grande importância para conduzir países a um nível de crescimento contínuo e sustentável.

Segundo Pereira (2012), um dos papéis centrais das *startups* é o de construir novas configurações de trabalho, buscando alternativas econômicas diante das dificuldades enfrentadas para criar e manter novos postos de trabalho, bem como contribuir significativamente para o dinamismo econômico dos países, especialmente aqueles que vivenciam problemas na esfera econômica. Argumenta o autor:

Os desafios impostos pela crise econômica e financeira e pela conseqüente elevada taxa de desemprego levam a que seja necessário procurar soluções criativas para os problemas sociais de hoje e, ao mesmo tempo, arriscar e criar o próprio emprego. Deixaram de existir empregos para toda a vida, a segurança no trabalho é mínima, as taxas de de-

semprego escalam para números nunca antes registados e os empregos que hoje damos como garantidos, poderão deixar de o ser num ano e até deixar de existir daqui a vinte anos (2012, p.10).

Kane (2010) afirma que nos Estados Unidos, por exemplo, as *startups* criam cerca de 3.000.000 de empregos novos por ano, ao mesmo tempo que são responsáveis pela extinção direta de 1.000.000 de empregos velhos, ou seja, no dinamismo do mercado, empresas com velhos formatos são extintas, por não mais conseguirem sobreviver no mercado competitivo, e muitos desses trabalhadores são absorvidos por empresas com novos formatos. Distintamente das empresas tradicionais, as *startups* formam ciclos rápidos de criação e destruição de empregos. Mas o saldo deste processo é considerado positivo, uma vez que a inovação, inerente à própria natureza das *startups*, permite recuperação daquilo que fora perdido anteriormente, ou seja, cada vez mais as *startups* estão se posicionando fortemente nos mercados mundiais.

As *startups* forçam o sistema a se renovar por meio de inovações no processo de “destruição criativa”, no qual as estruturas existentes são substituídas por novas empresas, produtos, processos ou mesmo novas indústrias inteiras são criadas substituindo e alterando o *status* anterior (ROCHA, 2008). No seu nascedouro, as *startups* apresentavam o ciclo completo de inovação. Atualmente, a maioria apresenta camadas de inovação às inovações iniciais, potencializando-as exponencialmente. As *startups*, em sua maioria, são de base tecnológica e se inserem em negócios de alto risco, tendo em vista o alto grau de incerteza e inovação em que atuam. Além disso, por estarem em estágios iniciais, trazem consigo os desafios inerentes a esta fase do negócio. A inovação tem sido de grande importância para o crescimento de algumas indústrias, em especial, como as indústrias de semicondutores, comunicação, biotecnologia e Internet (HISRICH, 1989).

O caráter de inovação e risco está presente em todas as definições de *startups*. Inovação aqui é entendida tomando-se por base a concepção de Shumpeter (1982). Embora o autor não esteja se referindo diretamente às *startups*, precede autores das gerações seguintes, que, inspirados nele, rompem paradigmas cristalizados no mundo dos negócios, partindo da premissa básica desenvolvida por ele, em que o papel central do empreendedor é passar dos arranjos rotineiros aos arranjos de risco, o que requer que esteja em conflito com a ordem estabelecida e com os conservadores da norma.

Para Shumpeter (1982), o empreendedor é aquele que realiza coisas novas, utilizando o talento para aproveitar oportunidades. Neste processo ele se depara com o risco, assumindo-o. O autor destaca a relevância de o empreendedor fazer uso da inovação no seu cotidiano, buscando não só aprimorar tecnologias para otimização de processos, mas também ir além disso, usando a intuição na resolução dos problemas cotidianos. Para o autor, o empreendedor antevê o risco, minimiza-o e se lança em ações que um indivíduo convencional não se lançaria, ou seja, o empreendedor cria situações, processos e procedimentos novos na busca por produtos concretos que podem ser comercializados.

A inovação tem sempre uma história, aquela de um processo. Isso permite transformar uma descoberta, quer se relacione com uma técnica, com um produto ou uma concepção de relações sociais, em novas práticas. No entanto, esse processo não é mecânico porque nem toda descoberta se transforma sempre em inovação a análise da inovação consiste então em compreender o que permite passar de um estágio para o outro (...). A inovação não tem assim nada de uma ação racional, economicamente fundada e pacífica; ela corresponde,

pelo contrário, a uma trajetória quebrada, movimentada, dentro da qual se encontram interesses, crenças e comportamentos passionais (SANTOS; MELO, 2008, p. 59).

Ries (2011), autor e empreendedor relevante no cenário das *startups* desenvolveu o método da *startup* enxuta, uma nova maneira de desenvolver produtos novos e inovadores, marcados pela interação rápida com o consumidor. A *startup* enxuta possui cinco princípios fundamentais: a) sua metodologia pode ser aplicada às empresas de qualquer porte; b) precisa de um modelo de gestão especificamente constituído para seu particular contexto de incerteza; c) deve gerar aprendizado de um negócio que tenha condições de se sustentar; d) precisa construir, medir e aprender. A principal atividade de uma *startup* é transformar ideias em produtos, medir a reação dos clientes e aprender se deve pivotar ou perseverar. Para que uma *startup* seja bem-sucedida deve reunir esforços em acelerar o ciclo de *feedback*; e) precisa ter uma contabilidade para inovação, desenvolvida para atender a realidade das *startups*, visando à medição dos resultados, definição de marcos e priorização do trabalho para melhorar o resultado desse tipo específico de empreendedorismo.

De acordo com Rocha (2008, p. 70):

A estratégia para crescimento acelerado consiste em decisões estratégicas referentes ao contexto onde se insere o negócio, à proposta de valor oferecida, à equipe de empreendedores e de gestores do negócio, às opções de financiamento e às decisões de *timing* (momento de entrada e momento de investimento no mercado). A estratégia de crescimento acelerado compila, portanto, diversos

elementos presentes em empresas de crescimento acelerado estudadas, oferecendo uma opção estratégica para organizar estes elementos com o objetivo de atingir altas taxas de crescimento.

No Brasil, as *startups* vêm ganhando força nos últimos anos impulsionadas pelo crescimento econômico do país na década de 2000, mais especificamente, pela disseminação de novas tecnologias, criação de novos formatos de negócios e estilos de gestão. Para a Associação Brasileira de *Startups* (2013), organização sem fins lucrativos, cujo objetivo central é fomentar o empreendedorismo digital e que reúne empreendedores dessa modalidade, o Brasil possui cerca de 10 mil empresas de inovação tecnológica, com aportes que somaram, em 2012, aproximadamente R\$ 1,7 bilhão de reais. Para essa entidade, o conceito de *startup* é o de “empresa de base tecnológica, com um modelo de negócios repetível e escalável, que possui elementos de inovação e trabalha em condições de extrema incerteza”. Este conceito engloba aspectos discutidos tanto por Reis (2011) quanto por Kane (2010).

O SEBRAE (2011) define *startup* como uma empresa nova, até mesmo embrionária ou ainda em fase de constituição, que conta com projetos promissores, ligados à pesquisa, à investigação e ao desenvolvimento de ideias inovadoras. Por ser jovem e estar implantando uma ideia no mercado, outra característica das *startups* é possuir risco envolvido no negócio, embora sejam empreendimentos com baixos custos iniciais e sejam altamente escaláveis.

Vargas, Gonçalves e Gonçalves Filho (2019) realizaram estudo bibliométrico da produção científica sobre *startups*, inovação aberta e capacidades dinâmica e absorptiva, analisando 92 artigos publicados entre 2003 e 2018, indexados à *Web of Science*, e chegaram à conclusão de que este é um campo promissor para novos estudos, tendo em vista a amplitude dos ecossistemas de negócios aos quais estão abordando.

Startups como cenário de trabalho para 50+

Na perspectiva da Gestão da Diversidade, as *startups* estão percebendo o valor das trocas intergeracionais como forma de acelerar a curva de aprendizagem dos jovens *millenius*. A Revista Exame (2019) apresentou reportagem falando dos benefícios de se contratar estagiários “sessentões”, por estes apresentarem resiliência, comprometimento, prudência na tomada de decisão em momentos de crise e o desenvolvimento de competências socioemocionais, as chamadas *soft skills*, difíceis de serem desenvolvidas com a rapidez que o mercado demanda. O CIEE, Centro de Integração Empresa Escola registrou crescimento desse perfil de estagiário no seu banco de dados.

O surgimento da *startup* Maturijobs é um exemplo do potencial da longevidade, tanto como *business* quanto como inclusão da diversidade etária, cujo objetivo é ser um negócio inovador para recolocar no mercado quem tem mais de 50 anos. Essa plataforma reúne “oportunidades de trabalho, desenvolvimento pessoal, capacitação profissional, empreendedorismo e *network*” fazendo o *link* entre as empresas que buscam esse perfil com os profissionais disponíveis no mercado. Essa é uma perspectiva que vem ganhando forças no mundo inteiro, tendo em vista as mudanças demográficas, com alta taxa de envelhecimento, aumento da expectativa de vida e baixa taxa de natalidade. Trata-se de mutações que o mundo do trabalho já está passando e que impulsiona o crescimento de mercados na área.

Freitas (2018) realizou Dissertação de Mestrado sobre negócios de impacto social e inovação social como forma de criação de negócios da longevidade, mapeando experiências no Brasil que se inserem no que a autora denomina Revolução da Longevidade. No seu estudo, amplia as perspectivas para além do consumo, apresentando dimensões das relações de trabalho, mobilidade urbana e inovação social. A autora aponta que os gestores irão se

deparar com um cenário em que a presença dos idosos será cada vez maior nas empresas e estas devem se preparar para recebê-los, de forma a estimular a produtividade adequada.

Gerando novos negócios da longevidade

O século XXI tem sido atravessado por inúmeras transformações tecnológicas e demográficas que transitam por deferentes áreas de saberes, impulsionando mudanças drásticas na gestão das pessoas dentro das empresas e nas relações de consumo. A chamada 4ª Revolução Industrial se estabelece com toda a força, transformando os contornos das relações entre as pessoas e os meios de produção, metamorfoseando o papel do capital humano e agregando a ele essa forma de simbiose com a tecnologia, por meio da automatização dos processos de trabalho (DUQUE; DIAS; FERREIRA, 2018), terreno este facilmente ocupado pelas *startups*.

Schwab (2017) afirma que estamos no início de uma revolução que alterará a maneira como vivemos, trabalhamos e nos relacionamos, sendo que sua escala, escopo e complexidade compõem uma dimensão nunca antes vista na história da humanidade. Seu impacto vai além da simples digitalização, ganhando proporções cada vez mais complexas de inovação que impactam o modo de relacionamento entre as pessoas, as organizações, e, sobretudo, pela dimensão inédita do relacionamento ser humano-máquina.

Nessa atmosfera de intensa mutação e escassez de recursos, os negócios da longevidade serão estratégicos para a economia, tendo em vista as transformações na demografia. Aliadas a esse ambiente volátil, de alto risco, as *startups* estão mais propensas a desenvolverem negócios competitivos, tendo em vista seu curto ciclo de vida, estrutura enxuta e pouca hierarquização na tomada de decisão, o que as torna ágeis e capazes de

responder às demandas novas. Desse modo, a junção desse tipo de empreendedorismo de inovação aliado às demandas da longevidade proporcionam o surgimento de negócios potentes.

Iniciativas como o Aging 2.0, que tem como objetivo apoiar inovadores em negócios da longevidade, consultorias como Ativen – Envelhecimento Ativo, o Espaço Longeviver/Portal do Envelhecimento, a brasileira EuAvô, a Dinneer, dentre outros entrantes que diariamente surgem no mercado impulsionam novos negócios e alargam as fronteiras de serviços e produtos. De olho nesse mercado que há tempos deixou de ser de nicho, as *startups* se especializam, ouvem seu público-alvo e os contratam para trabalharem internamente, movimento que só tende a crescer.

Considerações finais

O cenário de negócios da longevidade é promissor nos diversos segmentos, tanto para serviços quanto para produtos. Rompidas as barreiras tecnológicas de inclusão digital, esse público tem absorvido as inovações produzidas pelas *startups*, tanto como clientes de novos negócios quanto como trabalhadores, profissionais atuantes dentro delas. Impulsionados pelo *boom* da Gestão da Diversidade, a inclusão dos 50+ tem se configurado como meta para as empresas globais. As *startups* perceberam que aí residiam oportunidade para gerar inovação e competitividade.

Com as experiências acumuladas em suas trajetórias profissionais, os velhos transferem seus conhecimentos em processos de mentoria para que os jovens possam acelerar seu processo formativo, tendo em vista que a aquisição da *soft skills* não ocorre da mesma forma como de adquirem as *hard skills*. Ademais, sem tantas barreiras tecnológicas, os velhos se inserem nesse competitivo mundo das *startups*, aportando recursos como investidores anjos, ou mesmo como sócios.

Conclui-se, então, que a Economia da Longevidade deve ser estimulada e desafiada a inovar, cada vez mais, pois esta tem espaço de crescimento no competitivo mercado global, e que o Brasil é um cenário promissor para tais negócios.

Referências

BLANK, Steve; DORF, Bob. **The startup owner's manual: The step-by-step guide for building a great company.** BookBaby, 2012.

FREITAS, F. C. R. (2018). **Negócios de impacto social e inovação social: contribuições para a Revolução da Longevidade.** Dissertação apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Administração, PUC-SP, 2018.

HISRICH, R. **Characteristics and background of entrepreneurs. Entrepreneurship starting developing and managing a new enterprise.** Boston, p. 47-90, 1989.

KANE, Tim J. **The Importance of Startups in Job Creation and Job Destruction.** Hudson Institute. Kaffuman Foundation Research Series: Firm Formation and Economic Growth, p. 12, 2010.

PEREIRA, Ariana Soraia Brás Barroso. **Análise de um projeto empreendedor: Startup Pirates.** 2012. Mestrado Integrado em Engenharia Industrial e Gestão. Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Portugal.

RIES, E. **The Lean Startup: how today's entrepreneur use continuous innovation to create radically successful businesses crown business,** September, 2011.

ROCHA, Fabrício Bolsi. **Proposta de modelo para geração de valor substancial e estratégia de crescimento acelerado em startups.** 2008. Mestrado em Administração de Empresas. Escola de Administração de Empresas de São Paulo. FGV. São Paulo.

SARMENTO, M. R. C.; COSTA, L. F. L. G. O papel das aceleradoras na consolidação de novas empresas de cultura empreendedora a luz da metodologia *lean startup*. Empírica BR **Revista Brasileira de Gestão, Negócio e Tecnologia da Informação**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 65-86, set. 2016.

SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **A micro e pequena empresa no Brasil**. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/>. Acesso em 20 de agosto de 2019.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

VARGAS, V C. V.; GONÇALVES, C. A.; GONÇALVES-FILHO, C. (2019): Startups, inovação aberta e capacidades dinâmica e absorptiva: um estudo bibliométrico. **Revista Contribuciones a la Economía** (abril-junio 2019).

Sites consultados:

REVISTA EXAME: <https://exame.abril.com.br/negocios/5-beneficios-em-contratar-estagiarios-sessentes/>. Acesso em 21/08/2019.

GLOBO.COM:<https://g1.globo.com/bemestar/blog/longevidade-modo-de-usar/post/2018/05/06/negocios-da-longevidade-a-proxima-fronteira-do-mercado.ghtml>. Acesso em 21/08/2019.

Dinner: <https://dinneer.com/blog/idosos-se-tornam-protagonistas-de-startups/>. Acesso em 21/08/2019.

Maturijobs: <https://www.maturijobs.com/>. Acesso em 21/08/2019.


Myrt Thânia de Souza Cruz – Graduação em Psicologia pela PUC-SP, Mestrado em Psicologia e Doutorado em Ciências Sociais: Antropologia, ambos pela PUC- SP. É docente do Departamento de Administração da PUC-SP. Possui certificado em Formação de Professores e Formadores Online. Atua como psicóloga Clínica e Organizacional. Ministra disciplinas

no MBA de Marketing; cursos de Recrutamento e Seleção Baseados em Competências; Treinamento e Desenvolvimento; Consultoria Interna de Recursos Humanos; Gestão de Políticas Sociais. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Política e Planejamento Governamentais, atuando principalmente nos seguintes temas: políticas públicas, desenvolvimento sustentável e gestão de projetos sociais. E- mail: myrt@pucsp.br



XII

Ateliê do Longuevidade-Inovação em projetos para os idosos



Ana Gabriela Sturzenegger Michelin
Ronaldo Frederico

Inovação – Literatura e Conceitos

De acordo com a etimologia das palavras, o termo criatividade deriva do latim “*creare*” que significa criar, inventar, fazer algo novo. Já a palavra inovação vem do latim “*innovare*” que significa tornar novo, mudar ou alterar as coisas introduzindo-lhes novidades, renovar (PAROLIN, 2001).

A literatura, de uma forma geral, diferencia a criatividade da inovação como sendo a primeira geração de ideias, através de conceitos, teorias e processos que se apresentam ao longo da história; e a segunda, como a prática, o fazer, a implementação das ideias geradas pela criatividade.

O estudo de ambas, criatividade e inovação, tem um aspecto multidisciplinar e recebe contribuições de diversas áreas das ciências humanas como a filosofia, psicologia, sociologia e administração, dentre outras.

A inovação, ao contrário da criatividade, não apresenta estudos históricos mais aprofundados, baseados em aspectos subjetivos do ser humano e sua interação com a sociedade e o meio em que vive. As abordagens sobre inovação são baseadas, principalmente, no aspecto concreto de seu resultado, como um novo produto ou serviço bem como o meio utilizado para produzi-lo (tecnologia, por exemplo).

A chamada Teoria da Inovação foi formulada pelo economista austríaco Joseph Alois Schumpeter, ao observar que as longas ondas dos ciclos do desenvolvimento no capitalismo resultavam da conjugação ou da combinação de inovações, que criam um setor líder na economia, ou um novo paradigma, que passa a impulsionar o crescimento rápido dessa economia (KLEINKNECHT, 1990, p. 89).

Os estudos sobre a criatividade e a inovação na área das organizações são relativamente recentes. Muitos deles procuram enquadrar na área organizacional as teorias e pesquisas existentes nos campos das artes, psicologia, educação, história, ciência, entre outros.

Inúmeros são os livros e artigos na área do *management* que tratam do tema criatividade e inovação. Profissionais de todas as origens e especialidades tornam-se parte do universo da administração, sejam por meio de palestras, *workshops*, publicações ou pesquisas.

Além de vasta, a bibliografia sobre o tema criatividade e inovação aplicada às organizações é também ampla, desde uma abordagem atitudinal até relatos de experiência prática sobre possíveis erros e acertos em empresas, por meio de modelos de processos criativos.

Podemos dividir a literatura sobre criatividade e inovação nas empresas em três tipos básicos:

1. Baseada em casos reais. A partir de uma análise empírica de fatos que ocorreram em diversos casos, os autores constroem modelos que se sustentam por meio dos resultados obtidos nas empresas, conceituando-os como certos e errados. Verifica-se o contexto em que os resultados foram obtidos e busca-se extrair quais as razões que levaram ao sucesso ou ao insucesso.

2. Baseada em Teorias Médicas Neurológicas e da Psicologia. Uma vez que criatividade e inovação são fenômenos inerentes ao ser humano, aplicam-se as diversas teorias da neurologia e da psicologia para melhor entender e conceituar o tema. Alguns autores abordam primeiro a psicologia aplicada à organização para depois inserir a criatividade e inovação no contexto.

3. Baseada em processos e procedimentos. Conceitua-se criatividade e inovação como algo tácito, possível de se aprender e ensinar, sendo gerada uma série de processos os quais consistem em diversos passos

para se obter os resultados esperados. Criam-se fórmulas para sua aplicação prática.

O *best-seller* **As 10 Faces da Inovação** (2007), dos autores Tom Kelley e Jonathan Littman, apresenta as estratégias utilizadas por sua empresa de design, a IDEO, localizada em Palo Alto (EUA), para estimular o pensamento criativo através da construção de dez diferentes personagens rotulados como “o antropólogo”, “o saltador de obstáculos”, entre outros. Por meio de exemplos práticos, as diversas situações, envolvendo várias empresas, são apresentadas individualmente, de forma específica, e assumem a forma dos personagens criados, passando a ser um modelo de solução para o contexto global, em um processo simples de indução. A abordagem dos autores possui como fio condutor o aumento da receita e da lucratividade como métricas de sucesso do processo criativo, sendo um exemplo dentro do contexto de casos reais.

Porém, o ponto crucial da abordagem utilizada no referido livro, é apresentada por um dos autores, Tom Kelley, em uma entrevista realizada em 2001, para a revista **Executive Digest**: *“este livro é para desmistificar o processo criativo. Não falamos de meia dúzia de geniozinhos. Falamos de inovação coletiva. É uma ferramenta de gestão”*. Sendo uma ferramenta de gestão, é necessário que os objetivos estejam claramente definidos, bem como as métricas. Como identificar se uma ideia ou atitude é mais criativa do que outra? Como saber se um indivíduo é mais inovador que seu colega? As respostas dadas pelas organizações a estes questionamentos partem sempre do princípio da definição de objetivos e métricas quantitativas e, preferencialmente, financeiras.

Já o famoso guru da administração, Peter Drucker, no livro **Inovação e Espírito Empreendedor**, apresenta uma visão sobre processos existentes em diversas empresas que, baseados em suas experiências e observação

de casos reais, podem ser desenvolvidos e constantemente melhorados para se obter o máximo do que chama de “fontes de oportunidades inovadoras”. De acordo com Drucker:

A inovação é o instrumento específico dos empreendedores, o meio pelo qual eles exploram a mudança como uma oportunidade para um negócio diferente ou um serviço diferente. Ela pode bem ser apresentada como uma disciplina, ser apreendida e ser praticada. Os empreendedores precisam buscar, com propósito deliberado, as fontes de inovação, as mudanças e seus sintomas que indicam oportunidades para que uma inovação tenha êxito. Os empreendedores criam algo novo, algo diferente; eles mudam ou transformam valores. (DRUCKER, 1987, p. 39)

Estas fontes ou princípios da inovação são enumerados pelo autor como, entre outros, o inesperado, as incongruências, mudanças demográficas, percepção, conhecimento novo, ideia brilhante.

As conclusões são obtidas por Drucker após uma análise superficial dos objetos que compõem suas observações. Os inúmeros casos reais que cita durante as passagens do livro, demonstram um foco no resultado obtido, e não nas consequências mais amplas (fundamentalmente não indicam um método). Por exemplo, o número de patentes é uma informação importante, para Drucker, na análise das oportunidades de inovação, independentemente de quais os benefícios (ou malefícios) estas patentes possam socialmente trazer. A propósito deste assunto, Drucker é bastante enfático em sua teoria:

Os empreendedores inovam. A inovação é o instrumento específico do espírito empreendedor. É o ato que contempla os recursos com a nova capacidade de criar riqueza. A inovação, de fato, cria um recurso. Não existe algo chamado de “recurso” até que o homem encontre um uso para alguma coisa na natureza e assim o dote de valor econômico. Até então, cada planta é uma erva qualquer e cada mineral apenas uma outra rocha” (DRUCKER, 1987, p.39). “.... O mesmo é verdadeiro para as esferas social e econômica. Não existe maior recurso em uma economia do que o “poder aquisitivo”. E o poder aquisitivo é criação do empreendedor inovador (DRUCKER, 1987, p. 40)

Howard Gardner, em estudos sobre as inteligências múltiplas, apresenta a inovação como produto da criatividade, sendo a última matéria-prima necessária para que a inovação possa existir.

O americano Peter Senge, autor de diversos livros, entre eles “A Quinta Disciplina”, baseia sua teoria no processo constante de inovação nas empresas. Segundo ele,

a raiz da inovação está na teoria e nos métodos, não na prática. Absorver as melhores práticas, como tem estado na moda, não gera aprendizagem real. A organização que aprende não é uma máquina de “clonagem” das melhores práticas de outros. As cinco disciplinas são hoje fundamentais para enfrentar tempos de crise (SENGE, 1998)

Senge compreende que a empresa deve trabalhar como um organismo pensante, com processos e métodos bem definidos para que os objetivos sejam atingidos. Não é suficiente ter apenas algumas “cabeças pensantes” e copiar modelos de sucessos de outras empresas. Há que se construir uma metodologia empresarial que canalize os esforços da companhia, de acordo com suas características, para o seu sucesso.

Dessa forma, podemos afirmar que as empresas estão interessadas na criatividade ou na inovação? Ou em ambas? Os diversos esforços e ações existentes nas empresas levam em consideração todas as teorias apresentadas anteriormente? Qual o principal objetivo da criatividade e inovação nas organizações?

Tendo por base a literatura disponível, as respostas para as questões acima encontram-se na definição de que inovação é a criatividade transformada em forma de mercadoria, algo que possa ser trocado, comercializado. Dentro do sistema capitalista, o principal objetivo das organizações é maximizar o lucro. Portanto, a utilização da criatividade e inovação deve servir a este objetivo e, assim sendo, o foco é na inovação que gera valor de troca para a empresa.

Inovação e o longeviver

Com o aumento da população idosa frente ao total da população no Brasil, com a extensão da expectativa de vida ao nascer (IBGE, 2018), mas principalmente com as mudanças de hábitos e atitudes das pessoas idosas que esse novo cenário promove constatada pela pesquisa do SPC, nos deparamos com um grande desconhecimento sobre essa população.

O desconhecimento se dá pela baixa representatividade da população idosa no total da população – até então -, e por isso, mas não somente por isso, pelo desinteresse rodeado de preconceitos de toda a sociedade,

como bem descreve Suzana Tótora, em seu livro **O que vamos fazer com os velhos** (São Paulo, 2015).

A exclusão deste público é ainda maior no universo das empresas, do mercado de consumo, exceto aqueles mercados que são especializados ou que tem estes consumidores como seu *target* principal, como acontece com o mercado da saúde. São poucos os mercados que já se abrem às novas atitudes dos idosos que buscam por mais bem-estar e melhor qualidade de vida, realização de projetos e sonhos. São poucas as empresas que desejam e fazem planos para ampliar suas atuações direcionando-as também à terceira ou quarta idade.

A pesquisa realizada com os cinco maiores institutos de pesquisa de mercado do Brasil na dissertação de Michelin (2017) confirma a ausência do público idoso nas informações empresarial.

Nesta mesma pesquisa, com um estudo do estado da arte sobre o mercado de consumo e a terceira idade no Brasil, também fica evidente a importante função das novidades tecnológicas para este público. Como já citado anteriormente, as inovações tecnológicas estão em muitas das inovações atuais e, no contexto do longeviver, suportam soluções que ampliam o repertório de atividades, de interações, e até mesmo de segurança destes indivíduos. Vemos empresas que desenvolvem relógios que comunicam a queda ou o mal-estar para parentes, aplicativos que controlam os medicamentos, novos jogos para memória, e ainda toda a ampliação de relacionamentos e interações sociais promovidas pelas redes sociais. Pesquisas recentes desmistificam a ideia de que os idosos e as novas tecnologias estão distantes. É o contrário, os *smartphones*, computadores e *tablets*, por exemplo, promovem uma maior inserção social, relacionamentos, atividades e informações ao segmento populacional dos idosos que tem mais disponibilidade para usufruir e se beneficiar desses benefícios tecnológicos.

Se por um lado temos um público idoso que aumenta em quantidade e em diversificação de hábitos e atitudes, por outro lado temos uma lacuna de conhecimento, informações e ofertas deste, e para este público, que atendam a estas vidas mais recheadas de atividades, desejos e planos, mas também recheadas de necessidades específicas da idade.

Neste cenário, a inovação, no seu sentido concreto com produtos e serviços, pode contribuir para um movimento social e econômico de inserção dos idosos, ampliando as informações, soluções e ofertas para este público, promovendo entregas mais adequadas às suas necessidades, uma vida de mais prazer, mais conforto, bem-estar e autonomia.

Assim como considerar e incluir este público e suas necessidades específicas nos planos das empresas, promover inovações voltadas ao Longeiver, e atender a estas novas demandas, é ampliar as ofertas do mercado e naturalmente promover crescimento de negócios, principalmente intensivos, e por diversificação, segundo as nomeações de Kotler (2000).

Atelier do longeiver com o Lavrador de Ideias - uma metodologia de processos e procedimentos de inovação

O trabalho de inovação é, e está, cada vez mais presente nas empresas, dos mais diferentes mercados, sempre em busca de evolução, distinção e atratividade para suas marcas, produtos e serviços.

A necessidade de inovação se dá por diversos motivos: para reativar uma marca, para superar inovações da concorrência, para baratear os custos do produto, para expandir o *portfólio*, para encontrar novos *claims* de posicionamento, entre outros motivos.

Mas, o que de fato um produto ou serviço inovador faz é causar impacto na vida das pessoas e transformar positivamente e para sempre a forma de essas pessoas viverem, trabalharem, se relacionarem, com mais

facilidades, praticidades, conforto e prazer, ou seja, proporcionam uma vida melhor. Além disso, para as empresas e gestores é um certo caminho para adquirir novos consumidores e /ou fortalecer a conexão e fidelizar os consumidores atuais. Realizar uma inovação não é fácil. Começar sozinho, sem técnicas, sem processos ou qualquer experiência é praticamente impossível. Por isso, uma metodologia, com um processo estruturado pode ajudar.

A metodologia Lavrador de Ideias, que apresentaremos a seguir, foi elaborada por Ana Gabriela Sturzenegger Michelin, uma das autoras deste capítulo. Sua metodologia foi elaborada a partir de sua vasta experiência prática em dezenas processos de inovação, para diferentes empresas, marcas e produtos, com o estudo aprofundado de teorias e técnicas disponíveis, a fim de disponibilizar e ter em mãos uma ferramenta prática, efetiva e completa, que ajude os gestores nesse importante processo de inovação.

Muitas técnicas de inovação atuam em momentos pontuais do que deveria ser um processo completo de inovação. Por exemplo, fazer somente o trabalho de imersão no *target* e não gerar *insights* a partir das informações colhidas, não traz resultados para a empresa. Assim como fazer gerações de ideias e não saber o que fazer com elas também não traz resultados para a empresa. O processo apresentado aqui tem como objetivo ser um verdadeiro processo, completo, que considera desde a imersão e total empatia com o *target* até a prototipação das principais ideias. É também fundamental a integração de quatro importantes aspectos de um novo desenvolvimento. São eles:

- Algo que agregue positivamente ao consumidor;
- Algo que esteja em linha com os objetivos estratégicos da empresa;
- Algo que seja viável tecnologicamente;
- Algo que seja viável economicamente para a empresa.

Antes de entrarmos na metodologia em si e suas cinco etapas, é fundamental ter claro o que é importante para a formação e formalização do grupo de pessoas, do time, que irá compor o projeto de inovação em questão.

O projeto é realizado sempre por uma equipe multidisciplinar e heterogênea, pois a mistura e colaboração de várias mentes pensantes em diversas áreas é mais capaz de enxergar e decifrar o inusitado. Cada pessoa traz consigo suas vivências, suas histórias, seu *background*. Independentemente do cargo que ocupa, do *status*, do lugar social, da profissão, dos *hobbies*, cada pessoa possui sua singularidade, vivendo e sentindo diferentemente cada momento da sua vida. E são esses múltiplos olhares e sentimentos que se busca com esse time multidisciplinar. Na formação deste time pode-se incluir profissionais de diferentes áreas da empresa: do MKT, do P&D, do chão de fábrica, do RH, do estoque, do *trade*, além de parceiros e fornecedores, como agências, pessoal da empresa de embalagens, contabilidade, entre outras. Pode-se também convidar pessoas de fora da empresa, com *expertises* ou interesses específicos. A inclusão dos apaixonados pelo que fazem, *high users* de tecnologias, leitores de uma grande gama de artigos e publicações e pessoas com trabalhos ou *hobbies* diversificados e inusitados sempre somam positivamente. É fundamental que os participantes sejam comunicativos que participem de forma natural e “sem vergonha”.

Em algumas etapas do projeto, quem participa é este grupo completo, já em outras etapas quem participa é um grupo menor, dos gestores do projeto.

Ainda antes da metodologia em si e suas cinco etapas, é preciso também objetivar e delimitar o projeto buscando as respostas das seguintes importantes perguntas iniciais:

- Qual é a questão ou problema a ser trabalhado? Qual a pergunta a que buscamos responder?
- Quais as restrições existentes? Alguma restrição financeira? Alguma restrição de produção? Alguma restrição estratégica? Alguma restrição de prazos?

Com a equipe montada e as perguntas anteriores respondidas, inicia-se a jornada da lavoura, ou seja, o processo de inovação em si. O Lavourador de Ideias contém cinco principais etapas:

- Arando o solo;
- Semeando a terra;
- Irrigando a plantação;
- Colhendo os frutos;
- Selecionando a colheita.

Arando o Solo

Arar o solo é prepará-lo para a plantação. É olhar para dentro dele, mexer a terra, fazer covas, imergir na profundidade necessária para só depois semeá-lo.

É a fase da imersão na vida dos consumidores e da empatia. É planejada e desenvolvida de acordo com o objetivo e tema de cada projeto em busca de uma experiência de empatia completa com o consumidor. Diferentes atividades são criadas, com o objetivo de proporcionar um mergulho dos participantes no universo de estudo, para fazê-los ver com novos olhos, sentir com um novo coração, se envolver totalmente neste universo para fazer parte dele e, assim, deixar surgir as novas verdades, lacunas e necessidades destes consumidores pesquisados.

Podem-se criar ambientes virtuais, em que cada pessoa do grupo poderá dividir instantaneamente suas experiências, sentimentos, pensamentos e *insights* dessa fase

Semeando a terra

Semear a terra é nutri-la de sementes férteis, onde cada uma tem o potencial da vida, de crescer para florescer e dar frutos.

Esta é a fase dos *Insights*! Das verdades absolutas dos consumidores que são potentes em necessidades e pedem por soluções. Nesta fase, as experiências e percepções da fase anterior são divididas entre todos os participantes através de atividades criadas exclusivamente para cada projeto, ficando todos no mesmo patamar de conhecimento e inspiração. O conhecimento é, então, traduzido em *Insights*. Neste contexto, definimos *insights* como uma verdade absoluta do consumidor, mas uma verdade que pede por uma solução, que busca uma resposta, que aponta uma necessidade. Os *insights* podem vir de verdades positivas ou de verdades negativas, isso não importa. E não precisamos neste momento. Em absoluto, pensar nas soluções e, sim, somente escrever os *insights*. Os *insights* são então escritos, preferencialmente em primeira pessoa para aproximar o consumidor desta verdade para dar vida ao consumidor. Com todos os *insights* em mãos, é hora de criar territórios, ou seja, agrupá-los em temas. Frente a estes territórios, pode-se decidir com quais o grupo deve seguir e quais devem ser descartados por estarem fora dos objetivos do projeto.

Irrigando a plantação

Irrigar a plantação é dar água e com a água vem o broto. Este é o momento de produzirmos as ideias. É comum muitos gestores considerarem esta a fase mais importante, e muitos projetos se concentram somente nela, porém, esta fase é tão importante quanto as demais. As dinâmicas e atividades desta fase também são criadas de acordo com cada projeto para ajudar a criar, recriar, co-criar neste dia.

Sobre a geração de ideias é importante dizer que todos somos hábeis para gerar ideias. Uma nova ideia surge basicamente através da ligação de duas ou mais informações, que juntas, estabelecem algo novo. E isso todos nós somos capazes de fazer. Como cada pessoa traz seu repertório próprio, cada um é capaz de fazer suas próprias conexões. Nossa mente está habituada a fazer estas conexões e criar o novo, e isso fazemos para as pequenas coisas em nossas vidas, para resolver problemas, para sair de situações ainda não vividas. Quando este trabalho é feito em um grupo, os repertórios podem se cruzar e as possibilidades de inovação ficam potencialmente multiplicadas. As atividades propostas neste dia buscam facilitar estas conexões e por isso é ideal ter um grupo bastante heterogêneo.

As dinâmicas deste dia devem ser muito bem planejadas para responder aos objetivos de cada projeto. Deve-se também levar em conta o perfil da empresa, do cliente, do mercado, produto ou serviço e criar dinâmicas que correspondam à estas expectativas.

Além disso, o encadeamento e fluxo das dinâmicas também é de total relevância para o sucesso de um trabalho de geração de ideias e podem ser propostos em três momentos: 1) “limpar a mente”: dinâmicas para que os participantes externem todas as suas ideias pré-concebidas, que esvaziem os pensamentos e conexões pré-existentes e sintam que as ideias todas já estão esgotadas; 2) dinâmicas que promovam novas conexões, aquelas nunca antes pensadas. Aqui é um farto uso dos *insights* gerados na etapa anterior 3) dinâmicas que levam as conexões para muito fora da caixa, num nível ainda mais profundo de relações, com a busca de repertórios esquecidos, conexões paralelas e estímulos emocionais.

Portanto, é preciso técnica, experiência, criatividade e método para um dia de geração de ideias. Apesar disso, é um dia de criatividade; portanto, pede por um ambiente inusitado, agradável, acolhedor e inspirador, pessoas livres, corpos em movimento e alimentados, estí-

mulos aos cinco sentidos e atividades lúdicas. Atividades para estimular o corpo, fazendo a energia fluir, ajudam a ativar a mente para que as ideias possam aflorar.

É um dia sem filtros, no qual cada pensamento é muito valioso! Não há certo e nem errado, tudo vale. Isso porque, uma ideia inicialmente inviável ou péssima, se é que podemos dizer isso de qualquer ideia, pode ser o trampolim para uma ideia viável ou genial.

Colhendo os frutos

Colher os frutos é apanhar um a um, olhar para cada um, ver se está maduro e se já está na sua hora. Com todas as ideias em mãos, entramos para esta quarta fase, na qual consideramos as limitações de execução do projeto e com isso separamos as ideias que são mais viáveis das menos viáveis, além de agrupá-las por territórios de ação.

Alguns parâmetros são fundamentais nesta fase, já outros podem existir a cada projeto, conforme a necessidade. Os parâmetros que são fundamentais são:

- O quanto tal ideia corresponde a estratégias e posicionamento da empresa e da marca?
- Qual o nível de investimentos necessário?
- Qual a necessidade tecnológica?
- Qual o tempo de execução?
- Quanto é diferenciada?
- Quanto é interessante e atrativa ao consumidor?

Inicialmente excluimos as ideias que estão fora da estratégia ou posicionamento desejado, excluimos as ideias que pedem por um investimento acima do possível e também excluimos as ideias com tecnologias inviáveis.

Desta seleção, excluimos as ideias que não são atrativas ou interessantes para o consumidor. Aqui, a realização de uma pesquisa de MKT se faz necessário para colhermos as opiniões de consumidores reais. Quando isso é impossível ou inviável, o grupo de gestores pode fazer esta seleção.

Na sequência construímos uma tabela em Excel, na qual cruzamos os critérios “estratégia e posicionamento (EP)” X “Investimento necessário”; disso tiramos alguns grupos de Ideias que são: “Baixo (EP) e baixo Investimento”, “Baixo (EP) e médio Investimento” e assim por diante. O grupo de gestores pode, então, decidir se baixa ou média conexão com a estratégia pode ser excluído e também escolher o nível de investimento desejado.

Por fim, ficamos com um grupo menor de ideias finais que serão custeadas com um cronograma de ação, um plano de ação estratégico e de negócio.

Esta fase sempre busca um equilíbrio entre a:

- praticabilidade - o quanto a ideia é funcionalmente possível;
- viabilidade - se é um modelo de negócio sustentável;
- desejabilidade - se há interesse do consumidor.

Selecionando a colheita

Selecionar a colheita é separar os frutos e acordo com o estado de cada um. É para cada um definir seu uso, seu aproveitamento. É a fase que damos vida às ideias escolhidas! Para cada projeto, ou cada ideia, pensamos na melhor forma de prototipar: será um desenho? Uma maquete, um desenvolvimento em laboratório?

Cada ideia pede por um tipo de prototipagem. O objetivo é fazer ser o mais próximo da realidade, é experimentar exatamente como deve ser para, com isso, descobriremos alguns ajustes, falhas e melhorias para o projeto seguir adiante com mais sucesso.

Algumas ideias podem não seguir, outras já se mostram prontas!

Por fim, ter uma metodologia para guiar um processo de inovação não é garantia de sucesso imediato e tampouco de pioneirismo e modernidade, mesmo porque cada processo é único em seu conteúdo, tempo e objetivos. Porém, um processo, uma metodologia de trabalho, auxilia muito na organização e sistematização das ideias, conseguindo, por fim, que saiam dos pensamentos, do papel, do desejo e se realizem.

Referências

ALENCAR, E. M. L. S. O Processo da Criatividade. São Paulo: Makron Books, 2000.

ALENCAR, E. M. L. S.; FLEITH, D. S. Contribuições Teóricas Recentes ao Estudo da Criatividade. **Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Brasília, v.19, n.1, p.1-8, 2003.

AMABILE, T. A model of creativity and innovation in organizations. In: STAWAND, B.; CUMMINGS, L. Research in Organizational Behaviour, Greenwich, CT: JAI Press, 1988. v.10, pp.123-167.

AMORIM, M. C. S.; FREDERICO, R. (2008). Criatividade, inovação e controle nas organizações. **Revista de Ciências Humanas**, 42(1/2), pp. 75-89.

BROWN, T. **Design thinking: uma metodologia ponderosa para decretar o fim das velhas ideias**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CHESBROUGH, H. W. **Open Innovation**. Boston: Harvard Business School Press, 2003.

CHRISTENSEN, C. M. **O Crescimento pela Inovação**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

CLEGG, B.; BIRCH, P. **Criatividade: modelos e técnicas para geração de idéias e inovação em mercados altamente competitivos**. São Paulo: Makron Books, 2000.

DRUCKER, P. **Inovação e Espírito Empreendedor (*entrepreneurship*): prática e princípios**. São Paulo: Pioneira, 1987.

GARDNER, H. **Estruturas da Mente: A Teoria das Inteligências Múltiplas**. São Paulo: Artmed, 1994.

_____. **Inteligências Múltiplas: A Teoria na Prática**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

_____. **A Nova Ciência da Mente**. São Paulo: Edusp, 2003.

_____. **Mentes que Criam**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

HOFFMAN, R.; HEGARTY, W. Top management influence on innovations: effect of executive characteristics and social culture. **Journal of Management**, v.19, n.3, p. 549-574, 1993.

KELLEY, T. **A arte da inovação: lições de criatividade da IDEO a maior empresa norte-americana de design**. São Paulo: Futura, 2002.

KELLEY, T. **Inovação sem Segredos nem Gênios: uma entrevista com Tom Kelley**. Executive Digest, Lisboa, Portugal, ed. 79, 2001. Disponível em : http://www.centroatl.pt/edigest/edicoes2001/ed_mai/ed79linha-da-frante-design.html. Acesso em: 14 maio 2008.

KELLEY, T.; LITTMAN, J. **As 10 Faces da Inovação: estratégias para turbinar a criatividade**. Rio de Janeiro: Campus, 2007.

KLEINKNECHT, A. **Are there Schumpeterian waves of Innovations?** Cambridge Journal of Economics, v.14, p. 81-92, 1990.

KNELLER, G.F. **Arte e Ciência da Criatividade**. São Paulo: IBRASA, 1978.

KOTLER, P. **Administração de marketing: a edição do novo milênio**. São Paulo.: Pearson Prentice Hall, 2000.

MARTINS, E. C.; TERBLANCHE, F. Building Organisational Culture That Stimulates Creativity and Innovation. **European Journal of Innovation Management**, v.6, n.1, pp. 64-74, 2003.

MAY, R. **A Coragem de Criar**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

MICHELIN A. G. S. **O estado da arte sobre o mercado de consumo para a terceira idade no Brasil.** 2017. 133 f. Dissertação (Programa de Estudos Pós-Graduados em Gerontologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

PAROLIN, S. R. H. **A perspectiva dos líderes diante da gestão da criatividade em empresas da região metropolitana de Curitiba-PR.** Dissertação de Mestrado em Administração. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

PREDEBON, J. **Criatividade Hoje.** 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ROBINSON, A. G.; STERN, S. **Corporate Creativity: how innovation and improvement actually happen.** San Francisco: Berrett-Koehler Publishers, 1997.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1984.

_____. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SENGE, P. M. **A Quinta Disciplina: arte e prática da organização que aprende.** São Paulo: Best Seller, 2003.

_____. **Copiar as melhores práticas não é aprender.** Entrevista concedida a J. N. Rodrigues: Lisboa, Portugal, 1998. Disponível em: <http://www.janelanaweb.com/manageme/senge.html>. Acesso em: 26 maio 2008.

SENS, M. J. **A criatividade sob a ótica do processo comportamental.** Dissertação de Mestrado em Engenharia da Produção. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1998.

TÓTORA, Silvana. **Velhice: uma estática da existência.** São Paulo: EDUC/FAPESP, 2015.

WOLFE, R. A. Organizational innovation: review, critique and suggested directions. **Journal of Management Studies**, v. 31, pp. 405-431, 1994.

Ana Gabriela Sturzenegger Michelin - Mestre em Gerontologia Social pela PUC- SP. MBA executivo em marketing pela ESPM. Graduada em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda pela Fundação Armando Álvares Penteado. É integrante do grupo de pesquisa: Longevidade, Envelhecimento e Comunicação na PUC SP. Atua com institutos de pesquisa de mercado e áreas de marketing e consumer insights em empresas com experiência nas áreas de Gerontologia Social, Marketing, Comunicação, Branding e Inovação, com ênfase em envelhecimento humano, processos de inovação, pesquisa de mercado e biografias de vida. E-mail: anagabimichelin@gmail.com

Ronaldo Frederico – Graduado em matemática, pós-graduado em Administração de Empresas, MBA Executivo, Mestrado em Administração, Doutorado em Ciências Sociais. Professor e executivo com experiência na área acadêmica de mais de 15 anos. Experiência na área executiva e de negócios desenvolvida por mais de 28 anos em empresas multinacionais, onde adquiriu experiência nacional e internacional no desenvolvimento de novos mercados, inteligência competitiva, estruturação e gerenciamento estratégico de unidades de negócio e empresas. E- mail: ronaldofrederico08@gmail.com



XIII

*Apontamentos acerca da relação
saúde-doença e a morte para
um pensamento da velhice e do
envelhecimento*



Claudia Soares
Silvana Tótorá

Iniciamos nossa reflexão com uma questão: que relação existiria entre o viver e o prolongamento da vida? O aumento da expectativa de vida da população colocou a velhice e o envelhecimento no centro do debate há algumas décadas. Uma gama de especialistas, em sua maioria, ligados às ciências médicas, colocam seus saberes a serviço de uma expectativa de vida “longa e saudável”. Proliferam os receituários de como se livrar dos aborrecimentos do corpo que envelhece, das doenças e da morte.

Propomos, neste capítulo, seguir uma trilha que difere dos valores defendidos para uma velhice bem-sucedida e longa. Pretendemos escapar do círculo repetitivo do debate atual, nas suas mais diversas expressões, discursivas e não discursivas, provocando fissuras que se abrem para outros possíveis de serem vividos.

Optamos por um percurso que, a despeito da urgência de uma crítica do presente, seguirá, por meio de alguns apontamentos iniciais, em direção à valorização do sofrimento, da doença e da morte, como potências da vida. E, assim, afirmar o envelhecer e a velhice como experimento que não exclui a doença e a morte.

Nesse sentido, colocamos sob suspeita receituários de ideais de vida com alcance geral com vistas a uma vida longa e com saúde. Essa é a promessa que seduz aqueles sedentos de fórmulas prontas que há muito perderam a força da criação em meio às adversidades.

A questão que propomos na companhia do filósofo Nietzsche é: como nos tornarmos médicos de nós mesmos? Trata-se de invenção de modos singulares de viver o tempo, e não importa quanto, da produção de novos devires que configuram vida, forças outras e, por fim, de uma saúde que se afirma em relação à doença e ao sofrimento.

O experimento de vida que produz uma subjetividade, embora único, constitui-se em meio a uma pluralidade de afetos, instintos e forças que atravessam o corpo singular e coletivo de uma dada cultura. E essa

subjetividade não seria resultado somente de uma vontade consciente, esclarecida pelas luzes de uma lógica racional, mas também de forças e processos que são inconscientes. Tomados por forças que nos são desconhecidas, cumpre-nos estar dispostos a nos posicionarmos a seu favor. A simples afirmação do que não está em nosso poder modificar já nos põe em uma situação de força que provoca uma transmutação. Não se trata de resignação, mas da potência de afirmação.

Envelhecer, adoecer, morrer é produto de um acaso de forças que escapam do domínio de um Eu dotado de consciência e vontade. Caberia, sim, acatar essa destinação que foge ao nosso controle. Mas hoje, tudo nos leva a pensar o contrário disso, em razão dos avanços das ciências médicas e da biotecnologia que propõem justamente eliminar os riscos de adoecer e morrer.

Ora, disputar qual dessas vertentes de pensamento estaria correta, seria inútil, pois sempre se pode provar o contrário, na medida em que a verdade não está isenta de questionamento. Pensamos que uma hipótese não depende somente de provas apoiadas numa racionalidade científica, mas, principalmente, do alcance dessa hipótese ou pensamento em relação ao aumento ou diminuição das potências da vida.

Um pensamento, que se move em meio ao acaso das forças, instintos e afetos em luta, emerge com tal força que faz dos estados doentios e dos momentos de sofrimento um teste para o crescimento de sua força. E mais, propicia o discernimento da diferença entre estados saudáveis e patológicos nele próprio. Essa sabedoria prática depende de um experimento com a saúde e a doença. É preciso, contudo, vencer as armadilhas das soluções consoladoras ou de responsabilidades que nos fragilizam ou nos ataçam culpas por nossos males.

Não pretendemos, com a nossa colocação inicial acerca de nos tornarmos médicos de nós mesmos, a recusa dos saberes da ciência acerca

dos processos de adoecimento do corpo ou psíquico. Trata-se tão somente de uma apropriação do conhecimento que os experimentos corporais com a saúde e a doença propiciam à produção ou cuidado de si mesmo. Para isso, é preciso acatar os processos vitais como compostos de estados doentios e saudáveis. E mais, a própria saúde não exclui a doença e a vida não está isenta de sofrimento. Afirmar o sofrimento como um componente da vida nos possibilita vencer a doença do ressentimento.

Pois, como afirma o médico filósofo⁹¹ Nietzsche (1998, 1995), o ressentimento é uma doença, que envenena a si e aos outros. O ressentimento, na sua busca dos culpados pelos seus males, inocula o vírus da vingança.

Em tempos sombrios em que predomina a doença do ressentimento, disseminando seu ódio a tudo que é saudável, e mais, a tudo o que é vivo, cumpre lançarmos esses apontamentos iniciais para um repensar acerca da saúde e da doença e da morte. Pretendemos, assim, abrir uma trilha, que propicie outro percurso de construção da reflexão em torno desses temas. Para isso, selecionamos a companhia de alguns filósofos, com destaque para Nietzsche e os estoicos da antiguidade romana.

Grande Saúde: relação saúde e doença em Nietzsche

A filosofia de Nietzsche foi resultante de uma longa experimentação de estados de alternância entre a saúde e a doença. A singularidade de seu corpo o levou a dispensar os conhecimentos da medicina de sua época e a tornar-se médico de si mesmo (NIETZSCHE, 1995; FERRAZ, 2017). Sua vontade de saúde e de vida foi o grande estimulante para vencer os estados de doença.

As variações de estados de saúde e doença também propiciou ao filósofo percorrer inúmeras filosofias e a percepção da relação entre o filosofar e as condições dos níveis de saúde e de doença que atravessam o corpo. Com

91 Atribuição do próprio filósofo (NIETZSCHE, 2012, Introdução, §2).

a saúde, o filósofo percorreu os estados de morbidez e foi capaz de curar-se. O pessimismo e o idealismo de muitas filosofias resultam de estados doentios do corpo e da fraqueza para vencer o sofrimento. Antes de negar a doença e o sofrimento, o filósofo médico faz da sua existência uma prova de força para a conquista da saúde. Esta diz respeito também às forças e afetos que compõem a produção de um pensamento. Assim, percorrer os abismos do sofrimento e da doença constitui para a filosofia de Nietzsche um inestimável conhecimento (GIACOIA, JR. 2005, p. 110). O filósofo não se cansa de bendizer suas experiências com a doença, e o sofrimento como o adubo para a força do seu pensamento, e o incremento para a superação dos pessimismos em relação à vida. Há nisso um quê de soberba pessoal que, admite o filósofo, precisa, também, ser vencida.

Os deslocamentos entre diferentes estados de doença e saúde propiciaram ao filósofo o apreender a arte do pensamento das nuances, refinando seus órgãos de observação. Com tal experimento, pôde cultivar uma percepção perspectiva que se lança para além do ângulo de visão sobre um objeto externo, para tornar-se um experimentador de si mesmo. Prática e teoria, assim como sujeito e objeto, constituem-se de modo inseparáveis e em contínuos deslocamentos e transformações. Eis um pensamento que não padece dos males dos dogmatismos e das ortodoxias, tampouco das certezas igualmente dogmáticas de verdades dos fatos, como apregoam os positivistas. Tudo vira uma questão de perspectiva. Até mesmo o sujeito do conhecimento é perspectivado, pois se torna diferente de si mesmo no percurso do conhecimento.

A noção de saúde do filósofo vem acompanhada do adjetivo “grande” para explicitar sua concepção que não exclui a relação com a doença. E Nietzsche assinala a originalidade e a força dessa noção como (...) “aquela que não basta ter, a que se adquire, que é necessário adquirir, constantemente, por ser sacrificada sem cessar, por ser necessário sacrificá-la sem cessar!...” (NIETZSCHE, 2012, § 382).

Aproximações entre Canguilhem e Nietzsche

O conceito de saúde em Nietzsche não está isento de ambivalência; tampouco ele é normativo. Para o filósofo, não há saúde “normal”, e se a saúde não é a normalidade, isso se deve, sobretudo porque ela é fundamentalmente múltipla (WOTLING, 2013, p. 160), como podemos ler no aforismo a seguir:

[...] Pois não existe uma saúde em si, e todas as tentativas de definir tal coisa fracassaram miseravelmente. Depende do seu objetivo, do seu horizonte, de suas forças, de seus impulsos, seus erros e, sobretudo, dos ideais e fantasias de sua alma, determinar o que deve significar saúde também para seu corpo. Assim, há inúmeras saúdes do corpo; e quanto mais deixarmos que o indivíduo particular e incomparável erga a sua cabeça, quanto mais esquecermos o dogma da “igualdade dos homens”, tanto mais nossos médicos terão de abandonar o conceito de uma saúde normal, juntamente com dieta normal e curso normal da doença. E apenas então chegaria o tempo de refletir sobre saúde e doença da alma, e de situar a característica virtual de cada um na saúde desta; que numa pessoa, é verdade, poderia parecer o contrário da saúde de uma outra. Enfim, permaneceria aberta a grande questão de saber se podemos prescindir da doença, para o desenvolvimento de nossa virtude, e se nossa avidez de conhecimento e autoconhecimento não necessitaria tanto da alma doente quanto da sadia; em suma, se a exclusiva

vontade de saúde não seria um preconceito, uma covardia e talvez um quê de refinado barbarismo e retrocesso (NIETZSCHE, 2012, §120).

No pensamento de Nietzsche, o conceito de saúde não é construído por critérios estatísticos, pois longe de ser a saúde uma norma, sua conquista constitui a exceção: “Há no homem assim como em todas as outras espécies de animais um excesso de malogrados, doentes, degenerados, debilitados, necessariamente sofredores; os casos exitosos são também no homem sempre a exceção” (NIETZSCHE, 2005, § 62).

Nietzsche rejeita qualquer forma de dualismo metafísico; se não se pode compreender a saúde como uma norma; tampouco se pode pensar a doença como anormalidade ou negação absoluta da saúde. A consequência disso é a solidariedade fundamental entre saúde e doença. Canguilhem, como leitor de Nietzsche, destaca do seu pensamento:

Saúde e doença não são nada de essencialmente díspare, como os antigos médicos e hoje ainda alguns clínicos creem. Não é preciso fazer deles princípios ou entidades distintos que lutam pelo organismo vivo e fazem dele seu campo de batalha. Trata-se de velharia e palavrorio que não servem para nada. Há de fato, entre essas duas espécies de existência apenas diferenças de grau: o exagero, a desproporção, a não-harmonia dos fenômenos normais constituem o estado doentio (CLAUDE BERNARD, apud: CANGUILHEM, 2011, p. 36).⁹²

92 Esta citação de Claude Bernard também se encontra em Nietzsche, na última parte do Fragmento Póstumo 14[65] da primavera de 1888, extraída das *Leçons sur la chaleur animale* de 1876, como mostrou Georges Canguilhem (2011: p. 36). Foi a única menção explícita ao erudito francês na obra de Nietzsche.

A saúde, distante de ser uma norma impressa no corpo a partir do exterior, traduz a capacidade deste para interpretar eficazmente a realidade, isto é, a capacidade da vontade de potência para assimilar o real, para chegar à intensificação do sentimento de potência. A solidariedade da doença e da saúde proíbe que se represente esta última como um estado neutro; ela designa, pelo contrário, a capacidade do corpo para superar a doença:

Saúde e caráter doentio: é preciso tomar cuidado! O critério de medida continua sendo a eflorescência do espírito, a força fontal, a coragem e jovialidade do espírito – mas, naturalmente também, *o quanto de um elemento doentio ele pode assumir sobre si e superar* – o quanto ele pode *tornar* saudável. Aquilo em que os homens mais ternos pereceriam pertence aos meios de estímulo da *grande* saúde (NIETZSCHE, 2013, 297], pp. 88 e 89 – grifos do autor).

Dessa forma, a saúde não pode ser engendrada como ponto de referência, a partir do qual seria possível medir um desvio, indicando a gravidade da doença. A saúde não é uma interpretação particular, mas o dinamismo próprio da vontade de potência que, na sua pluralidade, define a vida. E é a partir do corpo que o humano experimenta a vida como vontade de potência, ou seja, como pluralidade de afetos, instintos, impulsos e forças em luta por mais potência. Corpo é *pathos* ou afecção – potência de afetar e ser afetado – assim como multiplicidade.

[...] não há o corpo, mas inúmeros, que se perfazem na relação dos afetos e impulsos. Os sentidos, o espírito, o “eu”, são obras dos corpos, isto é, um meio para sua realização. A pluralidade de forças

em relação não supõe um equilíbrio entre elas ou relações de igualdade. E mais, que os melhores impulsos, aqueles que expandem a vida, dominem. O que toda a força quer é expandir sua potência, o querer-ser-mais-forte, e não se conservar. [...] A intensidade de uma vida nem sempre equivale à extensão da existência no tempo. Ainda, segundo o autor, “o amor à vida é quase o contrário do amor à longa vida. Todo o amor pensa no instante e na eternidade – mas *jamais* na extensão” (NIETZSCHE, *apud* TÓTORA, 2015, p.111).

Opondo-se à perspectiva da diferença quantitativa entre o normal e o patológico difundida por Auguste Comte (1798-1858), Canguilhem (2011) afirmou uma diferença de natureza qualitativa entre estes fenômenos. Segundo o autor, a saúde é uma norma de vida superior, sendo a doença uma norma de vida inferior.

Enquanto a saúde se caracteriza pela abertura às modificações e pela instituição de novas normas de saúde, o patológico corresponde à impossibilidade de mudança e à obediência irrestrita às normas. Norma é aquilo que fixa o normal a partir de uma decisão normativa. Sendo a normatividade – que não é regra, mas, sim, a capacidade de instituir novas normas de vida – uma dimensão da saúde, cada indivíduo tem, para si mesmo, sua própria concepção de saúde.

Se a fronteira entre saúde e doença é imprecisa para indivíduos diferentes considerados simultaneamente, ela tampouco é precisa para um único indivíduo considerado sucessivamente, pois a fronteira pode variar ao longo do tempo, e o que é normal, em uma situação, pode se tornar patológico, em outra. Além disso, a saúde implica o adoecimento e a saída do estado patológico.

Canguilhem argumenta que, se a possibilidade de testar a saúde pela doença fosse eliminada, o ser humano não teria mais a segurança de ser saudável, e que a ideia de uma saúde perfeita acabaria por configurar uma nova patologia, à medida que implicaria a perda do exercício normativo.

Essa nova concepção rompe com a visão, característica do século XIX, de saúde como adequação a uma norma, a um modelo predefinido. A saúde passa a expressar diferentes padrões e deixa de se limitar à perspectiva da adaptação. Em algumas situações, ela pode ser veiculada, justamente, pelo que foi definido convencionalmente como signo de doença. Ao mesmo tempo em que diferenciou qualitativamente saúde e doença, Canguilhem estabeleceu uma distinção original entre normalidade e saúde.

A normalidade, como norma de vida, constitui uma categoria mais ampla, que engloba saúde e patologia com distintas subcategorias. Tanto saúde quanto doença situam-se no âmbito da normalidade, pois ambas implicam uma certa norma de vida. Nesse sentido, o patológico não é o contrário lógico do conceito de normal, mas sim o contrário vital de sadio. A saúde é uma normalidade, tanto quanto a doença. O aspecto comum a essas diferentes manifestações normais da vida é a presença de uma lógica, de uma organização própria, de uma norma: “o homem só se sente em boa saúde – quando se sente mais do que normal, isto é, não apenas adaptado ao meio e às suas exigências, mas, também, normativo, capaz de seguir novas normas de vida” (CANGUILHEM, 2011, p. 141).

A cura é a reconquista de um estado de estabilidade das normas fisiológicas. Ela estará próxima da doença ou da saúde na medida em que essa estabilidade estiver mais ou menos aberta a eventuais modificações. De qualquer modo, nenhuma cura é uma volta à inocência biológica. Curar é criar para si novas normas de vida, às vezes superiores às antigas. Há uma irreversibilidade da normatividade biológica (CANGUILHEM, 2011, p. 166)

Retomando Nietzsche, curar é “Dizer sim a vida”! Recusar o pessimismo que transforma o sofrimento em objeção, conformar-se às exigências da vontade de potência, ou seja, da vida, e aceitar com gratidão todo o estímulo provocado pela atividade de forças antagonistas. O sim não é, portanto, aceitação resignada da dor; é, sobretudo, luta que representa a forma suprema da afirmação.

Nietzsche nos propõe manter a arte de viver em primeiro plano, debruçando-nos sobre a tarefa de descobrir e inventar novas formas de vida; participar de maneira renovada na ordem do mundo, construir a própria singularidade; contribuir para que a saúde possa significar vida criativa e presença no mundo. Vida pensada, querida e desejada, tal como um artista deseja e cria sua obra. Entretanto, para o autor, precisamos ir além dos artistas, para quem essa criação “termina, normalmente, onde termina a arte e começa a vida; nós, no entanto, queremos ser os poetas-autores de nossas vidas, principiando pelas coisas mínimas e cotidianas” (NIETZSCHE, 2012, p. 180).

Nietzsche se aproxima daquela ascese dos antigos retomada por Foucault, em seu curso *A Hermenêutica do sujeito*, como a prática do *cuidado de si*: “uma atitude geral, um certo modo de encarar as coisas, de estar no mundo, de praticar ações, de ter relações com o outro. A *epiméleia heautoû* (cuidado de si) é uma atitude — para consigo, para com os outros, para

com o mundo” (FOUCAULT, 2010, p. 11). Um modo de estar no mundo, colocando a si mesmo como objeto de elaboração e de cuidado, dando forma ao caráter e estética à vida.

Referir-se ao cuidado de si, tomando como referência os filósofos Nietzsche e Foucault, implica num jogo complexo de produção de si mesmo, em meio às multiplicidades de relações de forças e afetos. Compreender esse processo é estar à altura do acontecimento da vida que não passa, como diria o filósofo Nietzsche, “de uma variedade de morte, e uma variedade muito rara” (NIETZSCHE, 2012, § 109).

A inexorabilidade da morte: apontamentos filosóficos

Retomaremos a seguir alguns apontamentos de filósofos estoicos oriundos de épocas diferentes como do denominado médio estoicismo de Cícero (106-43 a.C.) e o estoicismo do Império Romano de Sêneca (4-68 d.C.), Epiteto (50-135 d.C) e Marco Aurélio (121-180 d.C).

Seja qual for a posição que cada escola filosófica adota, referente à mortalidade, todas são unânimes em lembrar a inexorabilidade da morte. Cícero, por exemplo, pergunta o que há de mais “natural para um velho que a perspectiva de morrer?” (CÍCERO, 2009, p. 55); e recorda que a “natureza nos oferece uma pousada provisória e não um domicílio” (CÍCERO, 2009, p. 64).

Sêneca (2014), por sua vez, expressava o pensamento de que os caminhos da vida podem ser diversos, mas levam a um só ponto de chegada, em que não há morte maior ou menor.

Epiteto sentenciava “quando chegar a hora, morrerei, mas morrerei como deve morrer um homem que sabe devolver o que lhe foi confiado para guarda” (EPITETO, 1960, p.18). Os gregos asseguravam que toda a vida não é mais que uma preparação para a morte, e assim por diante.

A morte atinge a todos. Na Carta a Lucílio de n.º 24, Sêneca comenta a ideia de que a morte não chega a um átimo, mas que o homem avança paulatinamente para ela.

Morremos diariamente, já que diariamente ficamos privados de uma parte da vida; por isso mesmo, à medida que nós crescemos, a nossa vida vai decrescendo. Começamos por perder a infância, depois a adolescência, depois a juventude. Todo o tempo que decorreu até ontem é tempo irrecuperável; o próprio dia em que estamos hoje compartilhamo-lo com a morte. Não é a última gota que esvazia a clepsidra, mas toda a água que anteriormente foi escorrendo; do mesmo modo, não é a hora final em que deixamos de existir a única que constitui a morte, mas sim a única que a consuma. Atingimos a morte nessa hora, mas já de há muito caminhávamos para ela (SÊNECA, 2014, p. 93)

Epiteto (1960) coloca que seria uma maldição para o homem viver para sempre, como seria para as espigas se nunca fossem segadas, argumentando sobre o fato de a morte ser necessária enquanto um fato da natureza. Marco Aurélio concorda com seu mestre, afirmando que a morte não é somente “um dos trabalhos da Natureza, ela também lhe é essencialmente útil” (MARCO AURÉLIO, 2007, p. 52).

A Natureza envia a morte como todo o resto, isto é, todos os períodos da vida – a infância, a adolescência, a mocidade, a velhice – terminam com uma espécie de morte. Todas as transformações, para ele, são precedidas por mortes; então ele prescreve: “acolha a mocidade e a velhice, o crescimento e a maturidade, o nascimento dos dentes e da barba e dos

cabelos brancos, a procriação, a gestação e o parto – nossa dissolução é apenas um processo natural da vida” (MARCO AURÉLIO, 2007, p. 151).

Por conseguinte, não são os anos, ou a fase da vida em que se está, que determinam a morte. Ela acontece no seu próprio dia, não porque se está doente ou velho, mas, sobretudo, porque se está vivo. Ela faz parte natural do ciclo de vida, quanto melhor quando chega ao momento do apogeu da vida:

[...] tudo quanto a natureza formou, ela o decompõe, tudo quanto decompôs, de novo o volta a formar. E se a alguém cabe em sorte ser lentamente mandado embora pela velhice, isto é, não ser privado da vida repentinamente mas sim excluído dela a pouco e pouco, oh!, como esse alguém deve dar graças a todos os deuses por ter atingido, saciado o repouso necessário a todo o homem, mas grato sobretudo a quem vem cansado! (SÊNECA, 2014, p. 114)

O medo diante da morte e o cuidado de si

Cícero (2009) aponta a proximidade da morte e, portanto, o medo diante dela, como sendo uma das razões possíveis para as pessoas acharem a velhice detestável.

Apesar de ser a morte a única coisa que não engana ninguém. Sêneca (2014) valida o receio diante dela na medida em que o sentimento humano natural é amar a vida.

Neste sentido, ele nos chama a atenção para observar o jovem, o velho, o homem de meia-idade, que em todos se encontrará por igual o medo da

morte e a ignorância perante a vida. Muitos a temem por ignorarem como é o outro mundo, ou porque associam a morte à escuridão, sendo de crença geral, que ela lança a todos para as trevas. Outros a temem, porque receiam ir para o inferno, e outros ainda, de não irem para parte alguma. Alguns, segundo Epiteto (1960), inclusive, temem falar a respeito, como se fosse mau agouro. Para Sêneca, o temor da morte é sinal de estultícia, pois, como a “velhice sucede a idade madura, assim se sucede a morte à velhice. Não querer morrer é o mesmo que não querer viver: a vida nos foi dada com a morte como termo para o qual caminhamos” (SÊNECA, 2014, p. 113).

A atitude diante da morte singulariza o sábio. Nessa direção, Cícero (2009, p. 63) escreve que a diferença entre o sábio e o imbecil diante da morte é que o primeiro morre sereno; e o segundo, com grande pavor, visto que o sábio tem uma alma lúcida, clarividente, percebe que voa assim para o melhor, e a do imbecil é obtusa, incapaz disso. E Sêneca conta à Lucílio que Epicuro também reflete sobre este ângulo, quando coloca “que a angústia perante a morte é fruto de nós mesmos, por nos deixarmos invadir pelo terror quando já a julgamos próxima. (...) O que tememos não é a morte, mas, sim, o pensar da morte; dela própria separa-nos sempre uma pequena distância” (SÊNECA, 2014, p. 115 e 116).

Pela inevitabilidade da morte, os filósofos greco-romanos afirmavam, quase em uníssono, que, para enfrentá-la com tranquilidade, é necessária uma firmeza de ânimo constante, condição esta que está apenas ao alcance do sábio através do “cuidado de si”. Assim a velhice era considerada a meta de uma vida dedicada ao cuidado de si (*epiméleia heautoû*), o coroamento da vida, e o estar pronto para morrer.

Segundo Foucault, referindo-se ao estoicismo do Império Romano, a velhice seria o momento de gozo de si conquistado por aqueles que adquiriram “a qualidade e a plenitude necessárias à relação consigo” (FOUCAULT, 2010, p. 237). Esse momento também implica estar pronto para a morte. Por conse-

quência, a preparação para a morte ganha preponderância sobre a preparação para a vida, e a razão disso é fundada no fato de que, para esses filósofos estoicos, não se pode estar preparado para a morte no início da vida, visto que, para a alma dispor-se a encará-la, é preciso robustecê-la à custa de muita *ascese*, termo que se referia a um exercitar-se ou práticas do cuidado de si.

Com vistas a se preparar para a morte, os estoicos praticam em sua *ascese*, dentre outros exercícios, a meditação da vida (*momentum praesentis*) e a meditação da morte (*meditativo mortis*). A primeira é a prática de se meditar sobre a vida presente, em que se toma consciência da sua brevidade e da necessidade de aproveitá-la com justiça e equilíbrio, isto é, colocar suas metas pessoais no plano atual, descoladas dos pesos passados e das angústias futuras; a segunda, a meditação da morte, consiste em dar sentido à própria vida pela percepção da sua finitude e a inexorabilidade, através do exercício de se viver o dia atual como se fosse o último, porque, para os estoicos, ter a morte diante dos olhos ou na ponta da língua é um passaporte para a liberdade.

O cuidado de si como prática traz coragem, firmeza de espírito e enfrentamento da vida. O cuidado de si ao longo da vida faz com que o homem nunca se aproxime da morte assustado, desatento, apressado ou desdenhoso, mas, sim, ajudará a encará-la como um processo natural da vida. Sêneca (2014), em seu testemunho nas Cartas à Lucílio de n.º 61 e n.º 70 descreve que seus esforços e pensamentos visam a eliminar seus antigos defeitos, procedendo cada dia como se esse equivalesse à vida inteira, encarando-o como se fosse o último, e que considerou sempre onde viver, com que companhias, seu agir e quais ações devia empreender. Ele relata, também, que está preparado para partir sem se preocupar sobre quanto tempo a vida ainda lhe reserva: “antes de atingir a velhice tive a preocupação de viver bem; agora que sou velho, preocupo-me em morrer bem; e morrer bem significa ser capaz de aceitar a morte” (SÊNECA, 2014, p. 217).

Quando o cuidado de si em suas práticas torna-se uma estilística de existência, a arte de viver fica imbricada com uma arte de morrer, em que as preocupações e os medos se esvanecem. Para os estoicos, uma vida bem preparada pela prática de si não só possibilita uma velhice harmoniosa e a perspectiva de uma morte tranquila, mas vai mais além: traz em seu cerne o poder de escolher, sob certas circunstâncias, o dia em que se quer morrer.

Em nada se parecem a noção prática de cuidado de si da Antiguidade greco-romana com os apelos das ciências médicas da atualidade, para as pessoas se cuidarem, para uma terem uma vida longa e “saudável”. Bem diferente é o significado de cuidado na atualidade. Essa noção está impregnada de um receituário de condutas tidas como válidas para todos os que se configuram em dispositivos de poder sobre o corpo da população. Para Pelbart (2017), são imensas as diferenças entre essas noções de cuidado, ou entre esses dois ascetismos: “a bioscese é um cuidado de si, mas à diferença dos antigos, cujo cuidado de si visava à bela vida, e que Foucault chamou de estética da existência, o nosso cuidado visa ao próprio corpo, sua longevidade, saúde, beleza, boa forma, felicidade científica e estética, ou o que Deleuze chamaria a gorda saúde dominante” (PELBART, 2017, p. 28).

No tempo em que vivemos, é urgente o debate acerca dos modos estabelecidos para nos relacionarmos com o mundo, com os outros, e conosco, o que se denomina de éthos. Para além de uma discussão sobre o modo de vida na Antiguidade greco-romana, e sobre o estatuto do cuidado necessário à população idosa, os estudos, reflexões e práticas do cuidado de si podem abrir a possibilidade de olhar a velhice sob a perspectiva da vida. Não se trata de buscar apenas o conhecimento de nós mesmos, mas nos tornarmos diferentes daquilo que nós somos — “os novos, únicos, incomparáveis, que dão leis a si mesmos, que criam a si mesmos” (NIETZSCHE, 2012, p. 199).

Nesta época de enfraquecimento da vida, não envelhecemos mais: apostamos na preservação de uma saúde feita de privações e disciplinas aprisionantes. Mas por que se deseja viver muito? “Sabes o que torna os homens ávidos do futuro? O fato de nenhum conseguir realizar-se” (SÊNECA, 2014, p.121).

Encerramos esses apontamentos que esperamos disparem uma discussão que situe as noções de saúde, doença, morte e o cuidado de si em uma via diferente daquela que predomina na atualidade. A urgência desse debate se justifica para provocar uma fissura nos modelos ofertados e possibilitar que os experimentos singulares de envelhecimento e de velhices aticem a invenção de resistências na direção de outras possibilidades de vida. E tais invenções nada têm a ver com a lógica de uma sociedade competitiva de mercado, empresarial e empreendedora; em suma, com as subjetividades e racionalidades neoliberais do capitalismo vigente.

Desprezamos os cuidados que nos são oferecidos nos dias atuais, das mais diferentes formas e fontes, porque somos exigentes. Assistimos à distância a formação de um novo rebanho de crentes ávidos por soluções fáceis para as dores da vida e da morte e sedentos de promessas de uma vida longa, eternamente jovem, sem doenças, dores, sofrimento, morte... Ora, esses são os zumbis que navegam pelas redes sociais, fazendo circular fórmulas de consumo rápido e fácil e, também, seus ressentimentos contra a velhice e o envelhecimento; em suma, contra a vida. Eles estão mortos, mas ainda não tomaram consciência disso.

Se o cuidado de si se impõe é para produzir novas conexões com a vida, as coisas, e a seres dispostos à experimentação e ao conhecimento que não exclui o corpo como instintos, forças e afetos, que querem aumentar sua potência no enfrentamento da doença e do sofrimento, e não evitá-los. Não temem a morte, porque são amigos da vida, e toda a vida é um contínuo morrer.

Referências

CANGUILHEM, Georges. **O normal e patológico**. Tradução de Maria Thereza Redig de Carvalho Barrocas. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.

FERRAZ, Maria Cristina Franco. **Nietzsche o bufão dos deuses**. São Paulo: n-1 edições, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Hermenêutica do sujeito**. Trad. Marcio Alves da Fonseca & Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

GIACÓIA Jr. Oswaldo. **Sonhos e pesadelos da razão esclarecida. Nietzsche e a modernidade**. Passo Fundo, RS: Editora UPF, 2005.

NIETZSCHE, Friedrich. **Ecce Homo. Como alguém se torna o que é**. Trad.: Paulo Cesar de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral – uma polêmica**. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

NIETZSCHE Friedrich. **Além do bem e do mal**. Trad.: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

NIETZSCHE, Friedrich. **Gaia Ciência**. Trad. Paulo Cesar de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

NIETZSCHE, Friedrich. **Fragmentos Póstumos**. 1885-1887. Trad. Marco Antonio Casanova. Rio de Janeiro: Forense Universitária/gen, 2013.

WOTLING, Patrick. **Nietzsche e o problema da civilização**. São Paulo: Editora Barcarolla, 2013.

TÓTORA, Silvana. **Velhice: uma estética da existência**. São Paulo: Educ/Fapesp, 2015.

EPICURO. **Antologia de Textos. Pensamentos**. São Paulo: Martin Claret, 2008.

_____. **Carta sobre a felicidade**. São Paulo: Unesp, 2002.

EPITETO. **Máximas**. São Paulo: Brasil, 1960.

MARCO AURÉLIO. **O Guia do Imperador**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2007. PELBART, P. P. **O Averso do niilismo: cartografias do esgotamento**. São Paulo: n-1 edições, 2017.

SÊNECA, L. A. **Cartas a Lucílio**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2014.

CÍCERO, M. T. **Saber Envelhecer**. Porto Alegre: L&PM, 2009.

Claudia Soares - Graduação em Matemática, Especialização em Psicopedagogia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Gestão de Programas Intergeracionais pela Universidade de Granada, Espanha. Mestre em Gerontologia pela PUC-SP, com a dissertação intitulada “Velhices e envelhecimento: potências do cuidado tecido nas dobras e redobras do bordado”. E-mail: clasoareso@gmail.com

Silvana Tótora - Doutora em Ciências Sociais pela PUCSP; Professora do Departamento de Política e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da mesma Universidade. Professora do Programa de Gerontologia da PUC-SP de 2000 a 2018. E-mail: silvanatotora@gmail.com



XIV

O rápido e intenso processo de envelhecimento populacional no Brasil



José Eustáquio Diniz Alves
Suzana Cavenaghi

Introdução

O Brasil e o mundo estão passando por um rápido e profundo processo de envelhecimento populacional. Este fenômeno global tem suas raízes iniciais no século XIX, quando começaram a cair as taxas brutas de mortalidade, em decorrência dos avanços sociais possibilitados pelo progresso materiais das condições de vida. Mas a mudança na estrutura etária tomou impulso na segunda metade do século XX, quando se difundiu e se generalizou a queda da taxa de natalidade. Somente no século XXI, o envelhecimento se torna um fenômeno amplo, geral e irrestrito.

A origem e matriz do envelhecimento populacional é, portanto, a transição demográfica (passagem de altas para baixas taxas de mortalidade e natalidade). A intensidade e a velocidade da transição demográfica determinam a intensidade e a velocidade da transição da estrutura etária. A pirâmide demográfica tradicional tinha uma base larga (composta por cerca de 50% de jovens abaixo de 20 anos) e um topo estreito (composto por menos de 5% de idosos com 65 anos e mais). O envelhecimento populacional ocorre em função da mudança relativa do peso dos grupos populacionais (jovens, adultos e idosos), quando as gerações mais velhas vão, sucessivamente, ganhando proeminência em relação ao volume das gerações mais jovens.

Assim como o século XX foi, eminentemente, o século da transição demográfica, o século XXI será, inexoravelmente, o século do envelhecimento populacional. Todavia, entre estes dois fenômenos há sempre uma janela de oportunidade que favorece a melhoria da qualidade de vida de todas as sociedades. Este evento transitório é também chamado de bônus demográfico e dura o tempo em que a razão de dependência dos jovens declina mais rápido do que a subida da razão de dependência dos idosos.

No longo prazo, o número de idosos tende a crescer aceleradamente. Isso vale para todas as partes do mundo, assim como para o Brasil, com a diferença que o envelhecimento populacional brasileiro será mais intenso e mais rápido do que a média global.

O objetivo deste capítulo é retratar, com base nas estimativas e projeções da Divisão de População da ONU (revisão 2019), como tem transcorrido a transição demográfica, a janela de oportunidade, e o envelhecimento populacional no mundo, de forma a servir de ilustração e de parâmetro para a análise dos mesmos fenômenos no Brasil. Em seguida, são apresentados os dados sobre o envelhecimento populacional nas Regiões e Unidades da Federação do Brasil, com base nas estimativas e projeções do IBGE (revisão 2018). A meta é traçar um panorama das transformações demográficas que antecedem e explicam o crescimento da população idosa no Brasil, visando a prover elementos para a elaboração de políticas públicas e também fornecer subsídios para profissionais, educadores e pesquisadores que atuam na área do envelhecimento e do longeviver.

Transição demográfica, janela de oportunidade e envelhecimento populacional no mundo

A transição demográfica e o envelhecimento populacional são dois fenômenos profundamente interligados e que fazem parte de uma história relativamente recente no curso de vida da humanidade. Por cerca de 200 mil anos, desde o surgimento do *Homo sapiens*, o padrão demográfico, local e mundial, era composto por altas taxas de mortalidade e natalidade e, conseqüentemente, por uma estrutura etária jovem. O ser humano, durante milhares de anos, lutou pela sobrevivência tentando manter o número de nascimentos acima do

número de óbitos. Mas o grande número de nascimentos apenas contrabalançava a alta mortalidade infantil e a baixa esperança de vida, mantendo a maior parte da população concentrada nos grupos etários iniciais da pirâmide etária.

Esta longa história da busca de equilíbrio entre altas taxas de mortalidade e natalidade começou a mudar no século XIX, quando o avanço na produção de meios de subsistência garantiu uma melhor dieta, os avanços no saneamento básico e na higiene reduziram a propagação de doenças e epidemias, as práticas da assepsia evitaram a propagação de infecções, assim como os progressos da medicina contribuíram para reduzir as mortes precoces.

O início da queda das taxas brutas de mortalidade se tornou uma realidade na Europa, na América do Norte e na Austrália e Nova Zelândia em meados do século XIX. A esperança de vida começou a subir, avançou bastante no século XX, e continua apresentando ganhos no século XXI. Nos referidos países, a mortalidade infantil caiu de patamares elevados (entre 20% e 30%) para números abaixo de 1%. Houve um aumento do número de filhos sobreviventes nas famílias.

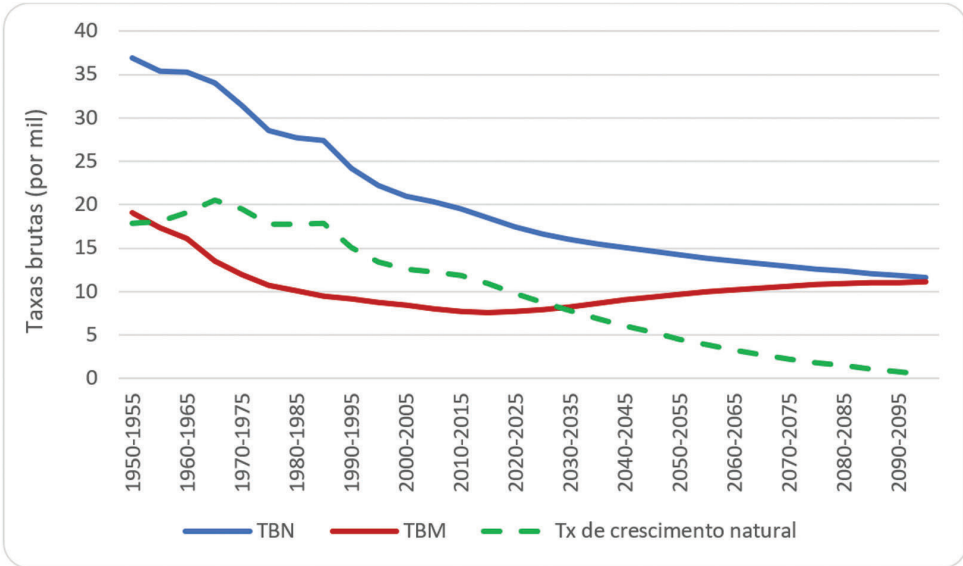
Depois de um certo lapso de tempo em relação ao início da queda das taxas de mortalidade (que varia de país a país), as taxas de natalidade também começam a cair. Isto ocorre porque as famílias percebem que a queda da mortalidade infantil possibilita que o número ideal de filhos ocorra antes do fim do período reprodutivo da mulher. Além disso, as mesmas transformações sociais, que contribuíram para a queda da mortalidade (urbanização, educação, inserção no mercado de trabalho, ampliação e diversificação do consumo etc.), contribuem, também, para a queda da natalidade. Neste novo contexto, os casais passam a utilizar métodos para regular a fecundidade e adotam um tamanho de prole menor (COALE; HOOVER, 1966).

Todo este processo épico de redução das taxas de mortalidade e natalidade é conhecido como o fenômeno da transição demográfica, que é o fato social de maior impacto na dinâmica econômica nacional e mundial, sendo o evento de mudança de comportamento de massa mais importante na história das civilizações. A transição demográfica só ocorre uma vez em cada território. Esse momento único, especificamente localizado no tempo e no espaço, é sincrônico com o passo a passo do desenvolvimento econômico. Transição demográfica e desenvolvimento econômico são dois episódios *par excellence* da modernidade (ALVES, 2008).

O gráfico 1 mostra a evolução da transição demográfica no mundo entre 1950 e 2100, com base nas estimativas e projeções da Divisão de População da ONU (revisão 2019). A taxa bruta de natalidade (TBN) estava acima de 35 nascimentos para cada mil habitantes entre 1950 e 1964 e começou a cair consistentemente a partir de 1965. A taxa bruta de mortalidade estava em 19,1 mortes para cada mil habitantes no quinquênio 1950-55 e caiu até o mínimo de 7,5 por mil no quinquênio 2015-20. A partir de 2020, a TBM deve subir ligeiramente em função da mudança na estrutura etária. Mas as duas taxas só vão se aproximar no final do atual século. A taxa de crescimento natural (TBN-TBM) chegou a 2% no início da década de 1960 e vem caindo lentamente e deve chegar próxima de zero em 2100.

A taxa de fecundidade total (TFT) que estava em torno de 5 filhos por mulher na década de 1950 caiu pela metade (2,5 filhos) no quinquênio 2015-20; e deve chegar a 1,95 filho por mulher na década de 2090. A esperança de vida ao nascer que estava em 47 anos no quinquênio 1950-55, subiu para 72,3 anos no quinquênio 2015-20 e deve alcançar 81,5 anos no final do atual século.

Gráfico 1
Transição demográfica no mundo: 1950-2100



UN/Pop Division: World Population Prospects 2019 <https://population.un.org/wpp2019/>

A transição demográfica provoca, necessariamente, uma transição da estrutura etária (POOL; WONG, 2006). A queda da TBN contribui para estreitar a base da pirâmide, enquanto a redução da TBM e o aumento da esperança de vida contribuem para prolongar e alargar o topo da pirâmide populacional. Mas no meio do caminho da transição, entre uma estrutura etária jovem e uma estrutura etária envelhecida, há um “momento mágico”, ou uma janela de oportunidade demográfica, que ocorre em função do aumento do percentual de pessoas em idade economicamente ativa. Este instante favorável à decolagem do desenvolvimento socioeconômico - devido ao aumento proporcional da força de trabalho e de redução do percentual de pessoas dependentes na população - é conhecido como “bônus demográfico”.

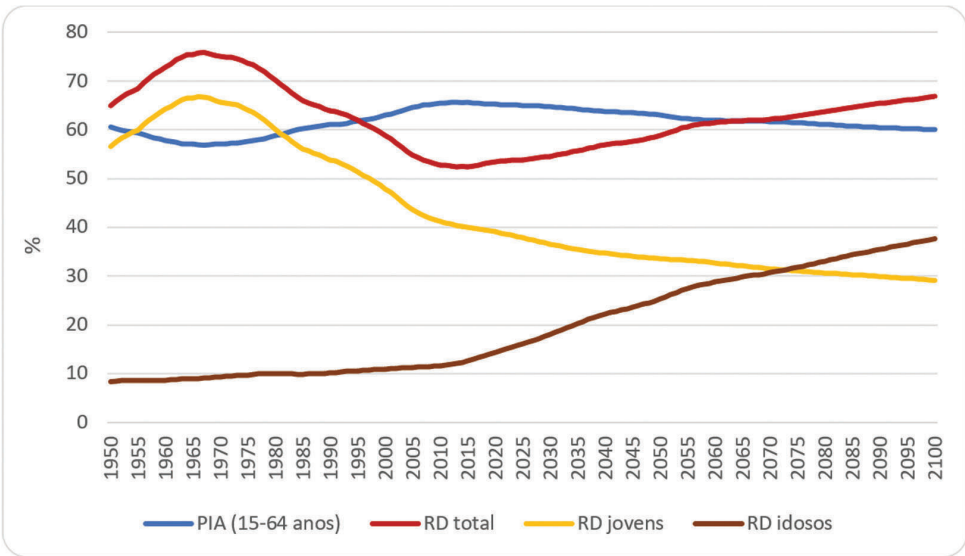
O gráfico 2 mostra o percentual População em Idade Ativa (PIA = 15-64 anos) na população mundial total, a Razão de Dependência (RD) total, representada pela seguinte relação entre os grupos etários $(0-14 + 65 \text{ anos e mais}) / (15-64) * 100$, e a Razão de Dependência de jovens $(0-14) / (15-64) * 100$ e a Razão de Dependência de idosos $(65 \text{ anos e mais}) / (15-64) * 100$. Observa-se que a PIA representava 60% da população total no início da década de 1950 e caiu para 56,8% em 1967. Neste mesmo período a Razão de Dependência total subiu de 64,9% para 75,8%. Ou seja, as condições demográficas não ajudavam a decolagem do desenvolvimento, pois a carga de dependência demográfica restringia a oferta de força de trabalho.

A partir de 1968, porém, a percentagem da PIA começa a crescer até atingir o valor máximo de 65,6% em 2015. Neste mesmo período, a RD total caiu de 75,8% para o seu valor mais baixo de 52,4%. A janela de oportunidade estava se abrindo, pois a redução da RD de jovens contrabalançou com folga o incremento da RD de idosos. Ou seja, entre 1968 e 2015 as condições demográficas mundiais foram extremamente favoráveis ao desenvolvimento econômico e à melhoria do padrão de vida das pessoas e das famílias. O período marcado pelo crescimento da PIA e pela redução da RD constitui o auge do bônus demográfico (LEE; MASON, 2006).

A partir de 2016, a percentagem da PIA em relação à população mundial iniciou uma trajetória de redução e deve atingir 61,8% no ano de 2065, enquanto a RD total começou uma trajetória de aumento, devendo atingir a mesma taxa de 61,8% também em 2065. Portanto, a janela de oportunidade começou a se fechar, pois o aumento da RD de idosos será superior à queda da RD de jovens. Contudo, o percentual da PIA – mesmo caindo em relação ao seu pico – continua mais elevado do que o percentual do início do bônus (56,8%) e o percentual da RD total conti-

nua mais baixo do que o valor do início do bônus (75,8%). Assim, tendo uma visão generosa, o período 2016-2065 pode ser considerado como os momentos finais do bônus demográfico.

Gráfico 2
População em Idade Ativa (PIA) e Razões de Dependência (RD) no mundo: 1950-2100



UN/Pop Division: World Population Prospects 2019 <https://population.un.org/wpp2019/>

O bônus demográfico da população mundial termina, irremediavelmente, a partir de 2066 e, a partir daí, as condições demográficas vão se tornar muito desfavoráveis ao desenvolvimento socioeconômico, pois o percentual da PIA vai continuar caindo e terá um percentual menor do que aquele de 1950, sendo que, em termos absolutos, a PIA vai diminuir a partir de 2093. Neste mesmo período, a RD total vai subir e apresentar um percentual maior em 2100 do que o percen-

tual que havia em 1950. Ou seja, a partir de 2066, o percentual de pessoas em idade de trabalhar vai diminuir significativamente, enquanto aumentará o percentual de pessoas dependentes, especialmente de idosos não só os acima de 65 anos, mas também aqueles com mais de 80 anos. O fim do bônus demográfico pode contribuir para a redução do crescimento econômico, reforçando a tendência global de “estagnação secular” (SUMMERS, 2015).

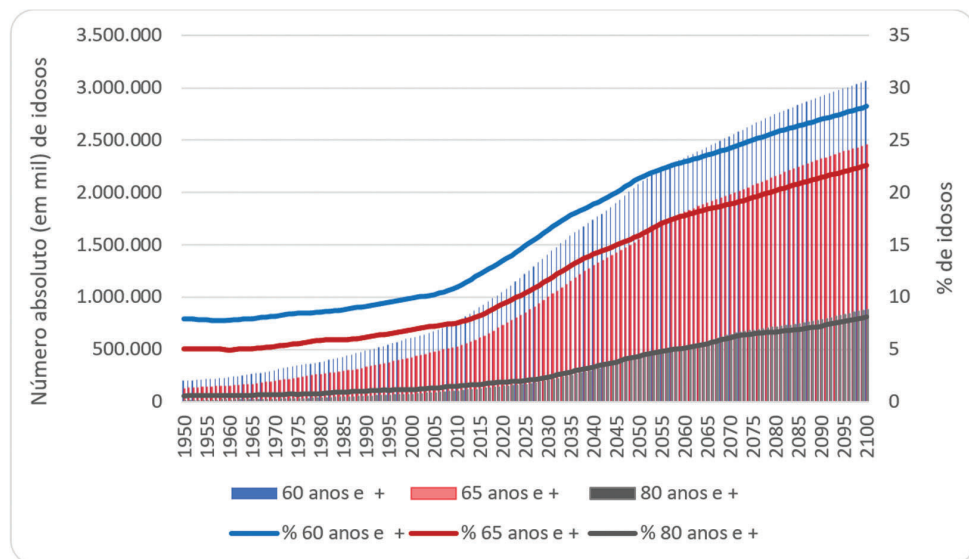
De fato, as curvas do envelhecimento populacional tiveram um crescimento exponencial no período de 150 anos. Mas o ritmo de aumento que ainda se dava de forma moderada, na segunda metade do século XX, se transformou em crescimento acelerado ao longo do século XXI.

O gráfico 3 mostra o crescimento absoluto (barras e eixo esquerdo) e o crescimento percentual (linhas e eixo direito) dos idosos em três categorias: 60 anos e mais, 65 anos e mais e 80 anos e mais. Cabe registrar que a população mundial como um todo era de 2,5 bilhões de habitantes em 1950, passou para 7,8 bilhões em 2020 e deve alcançar 10,9 bilhões de habitantes em 2100, um crescimento absoluto de 4,3 vezes em 150 anos. Mas se o crescimento da população global foi elevado, muito maior foi o crescimento da população idosa.

O número de idosos de 60 anos e mais era de 202 milhões em 1950, passou para 1,1 bilhão em 2020, e deve alcançar 3,1 bilhões em 2100. O crescimento absoluto foi de 15,2 vezes. Em termos relativos, a população idosa de 60 anos e mais representava 8% do total de habitantes de 1950, passou para 13,5% em 2020, e deve atingir 28,2% em 2100 (um aumento de 3,5 vezes no percentual de 1950 para 2100).

Gráfico 3

População absoluta e relativa de idosos de 60 anos e mais, 65 anos e mais e 80 anos e mais do mundo: 1950-2100



UN/Pop Division: World Population Prospects 2019 <https://population.un.org/wpp2019/>

O número de idosos de 65 anos e mais era de 129 milhões em 1950, passou para 422 milhões em 2020, e deve alcançar 2,5 bilhões em 2100. O crescimento absoluto foi de 19,1 vezes. Em termos relativos, a população idosa de 65 anos e mais representava 5,1% do total de habitantes de 1950, passou para 6,5% em 2020 e deve atingir 22,6% em 2100 (um aumento de 4,5 vezes no percentual de 1950 para 2100).

O número de idosos de 80 anos e mais, a chamada quarta idade, era de 14 milhões em 1950, passou para 72 milhões em 2020 e deve alcançar 881 milhões em 2100. O crescimento absoluto foi de 61,7 vezes. Em termos relativos, a população idosa de 80 anos e mais representava somente 0,6% do total de habitantes de 1950, passou para 1,9% em 2020 e deve atingir 8,1% em 2100 (um aumento de 14,4 vezes no percentual de 1950 para 2100).

Uma outra forma de medir o envelhecimento populacional é por meio do Índice de Envelhecimento (IE), que é a razão entre o número de pessoas idosas sobre os jovens (crianças e adolescentes de 0 a 14 anos). Trata-se de uma razão entre os componentes extremos da pirâmide etária. Um IE menor do que 100 significa uma população jovem e um IE igual ou maior do que 100 significa uma população idosa.

Em 1950 havia no mundo 23 idosos de 60 e mais anos; para cada 100 jovens de 0 a 14 anos na população, havia 15 idosos de 65 e mais anos; para cada 100 jovens, havia somente 1,6 idosos de 80 e mais anos para cada 100 jovens. Os jovens eram ampla maioria na estrutura etária mundial no século passado. Todavia, considerando os idosos de 60 e mais anos, o mundo terá uma estrutura etária envelhecida em 2050, quando o IE chegará a 101 idosos para cada 100 jovens. Considerando os idosos de 65 e mais anos, o mundo terá uma estrutura etária envelhecida mais para a frente, em 2073, quando o IE chegará a 100,3 idosos para cada 100 jovens. No caso daqueles da “quarta idade” o IE chegará ao máximo de 46,4 idosos de 80 e mais anos para cada 100 jovens de 0 a 14 anos. Portanto, o mundo com uma estrutura etária idosa está no horizonte da segunda metade do século XXI.

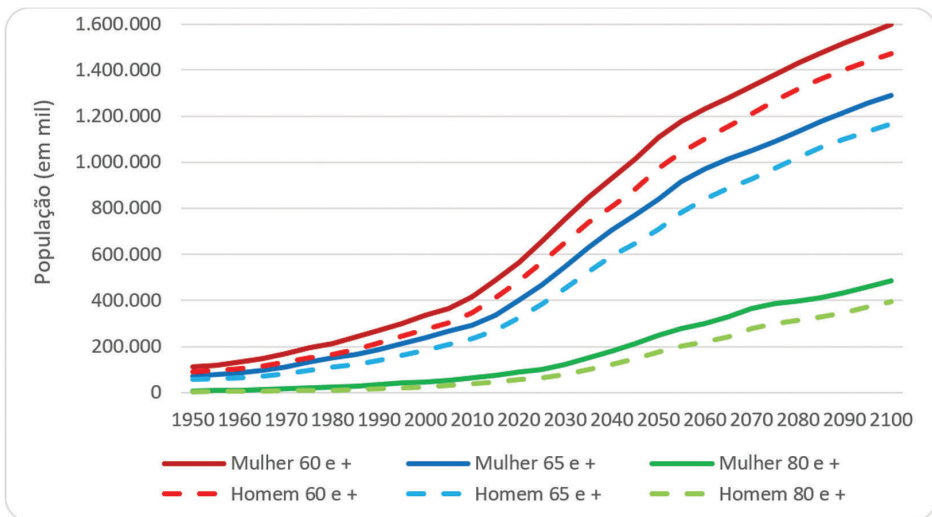
Outra característica marcante do processo de envelhecimento mundial é a significativa presença majoritária das mulheres nas três categorias de idosos, conforme mostra o gráfico 4. Em 1950, dos 202 milhões de idosos de 60 anos e mais, as mulheres somavam 111 milhões; e os homens 91 milhões (22% mais mulheres). Entre os 129 milhões de idosos de 65 anos e mais, as mulheres somavam 72 milhões; e os homens 57 milhões (28% mais mulheres). Entre os 14,3 milhões de idosos de 80 anos e mais, as mulheres somavam 8,7 milhões; e os homens 5,6 milhões (57% mais mulheres).

A feminização de envelhecimento continuou nos anos seguintes. Em 2020, de 1,05 bilhão de idosos de 60 e mais anos, as mulheres eram 566 milhões; e os homens, 484 milhões (17% mais mulheres). De 728 milhões de idosos de 65 e mais anos, as mulheres representam 401 milhões; e os homens, 327 milhões (23% mais mulheres). De 146 milhões de idosos de 80 e mais anos, as mulheres representam 90 milhões; e os homens, 56 milhões (60% mais mulheres).

Em 2100, dos 3,1 bilhões de idosos de 60 e mais anos, as mulheres devem somar 1,6 bilhão; e os homens, 1,5 bilhão (8,5% mais mulheres). Dos 2,5 bilhões de idosos de 65 e mais anos, as mulheres devem somar 1,3 bilhão; e os homens, 1,2 bilhão (11% mais mulheres). Dos 881 milhões de idosos de 80 e mais anos, as mulheres devem somar 486 milhões; e os homens, 395 milhões (23% mais mulheres).

Gráfico 4

População masculina e feminina de idosos de 60 anos e mais, 65 anos e mais e 80 anos e mais do Mundo: 1950-2100



UN/Pop Division: World Population Prospects 2019 <https://population.un.org/wpp2019/>

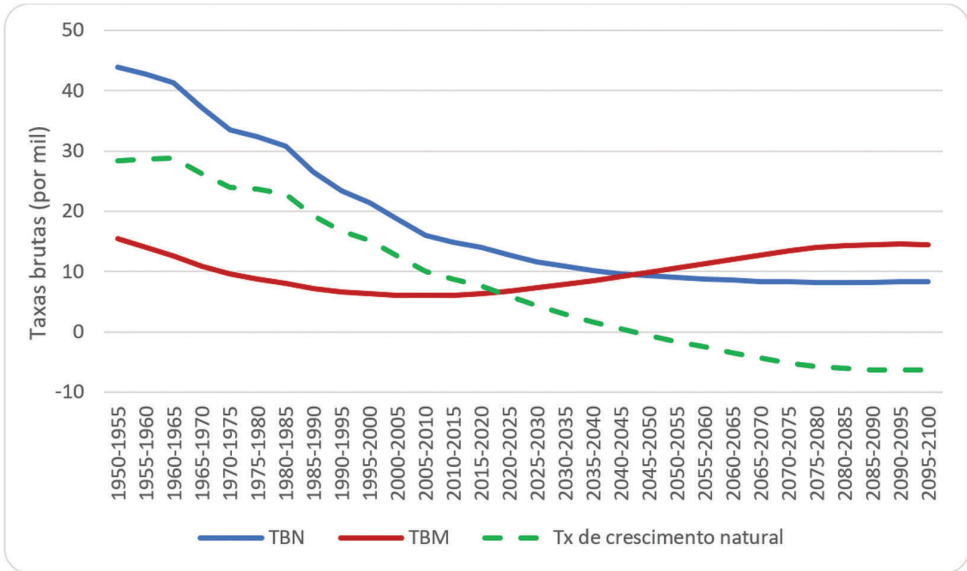
A maior esperança de vida das mulheres faz com que o sexo feminino prevaleça nas três categorias de idosos. Na média do período 1950-2020, havia 24% mais mulheres entre os idosos de 60 e mais anos; 32% entre os idosos de 65 e mais anos; e 77% entre os de 80 e mais anos.

Transição demográfica, janela de oportunidade e envelhecimento populacional no Brasil

O Brasil também passa pelos mesmos fenômenos demográficos globais, mas em ritmos diferentes, apesar de que, no geral, a transição demográfica e a mudança da estrutura etária tenha ocorrido de maneira mais profunda e veloz no território nacional (ALVES; CAVENAGHI, 2012).

O gráfico 5 mostra que, na década de 1950, o Brasil estava “atrasado” na transição demográfica, pois a taxa bruta de natalidade (TBN) – acima de 40 por mil - e a taxa de crescimento natural – em torno de 30 por mil (3% ao ano) – eram bem superiores à média mundial. Mas, a partir da segunda metade da década de 1960, a TBN começou a cair em uma cadência mais acelerada se aproximando de maneira mais rápida do nível da taxa bruta de mortalidade (TBM). Ou seja, enquanto a transição demográfica global vai durar todo o século XXI, mantendo taxas de crescimento natural positivas, no Brasil as duas curvas vão se encontrar e se inverter no quinquênio 2040-45, gerando um decréscimo populacional no restante do século.

Gráfico 5
Transição demográfica no Brasil: 1950-2100



UN/Pop Division: World Population Prospects 2019 <https://population.un.org/wpp2019/>

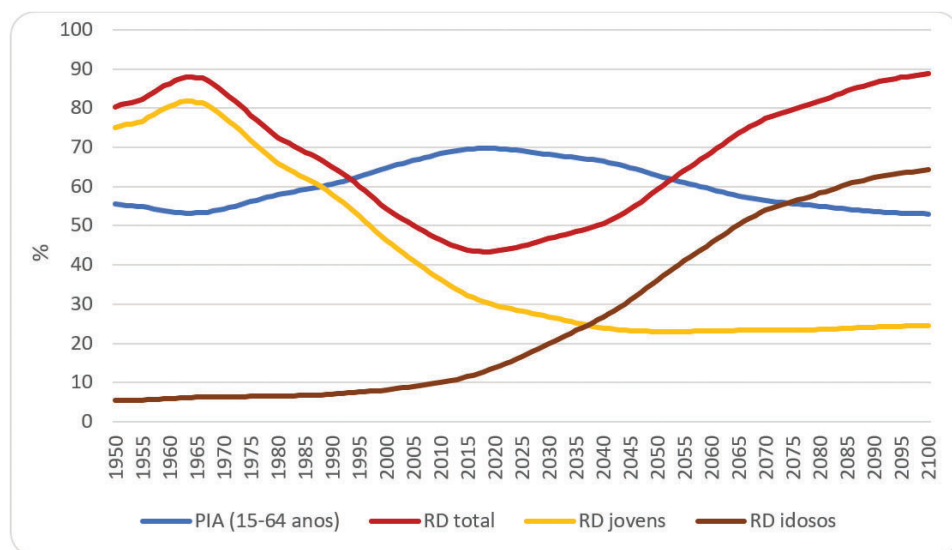
De fato, a transição da fecundidade brasileira, embora apresente altas taxas de gravidez na adolescência, tem ocorrido de forma mais veloz do que na média da América Latina e mundial (CAVENAGHI; ALVES, 2019). Em decorrência de uma transição demográfica mais veloz, o bônus demográfico no Brasil será mais profundo e mais curto.

O gráfico 6 mostra que a PIA brasileira representava 55,5% da população total no início da década de 1950 e caiu até 53,2% em 1964. Neste mesmo período a RD subiu de 80,3% para 88%. Ou seja, as condições demográficas atuavam no sentido contrário aos indicadores de promoção do desenvolvimento. Contudo, a partir de 1965, a percentagem da PIA começou a crescer até atingir, em 2019, o valor máximo de 69,7%. Neste mesmo período, a RD caiu de 88% para o seu valor mais baixo de 43,4%. A janela de oportunidade se abriu entre 1965 e 2019, pois as condições demográficas

favoreceram o desenvolvimento econômico e a melhoria do padrão de vida das pessoas e das famílias. Este foi o período áureo do bônus demográfico brasileiro como haviam apontado Wong e Carvalho (2005).

A partir de 2020, a percentagem da PIA em relação à população brasileira total inicia uma trajetória de redução e deve atingir 62% no ano de 2053, enquanto a RD começou uma trajetória de aumento, devendo atingir a mesma taxa de 62% também em 2053, quando as duas curvas se invertem. Mas no caso brasileiro, o valor absoluto da PIA que era de 29,9 milhões de pessoas em 1950 e 148,1 milhões em 2020, deve apresentar o seu valor máximo, de 153 milhões de pessoas, em 2034, iniciando um decréscimo a partir de 2035. Portanto, a janela de oportunidade no Brasil deve se fechar a partir de 2034, quando começar a redução absoluta no número de habitantes em idade de trabalhar.

Gráfico 6
População em Idade Ativa (PIA) e Razões de Dependência (RD) no
Brasil: 1950-2100



UN/Pop Division: World Population Prospects 2019 <https://population.un.org/wpp2019/>

No caso brasileiro, o bônus demográfico termina em 2034, mas as condições demográficas vão ficar ainda mais desfavoráveis a partir de 2053, quando as duas curvas se invertem, e o percentual da PIA ficar menor do que o percentual da RD. No ano de 2100 o percentual da PIA será menor, e o percentual da RD será maior do que os respectivos percentuais prevalecentes em 1950. O bônus pode se transformar em ônus, se nada for feito para lidar com a futura configuração da estrutura etária.

Todos estes números também chamam a atenção para a urgência de se aproveitarem os momentos finais do bônus demográfico brasileiro. A crise econômica, que teve início em 2014 e se prolonga até 2019, veio no pior momento possível, pois jogou no desemprego e no subemprego um grande contingente de trabalhadores que poderiam estar contribuindo para a riqueza da nação. A pesquisa PNADC, do IBGE, indica que a taxa composta de subutilização da força de trabalho (que mede o percentual de pessoas desocupadas, subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas e na força de trabalho potencial) foi de 25% no primeiro trimestre de 2019, representando 28,3 milhões de pessoas subutilizadas no Brasil. Isto quer dizer que o Brasil está desperdiçando a sua janela de oportunidade demográfica e deixando de dar o salto necessário no nível de desenvolvimento enquanto as condições demográficas ajudam (TURRA, 2018).

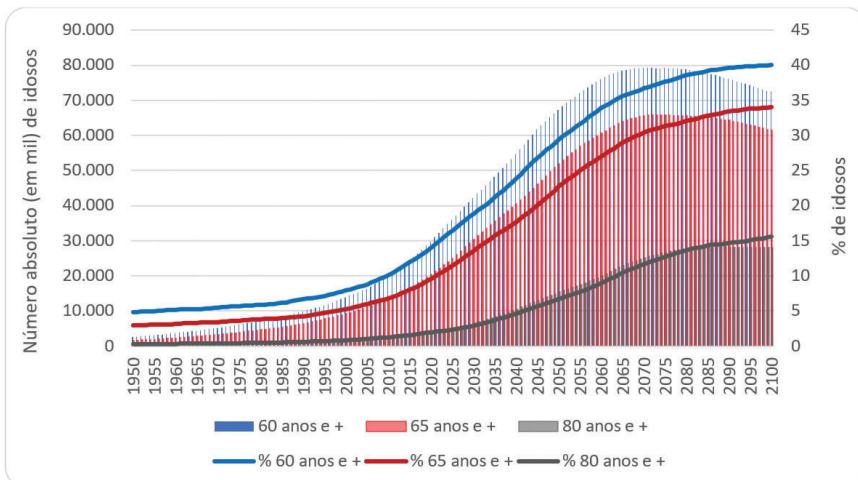
Caso o Brasil não consiga reverter o quadro de estagnação, e caso não consiga aproveitar os momentos finais do bônus demográfico, pode ficar eternamente preso na “armadilha da renda média” (TAFNER et al., 2014). O “Brasil do futuro” poderá nunca ser alcançado. Se o país já apresenta dificuldades de progredir quando a demografia ajuda, terá dificuldade muito maiores quando a demografia jogar contra. O fim do bônus demográfico brasileiro pode trazer barreiras intransponíveis, caso o país não se prepare para a nova realidade do envelhecimento populacional que avança ano a ano, mas que vai recrudescer na segunda metade do século XXI.

Assim como a transição demográfica e a janela de oportunidade ocorrem no Brasil em um compasso mais acelerado do que a média global, o processo de envelhecimento populacional será mais intenso e mais rápido. O total da população brasileira era de 54 milhões de habitantes em 1950, passou para 213 milhões em 2020, devendo alcançar o pico de 229,6 milhões em 2045, e depois cair para 181 milhões de habitantes em 2100. Em 150 anos, o crescimento absoluto terá sido de 3,3 vezes (menor do que os 4,3 vezes do crescimento da população mundial). Mas no caso da população idosa o crescimento nacional será bem mais significativo do que o global.

O gráfico 7 apresenta o crescimento absoluto e relativo das três categorias de idosos. O número de brasileiros idosos de 60 anos e mais era de 2,6 milhões em 1950, passou para 29,9 milhões em 2020 e deve alcançar 72,4 milhões em 2100. O crescimento absoluto foi de 27,6 vezes. Em termos relativos a população idosa de 60 anos e mais representava 4,9% do total de habitantes de 1950, passou para 14% em 2020 e deve atingir o impressionante percentual de 40,1% em 2100 (um aumento de 8,2 vezes no peso relativo entre 1950 e 2100).

Gráfico 7

População absoluta e relativa de idosos de 60 e mais anos, 65 e mais anos e 80 e mais anos no Brasil: 1950-2100



UN/Pop Division: World Population Prospects 2019 <https://population.un.org/wpp2019/>

O número de brasileiros idosos de 65 e mais anos era de somente 1,6 milhões em 1950, passou para 9,2 milhões em 2020, e deve alcançar 61,5 milhões em 2100. O crescimento absoluto está estimado em 38,3 vezes. Em termos relativos, a população idosa de 65 e mais anos representava 3% do total de habitantes de 1950, passou para 9,6% em 2020, e deve atingir mais de um terço (34,6%) em 2100 (um aumento de 11,5 vezes no percentual de 1950 para 2100).

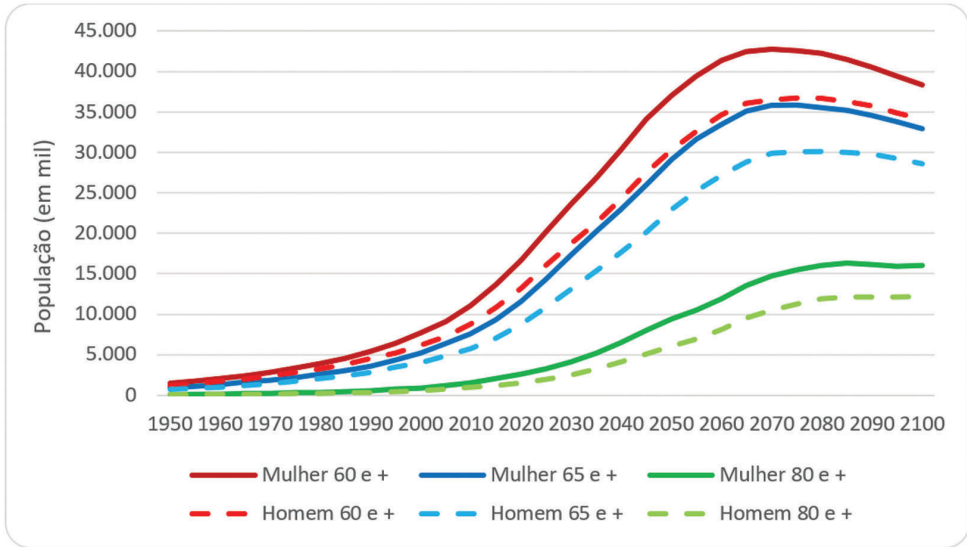
O número de brasileiros idosos de 80 e mais anos era de 153 mil em 1950, passou para 4,2 milhões em 2020, e deve alcançar 28,2 milhões em 2100. O crescimento absoluto foi de espetaculares 184,8 vezes em 150 anos. Em termos relativos, a população idosa de 80 e mais anos representava somente 0,3% do total de habitantes de 1950, passou para 2% em 2020, e deve atingir 15,6% em 2100 (um aumento de impressionantes 55,2 vezes no percentual de 1950 para 2100).

É importante destacar que o número total de brasileiros vai atingir um pico populacional em 2045, mas o número absoluto de idosos vai continuar crescendo, sendo que o pico de idosos de 60 e mais anos (79,2 milhões de pessoas) e de idosos de 65 e mais anos (65,9 milhões) será alcançado em 2075. Já o pico de idosos de 80 e mais anos (28,5 milhões) será alcançado somente em 2085. Nas duas últimas décadas do século XXI o número absoluto de idosos vai diminuir. Todavia, o percentual de idosos vai continuar subindo. Ou seja, o envelhecimento populacional brasileiro, em termos relativos, vai prosseguir mesmo após a queda no número absoluto de idosos.

A feminilização do envelhecimento também é uma característica marcante no Brasil, com mostra o gráfico 8. Em 1950, havia 1,45 milhão mulheres idosas de 60 e mais anos, para 1,18 milhão de homens (23% mais mulheres). Entre os idosos de 65 e mais anos, havia 890 mil mulheres e 716 mil homens (24% mais mulheres). Entre os idosos de 80 e mais anos, havia 89 mil mulheres e 63 mil homens (41% mais mulheres).

Gráfico 8

População masculina e feminina de idosos de 60 anos e mais, 65 anos e mais e 80 anos e mais do Mundo: 1950-2100



UN/Pop Division: World Population Prospects 2019 <https://population.un.org/wpp2019/>

A superioridade feminina entre a população idosa continuou nos anos seguintes. Em 2020, o número de mulheres entre os idosos brasileiros de 60 e mais anos está estimada em 16,7 milhões, contra 13,2 milhões de homens (26% mais mulheres). Entre os idosos de 65 e mais anos, são 11,6 milhões de mulheres contra 8,8 milhões de homens (32% mais mulheres). Entre os idosos de 80 e mais anos, as mulheres são 2,6 milhões, contra 1,5 milhões de homens (69% mais mulheres).

Em 2100, as projeções indicam 38 milhões de mulheres idosas de 60 e mais anos, contra 34 milhões de homens (12% mais mulheres), 32,9 milhões de mulheres idosas de 65 e mais anos, contra 28,6 milhões de homens (15% mais mulheres) e 16 milhões de mulheres idosas de 80 e mais anos, contra 12,2 milhões de homens (30% mais mulheres).

Todos estes dados mostram que o envelhecimento populacional será uma característica marcante da dinâmica demográfica ao longo do século XXI e, neste processo, o destaque cabe à maioria feminina (CAMARANO et al., 2004). O percentual de idosos no mundo e no Brasil alcançará cifras recordes, nunca, nem de perto, vistas na história da humanidade. As economias mundiais e nacionais, incontestavelmente, terão que lidar com uma estrutura etária desfavorável do ponto de vista da produtividade. As diferentes nações terão que se preparar para as consequências de uma alta razão de dependência demográfica. A literatura convencional sobre demografia econômica considera que o envelhecimento da população dá origem à escassez de mão de obra, reduz as taxas de poupança e diminui as taxas de investimento, desacelerando o crescimento econômico e a renda *per capita*. Contudo, como mostraram Li e Zhang (2015), políticas de incentivo à poupança, de aumento das oportunidades no mercado de trabalho, e de investimento em capital humano, podem compensar os efeitos negativos do envelhecimento da população na economia nacional.

O envelhecimento populacional nas Regiões e Unidades da Federação no Brasil

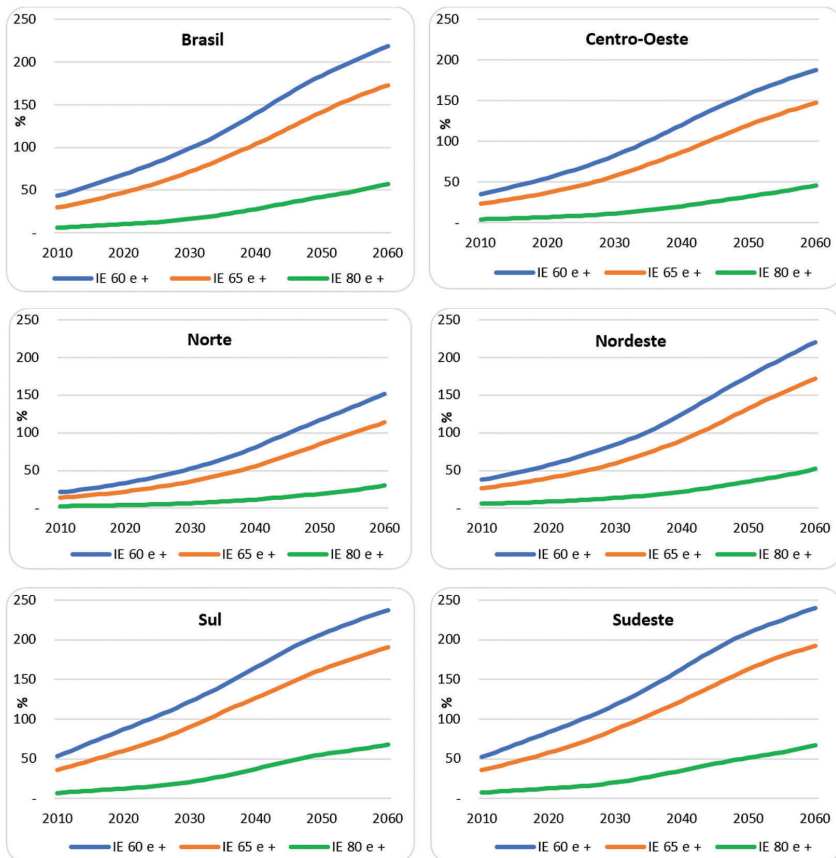
O envelhecimento populacional no Brasil ocorre de maneira mais rápida do que a média mundial. Todavia, internamente, o envelhecimento populacional segue ritmos diferentes nas diversas regiões. Os diferentes painéis do gráfico 9, com base nas projeções populacionais do IBGE (revisão 2018), mostram o Índice de Envelhecimento (IE) para o Brasil e as grandes regiões, para as três categorias de idosos definidas anteriormente.

A região Norte apresenta a estrutura etária mais rejuvenescida, seguida pela região Centro-Oeste e região Nordeste. As três possuem Índices de Envelhecimento abaixo da média nacional. Já as regiões Sudeste e Sul apresentam as estruturas etárias mais envelhecidas, com IE acima da média nacional.

Portanto, internamente, o envelhecimento populacional possui patamares diferentes nas regiões e vão apresentar ritmos diferentes de crescimento. As regiões que foram líderes na transição demográfica apresentam estruturas etárias mais envelhecidas e as regiões com maiores taxas de fecundidade apresentam estruturas etárias mais rejuvenescidas.

Gráfico 9

Índice de Envelhecimento (IE) para idosos de 60 anos e mais, 65 anos e mais e 80 anos e mais para o Brasil e regiões: 2010-2060



IBGE: Projeção da População (revisão 2018), Rio de Janeiro, 25/07/2018

O processo de envelhecimento populacional ocorre em ritmos diferentes também dentro das regiões, conforme mostra a tabela 1. Por exemplo, na região Norte, a Unidade da Federação (UF) com uma estrutura etária mais rejuvenescida é o Amapá, que, em 2010, tinha IE de 14,4 idosos de 60 e mais anos para cada 100 jovens de 0 a 14 anos; tinha 9,7 idosos de 65 e mais anos; e tinha 1,8 idosos de 80 e mais anos, para cada 100 jovens. Roraima tem a segunda estrutura mais rejuvenescida, sendo que Tocantins é a UF mais envelhecida da região Norte.

A UF com a estrutura mais envelhecida é o Rio Grande do Sul (RS), que, em 2010, tinha IE de 63,4 idosos de 60 e mais anos para cada 100 jovens de 0 a 14 anos; tinha 43,2 idosos de 65 e mais anos; e tinha 8,8 idosos de 80 e mais anos para cada 100 jovens. O RS será definitivamente idoso em 2020, quando o IE de 60 e mais anos será superior a 100. Em 2060, o IE do RS será de 255,6 idosos de 60 e mais anos para cada 100 jovens de 0-14 anos.

Na região Sul, Santa Catarina terá uma estrutura pouca menos envelhecida do que a do Rio Grande do Sul, mas muito mais envelhecida do que todas as UFs da região Norte.

A segunda UF mais envelhecida é a do estado do Rio de Janeiro, na região Sudeste, que terá IE de 60 e mais anos em 2024.

Tabela 1

Índice de Envelhecimento (IE) para idosos de 60 e mais anos, 65 e mais anos e 80 e mais anos para o Brasil, Regiões e UFs: 2010 e 2060

<u>Brasil,</u> <u>Regiões e UFs</u>	60 e +	65 e +	80 e +	60 e +	65 e +	80 e +
	2010			2060		
Brasil	43,4	29,7	6,2	218,6	173,2	56,8
Norte	21,1	14,2	2,7	151,2	113,6	29,9
RO	25,6	16,7	2,7	170,5	129,9	33,9
AC	17,4	11,8	2,4	144,9	107,3	29,2
AM	17,8	11,9	2,3	131,0	97,1	25,2
RR	16,3	10,3	1,9	130,7	98,3	22,6
PA	22,0	14,8	2,8	160,2	120,6	31,8
AP	14,4	9,7	1,8	139,4	103,5	26,9
TO	28,7	19,7	3,9	172,3	131,9	37,4
Nordeste	37,6	26,3	6,0	220,0	171,7	51,9
MA	27,3	19,1	3,9	175,5	133,7	37,3
PI	38,6	27,0	6,0	211,4	163,6	46,6
CE	40,5	28,6	6,8	224,9	174,6	50,4
RN	42,1	29,3	7,4	229,6	180,8	54,1
PB	46,3	33,0	8,2	223,0	175,8	54,1
PE	40,1	27,7	6,1	218,8	171,4	53,8
AL	29,4	19,9	4,1	220,2	168,8	52,1
SE	32,7	22,3	5,0	201,6	155,2	44,6
BA	39,4	27,6	6,3	247,5	196,0	62,1
Sudeste	52,5	35,8	7,5	239,4	192,2	66,8
MG	51,5	35,6	7,4	272,6	218,4	74,9
ES	43,1	29,5	6,2	207,6	166,4	56,9
RJ	59,8	41,0	8,8	241,0	192,2	68,0
SP	51,1	34,6	7,1	229,4	184,9	64,2
Sul	53,5	36,1	7,0	236,6	190,6	68,0
PR	47,6	32,1	5,9	228,3	183,4	65,7
SC	47,4	31,3	5,8	226,0	181,9	62,7
RS	63,4	43,2	8,8	255,6	206,7	75,3
Centro-Oeste	34,9	23,1	4,1	187,8	147,5	45,9
MS	38,3	26,0	5,0	171,3	135,3	43,5
MT	29,6	19,3	3,2	163,9	128,9	39,9
GO	38,1	25,5	4,5	182,8	142,3	42,5
DF	30,7	19,8	3,5	260,0	207,1	68,9

IBGE: Projeção da População (revisão 2018), Rio de Janeiro, 25/07/2018

Portanto, a dinâmica demográfica tem níveis e ritmos diversos nas diferentes escalas do território brasileiro. Há UFs com grande peso da população jovem; outras com grande peso da população em idade ativa; e algumas já com maior peso da população idosa. As políticas públicas precisam levar em consideração estas diferentes realidades, para atender de maneira mais eficiente as necessidades dos diversos grupos etários, e para aumentar a eficiência das ações dos três níveis de governo (BRITO, 2018).

Considerações finais

O Brasil e o mundo vão viver uma realidade demográfica no século XXI completamente diferente da realidade que prevaleceu no passado. Com o desenrolar da transição demográfica, a estrutura etária vai perdendo a sua extensa base jovem (0 a 14 anos) e vai alargando a representatividade dos grupos etários superiores, primeiro os grupos entre 15 e 59 anos – que concentram a maior parte da população em idade ativa (PIA) – e depois os grupos idosos do topo da pirâmide populacional, quer seja de 60 e mais anos, ou 65 e mais anos, ou até mesmo 80 e mais anos. Este processo de transformação da estrutura etária é denominado de envelhecimento populacional. Não se trata apenas de aumento da longevidade. O envelhecimento populacional é o movimento dinâmico de redução do peso dos jovens e o aumento progressivo da elevação da proporção de idosos no conjunto da população.

Nos termos da demografia econômica, o avanço do envelhecimento populacional ocorre paralelamente ao fechamento da janela de oportunidade demográfica, pois o primeiro bônus demográfico, a despeito de sua importância, é um fenômeno passageiro. Um país que não enriquece durante a fase do primeiro bônus demográfico dificilmente conseguirá dar um salto no desenvolvimento socioeconômico para garantir alta qualidade de vida para a nação.

Entretanto, mesmo que raras, existem alternativas otimistas para uma estrutura etária envelhecida. Há estratégias que podem ser adotadas para minimizar possíveis problemas causados pelo envelhecimento populacional, como mudanças nas regras de aposentadoria, políticas trabalhistas favoráveis, especialmente para as mulheres, programas de treinamento para trabalhadores idosos, e medidas de incentivo do aumento da poupança e do investimento agregado (BLOOM, 03/07/2014).

De fato, o envelhecimento, ao invés de ser visto de maneira negativa, como um desafio insolúvel, pode ser visto como uma oportunidade. O envelhecimento saudável e produtivo pode ser uma fonte de ganhos através do segundo bônus demográfico. Os idosos não precisam ser vistos como custo para a sociedade, mas podem se tornar capital humano capaz de melhorar a qualidade de vida geral.

Tudo depende da preparação e do poder de adaptação, tanto do ponto de vista individual, como coletivo. Se o idoso acreditar no seu potencial, e a sociedade criar mecanismos de inclusão produtiva da população do topo da pirâmide, o problema da redução da força de trabalho seria resolvido, e o equilíbrio atuarial da previdência poderia ser solucionado.

O primeiro bônus demográfico é um fenômeno temporário que tem data-limite de vencimento. Ele dura enquanto o percentual da PEA crescer em relação à população total e finda quando a população em idade ativa diminuir. Mas o segundo bônus demográfico começa quando o processo de envelhecimento populacional atinge altas proporções, porém não tem prazo para terminar.

As pessoas com mais de 30 anos eram vistas com desconfiança no passado. Havia a expressão “Não confie em ninguém com mais de trinta anos”. Hoje em dia, o bem-estar da população como um todo depende cada vez mais da experiência e da disposição das pessoas com mais de 60 anos.

Referências

ALVES, J. E. D. A transição demográfica e a janela de oportunidade. **Braudel Papers, SP**, v.1, pp.1-13, 2008. Disponível em: http://www.braudel.org.br/pesquisas/pdf/transicao_demografica.pdf.

ALVES, J. E. D.; VASCONCELOS, D. S.; CARVALHO, A. A. Estrutura etária, bônus demográfico e população economicamente ativa no Brasil: cenários de longo prazo e suas implicações para o mercado de trabalho. **Textos para discussão CEPAL/IPEA**. v.10, pp.1-36, 2010. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1528.pdf.

ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, Suzana Marta. Transições urbana e da fecundidade e mudanças dos arranjos familiares no Brasil. Recife: **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 27, pp. 91-114, 2012. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/19>.

ALVES, J. E. D. Transição demográfica, envelhecimento e a reforma da previdência. Fundação Konrad Adenauer, Rio de Janeiro: **Cadernos Adenauer XIX** (2018), nº 2, pp: 79- 101, julho 2018. Disponível em: https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=6eced44e-e758-e4a0-d9d1-876017f76fa&groupId=265553.

BLOOM, David. Dá para tirar vantagem do envelhecimento da população. **Exame**, SP, 03/07/14. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/1068/noticias/o-valor-das-horas-de-voe>.

BRITO, F. A população na cena política: o debate sobre as consequências do envelhecimento populacional. In: ANDRADE, M. V.; ALBUQUERQUE, E. M. **Alternativas para uma crise de múltiplas dimensões**. CEDEPLAR, Belo Horizonte, 2018, p. 261-283. Disponível em: <https://www.cedeplar.ufmg.br/component/phocadownload/category/18-noticias?download=1099:alternativas-para-uma-crise-de-multiplas-dimensoes>

CAMARANO, A. A.; KANSO, S.; MELLO, J. L. Como vive o idoso brasileiro? In: CAMARANO, A. A. (Org.). **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/Arq_29_Livro_Completo.pdf.

CAVENAGHI, S.; ALVES, J. E. D. **Fecundidade e Dinâmica da População Brasileira**, UNFPA, Brasília, 2018. Disponível em: https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/swop_brasil_web.pdf.

COALE, A.; HOOVER, E. **População e desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1966.

IBGE: **Projeção da População** (revisão 2018), Rio de Janeiro, 25/07/2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html?=&t=resultados>.

LEE, R.; MASON, A. **What Is the Demographic Dividend?**, IMF, F&D, Volume 43, Number 3, September 2006. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2006/09/basics.htm>.

LI, Haiming; ZHANG, Xiuli. Population Aging and Economic Growth: The Chinese Experience of Solow Model, **International Journal of Economics and Finance**; vol. 7, n. 3; 2015. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/3fd2/a4ccbba35578963c8fa7d3c151d9fe347d2b.pdf>.

POOL, I.; WONG, L. R. Age-Structural Transitions and Policy: An Emerging Issue. In: POOL et al. **Age-Structural Transitions: Challenges for Development**, CICRED, Paris, 2006, pp. 3-20. Disponível em: <http://www.cicred.org/Eng/Publications/pdf/AgeStructural-Book.pdf#page=167>.

SUMMERS, L. H. **Secular Stagnation**, IMF, June 18, 2015 Disponível em: https://www.imf.org/external/np/seminars/eng/2015/secularstag/pdf/Summers_pres.pdf.

TAFNER, P.; BOTELHO, C.; ERBISTI, R. Transição demográfica e o impacto fiscal na previdência brasileira. In: Camarano, A. A. (Org.). **Novo Regime Demográfico**. Rio de Janeiro: Ipea, 2014. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_regime_demografico.pdf.

TURRA, C. Os ajustes inevitáveis da transição demográfica no Brasil. In: ANDRADE, M. V.; ALBUQUERQUE, E. M. **Alternativas para uma crise de múltiplas dimensões**, CEDEPLAR, Belo Horizonte, 2018, pp. 284-308. Disponível em: <https://www.cedeplar.ufmg.br/component/phocadownload/category/18-noticias?Download=1099:alternativas-para-uma-crise-de-multiplas-dimensoes>.

UNITED NATIONS, Department of Economic and Social Affairs, **Population Division** (2019). World Population Prospects 2019, Online Edition. Disponível em: <https://population.un.org/wpp/>.

WONG, L.; CARVALHO, J. A. M. Demographic bonuses and challenges of the age structural transition. In **Brazil. Paper presented at the XXV IUSSP General Population Conference**. Tours, France, 18-23 July 2005.

José Eustáquio Diniz Alves – Doutor em demografia e professor titular do mestrado e doutorado em População, Território e Estatísticas Públicas da Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE/IBGE. E-mail: jed_alves@yahoo.com.br

Suzana Cavenaghi - Possui graduação em Matemática Aplicada e Computacional, graduação em Estatística, especialização em Demografia, mestrado em Sociologia/Demografia e doutorado em Sociologia-Demografia pela University of Texas, Austin. Atualmente é pesquisadora e professora do Programa de Mestrado e Doutorado em População, Ter-

rítório e Estatísticas Públicas, da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) do IBGE. É representante da ABEP na Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPD), 2015- atual. Representante da ALAP no painel de organizações não-governamentais do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) desde 2010, acompanhando e atuando nos temas relacionados à Agenda de População e Desenvolvimento das Nações Unidas (ONU).

Organizadoras da Coletânea



Beltrina Côrte

Formada em Jornalismo pela Unisantos, Especialização e Mestrado em Planejamento e Administração do Desenvolvimento Regional na Universidad de los Andes (Bogotá/ Colômbia). Doutorado e pos.doc em Ciências da Comunicação na USP. É docente da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde (PUC-SP). Coordena o grupo de pesquisa Longevidade, Envelhecimento e Comunicação. Atua na área da Gerontologia Social, educação continuada e comunicação com o Web site Portal do Envelhecimento e Longevidade, Revista Longevidade, editora Portal Edições e Espaço Longevidade.



Ruth Gelehrter da Costa Lopes

Possui graduação e mestrado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e doutorado em Saúde Pública pela USP. É professora Associada da PUC-SP. Coordena o Núcleo de Estudo e Pesquisa do Envelhecimento – NEPE, da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde (PUC-SP). Tem experiência na área de Saúde Coletiva, com ênfase em Gerontologia Social e Psicogerontologia, atuando principalmente nos seguintes temas: processo de envelhecimento, psicoterapia em grupo para idosos, velhice, família e avosidades.

A coletânea é produto de um grupo de pesquisadores com vasta experiência e produção na área acadêmica. Longevidade é um tema moderno, na medida em que é estar no meio do ciclone entre visões e sentimentos contraditórios. O alargamento dos anos cronológicos traz novos horizontes para a sociedade e os sujeitos.

Não podemos mais empurrar a velhice para as margens, os velhos desejanos não se submetem. Batalhas intergeracionais, latentes e até mesmo instituídas, são hoje mais complexas e incluem mais de duas ou três gerações. Criar e gerir programas e políticas é prioritário para o enfrentamento desses novos desafios. Para tal, a abordagem multidisciplinar dos docentes-autores é muito bem-vinda e dá subsídios para todos que pretendem acessar áreas como cultura, ambiente, saúde, ética, política e até mesmo o mercado.

Ótima leitura!

Marcia Almeida Batista

Diretora da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde – FACHS/PUCSP

O termo Longevidade traduz a dinâmica da vida longa na contemporaneidade! Tempos de Vida! Hoje a velhice! Almejada e temida! Todo dia uma novidade, um desafio e a sensação de estarmos ‘perdidos’ e não acompanhar as mudanças-por-minuto.

Nesta interessante coletânea podemos encontrar, em seus diferentes artigos, a complexidade do tema longevidade na sociedade tecnológica que nos seduz por suas novidades, sinais da engenhosidade humana, e nos assusta com sua complexidade, e muitas ‘armadilhas’. Mas este é o tempo de vida que nos foi dada a construir e viver! A vida plena inclui riscos, desafios, oportunidades e sempre novas aprendizagens.

Os autores nos animam com suas amplas reflexões que apontam um panorama mundial; o que é e como deve ser pensada a ‘gestão do longevidade’; o planejamento das políticas públicas; os desafios que se impõem na questão dos direitos humanos; na gestão de cuidados – dos básicos aos paliativos; os avanços tecnológicos como facilitadores e promotores de vida autônoma e informada, inclusive para um novo mercado de trabalho que se anuncia aos que envelhecem.

Vera Brandão
pesquisadora do Núcleo de Estudo e
Pesquisa do Envelhecimento – NEPE/PUCSP



Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-69350-26-2



9 788569 350262